

MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1950

PELO

GENERAL EURICO GASPAR DUTRA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA



RIO DE JANEIRO
1950

**SENHORES MEMBROS
DO CONGRESSO NACIONAL:**

Incumbe-me, pela derradeira vez, em cumprimento de obrigação constitucional, dar-vos conta da situação do país. A esse dever tenho procurado emprestar cabal desempenho, convertendo-o em oportunidade, não só para relatar medidas de ordem administrativa, mas ainda para inteirar-vos da orientação do Governo e da razão de ser da política adotada em cada um dos setores da Administração federal.

Cabia, antes de tudo, inventariar os problemas, expondo a linha de conduta a ser intentada. Já agora cumpre apresentar-vos os resultados da atividade desenvolvida. Vereis — e para isso solicito a vossa atenção — que, a pouco e pouco, eles se foram consolidando e que, em cada um dos anos decorridos a partir de 1946, a orientação traçada teve progressiva aplicação. Ainda no corrente exercício, serão concluídas muitas das iniciativas tomadas; outras, porém, pelo seu vulto, ou porque permanentes as necessidades que as determinaram, deverão prosseguir após a expiração do prazo do vosso e do meu mandato.

Do mesmo modo que se não pode increpar à atual Administração o abandono de providências encontradas em andamento, — é de esperar impossível se torne dora-

*Continuidade
administrativa*

vante, pelo grau de cultura política já atingido pelo país, aquela falta de continuidade, de que se conhecem, no passado, exemplos tão desastrosos.

Tal convicção corresponde, em meu espírito, ao sentimento que alimento, e creio dever dos governos propagar, de continuidade na vida nacional. Sempre me considere, e sabe Deus com que humildade, simples depositário, por vontade do povo brasileiro, livre e legalmente expressa, de um patrimônio que os nossos maiores constituíram e é dever nosso legar engrandecido às gerações futuras. Jamais concorreu, certamente, para educar as novas gerações, ou aprimorar o caráter e as virtudes de um povo, a sugestão de que, pelo simples fato do exercício do poder, possa alguém se engrandecer a ponto de avultar sobre a Nação. Não é, tampouco, admissível que qualquer situação, transitória pela própria natureza, se apresente como estaca zero, a partir da qual devam ser contados os fastos nacionais.

Longe disso, devemos reconhecer e proclamar a obra dos que nos antecederam, próxima e remotamente, para tecer louvores ao bem que fizeram, assinalando a pedra com que contribuíram para a edificação nacional, e vendo, nos seus erros, simples advertências que nos ajudarão a encontrar o caminho certo. Não é bom augúrio para uma coletividade nacional a ausência de senso histórico. Ainda por ocasião da última guerra, inclusive de onde menos se esperava, assistimos como foram certos povos galvanizados, em momentos dramáticos de perigo e de sofrimento, com apelos às raízes mais fundas da sua tradição nacional e do seu amor à terra pátria. Era o reconhecimento tácito dos valores sedimentados na alma coletiva, pelo trabalho lento das gerações e do tempo, e que, repudiados ou escarnecidos nas horas de exaltação do presente, ressurgem, no entanto, toda vez que a coletividade precisa superar-se para sobreviver.

Como esquecer, pois, ou ignorar, por exemplo, a obra daqueles primeiros jesuítas que, há quatro séculos, lançaram entre nós as sementes de um sistema de educação nacional? E com que carinho devemos resguardar, no espírito e no sentimento do nosso povo, — os que devassaram o território e lhe marcaram as lindes; — os que o defenderam contra a agressão do ultramar e contra os resquícios de contendas coloniais; — os que fizeram a Independência e os que, pela diplomacia e pela força, a mantiveram; — os que, criando o Império, visavam à unidade da Nação, e os que, proclamada a República, conservaram-na revitalizada pela Federação; — os que plantaram e colheram, os que lavraram e extraíram, os que transportaram pelo mar e pelos rios, no lombo de animais ou no bôjo de aviões, grimpendo serras e cruzando vales, lançando trilhos e abrindo estradas; — os que estudaram e pesquisaram, tanto quanto os homens de ação ou os sonhadores! Sim, como os esquecer ou ignorar, se foram eles que nos legaram o nosso patrimônio material e a nossa entidade moral? Que não os tenhamos desmerecido, nesta difícil fase de ajustamentos nacionais e mundiais, e possamos, de frente erguida, aguardar o pronunciamento da Nação!

E não os desmereceram, Senhores Congressistas, os que estão servindo ao Brasil nesta quadra, em que se reata, entre nós, a prática do governo constitucional. Não será nesse sentido, por certo, tudo o que se escreve ou que se ouve, por parte de muitos dos que, pela palavra escrita ou oral, têm acesso ao nosso povo. Servem-se dessa franquia democrática para desmoralizar o regime e os homens que o eleitorado mandou para as casas legislativas ou pôs à frente dos governos.

Palavras
 francas

Uns são confessados inimigos das instituições, para cuja subversão lançam mão de todo e qualquer meio ao seu alcance. O curioso, porém, é que esses detentores de uma nova moralidade, que faz do engodo e da falsidade armas conscientemente aceitas e empregadas, encontram imitadores entre outros, que se inculcam professos de princípios opostos.

Com efeito, é bem tênue, quando se debate entre nós a vida pública, a margem entre o fato e a invenção pura e simples, entre a crítica oriunda de uma convicção sincera e o ânimo de vilipendiar. Com tais processos de inculcar ao público esse alimento espiritual, faculta-se, às vezes inadvertidamente, recidiva ao espírito totalitário. Ele se nutre, precisamente, dessa divisão entre um mundo real, que se suprime e se faz ignorar, nos seus defeitos e nas suas qualidades, e um mundo imaginário, criado pela propaganda e para a propaganda, e que àquele se substitui. Se, no entanto, pelo hábito, procura-se retirar ao povo o respeito pela verdade e o ânimo de ser justo, abre-se caminho para o propagandista de menos escrúpulo ou de maiores meios, independentemente do mérito próprio ou das opiniões que sustente. E bem sabeis que tais processos não contribuem, jamais contribuíram, para a saúde do regime democrático, que repousa, exatamente, na possibilidade de o indivíduo, mediante a honesta e contraditória apresentação de fatos e opiniões, poder formular seu juízo.

Co-responsabilidade

Como um elemento para esse salutar esclarecimento público, em bases democráticas, é que mais esta Mensagem foi elaborada. Os trabalhos de que dá conhecimento, se são precipuamente da responsabilidade do Executivo, tiveram a vossa colaboração insubstituível, pela adoção das medidas e pelo propiciamento dos recursos que se faziam mister. Assim, nestes quatro anos de preparação e aplica-

ção do regime constitucional, obedecendo aos moldes clássicos de nossa tradição republicana, — Legislativo e Executivo, bem como o Judiciário, participaram, em harmonia, das tarefas políticas e administrativas que ao Governo, que compõem, cabia e cabe enfrentar.

Destarte, é nossa, e coletiva, a responsabilidade pelo bom uso da autoridade e dos recursos do Estado, no limite, em relação a cada um dos poderes, das atribuições que lhe são prescritas pela Constituição e pelas leis. Quando, pois, como agora, venho afirmar-vos que o regime republicano, neste período da sua restauração, trabalhou e serviu ao país como os que mais o tenham feito, — posso acrescentar, com tranqüila consciência, que, com isto, não viso, de nenhum modo, encarecer contribuição pessoal.

Quero mesmo expressamente registrar que a vigilância pública, tornada possível graças às franquias e ao espírito do regime, tem larga parte na ativação do desempenho administrativo, de outro modo suscetível de render-se ao marasmo e à rotina burocrática.

Por outro lado, a maior sensibilidade dos quadros políticos às necessidades coletivas, melhor acolhida possibilitou àquelas, que, sendo fundamentais, excluem, no entanto, o suntuário e o aparente. Por igual motivo, encontraram expressão e atendimento aspirações partidas dos mais diversos quadrantes do nosso imenso território, corrigidos excessos centralizadores, os quais, do mesmo passo, empeciam a iniciativa local e faziam convergir para pontos limitados a atenção e os cuidados do centro.

Dispersão de recursos

Não há dúvida que podemos cair no excesso oposto, e já tive ocasião de advertir quanto aos males da dispersividade e da ausência de um plano coerente de trabalho, de que se vão ressentindo os orçamentos federais. O atendimento eqüitativo das necessidades de tôdas as regiões do país não exclui, por certo, que isso se faça, em primeiro

lugar, por meio de obras e atividades próprias e adequadas ao Governo da União.

Tanto mais é de assim proceder quanto somente ela dispõe de elementos para a solução de certos problemas, não havendo objeto em fazê-la impossível, mediante a dispersão de recursos em uma multidão de pequenas providências, que em si nada resolvem. Isso não exclui a assistência técnica e financeira que possa ser prestada a Estados e Municípios, sempre, porém, dentro de critérios gerais e de aplicação uniforme. Exemplifico: devendo ser supletiva e complementar a assistência federal, — pressupõe, e exige, a iniciativa e o esforço locais, constituindo-se, desse modo, em estímulo ao seu surgimento.

Compreendo e pessoalmente participo do anseio dos brasileiros em ver apressadas as etapas do nosso desenvolvimento e solucionados, de maneira conclusiva, os nossos problemas fundamentais. Cumpre não esquecer, porém, que tais problemas freqüentemente se identificam, entre nós, com necessidades elementares e que a ação de cada Governo está limitada pelos recursos de que pode dispor. Por isto mesmo, as atividades de que vos dou notícia visam, em sua maioria, àquelas necessidades, e os recursos empregados estão muito aquém do desejado e mesmo do indispensável para soluções a curto prazo. Se se tiver de aferir a atividade deste Governo, de qualquer governo, pelo que falta fazer, para que o povo brasileiro atinja um nível mínimo de bem-estar, — ver-se-á que o desejável é infinitamente mais do que o já realizado. Mas, se adotada a atitude mais realista de confrontar os resultados com os meios disponíveis, ou de pôr em paralelo, mediante estações concretas de confronto e com atenção ao fator tempo, o trabalho de diferentes administrações, — poder-se-á, então, por sem dúvida, chegar a resultados de maior validade e justiça.

De qualquer modo, este regime constitucional, que se quer fazer passar por inoperante e inerentemente incapaz, pode apresentar ao país, no terreno sanitário, fôlha de serviços à altura dos grandes sanitaristas, com Osvaldo Cruz à frente, que introduziram no Brasil a medicina experimental. As campanhas lançadas contam-se entre as maiores já levadas a efeito em qualquer parte do mundo. Elas se estendem tanto às populações urbanas quanto às rurais, e compreendem os dois maiores flagelos que as atingem: a tuberculose e a malária. Favorecido pelo aparecimento de novos meios de ataque, está o combate à malária sendo ampliado, com igual intensidade, a todo o território nacional, uma vez apurado o acerto dos métodos adotados e o seu êxito em regiões tão extensas ou tão povoadas quanto o Vale do São Francisco e a Baixada Fluminense. Os seus resultados, de que vos dou conta no lugar próprio, são de tal ordem que se pode antecipar, senão a sua erradicação total, pelo menos o desaparecimento da malária como fator de depauperamento social e econômico, primeiramente na vida de regiões inteiras; mais tarde, na de todo o país. A ninguém se faz injúria se a tivermos como o maior esforço já feito no Brasil, para a debelação dessa endemia, que afeta 1/5 da nossa população.

Campanha da
malária

Também autorizam idêntica conclusão os dados da campanha contra a tuberculose. Tomai o número de vacinas BCG distribuídas ou de leitões aparelhados, o de abreu-grafias realizadas ou o referente aos serviços de ambulatórios, — e, com base nesses dados, perfeitamente objetivos e pertinentes, podereis avaliar o trabalho realizado na luta contra aquele mal. A sua repercussão será tanto maior quanto ela se realiza nas zonas de maior concentração de população, que são também aquelas de maior densidade econômica. Tal prioridade foi ditada pelos inquéritos prè-

Campanha
contra a
tuberculose

viamente realizados e que mostraram que ali se concentrava a incidência do mal.

**Campanha
da Criança**

Também não encontram precedentes os recursos proporcionados à Campanha da Criança e os diretamente, ou por intermédio de auxílios a instituições particulares ou locais, empregados na construção, ampliação, melhoria e aparelhamento de hospitais. Isso sem contar a manutenção, sob controle, da peste e da febre amarela, cujos serviços, já organizados, tiveram muito aumentados os seus recursos.

Ensino rural

No terreno educacional, não são menores os serviços prestados. Afirmei, certa feita, quanto ao ensino primário, que superavam os de todos os governos centrais reunidos, desde a Colônia. Compulsai os dados referentes à construção e aparelhamento de escolas rurais, de escolas normais rurais e de grupos escolares, e vereis que não há nisso injustificada ênfase. As bases físicas do sistema brasileiro de educação rural agora que estão sendo lançadas; também as suas bases pedagógicas, mediante o aparelhamento de escolas normais especializadas e a realização, enquanto não iniciam o seu funcionamento, de cursos de aperfeiçoamento para professores e dirigentes do ensino rural, levados a efeito na capital da República e nos Estados.

**Educação de
adultos**

A educação de adultos e adolescentes, destinada a corrigir deficiências passadas do aparelhamento escolar, está sendo promovida em bases de tal amplitude que a tornam, entre nós, praticamente uma iniciativa nova. Poucos se dão conta do labor e das dificuldades, técnicas e administrativas, impostos por um serviço dessa natureza, que pressupõe a colaboração de milhares de pessoas e autoridades, em todos os recantos do país.

Tanto nesse terreno, quanto no da construção de escolas rurais, a prática da colaboração intergovernamental

representa, por si só, sensível ganho, até de natureza política. O depoimento de educadores estrangeiros, que a essas iniciativas se referiram de maneira a mais encomiástica, — é possível que torne de maior aprêço o trabalho, que tantos ignoram ou procuram desconhecer, dos nossos técnicos e administradores educacionais.

A criação das universidades regionais e o auxílio a elas proporcionado representam outro passo no sentido de estabelecer e desenvolver focos descentralizados de pesquisa e ensino superior.

Universidades
regionais

Talvez a primeira reclamação contra a insuficiente penetração do nosso território, e portanto contra as nossas deficientes comunicações, tenha sido formulada, para a posteridade, por Frei Vicente do Salvador, quando disse dos portugueses, nos princípios do século XVII, que se contentavam "em andar arranhando ao longo do mar como caranguejo".

Clamor
quanto a
transportes

Essas reclamações, quando assumi o Governo, faziam-se clamor, responsabilizadas tais deficiências por boa parte das dificuldades de abastecimento, que se refletiam no racionamento e nas filas. De fato, a inexistência de uma política rodoviária; a impossibilidade, durante a guerra, de renovar o nosso aparelhamento de transportes; as más condições técnicas e de traçado da maior parte das nossas ferrovias, impondo praticamente a sua reconstrução; o abandono a que tinham sido relegados os nossos portos, nos quais havia a dragar cerca de 45.000.000 m³ e cujo equipamento, inclusive nos maiores, se tornara obsoleto; tudo isso emprestava à situação a feição aguda de verdadeira crise de transportes.

Também nesse terreno trabalhou-se muito nos quatro anos de restauração democrática. A criação do Fundo Ro-

rodoviário Nacional, por tantos anos retardada, dotou o país, pela primeira vez, de uma política moderna e suscetível de continuidade, no que diz respeito a êsse ramo das comunicações. Os seus resultados se estão fazendo sentir, quer na atividade do Governo federal, quer na dos Governos locais. A implantação do novo sistema teria que demandar algum tempo, também necessário para o equipamento ou reequipamento dos serviços rodoviários. Ultrapassada essa fase, a certeza e o maior vulto dos recursos disponíveis permitiram a elaboração de planos a longo prazo e de maior amplitude, planos êsses que estão sendo levados avante com regularidade e razoável eficiência. Para isto tem concorrido a importação em larga escala de máquinas rodoviárias, destinadas não apenas à União e aos Estados, mas, o que se revela promissor, também às Municipalidades.

Realizações
rodoviárias

Em resultado, os dados de que vos dou conta no lugar próprio — sobre quilometragem aberta, superfície pavimentada e obras de arte construídas — permitem afirmar, sem jactância nem ânimo de crítica, ter sido o atual período republicano aquêlé em que mais se trabalhou em matéria rodoviária.

Quanto aos Estados e Municípios, não obstante a Constituição e as leis autorizarem limitado contrôlle pela administração central, convém ter em mente que constitui renda própria a parte do Fundo Rodoviário que lhes toca. A sua boa aplicação dependerá sempre, como é óbvio, da integridade, competência e zelo das autoridades locais. Pode-se afirmar, no entanto, que, embora em proporções diversas, estão elas dando aos recursos rodoviários aplicação própria e proveitosa. Creio, o que mais uma vez afirmo, que, se persistirmos nessa política rodoviária, felizmente consagrada pela Constituição, transformaremos, dentro de período mais breve do que se supõe, a fisionomia dos transportes no Brasil.

Passando ao setor ferroviário, cumpre conferir os dados sobre a tonelagem de trilhos entregues às nossas ferrovias; a quilometragem em construção e a concluída; o volume dos recursos empregados pela atual administração, na reconstrução do ramal de São Paulo e da linha do centro, da Central do Brasil, em relação ao total despendido para o mesmo fim; os trabalhos de eletrificação, nessa estrada - (inclusive de linhas suburbanas da capital paulista), na Santos-Jundiaí e na Leste Brasileiro; a melhoria dos sistemas de sinalização; o material rodante e de tração já entregue e em uso, e a que se irão juntando as 90 locomotivas contratadas com a indústria francesa; e a renovação de traçados em extensos trechos. Apreciai esses dados e muitos outros, que constam desta Mensagem ou vos poderão ser fornecidos, e não vos surpreendereis, por certo, com o fato de se ter reduzido o que era clamor ao volume de reclamações, usual em país que se desenvolve e cujas ferrovias não o fizeram na mesma proporção.

Realizações
ferroviárias

O pôrto do Rio de Janeiro, por seu turno, pela primeira vez em quase dois decênios, teve o seu cais ampliado e o seu equipamento extensamente renovado, além de ter sido dotado de uma estação de expurgo e outras facilidades para os seus clientes, e de ter em edificação outro melhoramento: o pier destinado aos grandes transatlânticos. A dragagem dos nossos portos, sem dúvida o problema de maior vulto e premência para a regularidade dos transportes marítimos, só recentemente passou a contar com recursos de vossa iniciativa e necessita ainda de equipamento adequado.

Realizações
portuárias

A marinha mercante brasileira, por sua vez, foi enriquecida com a aquisição de novas unidades, com as quais está em condições de assegurar a navegação de cabotagem

Navegação

e de concorrer nas linhas internacionais. Para a navegação fluvial, foram encomendados e já se acham em construção navios destinados à Bacia do Prata, cuja frota existente, do mesmo modo que a da Amazônia, teve renovadas várias de suas unidades.

**Frota de
petroleiros**

Mais recentemente, foram concluídas as negociações para a aquisição de uma frota de petroleiros a ser construída em estaleiros suecos, ingleses, holandeses e japoneses. A primeira unidade, única existente quando da encomenda, já aportou a esta capital, precursora das que virão ajuntar 180.000 toneladas aos nossos meios de transporte marítimo. E convém atentar: de um gênero especializado do transporte, para o qual estávamos completamente desparelhados.

Não poderá ser subestimado o alcance dessa medida. A par da economia de divisas que nos proporcionará, com as quais poderemos adquirir maior quantidade de produtos de petróleo, para satisfazer a um consumo que cresce em proporções extraordinárias e imprevisíveis, — ainda virá assegurar, no tempo próprio, o abastecimento em óleo cru das nossas refinarias e a distribuição dos seus produtos na cabotagem.

**Refinarias de
petróleo**

Das refinarias, a de Mataripe (2.500 barris diários) está sendo montada e será inaugurada no dia 7 de setembro do corrente ano. Para a de 45.000 barris diários, já foram firmados, pelo Conselho Nacional do Petróleo, os contratos para a feitura do projeto e para a sua construção, aquele com uma firma americana e este com um consórcio francês.

Oleoduto

Foi concluído o projeto do oleoduto de Santos a São Paulo, e estão sendo adquiridos os terrenos de sua faixa de domínio, tudo indicando que a sua construção será iniciada no corrente ano. Bem sabeis que essas providências são

apenas um ponto de partida no desenvolvimento da política petrolífera, que o Governo anunciou e teve a ventura de verificar aprovada pelo sentimento geral do país. É, pois, com satisfação, que vos posso relatar o que já está em andamento para a sua concretização.

Enfrentando cautelosa e progressivamente as questões do abastecimento petrolífero, ataca o Governo apenas uma das faces do nosso problema de energia, que está na base de todos os esforços da industrialização do país, da ampliação e aperfeiçoamento dos nossos meios de transporte e do aumento da produtividade da agricultura.

Energia
elétrica

Outra de suas faces é representada pela energia elétrica. Neste terreno, dividem-se as iniciativas entre o Governo federal, o de alguns Estados e concessionários de serviços públicos.

Assim, cuida a própria União de resolvê-lo, de maneira definitiva, para a maior parte de cinco Estados nordestinos, mediante o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso. Posso assegurar-vos que, antes do fim do corrente ano, estarão tomadas todas as providências de que depende, fundamentalmente, a marcha do empreendimento ali em curso, cuja conclusão se espera para 1953. Não se poderia exagerar a extraordinária significação de que o problema se reveste para a unidade nacional, concorrendo para minorar o desequilíbrio econômico, acentuado por força do maior desenvolvimento do sul do país. Ademais, resgata-se, dessa maneira, velha dívida da Nação para com os seus filhos daquela região, hoje, como nos primórdios da nossa História, responsáveis diretos pela guarda da nossa fronteira marítima no seu ponto mais sensível e mais exposto.

Quanto às iniciativas locais, vem o Governo federal prestando o seu apoio à execução do Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul, na convicção de que o grande Esta-

Eletrificação
no R. G. do
Sul e em
Minas Gerais

do sulino, uma vez dotado de energia abundante, terá surto de progresso ainda maior.

A colaboração federal se faz sentir no fornecimento de recursos para a construção de barragens e na assistência prestada às negociações, recentemente abertas, para obter financiamento em moeda estrangeira, necessário à aquisição de equipamento.

A Minas Gerais e a outros Estados vem o Governo, neste setor, prestando igualmente o apoio ao seu alcance e que lhe é solicitado.

Mecanização
da lavoura

No terreno da produção, peço-vos examinar as cifras referentes à importação de máquinas e tratores agrícolas e de adubos e inseticidas. Vereis, então, que, apesar de tôdas as dificuldades cambiais, nunca esteve o país tão bem abastecido desses elementos de trabalho agrícola, nem foi maior, entre nós, a sua procura, o que denota a renovação que se processa nos campos. Para isso hão concorrido, de maneira eficaz, os esforços do Governo, que teve e tem, como um dos pontos da sua orientação, restabelecer o equilíbrio entre as atividades agrícolas e industriais, na persuasão, por mais de uma vez enunciada, de que o aumento da produtividade das primeiras determinará às segundas surto jamais entrevisto.

Trigo e juta

Do ponto de vista da atividade administrativa, o aumento da produção do trigo e da juta, deixando prever a possibilidade do nosso auto-abastecimento dentro de prazo razoável, constitui vitória dos esforços conjugados das estações experimentais e dos serviços de fomento, ajudados por financiamento adequado e pela mobilização de meios de transporte.

Defesa
animal e
vegetal

Outra conquista dos técnicos nacionais consistiu no completo domínio sobre a peste suína, que chegou a representar sério risco para a nossa economia, e sobre as pragas de gafanhoto.

Nesses casos, como em muitos outros, fêz-se o silêncio, tão pronto desaparecido o perigo.

Aliás, outros exemplos dessa prática poderiam ser alinhados, um deles referente à economia do nosso maior produto agrícola. Quando o Governo deliberou vender as reservas de café em poder do Departamento Nacional do Café, caiu sobre ele verdadeira enxurrada de críticas, a cuja frente se achavam os mesmos que sempre se haviam batido pela extinção dessa autarquia. Argüia-se, de um lado, que essa venda representaria a ruína definitiva dos preços, do comércio, da lavoura, quiçá do próprio país; e clamava-se, por outro lado, contra o pagamento, feito antecipadamente, do empréstimo Coffee Realisation, contraído em 1930. Não se atentava na flagrante contradição desse pronunciamento, pois liquidar aquela autarquia era, essencialmente, realizar o seu patrimônio, constituído sobretudo pelas aludidas reservas de café. Ora, apenhas que estavam, como garantia daquele empréstimo, — teria este que ser pago, para que pudessem aquelas ser livremente vendidas. O que os acontecimentos posteriores vieram provar foi o inteiro acerto das medidas executadas, pois o mercado, excluído fator de perturbação que tais cafés constituíam, não só não sofreu baixa sensível ou duradoura de preços, como reagiu favoravelmente, apresentando o café, logo depois, os mais elevados preços de sua atribulada história. Recomendaria nova leitura do que se escreveu e do que se disse à época, como escarmento para as cassandras mal sucedidas.

A meio da escassez de dólares, que se faz sentir por toda parte, aqueles preços nos auxiliaram a restabelecer a situação da nossa balança de pagamento nessa moeda.

Café

Escassez de
dólares

Com o reembolso do saldo de US\$ 60.000.000, do Empréstimo de Estabilização, contraído no Federal Reserve Bank, para operações de câmbio, liberamos outrosim o ouro de nossa propriedade, dado em garantia.

Em meados do ano, anunciei, em oração proferida na Associação Brasileira de Imprensa, que o Brasil, por seus próprios meios, dominaria as dificuldades que no particular o assaltavam. Mediante a conjugação do licenciamento das importações com o fornecimento de câmbio, sob um critério de austeridade a que se submeteu o próprio Governo, — conseguimos virtualmente liquidar os atrasados comerciais em dólares. A dívida externa em dólares foi também reduzida de US\$ 20.779.350, total que inclui a parcela, nessa moeda, do empréstimo Coffee Realisation antecipadamente resgatado.

Dívida
externa

A nossa dívida em libras igualmente sofreu, em 1949, grande redução, cujo total ascende a £ 24.064.584, parcialmente utilizando-se, para êsse fim, o saldo em libras congeladas. Desde 1946, a redução da nossa dívida externa foi, em dólares, de quase 55 milhões e, em libras, de mais de 34 milhões.

Os acórdos firmados com a França, para a liquidação da nossa dívida em francos, estão sendo executados, já se tendo resgatado cerca de 80% dos títulos em circulação.

Não contraiu o atual Governo nenhum compromisso no exterior, embora tenha apoiado e se haja responsabilizado, solidariamente, por créditos concedidos a grandes obras e empreendimentos de significação para o nosso desenvolvimento econômico.

Encapções
terreviárias

Além disso, foram utilizados saldos em libras para a encapção da São Paulo Railway, da Leopoldina, da Great Western e da Ilhéus-Conquista. Não o deve,

nessa política de nacionalização, a alegação, partida de alguns quadrantes, de que tais ferrovias se encontravam em mau estado, sendo necessário o emprêgo de vultosas somas para reabilitá-las. Colheria tal argumento se os prejuízos causados por essa situação não o fóssem à produção e ao bem-estar das populações brasileiras das zonas servidas. Não havendo a possibilidade, por parte das empresas que as administravam, de obter, no seu país de origem, novos recursos, em dinheiro ou em equipamentos, — impunha-se a solução adotada. Consistia, por outro lado, em utilização possível do que tínhamos imobilizado, sem perspectivas de recebimento em prazo previsível e melhores condições. Ela foi levada a efeito com resguardo dos interesses e do crédito do país, bem assim do seu bom nome nas relações internacionais.

Desejaria somente acentuar, em conclusão, que medidas idênticas, quando tomadas por outros governos, que se viram na mesma conjuntura em que nos encontrávamos, — foram, por alguns dos que agora criticam o do seu país, entusiasticamente saudadas como passos decisivos para a independência econômica.

Não se podia, igualmente, deixar de considerar os benéficos resultados que tais operações trouxeram para a nossa balança de pagamento, desobrigada, desse modo, de compromissos permanentes. O acréscimo assim trazido às nossas correntes possibilidades de importação, significa, na realidade, uma mobilização indireta, para esse fim, de recursos de outro modo congelados. Encontrava-se alívio, pois, para uma questão das mais graves, que aflige e, com justiça, deve preocupar o país. Refiro-me ao pagamento das nossas importações, que crescem e precisam crescer, para que seja desenvolvida a nossa aparelhagem de produção. Muito se tem dito, com supino desconhecimento do assunto, sobre as nossas compras no ex-

terior, como se elas tão-sòmente consistissem em frivolidades. O grave, no particular, reside, ao contrário, no fato de que não temos muito em que economizar. Cerca de 90% das nossas importações estão na categoria das essenciais, e o que resta não pode ser totalmente eliminado, senão em pequena parcela, sem prejudicar o nosso intercâmbio com determinados países e a colocação de alguns produtos brasileiros, também merecedores do amparo governamental.

Contrôle de
importações

Daí a necessidade do estabelecimento do contróle de importações, que vem produzindo os efeitos procurados. Evidentemente, sempre existirão, dentre dezenas de milhares de casos, licenças que foram concedidas quando não o deviam ser, ou recusadas quando justificáveis. Sem embargo da correção de injustiças e da repressão de abusos acaso praticados, — tais fatos de exceção não constituem critério válido para a aferição da utilidade daquele contróle.

Se se atentar, porém, nos resultados globais obtidos, — ter-se-á de reconhecer que os nossos recursos foram melhor aproveitados, as compras encaminhadas de acôrdo com as disponibilidades em divisas, os nossos compromissos liquidados e mantido o crédito do país. O que preocupa, porém, é que a vozeria demagógica também serve para encobrir ao povo o que, como disse, é realmente grave: não termos praticamente onde economizar na nossa balança comercial, o que está a exigir, ao mesmo tempo, maior disciplina nas compras e grande esforço para aumentar a exportação.

Apelo ao
equilíbrio
orçamentário

Outro aspecto para o qual desejaria, finalmente, solicitar a vossa atenção, é, mais uma vez, o do equilíbrio orçamentário. No lugar próprio encontrareis os dados referentes à execução orçamentária dos últimos anos. Vereis

que, em 1947 e 1948, conseguimos aquêle equilíbrio. Fácilmente comprovareis, também, que, em 1946 e 1949, quando os deficits foram vultosos, — isso foi determinado, em parte preponderante, por aumentos de vencimentos, inclusive com efeito retroativo, e pelo pagamento de abonos acima do que estaríamos em condições de fazer. O acréscimo das verbas de pessoal — por sua natureza incompressíveis — retira à administração os recursos com que atender às necessidades nacionais: educação, saúde, transportes, energia, fomento da produção. Parece necessário, portanto, o estabelecimento de mais estrita disciplina orçamentária, da elaboração e votação à execução. Em país novo como o nosso, em plena expansão, é preciso não restringir ainda mais a parte da despesa pública aplicada em investimentos produtivos.

POLÍTICA INTERNA

Já estabeleci, como hábito, em as minhas Mensagens ânuas, relacionar as principais leis postas em vigor, no curso do ano focalizado. É este um documento que desempenha, entre outros, o papel de repositório de informações de interesse público.

Legislação
nova

São as seguintes as principais leis que, até 16 de janeiro de 1950, se incorporaram ao índice dos nossos diplomas legislativos :

- Lei n.º 603, de 2 de janeiro de 1949. — Autoriza a abertura de crédito especial para despesas de amparo às populações de Municípios dos Estados de Pernambuco e Alagoas.
- Lei n.º 604, de 3 de janeiro de 1949. — Transforma em estabelecimento federal de ensino superior a Faculdade de Direito de Goiás.
- Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949. — Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.
- Lei n.º 607, de 6 de janeiro de 1949. — Altera a carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.
- Lei n.º 608, de 10 de janeiro de 1949. — Torna extensiva aos suboficiais e sargentos do 1.º Grupo da FAB as vantagens concedidas ao pessoal da FEB pelo Decreto-lei n.º 8.159, de 1945, e pela Lei n.º 11, de 1946.
- Lei n.º 609, de 13 de janeiro de 1949. — Provê a revalidação dos cursos realizados pelos alunos das escolas superiores não reconhecidas.
- Lei n.º 610, de 13 de janeiro de 1949. — Fixa normas para a profilaxia da lepra.
- Lei n.º 611, de 13 de janeiro de 1949. — Cria, na Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional de Produção Animal, duas inspetorias regionais, nos Estados de Mato Grosso e Goiás.
- Lei n.º 612, de 13 de janeiro de 1949. — Cria um horto florestal no Município de Silvânia, Estado de Goiás.
- Lei n.º 614, de 2 de fevereiro de 1949. — Autoriza o Poder Executivo a efetuar empréstimos para a construção de pequenos açudes na zona do denominado Polígono das Secas.
- Lei n.º 615, de 2 de fevereiro de 1949. — Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, para as safras de 1948 a 1951.

- Lei n.º 616, de 2 de fevereiro de 1949. — Altera os arts. 1.º e 6.º da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, que concedeu vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra.
- Lei n.º 620, de 12 de fevereiro de 1949. — Dispõe sobre os créditos destinados às campanhas contra a malária e a peste.
- Lei n.º 623, de 18 de fevereiro de 1949. — Torna embargáveis as decisões das turmas do Supremo Tribunal Federal, quando diverjam entre si, ou de decisão tomada pelo Tribunal pleno.
- Lei n.º 626, de 21 de fevereiro de 1949. — Concede auxílio à navegação do Baixo São Francisco.
- Lei n.º 628, de 21 de fevereiro de 1949. — Releva de prescrição o direito das pessoas beneficiadas pelo Decreto-lei n.º 1.544, de 25 de agosto de 1939, que concedeu pensão vitalícia aos voluntários das campanhas do Uruguai e Paraguai.
- Lei n.º 630, de 24 de fevereiro de 1949. — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras a toda empresa ou firma individual que adquirir navio para a indústria do pescado.
- Lei n.º 641, de 27 de fevereiro de 1949. — Autoriza o Poder Executivo a suspender, nos exercícios de 1948 a 1950, inclusive, a cobrança dos direitos de importação e taxas que incidem sobre o cimento Portland.
- Lei n.º 644, de 28 de fevereiro de 1949. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para restauração de culturas agrícolas e prédios rurais nos Municípios de União dos Palmareis e Muriá, Estado de Alagoas.
- Lei n.º 645, de 4 de março de 1949. — Dispõe sobre os direitos e garantias trabalhistas dos empregados de empresas mútuas de seguros de vida.
- Lei n.º 646, de 4 de março de 1949. — Dispõe sobre o amparo a participantes da FEB que serviram no teatro de operações da Itália, em 1944 e 1945.
- Lei n.º 648, de 10 de março de 1949. — Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos corpos legislativos, verificadas em virtude de cassação de registro de partido político.
- Lei n.º 650, de 13 de março de 1949. — Autoriza a abertura do crédito especial para aquisição de locomotivas, refinarias e navios petroleiros, com utilização de recursos já existentes, ex vi da Lei n.º 16, de 7 de fevereiro de 1947.
- Lei n.º 651, de 13 de março de 1949. — Dispõe sobre a realização do VI Recenseamento Geral do Brasil.
- Lei n.º 662, de 6 de abril de 1949. — Declara feriados nacionais os dias 1.º de janeiro, 1.º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.
- Lei n.º 668, de 13 de abril de 1949. — Estende à Escola Naval as vantagens conferidas aos alunos da Escola Militar de Resende.
- Lei n.º 683, de 26 de abril de 1949. — Dispõe sobre a realização de concursos nos estabelecimentos isolados de ensino superior.

- Lei n.º 684, de 28 de abril de 1949. — Autoriza a instalação de estações radiotelegráficas em Municípios dos Estados do Amazonas e Mato Grosso.
- Lei n.º 694, de 7 de maio de 1949. — Dispõe sobre o financiamento da câra de carnaúba, e dá outras providências.
- Lei n.º 705, de 16 de maio de 1949. — Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Comissário de Polícia, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- Lei n.º 711, de 25 de maio de 1949. — Dispõe sobre a estabilidade dos juizes e servidores da Câmara de Reajustamento Econômico.
- Lei n.º 718, de 27 de maio de 1949. — Regula o acesso, aos postos de Contra-Almirante *M* e Contra-Almirante Engenheiro Naval, dos Capitães-de-Mar-e-Guerra *M* e do Quadro de Engenheiros Navais.
- Lei n.º 745, de 22 de junho de 1949. — Dispõe sobre o registro, no Ministério da Educação e Saúde, de professores de educação física e médicos assistentes de educação física, assim como, de técnicos esportivos não habilitados na forma da lei.
- Lei n.º 748, de 23 de junho de 1949. — Autoriza a abertura de crédito especial para aquisição de inseticida e máquinas para combate à broca do café.
- Lei n.º 749, de 27 de junho de 1949. — Retifica a Lei n.º 537, de 14 de dezembro de 1948, e discrimina verbas constantes de seu anexo n.º 4 — Presidência da República.
- Lei n.º 752, de 30 de junho de 1949. — Prorroga a vigência da Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948 (licença prévia).
- Lei n.º 756, de 8 de julho de 1949. — Dispõe sobre a organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Lei n.º 765, de 14 de julho de 1949. — Dispõe sobre o registro civil de nascimento.
- Lei n.º 771, de 21 de julho de 1949. — Autoriza o Poder Executivo a celebrar com o Estado de Santa Catarina novo contrato de arrendamento da Estrada de Ferro Santa Catarina.
- Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949. — Dispõe sobre o ensino de enfermagem no país, e dá outras providências.
- Lei n.º 776, de 8 de agosto de 1949. — Assegura vantagens aos militares da FEB mutilados em consequência de ferimento recebido ou moléstia adquirida nas zonas de combate da campanha da Itália.
- Lei n.º 781, de 17 de agosto de 1949. — Institui o Dia Nacional de Ação de Graças.
- Lei n.º 785, de 20 de agosto de 1949. — Cria a Escola Superior de Guerra, e dá outras providências.
- Lei n.º 799, de 1.º de setembro de 1949. — Modifica o art. 295 do Código de Processo Penal.

- Lei n.º 806, de 2 de setembro de 1949. — Assegura contagem de tempo aos funcionários que obtiveram pronunciamento favorável da Comissão Revisora, instituída pelo parágrafo único do art. 18 da Constituição federal de 16 de julho de 1934.
- Lei n.º 810, de 6 de setembro de 1949. — Define o ano civil.
- Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949. — Regula a aquisição, a perda e a reanquirição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos.
- Lei n.º 819, de 19 de setembro de 1949. — Institui o regime de cooperação para a execução de obras de saneamento.
- Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949. — Reorganiza o Tribunal de Contas da União.
- Lei n.º 837, de 26 de setembro de 1949. — Dá nova redação ao art. 27 do Decreto-lei n.º 9.669, de 29 de agosto de 1946, que regula a locação de prédios urbanos.
- Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949. — Prorroga o prazo da Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o Exterior.
- Lei n.º 851, de 7 de outubro de 1949. — Dispõe sobre a composição das Congregações de Institutos do Ensino Superior de Municipalidades.
- Lei n.º 854, de 10 de outubro de 1949. — Dispõe sobre a contribuição de melhoria prevista no art. 30 da Constituição.
- Lei n.º 869, de 16 de outubro de 1949. — Extingue o período adicional ao exercício financeiro, e dá outras providências.
- Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949. — Dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.
- Lei n.º 924, de 21 de novembro de 1949. — Transforma em estabelecimento federal de ensino superior a Faculdade de Direito do Amazonas.
- Lei n.º 960, de 8 de dezembro de 1949. — Dispõe sobre a execução dos serviços de aerolevanteamento no território nacional.
- Lei n.º 961, de 8 de dezembro de 1949. — Orça a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1950.
- Lei n.º 968, de 10 de dezembro de 1949. — Estabelece a fase preliminar de conciliação ou acôrdo nas causas de desquite litigioso ou de alimentos, inclusive os provisionais, e dá outras providências.
- Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949. — Dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia.
- Lei n.º 971, de 16 de dezembro de 1949. — Federaliza a Universidade de Minas Gerais.
- Lei n.º 974, de 17 de dezembro de 1949. — Concede abono de Natal aos servidores da União.
- Lei n.º 975, de 17 de dezembro de 1949. — Regula a situação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

- Lei n.º 976, de 17 de dezembro de 1949. — Federaliza a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, a Faculdade de Medicina do Recife e a Escola de Engenharia do Recife.
- Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949. — Dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.
- Lei n.º 1.003, de 24 de dezembro de 1949. — Dispõe sobre o financiamento das lavouras de café.
- Lei n.º 1.004, de 24 de dezembro de 1949. — Regulamenta o § 1.º do artigo 198 da Constituição federal, que dispõe sobre o amparo às populações atingidas pela seca do nordeste.
- Lei n.º 1.014, de 24 de dezembro de 1949. — Federaliza a Faculdade de Direito de Alagoas, com sede em Maceió.
- Lei n.º 1.021, de 28 de dezembro de 1949. — Transforma em institutos autônomos as Escolas de Odontologia e Farmácia da Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre e da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia.
- Lei n.º 1.025, de 30 de dezembro de 1949. — Dispõe sobre a contagem da suspensão da prescrição para os militares e civis que serviram na Força Expedicionária Brasileira ou forças das Nações Unidas.
- Lei n.º 1.026, de 30 de dezembro de 1949. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 22.000.000,00 para os estudos e início de construção das ligações férreas: Ubatuba-Ipiaú-Jequié, Mossoró-Sousa, E.F. Central de Pernambuco, Campina Grande-Patos.
- Lei n.º 1.027, de 30 de dezembro de 1949. — Estende aos militares da Marinha, que menciona, as vantagens a que se refere o Decreto-lei número 8.794, de 23 de janeiro de 1946 (pensões especiais).
- Lei n.º 1.031, de 30 de dezembro de 1949. — Regula a concessão de pensão às viúvas dos veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai.
- Lei n.º 1.036, de 30 de dezembro de 1949. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito suplementar em reforço da verba que especifica (crédito de Cr\$ 29.499.660,30 — Verba 3 — Serviços e encargos). Imposto de rendas para as prefeituras.
- Lei n.º 1.037, de 31 de dezembro de 1949. — Dispõe sobre a promoção de subtenentes.
- Lei n.º 1.045, de 2 de janeiro de 1950. — Dispõe sobre a concessão de alta aos doentes da lepra.
- Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950. — Dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.
- Lei n.º 1.047, de 2 de janeiro de 1950. — Cria no Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores o Serviço de Rádio Patrulha.

Lei n.º 1.049, de 3 de janeiro de 1950. — Federaliza a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.

Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950. — Reajusta os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares atacados de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei.

Lei n.º 1.051, de 6 de janeiro de 1950. — Autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco do Brasil S.A. operação de crédito para financiamento do cacau.

Lei n.º 1.052, de 9 de janeiro de 1950. — Cria no Ministério da Agricultura uma Inspetoria de Defesa Sanitária Animal.

Lei n.º 1.054, de 16 de janeiro de 1950. — Cria uma subestação experimental para cultura da juta e outras plantas têxteis, no Município de Parintins, Estado do Amazonas.

Lei n.º 1.055, de 16 de janeiro de 1950. — Federaliza escolas de agronomia e de veterinária nos Estados do Paraná, Ceará, Rio de Janeiro e Bahia.

Leis complementares

Tenho dado conta nas Mensagens anteriores do estado da legislação complementar à Constituição.

A esse respeito, tive a honra de vos dirigir, em a minha primeira Mensagem anual (1947), as seguintes palavras:

"Não basta votar uma Constituição. Importa pô-la a vigor. Para isso, é mister desdobrar as normas constitucionais em leis complementares. Para administrar segundo um novo regime instaurado, força é atualizar a legislação."

E mais adiante insisti, quanto à legislação ordinária:

"Impõe-se uma geral revisão em nosso direito civil, comercial, penal e processual. O Código Civil tem uma fisionomia nova, mas as suas diferentes províncias foram traçadas no começo do século, ou seja, antes da primeira guerra mundial. O Código Comercial, em face da legislação posterior, ficou praticamente obsoleto, estando a desafiar o interesse e o patriotismo dos legisladores. A nossa codificação penal não integra todos os campos do ilícito, nem prevê todas as formas de criminalidade. A processualística, se bem que já despida dos ranços do passado, ainda não atingiu o grau de aprimoramento desejável, no sentido de acelerar a solução das demandas."

E, ainda, a propósito de problemas fundamentais, acentuava a Mensagem anual que vos fiz presente, em 15 de março de 1947:

"Por outro lado, não é possível lutar contra as causas e efeitos da crise brasileira sem uma legislação adequada que atualize

as normas gerais de direito financeiro, e planifique a ação governamental em matéria de seguro e previdência social, de produção e consumo, de regime dos portos e navegação de cabotagem, de tráfego interestadual, de comércio exterior e interestadual, de instituições de crédito, câmbio e transferência de valores para fora do país."

Neste passo, formulei então veemente apêlo aos legisladores, com estas palavras que ainda considero oportunas:

"A obra de Governo é o resultado da ação conjugada do Poder Executivo com o Poder Legislativo, tudo dependendo de um acervo de leis oportunas e esclarecidas que complementem a Constituição. Assim é que, nas esferas econômica e social, importa criar o órgão previsto na Constituição, destinado a orientar os serviços de seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes; atendidas as exigências do interesse nacional, para dirigir tais serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização. Urge legislar no sentido de reprimir tôda e qualquer forma de abuso do poder econômico, evitando a dominação de mercados nacionais, defendendo a livre concorrência e proibindo o aumento arbitrário de lucros. Torna-se necessário decretar medidas que facilitem a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas e das glebas não utilizadas. Não tardarão, de certo, provisões do Congresso Nacional, que regulem a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, com a instituição, em bases concretas, de amparo à famílias de prole numerosa. Tudo culminará na criação do previsto Conselho Nacional, para estudo da vida econômica do país."

Voltei, em outras oportunidades, e, nas duas Mensagens anuais que se seguiram, ao mesmo tema, com outros desenvolvimentos e exemplificações, tendo tido a satisfação de sancionar, tudo no ano passado, como consta da relação de diplomas legislativos, a lei que dispõe sobre o repouso semanal remunerado, a que dispõe sobre a contribuição de melhoria prevista no art. 30 da Constituição e a que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia.

A lei mais importante do ano foi com certeza a de n.º 650, de 13 de março de 1949, que autorizou a abertura de crédito especial para aquisição de locomotivas, refinarias e navios petroleiros.

Poder
Judiciário

Em nenhum tempo da vida brasileira, na República ou na Monarquia, foram melhores as relações entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Praticamos as instituições fundamentais do país e mantemos com empenho e perfeição a regra da harmonia e da independência dos poderes, reservados os campos de competência e sem esquecer o que denominei, em a minha última Mensagem, "o espírito de cooperação que resulta de igual devoção ao serviço da Pátria".

Como o Legislativo, desempenha o Judiciário as suas funções constitucionais, cercado de tôdas as garantias e atenções, sendo intransigentemente acatadas as suas decisões e arrestos.

O Supremo Tribunal Federal tem solvido os litígios nos quais vem sendo chamado a interpor a sua autoridade, dentro de atmosfera a mais respeitosa, concorrendo de maneira elevada para esclarecer pontos omissos em a nossa jurisprudência política.

Dentre essas decisões, registro a prolatada sobre o Mandado de Segurança n.º 896, em que se firmou não caber esse recurso contra ato da Mesa do Senado que declarou extinto o mandato de um senador comunista, em obediência a julgado irrecorrível da Justiça Eleitoral; foi considerada constitucional a Lei n.º 211, de 7 de janeiro de 1948, quando prevê a extinção do mandato pela cassação de registro do respectivo partido, se incidir no art. 141, § 13, da Constituição, assim como é condição de elegibilidade, expressamente estatuída na lei, a vinculação a um partido legal; e a superveniente perda dessa condição acarreta a perda do mandato, porque, no atual sistema constitucional brasileiro, os deputados e senadores não representam apenas o povo, mas também os partidos políticos.

A Justiça Eleitoral, por seu turno, tem-se devotado às suas tarefas, com a mais solícita e eficiente cooperação do Poder Executivo.

Ministério
Público

Impõe-se o estudo de um melhor aparelhamento do Ministério Público e sua reorganização, a fim de serem enfrentados os problemas instantes da ordem pública e os atinentes à representação judicial da União.

São assuntos que demandam especiais cuidados por parte do Poder Legislativo, sobretudo no que tange ao zelo que se deve dispensar à fiscalização do cumprimento das leis e da sua fiel

execução, seja perante a Justiça comum, seja perante a Militar, a Eleitoral e a do Trabalho.

Nas Mensagens anuais anteriores, já tive oportunidade de assinalar a atenção dispensada, desde o início do vigente período presidencial, aos problemas de organização, administração e governo dos Territórios federais.

Organização,
Adminis-
tração e
Governo dos
Territórios
Federais

Considerado à parte o Território de Fernando de Noronha — que serve especificamente aos interesses da defesa do país na orla atlântica — as funções dessas entidades acham-se intimamente ligadas às exigências da nacionalização, povoamento, valorização e segurança de consideráveis áreas de fronteiras brasileiras na Amazônia.

Com efeito, perfazendo uma superfície pouco menor do que a da região sul do país, abrangem os Territórios Federais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá cerca de 759.068 km², o que representa 9,81% da área total do Brasil e 16,13% do polígono amazônico, delimitado para fins de planejamento econômico.

Enquadrando-se em sua maior parte nos limites da faixa reservada à defesa nacional, cada uma das unidades que se definem nesse imenso centro de interesse, possui, ademais, superfície maior do que a de alguns Estados da Federação.

O que torna particularmente difícil a solução de seus problemas de base não é apenas a grandeza física de cada Território, mas sim o conjunto de condições peculiares, representado pela localização geográfica, natureza *sui generis* da entidade, falhas de legislação e, sobretudo, o vulto das necessidades a atender.

Insiste-se no motivo da localização geográfica, visto que, delimitando-se nos mais remotos ângulos da Amazônia, oferecem os Territórios federais um conjunto típico de problemas, de natureza política, administrativa, jurídica e econômica, cujo equacionamento não só demanda tempo apreciável como ainda se condiciona à adoção de medidas impositivas de revisão nas leis que os regem.

A distância, porém, da situação geográfica desses Territórios, que contornam as fronteiras da Amazônia brasileira, não tem obstado ao Governo o interesse com que vem promovendo o seu desenvolvimento e, ainda, acompanhando permanentemente as iniciativas que nêles se levam a efeito, no sentido de se lhes alcançar auto-suficiência — necessária para transformá-los de futuro em Estados-membros da Federação.

Embora os Territórios revelem reais possibilidades econômicas, deixadas anteaver pela imensa superfície e pela ocorrência de variados recursos naturais ainda não explorados racionalmente, — trata-se de áreas de inexpressiva capacidade tributária, justificando-se, assim, cabalmente, os vultosos recursos financeiros que o Governo federal lhes tem proporcionado, em ritmo crescente, nestes últimos quatro anos.

Dêsse modo, a responsabilidade de vitalizar essas unidades federativas continuará a constituir, por dilatado tempo, oneroso encargo da União, que vem administrando os ditos Territórios através de seus governadores e dos órgãos executivos que lhes são subordinados, o que constitui um regime peculiar, na conformidade da legislação em vigor.

Nas áreas territorializadas, em lugar das repartições estaduais, existem órgãos de estruturação, com quadros de pessoal também criados pela União, mas que não possuem a mesma natureza jurídica dos do Governo federal.

Por sua vez, aos Governadores delegou-se uma soma de amplas atribuições administrativas, compatíveis com as necessidades dessas regiões, sujeitas ainda às penetrações colonizadoras.

Além dos órgãos da administração territorial, operam nas circunscrições os de competência exclusiva do Governo federal, subordinados aos Ministérios, e ainda os do Poder Judiciário.

Finalmente, os governos municipais subsistem, nas referidas áreas, com os mesmos poderes de auto-organização assegurados pela Constituição aos dos Estados.

Possuem os Territórios, conforme se deduz dessa análise, organismo político, administrativo e jurídico estruturado nas mais amplas bases, com características próprias, embora envolvidas nos laços da Federação.

Seus órgãos integram-se em unidade administrativa que se articula no mecanismo burocrático do Governo federal, possuindo, portanto, apenas capacidade de auto-administração, de vez que as leis em vigor não lhes asseguraram, aos governos dos Territórios, a autonomia que só lhes é prometida plena quando da transformação em novos Estados. Também não podem ser classificados, rigorosamente, como autarquias territoriais.

Ao tratar dêsse regime administrativo *sui generis*, objetivando, particularmente a organização da administração territorial, alvitrei sugestões que, a meu ver, se consubstanciadas numa lei orgânica:

geral — e em cujo texto ainda se codificariam os dispositivos esparsos de aplicação extensiva aos Territórios —, poderiam certamente concorrer para melhor funcionamento dos seus governos. Tive em vista o propósito de instituir um sistema racional de administração territorial, moldado na realidade brasileira. Constituir-se-ia tal sistema, em linhas gerais, de um órgão central de planificação e assistência, no qual se articulariam as administrações territoriais integradas pelos órgãos executivos que operam na região, sob a autoridade central dos governadores.

Quanto ao regime financeiro, aconselha a experiência que as dotações sejam globalmente deferidas aos Territórios, em cada exercício, continuando o Tribunal de Contas da União a velar pela sua boa aplicação, segundo as necessidades regionais, em obediência a normas financeiras e contábeis, objeto de codificação especial.

Apraz-me registrar que começaram a surtir o desejado efeito sugestões anteriores no sentido de melhor funcionamento dos órgãos administrativos.

Começando pelas reuniões levadas a efeito no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com a presença de representante de cada Território, já se relataram os estudos preliminares, a fim de solucionar os problemas referentes à instituição de sistema racional de administração territorial.

Salutares providências foram tomadas quanto a recomendações que implicavam medidas administrativas, como as referentes à aplicação das dotações não só nas capitais mas também nos municípios do interior. Pelos órgãos competentes, já foram assentadas decisões a respeito da reorganização dos municípios territoriais.

Oportuno seria, no momento, instituir uma Comissão de representantes dos Territórios na Câmara dos Deputados para, com a cooperação de técnicos do Governo federal e das administrações territoriais, estudar desde logo a viabilidade da revisão legislativa, por muitos reclamada.

Mas, a despeito das dificuldades e das falhas de legislação, assinalam-se nos Territórios federais, nestes últimos quatro anos, realizações que exprimem não só o vulto dos quantitativos que a União lhes tem atribuído, mas também o significado da sadia orientação que venho preconizando, ao equacionar os problemas fundamentais de organização, administração e governo dessas áreas.

Indiscutivelmente, além do Acre, os Territórios federais do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá apresentam hoje, em tão curto prazo, situação de progresso que não lograriam jamais, caso continuassem sob o regime anterior ao desmembramento.

Cumprir registrar os principais empreendimentos que se realizaram, no exercício transato, em cada um dos referidos Territórios, empreendimentos êsses, em regiões remotas, e somente agora beneficiadas por incontestável surto de progresso, que apresentam proporções cujas perspectivas só podem ser apreciadas tendo em vista as realidades do meio.

ADMINISTRA-
ÇÃO DO TER-
RITÓRIO
FEDERAL DO
ACRE

As realizações do Governo do Território Federal do Acre, nestes últimos anos, abrangeram os principais setores da administração territorial, destacadamente os de obras e colonização.

A fim de melhor aquilatar do vulto dessas realizações, faz-se mister recordar que, desde o primeiro grande colapso da borracha, o mais antigo dos nossos Territórios ingressou numa fase de declínio administrativo, da qual somente começou a sair quando o Governo federal aumentou as dotações através das quais tinha em vista soerguer a região acreana.

Enquanto os Governos e a iniciativa individual deixaram nos Estados do Pará e do Amazonas expressivos marcos da fase áurea da borracha, o mesmo não se verificou no Território Federal do Acre. Seus núcleos urbanos, constituídos, na quase totalidade, de casas de madeira levantadas ao sabor da aventura econômica, entraram em fase de verdadeira decadência.

Viveu o Acre, daí por diante, um período de desorganização que se explica facilmente, não só porque os capitais privados buscaram refugio mais seguro naqueles Estados, senão também porque o Governo local, desde a incorporação do Território, foi instituído sob sistema tributário que não facultava receita suficiente para ocorrer às necessidades regionais.

Passou a União a outorgar ao Acre auxílios financeiros, cada vez maiores, mas êstes, realmente, apenas serviam para manter a burocracia territorial, embora inicialmente inferiores ao volume das arrecadações federais, durante a fase em que a hévea alcançou as mais altas cotações.

Dêsse modo, durante o longo período da desvalorização da borracha, tornava-se imperioso aumentar as dotações federais, pois perduravam os efeitos daquela desorganização, apesar do incre-

mento do comércio da castanha, das madeiras e das peles silvestres, produtos que serviam de anteparo à economia acreana.

Tentou sua administração, em diversas fases, mediante parques auxílios, a tarefa de reconstruir os núcleos urbanos do Território, cujas populações passaram a crescer, tornando-se mais sedentárias, como consequência lógica do despovoamento dos seringais.

Pouco se fez, porém, nesse sentido, motivo por que em 1946 ainda estavam por concluir importantes obras projetadas, como aconteceu com o próprio Palácio do Governo, que foi iniciado em 1928 com o propósito de centralizar os principais órgãos da administração.

Registrando essas observações, apraz-me verificar que a análise das dotações destinadas ao Acre, desde a sua incorporação ao país até o presente momento, demonstra que ao referido Território jamais foram concedidos auxílios tão vultosos como os que se lhe têm propiciado durante o atual período presidencial.

A extensão de tais auxílios coincidiu, é fato, com o novo surto de valorização da borracha, devido a sua importância bélica, na última conflagração. Em nenhuma outra época, porém, alcançaram as dotações acreanas os quantitativos que se vêm registrando, a partir de 1946.

No exercício de 1949, contou o Território Federal do Acre com a dotação global de Cr\$ 60.057.000,00, sendo Cr\$ 20.220.000,00 para pessoal; Cr\$ 9.272.000,00 para material; Cr\$ 6.565.000,00 para serviços e encargos; e Cr\$ 15.000.000,00 para obras. Houve, portanto, mesmo com relação ao exercício de 1943, um acréscimo de quase Cr\$ 8.000.000,00.

Tornou-se assim possível à atual administração do Acre, mediante os recursos que o Governo federal lhe tem dispensado, não somente ultimar construções iniciadas, mas também desenvolver um programa de obras em proporção digna de nota, na capital e no interior.

Nos exercícios de 1946 e 1947, quando se ultimarem as construções do Palácio do Governo, do edifício do ginásio e do grupo escolar da Capital, cuidou a atual administração acreana de planejar um programa de realizações novas, ligadas tanto ao urbanismo quanto às necessidades econômicas do Território.

De acordo com esse programa, foram concluídos, em 1948: — os prédios da Imprensa Oficial; — dois grupos escolares nos municípios do interior; — e a estação de passageiros na capital. Ultimaram-se ainda: — os serviços de levantamento altimétrico e plani-

métrico de quatro aeroportos; — casas de estações radiotelegráficas, em três municípios; — e 11 escolas rurais, construídas em colaboração com o INEP, além de obras de menor vulto.

O mesmo ritmo continuou em 1949, quando foram terminadas : — mais nove escolas, sendo oito rurais e uma infantil; — a maternidade e clínica de mulheres, com capacidade para 100 leitos; — o prédio e novas instalações da radiodifusora local; — o edifício-sede da colônia experimental; — um conjunto de casas residenciais na Colônia Agrícola Penal; — e um campo de pouso em Porto Acre. Estas foram as obras de maior significado no exercício transato.

Nesse mesmo exercício, importantes construções, algumas em fase de finalização, tiveram prosseguimento, sendo oportuno ressaltar : — o prédio do Departamento de Saúde; — cinco grupos escolares, dos quais um na capital e os restantes no interior; — internato da Escola Normal de Rio Branco; — dois leprosários-colônias, situados no município da capital e no de Cruzeiro do Sul, respectivamente; — 23 escolas rurais; — hotel; — ampliação de quatro campos de pouso; — bem como rodovias destinadas à interligação dos núcleos econômicos do Território do Acre.

Justo é frisar, nesta oportunidade, que a administração, além de se ter empenhado no andamento dessas obras, deu ainda início, em 1949, a várias outras de igual importância, de acordo com o programa para 1950, já estando prontos os trabalhos preliminares para o abastecimento de água da capital acreana.

Assim sendo, as dotações outorgadas à administração do Território do Acre exprimem-se em realizações que incontestavelmente assinalam uma fase de apreciável progresso em toda a região.

Quanto ao setor de colonização, orienta-se a administração do Acre no sentido de promover a auto-suficiência do Território, pelo povoamento racional da região, o que tem contribuído para incrementar a produção agrícola e pastoril.

Cuidou ainda a administração acreana, nesse setor, de substituir as tradicionais rotinas de produção da hévea, pela adoção sistemática do processo Abrantes, de vantagens já seguramente comprovadas como fator de valorização e rendimento da borracha.

Além dessa providência que visa obter melhores padrões para o produto básico da região, tem procurado a administração incentivar a pecuária e fomentar a agricultura, através de medidas de expressivo significado para a valorização econômica do Território.

Sob esse aspecto, formam-se novos rebanhos com reprodutores importados, enquanto vários postos agrícolas são organizados nos municípios.

Mostram-se realmente satisfatórios os resultados do loteamento do seringal "Empresa", sobretudo se se considerar que o regime da propriedade da terra, no Acre, constitui o maior obstáculo à sua colonização, tendo em vista o diminuto número de latifúndios. Até agosto de 1949, cerca de 3.617 agricultores, compreendendo 766 famílias, empregavam suas atividades produtivas na referida área, loteada em condições satisfatórias para os colonos. Loteamentos semelhantes estão sendo realizados em Brasiléia, Xapuri, Feijó e Tarauacá.

A região que hoje compreende o Território Federal do Guaporé já sentia, de há muito, os efeitos benéficos da direção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, cujas realizações concorreram bastante para incentivar o progresso que hoje se observa no antigo município amazonense de Pôrto Velho.

ADMINISTRA-
ÇÃO DO TER-
RITÓRIO
FEDERAL DO
GUAPORÉ

A essas realizações vieram juntar-se as iniciativas da administração do Território, de modo que todo o Guaporé tem experimentado os salutaros influxos de dois organismos que muito vêm fazendo pelo seu desenvolvimento econômico e social, graças aos recursos que a União ali tem concentrado.

Não fôra isso, o Território, à semelhança, aliás, de todas as regiões situadas nas fronteiras amazônicas, continuaria, certamente, dependendo exclusivamente da indústria extrativa de borracha, castanha, madeiras e peles silvestres, cujas compensações financeiras não têm proporcionado aos governos locais e à iniciativa individual meios suficientes para atender às necessidades fundamentais de suas populações.

No exercício de 1949, só a administração territorial do Guaporé contou com dotações que atingiram o global de Cr\$ 46.750.000,00, dos quais Cr\$ 22.210.000,00 destinados a pessoal; Cr\$ 6.620.000,00 a material; Cr\$ 1.170.000,00 a serviços e encargos; e Cr\$ 16.750.000,00 a obras.

Revela iniciativas e resultados verdadeiramente auspiciosos o desdobramento das atividades, em conjunto, das divisões da administração do Guaporé, nos setores de obras, colonização, educação e saúde pública.

Não tendo sido consignada nenhuma verba, no orçamento de 1949, para obras novas, a administração territorial do Guaporé, no exercício referido, empenhou-se em prosseguir as construções iniciadas, tendo sido concluídos: — o hotel de Guajará-Mirim; — o grupo escolar de Guajará-Mirim; — o edifício para as Divisões de Educação e Saúde, em Pôrto Velho; — o edifício para a sede da E. F. Madeira-Mamoré; — 17 escolas rurais; — e, finalmente, dois postos sanitários no interior.

Estão em andamento: — as obras do hotel de Pôrto Velho; — as do Palácio do Governo; — as da Escola Normal Carmela Dutra; — as do Forum Rui Barbosa; — as do hospital de Guajará-Mirim; — as de seis Escolas Rurais; — e as de mais dois postos sanitários.

Verifica-se, no Guaporé, um ritmo de construção que corresponde a uma casa residencial de dez em dez dias, e de uma escola de mês em mês, sem considerar as obras de vulto já mencionadas. Ultrapassa, no exercício de 1949, a 12.000 m² a área de edifícios públicos construída e em construção.

Executaram-se ainda serviços rodoviários que permitiram o tráfego de noventa quilômetros, entre Pôrto Velho e São Pedro, com a recuperação de 40 km abandonados.

No setor produção, terras e colonização, — as atividades administrativas se orientam no sentido da organização da economia territorial, visando, em primeiro lugar, ao abastecimento alimentar das populações locais.

Numa região onde os gêneros de primeira necessidade vinham sendo importados na sua quase totalidade, faz-se mister ressaltar o sentido das iniciativas que se vêm levando a efeito na agricultura, através de culturas anuais e bienais, bem como na criação de pequenos animais e na pecuária.

Alguns hectares foram desmatados, a fim de ensaiar-se o plantio de várias culturas, inclusive o trigo. Além disso, os órgãos especializados da administração territorial têm cooperado diretamente na obra de auxílio e orientação aos agricultores. Cerca de 1.125 trabalhadores rurais foram fichados, sendo-lhes dadas assistência, sementes e ferragens.

Tratando-se de uma região cujos habitantes, até bem pouco tempo, exclusivamente se dedicavam à indústria extrativa, essas providências adotadas em matéria de organização de produção, na parte de experimentações agrícolas, fruticultura, horticultura, avi-

cultura e pecuária, possuem caráter pioneiro e devem fazer jus ao maior estímulo. Por este motivo, é para destacar o pequeno núcleo agrícola de Candeias, onde os esforços de algumas famílias, dedicadas aos labores da terra, demonstram as reais possibilidades da execução de um plano, em larga escala, de colonização das áreas mais propícias à civilização, em todos os vales do Território. Além do mais, possui o Guaporé condições adequadas para o desenvolvimento da produção, em grande escala, de produtos tropicais, como é o caso do plantio do arroz, a demonstrar, desde agora, as possibilidades de seu incremento, tendo sido elevada a sua produção de sete toneladas, para 200, na safra de 1949.

As vantagens até agora obtidas, mesmo em caráter experimental, levam a crer que as populações do Guaporé construirão, dentro em breve, com o desenvolvimento racional da agricultura e da pecuária, as bases de uma situação econômica independente da produção extrativa, cujas flutuações e incertezas, oriundas da instabilidade de cotação dos principais produtos, tantos males têm causado não só ao Guaporé mas a toda a Amazônia. Espera-se daí que a produção de feijão, arroz, farinha e milho, em 1950, abasteca a população.

Quanto a saneamento, impõe-se observar, de início, que as condições sanitárias da região representam um dos maiores obstáculos à colonização racional do Guaporé. No entanto, enquanto procura estimular o povoamento das áreas mais adequadas do Território, a administração territorial vem executando uma eficaz política de saneamento, que se faz sentir mais eficientemente no combate à malária, que praticamente foi extinta em Pôrto Velho e em Guajará-Mirim.

No exercício de 1949, cerca de 473 setores da região, abrangendo 2.136 km, ao longo dos vales mais importantes, das margens da ferrovia Madeira-Mamoré e da rodovia Pôrto Velho-Rondônia, foram objeto de atenções especiais da administração territorial, em colaboração com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Estima-se em 25.000 habitantes o número dos que, em todo o Território, foram protegidos contra o impaludismo, pela campanha sanitária, na qual colaboram também unidades de medicação, dispostas nos centros de maior interesse.

Possui o Território do Guaporé dois estabelecimentos hospitalares, um em Pôrto Velho e outro em Guajará-Mirim, sendo que este último ocupará, dentro em breve, edifício próprio, cuja cons-

trução se acha bastante adiantada. Cinco postos de medicação, distribuídos pelo interior, já se encontram com os seus prédios quase concluídos, de acôrdo com a localização prevista, respectivamente: — no alto Guaporé; — no rio São Miguel; — no alto rio Ji-Paraná; — no alto rio Jamari; — e no Abunã.

Outras obras incluídas no programa de saúde pública merecem salientadas, como é o caso do prédio da Maternidade, em Pôrto Velho, prestes a inaugurar-se; e o Pôsto de Puericultura, já em funcionamento. Ambos vinham sendo construídos com auxílios do Departamento Nacional da Criança e da Legião Brasileira de Assistência.

No que diz respeito às atividades educacionais, acusou o Território do Guaporé a matrícula geral de 5.000 alunos, revelando considerável elevação em confronto com o exercício de 1947. Torna-se mister acentuar o pequeno número dos habitantes do Território e, conseqüentemente, da sua população escolar, fatores que concorrem para elevar o significado do coeficiente registrado na matrícula geral.

No exercício de 1949, inaugurou-se o novo prédio da escola rural localizada na subestação experimental do Instituto Agrônômico do Norte; — foram criadas oito escolas isoladas no interior; — e ainda foram instaladas mais três escolas rurais, sendo uma em Pôrto Velho e as duas restantes em zonas suburbanas desse município. Tais escolas foram instituídas com auxílio do INEP.

ADMINISTRA-
ÇÃO DO TER-
RITÓRIO
FEDERAL DO
RIO BRANCO

A fisiografia típica do Território Federal do Rio Branco, — cuja área contrasta, em sua maior parte, com a superfície da Amazônia brasileira —, revela condições que só se assemelham às do Território Federal do Amapá. Há, por isto mesmo, traços de identidade na economia desses Territórios.

Tratando-se de região pouco desenvolvida, tem o Governo federal procurado proporcionar à administração de Rio Branco recursos suficientes para que se possam estimular as possibilidades de progresso dos principais vales da região, onde a pecuária e a exploração mineral representam as maiores fontes de riqueza, constituindo as bases fundamentais de um regime econômico que resulta das próprias condições geográficas do Território.

Graças a isto, os pontos mais povoados do Rio Branco são os campos gerais e certas zonas das montanhas, onde pequenos

agrupamentos humanos exercem atividades produtivas na criação de gado e na garimpagem de diamantes. Mas o total de habitantes, incluindo os núcleos esparsos da região das florestas, oferece ainda imensa desproporção com a base física do Território, bastando salientar que a própria capital, a cidade de Boa Vista, que em 1943 possuía 2.000 habitantes, acusou em 1949 uma população de apenas pouco mais de 4.000.

Muito se tem esforçado, porém, a administração do Território em resolver o problema da colonização de Rio Branco, através de providências que se vêm executando não só com o propósito de tornar Boa Vista mais apta a servir de núcleo central de povoamento, pelas obras com que se têm melhorado as condições urbanísticas da cidade, senão também pela abertura de estradas de penetração e pela assistência à pecuária.

A respeito de transportes, comprovou-se que o sistema hidrográfico do Rio Branco não tem servido de atrativo ao povoamento do Território, por não favorecer os empreendimentos da navegação. Seus rios, na época das secas, acusam a instabilidade do nível das águas, observando-se considerável diminuição de volume. O próprio eixo do sistema, o Rio Branco, apresenta-se, nessa época, praticamente inadequado à navegação.

Já em 1948, porém, imprimiu a administração territorial especial atenção à execução do plano rodoviário do Território. Feita a ligação Boa Vista-Caracarái por uma rodovia de 153 quilômetros, o que muito facilitou o intercâmbio com a capital do Estado do Amazonas, — iniciou-se e concluiu-se a estrada de 156 quilômetros, que vai de S. Pedro, margem esquerda do Rio Branco, a Conceição do Maú, nos limites com a Guiana Inglesa. Em 1949, procedeu-se aos trabalhos referentes ao trecho Caracarái-Paracauá, a fim de melhor contornar o trecho encachoeirado que dificulta o intercâmbio entre a Capital do Território e a cidade de Manaus. Outros estudos foram ainda realizados pelo Serviço de Assistência Rodoviária aos Municípios.

Possuindo Rio Branco cerca de 50.000 km de campos naturais, a execução continuada do plano rodoviário do Território virá certamente fomentar a sua colonização. Impõe-se, entretanto, que sejam realizados programas de povoamento das zonas marginais e loteamento de algumas campinas, com o fim de favorecer o desenvolvimento de pequenas fazendas, a serem assistidas, técnica e financeiramente, pelo Governo do Território.

A redução do rebanho a cerca de 100.000 cabeças de gado, conforme as estimativas, nas vastas pastagens naturais do Rio Branco, revela a decadência em que se arrasta a pecuária no Território, por diversos motivos, sobretudo pela dificuldade de assistência financeira adequada aos criadores e pela não utilização de processos modernos para a melhoria dos rebanhos, bem como pela carência de medidas profiláticas. Ao lado de matanças desordenadas, as zoonoses que ocorrem, inclusive raiva e verminoses, muito vinham concorrendo para a penosa situação a que chegaram os fazendeiros riobranquenses, assistindo ao contínuo decréscimo da população bovina e à progressiva degradação dos campos.

E' de justiça assinalar que a administração territorial últimamente tomou enérgicas medidas no sentido do renascimento, em bases racionais, da pecuária riobranquense, através de iniciativas de defesa, como sejam a aplicação de 85 mil doses de vacina anti-rábica, 88.800.000 unidades de penicilina para combate à "coriza gangrenosa", e emprêgo na cura das verminoses de 6.040 gramas de fenotiazina, 758 pastilhas, 1.000 gramas de essência de terebintina e 3.000 gramas de óleo de rícino.

A organização, nas principais zonas de criação, de alguns pequenos postos de assistência à pecuária que compreendem núcleos de fazendas-modelo, veterinários, instrumentos de inseminação artificial, banheiros carrapaticidas, medicamentos para distribuição entre os fazendeiros e outros aparelhamentos, — tudo virá concorrer certamente para acelerar o renascimento da economia pastoril no Território do Rio Branco.

A assistência sanitária às populações continua sendo objeto de salutar medidas de saúde pública, principalmente no combate à malária. Nesse sentido: inspecionaram-se 25.035 depósitos do transmissor; — trataram-se 13.638; — retificaram-se 4.995 valas; — expurgaram-se 5.438 prédios; — e disseminaram-se 8.988 litros de DDT.

Através das atividades dos postos administrativos, recentemente criados, e dos postos médicos do Interior, — a assistência sanitária ao homem do campo elevou-se, em 1949, a 80%, considerando o número de pessoas atendidas e os medicamentos distribuídos. Só o fornecimento gratuito de medicamentos atingiu o valor de Cr\$ 413.444,00. Dentre os resultados alcançados,

observa-se que, em 1949, o coeficiente de mortalidade infantil desceu a 3,33%, convindo lembrar que era de 30% em 1943.

No setor de obras, a administração do Território Federal do Rio Branco, no exercício de 1949, continuou a empenhar-se na remodelação da cidade de Boa Vista. Esse programa começou a ser atacado somente a partir de 1947, quando se completou a edificação do primeiro núcleo residencial do Território.

Das construções de maior vulto, — prosseguem os trabalhos dos edificios destinados ao Hotel de Boa Vista e à Divisão de Saúde; — ultimam-se os serviços para assentamento da canalização de águas pluviais e de esgotos; — iniciou-se a construção dos prédios destinados às divisões de Produção e Educação; — continuam os trabalhos de conclusão do Matadouro Municipal de Boa Vista, que só espera maquinaria para entrar em funcionamento; — e concluiu-se a construção do Posto de Puericultura e Maternidade de Boa Vista, no qual foi instalada a Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância.

Do total de Cr\$ 42.353.000,00 das dotações atribuídas em 1949 à administração territorial do Rio Branco: Cr\$ 17.895.000,00 destinaram-se a pessoal; — Cr\$ 7.748.000,00 a material; — Cr\$ 1.210.000,00 a serviços e encargos; — e Cr\$ 15.500.000,00 a obras.

A administração territorial do Amapá, através da operosidade de seus órgãos executivos, esforça-se excepcionalmente para alcançar os objetivos que inspiraram a criação do referido Território.

ADMINISTRA-
ÇÃO DO TER-
RITÓRIO
FEDERAL DO
AMAPÁ

Empreendimentos de apreciável vulto se assinalaram em 1949, com a mesma intensidade verificada em exercícios anteriores, nos municípios de Macapá, Amapá, Masagão e Oiapoque, correspondendo, assim, às expectativas do Governo federal.

Antes de tudo, vem procurando a administração do Amapá, nos últimos anos, orientar a sua política de inversões no sentido de melhorar consideravelmente as condições de habitabilidade do meio, através de providências que muito concorrem para incentivar a colonização do Território.

Ao lado desse programa, cuidou também de desenvolver a economia da região, quer fomentando as atividades de produção das matérias-primas tradicionais da Amazônia, quer criando novas fontes de exploração de riquezas.

Sob esse aspecto, vale assinalar que, nas pautas de exportação do Território — onde no exercício de 1949 continuaram a figurar com destaque a castanha do Pará, peles silvestres, borracha, pescado e couro —, começam a surgir produtos que ainda não haviam sido anteriormente registrados, como é o caso do estanho.

Já durante a guerra, a exportação do Amapá acusava considerável produção de minérios, dentre os quais sobressaíam cassiterita, columbita e tantalita, o que demonstra ter sabido a administração do Território, além de estimular a exploração dos produtos tradicionais da economia amazônica, orientar as suas atenções no sentido do aproveitamento dos recursos minerais.

Indiscutivelmente, em nenhuma parte da Amazônia foram realizados trabalhos semelhantes aos que se vêm desenvolvendo no Amapá, para conhecimento e exploração de suas reservas minerais.

A par das investigações sobre as riquezas do subsolo, cuida a administração de criar, no Território, a indústria siderúrgica de gusa e ferro-ligas.

Já as sondagens e prospecções, realizadas em 1947, revelaram a existência de mais de 9.000.000 de toneladas métricas de hematita compacta, com elevado índice ferrífero, bem como de mais de 100.000.000 de toneladas métricas de ganga, representando tais depósitos um patrimônio estimado em Cr\$ 1.000.000.000,00, calculada a tonelada ao preço FOB de Cr\$ 100,00.

Além das jazidas de ferro localizadas em certas áreas das extensas florestas da região de Santa Maria, no Rio Vila Nova — cujo revestimento vegetal oferece ainda notáveis possibilidades para a indústria madeireira —, registra-se também a ocorrência de alguns minerais de valor comercial, como sejam manganês, talco, areia monazítica e caulim.

No que diz respeito particularmente ao manganês, continuaram, no exercício de 1949, os trabalhos para a exploração das jazidas do Amapari, já se achando empilhadas e prontas para o transporte cerca de 5.000 toneladas de minério do mais alto teor. Quinhentas toneladas foram transportadas, em caráter experimental, através de duas alvarengas construídas especialmente para esse fim, até o ponto de embarque, em rodovias cujas condições de tráfego são excelentes. Novas alvarengas estão sendo adquiridas. Dêsse modo, os resultados alcançados, até agora, demonstram as reais perspectivas da exploração, em condições vantajosas, dos depósitos

do Amapari, cuja capacidade, segundo estimativas autorizadas, acusou a cifra de 20.000.000 de toneladas.

Diligenciando nas pesquisas sobre as riquezas do subsolo amapaense, ainda se realizaram algumas viagens de estudos aos rios Cajari, Uaçá, Urucaná, Curupí e Serra dos Índios, cujas regiões foram objeto de interpretação geológica, ao mesmo tempo em que a administração territorial se empenhou em prestar assistência aos garimpeiros e empresas de mineração que ali operam.

A criação de pequeno parque industrial, no Amapá, conta realmente com as maiores probabilidades, não só em virtude da posição geográfica do Território, que torna os transportes mais acessíveis ao intercâmbio com grandes mercados nacionais e estrangeiros, mas também da abundância de matéria-prima, condições favoráveis ao desenvolvimento da produção de carvão vegetal e facilidades para a exploração do potencial hidrelétrico da cachoeira do Paredão, cujo aproveitamento continua sendo objeto de estudos já bastante adiantados.

No momento, as atividades industriais, no Amapá, ainda se caracterizam pela sua feição pioneira, através de iniciativas que a administração tem procurado estimular. Destaque especial deve ser dado à produção de cerâmica, mantida pelo Governo, uma vez que absorve cerca de 80% do material para as obras públicas do Território.

Não se limitam, porém, ao setor da exploração intensiva dos recursos minerais, os empreendimentos levados a efeito pela administração do Amapá, no setor da economia e produção, pois ainda se notam significativas realizações na parte de colonização, agricultura e pecuária.

Recebeu a produção agrícola salutar impulso através de atividades de horticultura, realizadas no Posto Agropecuário de Macapá, no Campo Agrícola de Masagão e através das funções assistenciais da Divisão de Produção.

Campos de cooperação, empenhados na cultura do fumo e plantas forrageiras, vêm auxiliando um número sempre crescente de agricultores, enquanto a Colônia de Matapi, alojando algumas famílias de colonos, encontra-se em pleno desenvolvimento. Duas usinas foram instaladas para beneficiamento de arroz e mandioca.

Quanto à pecuária, a administração do Amapá, após a aquisição de reprodutores, procura melhorar os rebanhos bovinos que se espalham nos campos naturais do Território, cedendo exemplares

a agricultores, a preço de custo, com pagamento a prazo e sem juros, bem como realizando com êxito a prática da inseminação artificial. Promoveu a administração do Território, no ano findo, a Exposição de Animais e Produtos Derivados, como parte do programa de fomento da produção animal.

Nos setores de educação e saúde, por sua vez, empenha-se a administração do Amapá na execução de programas que visam ao levantamento do nível educacional e sanitário, na conformidade das possibilidades do Território e dos recursos que lhe são distribuídos. Em 1946, o número de escolas era de 33, e o de matrículas, também, em todo o Território, de 2.365. No exercício de 1949, o número de escolas se elevou a 85, e o de matrículas a 5.564. Já possuem edifícios próprios, cinco grupos escolares, uma escola profissional, um jardim de infância e 22 escolas rurais.

O Território conta com prédios escolares e estabelecimentos dignos de nota, destinados aos serviços de saúde pública, sendo que os principais foram ultimados a partir do exercício de 1946.

O ensino abrange hoje os níveis primário, profissional, normal e secundário, havendo ainda o supletivo destinado à alfabetização de adultos, cuja frequência média, no exercício de 1949, atingiu índices surpreendentes através de 50 cursos.

Das realizações referentes à saúde pública, no ano transato, sobressai a inauguração do Centro de Saúde de Macapá, que se localiza no pavimento térreo da Unidade Sanitária Mista da Capital. Foram aí instalados vários ambulatórios, repartições de higiene e outros serviços especializados. Cêrca de 35 cidades, vilas e povoados recebem, três vêzes ao ano, tratamento domiciliar pelo DDT.

O Posto de Saúde do Amapá e o Hospital de Macapá encontram-se em fase final de construção. Além do Hospital de Macapá, com capacidade para 100 leitos, acham-se em funcionamento os três pequenos nosocômios de Masagão, Amapá e Oiapoque.

As obras públicas até agora executadas, quer na capital, quer nos municípios do interior, atestam o progresso que vem ocorrendo no Amapá, desde a criação do Território.

Empenha-se a administração territorial no prosseguimento das construções anteriormente iniciadas e na execução de obras novas, ressaltando as seguintes: — realização do projeto de construção do

Pôrto de Macapá; — início da construção de 33 km da estrada que ligará Macapá ao Pôrto; — construção da ponte de balsas, com capacidade de transporte de 60 toneladas em cada viagem, na divisa entre os municípios de Amapá e Macapá; — construção de prédio destinado ao frigorífico, o qual aguarda, apenas, a instalação da maquinaria; — continuação das obras do Matadouro de Macapá; — conclusão dos edifícios da Maternidade, da Cadeia Pública, da Hospedaria de Imigrantes, de duas casas para detentos, do Posto Médico de Oiapoque; — obras de construção da rodovia Macapá-Clevelândia e dos Grupos Escolares de Amapá e Calçoene. Mais 85 km dessa estrada foram construídos. Setenta quilômetros acham-se revestidos. E, financiado pela administração do Amapá, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) ultima a instalação dos esgotos da capital.

A semelhança do que acontece com os outros Territórios, as dotações atribuídas ao Amapá têm crescido consideravelmente nestes últimos quatro anos.

No exercício de 1949, essas dotações atingiram o global de Cr\$ 50.782.370,00, sendo Cr\$ 19.803.560,00 para pessoal; Cr\$ 12.126.010,00 para material; Cr\$ 2.530.800,00 para serviços e encargos; e Cr\$ 16.322.000,00 para obras.

As realizações levadas a efeito nos Territórios Federais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, conforme a síntese apresentada, exprimem eloqüentemente, a par da capacidade empreendedora das administrações territoriais, o vulto dos quantitativos que lhes foram atribuídos, nestes últimos quatro anos.

PANORAMA DA
SITUAÇÃO FI-
NANCEIRA DOS
TERRITÓRIOS
FEDERAIS

Como nesse período, em nenhuma outra época da vida do país foram concentrados tantos recursos destinados à valorização de áreas pouco desenvolvidas, principalmente das compreendidas na faixa de fronteiras.

Somente às administrações territoriais, sem incluir os órgãos subordinados aos Ministérios, atribuiu a União, nesse período, ao Acre, ao Guaporé, ao Rio Branco e ao Amapá, créditos orçamentários e adicionais que vão a mais de meio bilhão de cruzeiros, ou sejam Cr\$ 592.815.800,60.

O referido total, porém, mostra-se aquém do volume real dos recursos destinados às administrações territoriais, no quadriênio em consideração, pois, nos exercícios de 1946 a 1948, ainda com verbas destinadas a satisfazer a compromissos de liquidação dos seus serviços, figuraram nos orçamentos da União os extintos Territórios Federais do Iguaçu e Ponta Porã, cujo restabelecimento, em novas bases geográficas, aconselha-se como imperativo da segurança, do povoamento, da vigilância e da definitiva apropriação de significativas porções das fronteiras pátrias.

Foram concedidos Cr\$ 47.933.826,00 aos extintos Territórios, dos quais Cr\$ 22.496.600,00, em 1946, e Cr\$ 162.226,00, em 1948, foram destinados ao do Iguaçu; e Cr\$ 25.275.000,00, o total dos créditos orçamentários e adicionais conferidos à administração dos Territórios, de 1946 a 1949, com exclusão ainda do de Fernando de Noronha.

Representando os quantitativos concedidos, por exercício, nas leis orçamentárias e especiais, no período 1946-1949, — a seguinte tabela demonstra a discriminação do mencionado total:

ADMINISTRAÇÕES TERRITORIAIS
QUANTITATIVOS CONCEDIDOS POR EXERCÍCIO NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E NAS LEIS ESPECIAIS
(1946-1949)

TERRITÓRIOS	EXERCÍCIOS FINANCEIROS				TOTAIS DOS QUANTITATIVOS
	1946	1947	1948	1949	
Acra	31.869.159,20	35.807.200,00	54.926.200,00	64.867.740,00	187.470.299,20
Quaporé	23.905.584,10	22.860.400,00	25.967.200,00	56.949.660,20	128.882.864,30
Rio Branco	24.280.000,00	23.300.200,00	33.762.600,00	47.825.820,00	129.091.620,00
Amapá	26.090.447,10	21.444.600,00	43.654.200,00	53.181.770,00	147.371.017,10
Ponte Preta	25.275.000,00	—	—	—	25.275.000,00
Iguatê	22.495.600,00	—	162.226,00	—	22.658.826,00
Totais	153.836.790,40	102.512.400,00	158.472.426,00	222.828.010,20	640.749.626,60

Para o exercício de 1950, cada Território federal, em confronto com o exercício anterior, teve as suas dotações consideravelmente elevadas, figurando o do Acre com Cr\$ 67.069.680,00; o do Guaporé, com Cr\$ 54.346.660,00; o do Rio Branco, com Cr\$ 40.649.110,00; e, finalmente, o do Amapá, com Cr\$ 62.948.880,00.

Ao total atribuído até 1949, adicionando-se o global de Cr\$ 225.014.330,00 constante do orçamento, já em execução, em 1950, — verifica-se que os quantitativos gerais, atribuídos às administrações territoriais — incluídos os do Iguaçu e Ponta Porã e excluído o de Fernando de Noronha —, atingem Cr\$ 865.763.956,60, conforme demonstra a seguinte tabela, na qual se confrontam as principais verbas :

ADMINISTRAÇÕES TERRITORIAIS
QUANTITATIVOS CONCEDIDOS NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E NAS LEIS ESPECIAIS
(1946-1980)

TERRITÓRIO	DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS				TOTAL DOS QUANTITATIVOS
	PESSOAL	MATERIAL	SERV. ENCARGOS	OBRAS	
Acre	127.425.179,20	41.647.080,00	25.993.800,00	59.474.000,00	254.539.979,20
Guaaporé	76.436.648,10	35.327.638,20	12.580.000,00	88.869.238,00	183.229.524,30
Rio Branco	69.097.930,00	40.663.800,00	5.115.000,00	54.864.000,00	169.740.730,00
Amazônia	73.136.087,10	49.498.110,00	11.763.700,00	75.922.000,00	210.319.897,10
Ponta Porã	10.218.000,00	6.167.000,00	1.190.000,00	7.780.000,00	25.275.000,00
Iguazu	9.382.226,00	5.301.600,00	775.000,00	6.200.000,00	22.658.826,00
Totais	365.696.070,40	179.605.148,20	54.417.500,00	263.045.238,00	863.763.956,60

Através dos elementos analisados, conclui-se que apenas às administrações territoriais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, no período de 1946 a 1950, concedeu a União quantitativos que, ao início do presente exercício, já atingem Cr\$ 817.830.130,00.

Quanto à despesa efetivamente realizada, nos últimos quatro anos, pelas administrações territoriais, exceto a de Fernando de Noronha, — comprovam os balanços da Contadoria Geral da República que, dos Cr\$ 640.749.626,60 de créditos orçamentários e adicionais atribuídos aos Territórios Federais, inclusive Ponta Porã e Iguaçu, não tiveram aplicação Cr\$ 17.891.596,80. Dêsse modo, a despesa efetivamente realizada, de 1946 a 1949, exclusivamente com as administrações territoriais, monta ao total de Cr\$.. 622.858.029,80 que se distribuem, por exercício, de acôrdo com a seguinte tabela :

ADMINISTRAÇÕES TERRITORIAIS
DESPESAS REALIZADAS À CONTA DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS
(Demonstração por exercício no quadriênio 1946-1949)

TERRITÓRIOS	EXERCÍCIOS FINANCEIROS				TOTAL DAS DOTAÇÕES
	1946	1947	1948	1949	
Acre	31.869.159,20	35.807.200,00	52.491.280,00	61.557.740,00	181.635.299,20
Guaporé	19.415.688,80	22.060.400,00	40.137.200,00	52.650.040,00	134.283.628,80
Rio Branco	24.200.000,00	19.910.188,80	33.582.600,00	45.603.820,00	123.216.608,80
Amapá	25.083.372,50	21.444.600,00	43.226.550,00	56.107.370,00	145.861.892,50
Ponta Porã	21.401.791,50	—	—	—	21.401.791,50
Iguaçu	16.286.000,00	—	162.211,00	—	16.458.611,00
Totais	138.255.009,10	99.222.388,80	169.449.761,00	215.919.870,00	622.858.029,60

Revela a análise dos elementos que, dos Cr\$ 47.933.826,00 destinados às despesas de extinção dos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguaçu, Cr\$ 10.073.223,00 não foram aplicados.

Subtraindo-se, portanto, Cr\$ 37.860.603,50 das despesas realizadas com a liquidação dos serviços dos Territórios Federais de Ponta Porã e do Iguaçu, — conclui-se que mais de meio bilhão foi efetivamente empregado só pelas administrações territoriais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, no quadriênio 1946-1949.

Com a despesa realizada no total de Cr\$ 584.997.426,30, confrontados os quantitativos, constantes de créditos orçamentários e adicionais, no montante de Cr\$ 592.815.800,60, concedidos a essas administrações, — acusam os balanços da Contadoria Geral da República que apenas Cr\$ 7.818.374,30 não foram aplicados pelos Territórios Federais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, cujas despesas, efetivamente realizadas, no quadriênio em apêço, distribuíram-se globalmente, pela natureza das verbas, de acôrdo com a seguinte tabela :

ADMINISTRAÇÕES TERRITORIAIS

DESPESAS REALIZADAS À CONTA DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

(Demonstração no período 1946-1949)

TERRITÓRIOS	DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS PELO QUATRIÊNIO				TOTAIS DAS VERBAS
	PESSOAL	MATERIAL	SERV. ENCARGOS	OBRAS	
Acre	94.184.199,20	31.100.000,00	15.671.100,00	29.480.000,00	181.635.299,20
Guaporé	65.178.768,90	22.357.047,60	2.450.000,00	44.267.809,90	134.283.625,80
Rio Branco	47.321.832,10	32.191.776,70	3.353.000,00	40.350.000,00	123.216.608,80
Amapá	51.808.157,10	33.840.610,00	8.273.200,00	49.839.925,40	143.861.892,50
Totais	258.492.957,30	121.490.433,70	31.047.300,00	173.957.735,30	584.997.426,30

Nos últimos quatro anos, portanto, as administrações territoriais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá aplicaram, em conjunto, Cr\$ 258.492.957,30 em pessoal; Cr\$ 121.499.433,70 em material; Cr\$ 31.047.300,00 em serviços e encargos; Cr\$ 173.957.735,30 em obras, num total de Cr\$ 584.997.426,30 de despesa efetivamente realizada.

E' bem provável que, no tocante aos quantitativos atribuídos e às despesas realizadas, ainda haja pequenas imperfeições, resultantes da falta de uma coordenação central das atividades contábeis das administrações territoriais e da inaplicabilidade, sob certos aspectos, das normas financeiras extensivas aos Territórios federais, motivo por que preconizo, mais uma vez, a necessidade de uma codificação tributária e financeira especial para essas unidades.

Fatores vários vinham concorrendo para a imperfeição dos levantamentos, como sejam a falta de unidade de coordenação da administração financeira dos Territórios, a natureza *sui generis* das entidades, a peculiaridade de seu regime governativo e a ausência de normas financeiras e contábeis especiais, além das deficiências de funcionamento do sistema de controle.

No nível federal, os órgãos que se articulam com a administração financeira dos Territórios federais, como, por exemplo, a Divisão de Orçamento e Organização do DASP, a Divisão de Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a Seção de Orçamento da Contadoria Geral da República, as Delegacias Fiscais e, como julgador das contas dos governadores, o Tribunal de Contas da União, — todos exercem funções nitidamente diferenciadas, motivo por que seus elementos de controle só dizem respeito às próprias atribuições.

No nível territorial, os órgãos contábeis, por sua vez, amoldam suas funções aos imperativos das normas federais que lhe são extensivas, em matéria orçamentária e financeira, mas algumas vêzes inaplicáveis, em regiões tão remotas e caracterizadas por peculiaridades de todos reconhecidas, como são as dos Territórios.

Por este motivo, os pequenos saldos que ocorrem e o recolhimento de verbas não utilizadas na maioria das vêzes resultam menos das necessidades administrativas a atender através dos quantitativos atribuídos do que, realmente, dos defeitos do sistema legal do controle contábil em vigor.

Além do mais, à falta de melhor sistema de classificação das despesas — em cujas atividades se absorvem as funções das conta-

bilidades territoriais —, não raro demanda o Tribunal de Contas diligências que, impostas pelas suas elevadas funções, retardam o conhecimento da realidade financeira dos Territórios federais.

Após a restauração de sua autonomia, os Municípios brasileiros caminham no sentido da reorganização da vida econômica, com a implantação dos princípios constitucionais que restabeleceram no país a democracia federativa.

Restabelecimento da autonomia municipal

Apraz-me registrar que se desenvolve em sua plenitude, no decurso do atual período presidencial, o processamento da obra de reestruturação, tanto política como financeira, das comunas nacionais, cujo soerguimento venho incentivando com a maior solícitude.

Ao proclamar esse fato, que exprime a estabilidade da organização constitucional e do sistema federativo brasileiro, não posso deixar de acentuar que as reivindicações municipais, sobretudo as de ordem econômica, acompanham todo o curso da história pátria, mas os impulsos de sua vocação autonomista só agora se efetivam em termos que não são exclusivamente de natureza política.

Emergindo de uma fase de escorchante centralização que tanto os debilitou, encontravam-se os Municípios brasileiros, em 1946, no auge da depressão financeira.

Em confronto com o total das arrecadações da União, dos Estados e do Distrito Federal, as receitas globais arrecadadas pelos Municípios demonstram que, desde os dois últimos anos que precederam ao movimento de 29 de outubro de 1945, até ser promulgada a Carta Magna, não atingiram sequer as fracas percentagens registradas nos anos de 1925 e 1935.

Além do baixo nível dessas percentagens (de 9,84% em 1943; de 8,44% em 1944; de 8,19% em 1945 e de 7,99% em 1946, que retratam os efeitos de partilha tributária desvantajosa para os Municípios), — é oportuno informar que o total das receitas municipais só a partir de 1947 conseguiu atingir e superar a ordem de Cr\$ 2.000.000.000,00.

Nesse ano, realmente, os Municípios brasileiros, em particular os do interior, passaram a experimentar os influxos do novo sistema de discriminação de rendas, instituído no sentido de sua revitalização financeira.

AS FINANÇAS
MUNICIPAIS

Com efeito, não escapava ao conhecimento dos estudiosos do municipalismo essa angustiosa desorganização do interior brasileiro, claramente evidenciada pelas baixas percentagens acima registradas, decorrentes, entre outras, de causas ligadas ao regime centralizador que tanto enfraqueceu a capacidade de auto-administração dos Municípios.

Diante da situação de precariedade das finanças locais, procurou-se voltar as vistas, mais objetivamente, para o problema do revigoramento do interior, cujas necessidades orientaram os propósitos da reforma do sistema tributário.

Ao ser promulgada a Constituição, lograram os municípios, sobretudo os de âmbito rural, confiantes perspectivas de emergir da estagnação econômica em que vegetavam, porquanto a referida reforma lhes atribuiu novas fontes de receitas, a acrescentar aos tributos de que antes se vinham socorrendo.

Pareceria, à primeira vista, que a nova discriminação havia de gerar, como consequência, o enfraquecimento do poder tributário dos Estados e de suas sedes de governo, uma vez que a reforma tributária se nutria de espírito assinaladamente ruralista.

Teve-se, porém, em vista corrigir apenas os males tradicionais de um sistema que concorria para a concentração de rendas no diminuto número das capitais, enquanto os Municípios do interior, tributários da riqueza e da cultura dos grandes centros urbanos, apresentavam-se sempre fracamente aquinhoados na partilha das arrecadações.

Sob esse aspecto, começou a surtir apreciáveis efeitos a nova discriminação, que em Mensagem anual anterior já fora classificada como a reforma mais profunda até agora registrada na história do municipalismo brasileiro.

Basta considerar que, em 1948, quando teve início a sua execução, as receitas somadas de todos os Municípios do interior figuraram com 5,59% sobre o total da arrecadação nacional.

Melhores resultados, realmente, não se poderiam obter. Mas a nova discriminação, adotada pelos legisladores constituintes, não pôde vigorar inteiramente, desde logo, em virtude dos próprios prazos constitucionais e das naturais dificuldades para a outorga das seguintes novas fontes de receita: — transferência à exclusiva competência municipal do imposto de indústrias e profissões; — participação, pelas comunas rurais, de 10%, em cotas idênticas,

da arrecadação anual do imposto sobre a renda; — atribuição aos Municípios de 30% do excesso da arrecadação de impostos estaduais sobre o total das receitas municipais; — participação, pelos mesmos, na arrecadação anual do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes; — e ainda em 40% da de novos impostos — que viessem a ser criados.

Mais recursos advirão, ainda, da nova fonte de renda criada pelo art. 30 da Constituição, referente à contribuição de melhoria, que oferece amplo campo tributário ao Governo federal, aos Estados e aos Municípios, concomitantemente.

A Lei n.º 854, de 10 de outubro de 1949, regulamentou esse novo gravame especial, inspirado na mais estrita justiça social e distributiva, enumerando as obras que implicam a valorização dos imóveis e fixando as tarifas máximas de incidência.

Não só a União e os Estados, mas também os Municípios, já usufruem, potencialmente, os proventos do novo tributo, uma vez que a vigência da lei regulamentadora se tornou imediata à sua publicação, independentemente de leis supletivas, complementares, e regulamentos executivos, por parte dos governos locais.

Não puderam os Municípios contar integralmente, a partir da promulgação da Carta Magna, com as novas fontes de receita. Mesmo assim, os resultados atingidos, desde o exercício de 1948, revelam-se auspiciosos. E, se o confronto dos totais das receitas municipais com os globais das arrecadações da União, dos Estados e do Distrito Federal acusaram as percentagens de 8,96%, em 1947, e de 8,87%, em 1948, — torna-se mister esclarecer que, no primeiro dos mencionados exercícios, a Prefeitura da Cidade de São Paulo computou à sua receita, na conformidade das normas financeiras vigentes, vultoso empréstimo, o que concorreu bastante para que fôsse alcançada aquela mais alta percentagem.

OS MUNICÍPIOS
E OS ÓBICES
DA EXECUÇÃO
DA REFORMA
TRIBUTÁRIA

Além do mais, já tive oportunidade de observar que a completa execução da nova reforma tributária teve de sujeitar-se aos prazos da Constituição e das leis reguladoras. A par desses naturais obstáculos, surgiram ainda problemas ligados à prática, em toda a sua plenitude, dos dispositivos constitucionais e dos regulamentos experimentais sobre a matéria.

A Constituição, realmente, inspirou-se no idealismo do reforçamento do poder tributário municipal. Mas o integral cumprimento dos dispositivos de interesse financeiro das comunas — é

forçoso reconhecer — deparou com óbices que se originaram, principalmente, das expectativas do enfraquecimento da arrecadação dos Estados. Diante dessa situação, os Governos estaduais, na sua maioria, têm recorrido a processos que retardam a execução, em sua plenitude, das medidas que certamente concorrerão para melhor corresponder aos anseios das populações rurais do país.

Considerando, particularmente, o exercício de 1948, cumpre observar que as estatísticas ainda não revelam, em toda a sua realidade, os benéficos efeitos, para os Municípios, da nova discriminação de rendas, o que se deve não só àquelas razões mas também aos defeitos apresentados pela regulamentação da entrega das cotas de diversas fontes de receita.

Quanto à cota do imposto de renda, por exemplo, além de ser a mesma, em 1948, apenas de 5%, não foi entregue aos Municípios na sua totalidade, pois uma parte, por depender de crédito especial, só foi distribuída no ano seguinte. Aconteceu, ainda, que muitas Prefeituras não chegaram a receber, dentro do exercício, até mesmo a cota distribuída em 1948.

No que diz respeito às cotas pertinentes aos 30% do excesso da arrecadação estadual, conforme estatuiu o art. 20 da Constituição, deveriam ser distribuídos, em 1948, pelo menos 3%. Mas, quer por dificuldades financeiras, quer por falta de regulamentação do dispositivo constitucional, nem mesmo essa parte pôde ser cumprida pela grande maioria dos Estados, o que terá de ser corrigido no futuro.

Há que considerar, ainda, o que diz respeito à transferência do imposto de indústrias e profissões à exclusiva competência dos Municípios. Diante das dúvidas que surgiram sobre a entrega da parte dos Estados, se de uma só vez ou se em quatro anos, segundo interpretação do art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sete unidades da Federação ainda recolhem as contribuições oriundas do mencionado tributo.

Por outro lado, a falta de nomenclatura adequada, problemas de taxaço têm concorrido para diminuir as possibilidades de maior crescimento das arrecadações municipais, o que se dará com a integral participação dos Municípios no imposto de indústrias e profissões.

Ao reconhecer os principais óbices que vêm impedindo a integral execução do novo sistema discriminativo, manda a verdade acentuar que a elevação das arrecadações municipais, nos con-

frontos dos dois últimos anos, deve-se, também, ao fato de haverem algumas unidades federativas orientado sua política financeira visando ao inteiro cumprimento da reforma tributária.

Cumprir destacar, por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul, o único que efetuou, já em 1948, a distribuição da cota integral de 30%, decorrente do art. 20 da Constituição. Hoje os 92 Municípios gaúchos, com efeito, apresentam a maior média de arrecadação em todo o país, sendo em 1949 de Cr\$ 5.205.000,00. Na maioria dos Estados, aquele dispositivo constitucional já foi objeto de legislação complementar, mas a distribuição das cotas não se fará senão dentro de dilatado prazo.

Lamentavelmente, e por dificuldades não completamente esclarecidas, os balanços municipais, nos dois últimos exercícios, ainda não oferecem resultados exatos. Mas as estimativas e os dados provisórios, hauridos nesses balanços, já apresentam números que podem ser invocados como o melhor testemunho do ressurgimento financeiro que os Municípios começam a desfrutar.

No exercício de 1948, ao início da execução da reforma financeira consagrada na Constituição, os Municípios do interior arrecadaram Cr\$ 1.568.675.929,00 e os das capitais, Cr\$ 1.226.745.093,00, significando, no confronto, que as comunas rurais arrecadaram mais Cr\$ 341.930.836,00 do que as das sedes dos Estados e Territórios.

No exercício de 1949, estima-se o aumento de arrecadação das comunas rurais, em confronto com o das aludidas sedes, em cerca de Cr\$ 687.834.593,00, uma vez que a previsão da receita dos Municípios do interior foi de Cr\$ 2.061.486.317,00 e a dos Municípios das capitais, de Cr\$ 1.373.651.724,00.

A despeito de, nos exercícios de 1948 e 1949, haverem os balanços e as estimativas acusado receitas mais elevadas nos Municípios do interior, êsses totais não explicam, na realidade, o verdadeiro significado das cotas do imposto de renda no revigoramento das finanças locais.

Impõe-se caracterizar, antes de tudo, através de rigorosa análise financeira, a situação orçamentária dos Municípios em aprêço, quando lhes foi atribuída a primeira cota.

Realmente, os balanços municipais referentes ao exercício anterior ao em que as comunas rurais do país passaram a usufruir as vantagens da nova discriminação de rendas estereotiparam em cifras a precária situação de suas finanças.

A REVITALI-
ZAÇÃO
DOS MUNICI-
PIOS RURAIS
PELA COTA DO
IMPOSTO
SÓBRE A
RENDA

Cerca de 780 Municípios do interior, isto é, metade das comunas rurais, arrecadaram um total de receitas que, em cada um, não ultrapassou a quantia de Cr\$ 250.000,00.

Por outro lado, nesse mesmo exercício, mais 1.176 Municípios em todo o país não acusaram receitas superiores a Cr\$ 500.000,00.

Através dessa situação financeira, entremostam-se indubitavelmente as condições econômicas que afligiam a vida dos Municípios do interior brasileiro, ávidos de solucionar os problemas ligados à satisfação das necessidades básicas de suas populações.

Revestiram-se, desse modo, de significação especial para as finanças das entidades comunais do interior os recursos que lhes foram atribuídos, ao iniciar-se a execução do novo sistema discriminativo, pois só no que se refere à participação no imposto sobre a renda a cada Município rural, no exercício de 1948, foi atribuída uma cota de Cr\$ 87.301,30, o que representou apreciável contingente para o soerguimento dos orçamentos municipais, considerando a escassez demonstrada pelos referidos balanços. No exercício de 1949, elevou-se a mencionada cota a quase Cr\$ 250.000,00. Assim sendo, no exercício transato, verifica-se que apenas a cota do imposto sobre a renda, a ser atribuída indistintamente a cada Município rural, foi quase igual à arrecadação, em 1947, de 780 Municípios do interior, equivalendo ainda à metade do total das receitas de 1.176 comunas rurais.

PARTICIPAÇÃO
DAS VILAS
MUNICIPAIS
NOS BENEFÍ-
CIOS DE OR-
DEM RURAL A
ATENDER PELA
COTA DO IM-
PÓSTO SOBRE
A RENDA

Diante dessa obra de robustecimento das finanças dos Municípios do interior, a que tenho dado o mais completo apoio, impõe-se apelar para os poderes constituídos dos Municípios no sentido de evitar não só o malbaratamento, mas também a concentração dos recursos apenas nas sedes de governo. Impõe-se para isto orientação sadia e planejamento rígido, no tocante à aplicação das cotas em benefícios realmente de ordem rural.

Com esse objetivo, o Governo federal, através de auxílios de toda ordem, vem ao encontro dos poderes constituídos nos Estados e nos Municípios, preconizando essa orientação e esse planejamento, no que tem colaborado, a fim de promover a revitalização, em definitivo, quer das sedes municipais do interior, quer de todos os pequenos núcleos populacionais que lhes são distanciados.

Cerca de 3.500 vilas se espalham pelo Brasil, vegetando em condições de precariedade, da qual só poderão sair mercê de sério programa de generalização de auxílios financeiros.

Cumpra aos governos municipais, mediante os novos recursos que a Constituição lhes atribuiu, enfrentar a tarefa de auxiliar patrioticamente esses pequenos adensamentos esparsos pela hinterlândia, pois, na sua função colonizadora, representam as pontas de lança da civilização brasileira nos mais remotos rincões do país.

Daquelas vilas, onde se concentram pequenas manchas de civilização entregues à faina de atividade econômica laboriosa, mas rudimentar, basta dizer que apenas 1.228 possuem iluminação; 392 contam com insuficiente abastecimento de água, sendo que é feita em 147 por meio de bicas, torneiras e chafarizes públicos; somente 74 dispõem de esgotos sanitários.

Não é justo, portanto, excluir tais centros dos benefícios rurais a que se destinam as cotas do imposto sobre a renda, considerando principalmente que pouco mais de dois mil estabelecimentos médico-hospitalares, com quase setenta mil leitos apenas, existem para assistir toda a população do interior brasileiro.

Comprovando a realidade desse panorama, procurei sempre imprimir aos órgãos executivos do Governo federal uma orientação decidida, autorizando providências que, embora dizendo mais de perto à competência administrativa dos governos estaduais e municipais, muito têm concorrido para a valorização do homem rural e melhoria das suas condições de existência e trabalho.

Nos dois últimos anos, cerca de Cr\$ 600.407.674,20 deveriam ser adicionados à receita total dos Municípios do país, excetuados os das capitais, como participação na cota de 10% do imposto federal sobre a renda, conforme determina a Constituição. Desse global, Cr\$ 180.908.181,00 referem-se ao exercício de 1948 e Cr\$ 419.499.493,20 dizem respeito ao ano transato.

A DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA AOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR

Mas, apesar do vulto dos quantitativos devidos, apenas Cr\$ 146.317.816,80 foram efetivamente pagos em 1948 e Cr\$.. 337.912.387,10 em 1949, por motivos independentes da política de revigoramento municipal que venho preconizando. Quanto ao restante de Cr\$ 262.495.287,10, devidos aos Municípios rurais, o pagamento de uma parte já foi autorizado, dependendo outra

de aprovação, pelo Congresso Nacional, do crédito solicitado, enquanto que uma parcela está escriturada como *Resfos a Pagar*, conforme as justificativas abaixo,

No exercício de 1948, quando se habilitaram à cota do impôsto sôbre a renda os 1.679 Municípios rurais que existiam em 31 de dezembro do referido ano, — todos receberam integralmente nove duodécimos, cada um de Cr\$ 87.301,80, no total geral de Cr\$.. 146.317.816,80, à conta dos créditos orçamentários. A cota anual para cada Município do interior foi fixada em Cr\$ 116.402,30. Faltando, porém, três duodécimos, foi autorizado o crédito especial de Cr\$ 34.590.364,20, aberto pelo Decreto n.º 27.367, de 27 de outubro de 1949. Devem ser liquidados, assim, dentro em breve, os compromissos relativos a 1948, distribuídas as cotas do impôsto sôbre a renda na conformidade da seguinte tabela :

DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS RURAIS DA COTA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA — EXERCÍCIO DE 1948

ESTADOS E TERRITÓRIOS FEDERAIS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	CRÉDITOS AUTORIZADOS		TOTAL GERAL
		ORÇAMENTÁRIO	ESPECIAL	
		Total das cotas a pagar	Total das cotas a pagar	
		Cr\$	Cr\$	Cr\$
Acara...	6	528.810,80	123.070,80	647.700,60
Guaporé...	1	87.801,80	20.803,30	107.605,10
Rio Branco...	1	87.801,80	—	87.801,80
Amapá...	3	281.905,40	81.889,00	323.895,30
Amazonas...	24	2.085.243,20	495.019,20	2.580.262,40
Pará...	35	4.885.000,80	1.157.144,80	6.042.145,60
Maranhão...	66	5.731.018,80	1.368.777,80	7.129.796,60
Piauí...	45	4.915.882,80	939.811,80	5.855.694,60
Ceará...	79	6.809.540,40	1.611.737,40	8.421.277,80
Rio Grande do Norte...	41	3.579.373,80	847.185,30	4.426.559,10
Paraná...	40	3.492.072,00	826.532,00	4.318.604,00
Paraná...	84	7.333.851,20	1.735.717,20	9.069.568,40
Alagoas...	25	3.055.603,00	723.215,50	3.778.778,50
Sergipe...	11	3.579.373,80	847.185,30	4.426.559,10
Bahia...	140	13.007.008,20	3.078.631,70	16.085.639,90
Minas Gerais...	315	27.500.067,00	6.508.939,50	34.009.006,50
Espírito Santo...	33	2.880.050,40	681.888,90	3.561.939,30
Rio de Janeiro...	53	4.891.669,00	1.138.481,50	6.030.150,50
São Paulo...	304	26.539.747,20	6.281.642,20	32.821.389,40
Paraná...	79	6.809.540,40	1.611.737,40	8.421.277,80
Santa Catarina...	44	3.841.270,20	909.184,20	4.750.454,40
Rio Grande do Sul...	91	7.914.403,80	1.889.890,30	9.804.294,10
Mato Grosso...	28	2.444.460,40	578.072,40	3.022.532,80
Goiás...	53	4.888.900,80	1.138.481,50	6.027.382,30
TOTALS...	1.876	148.317.816,80	34.590.384,20	182.908.201,00

Mais de Cr\$ 400.000.000,00 deveriam ser distribuídos, no exercício transato, entre os Municípios do interior, à conta da cota do imposto sobre a renda. Dêsse total, onze duodécimos, no montante do crédito orçamentário de Cr\$ 384.541.202,10, foram efetivamente outorgados aos referidos Municípios, ficando a depender o último duodécimo, no global de Cr\$ 34.958.281,10, de crédito especial, cuja aprovação urge, a fim de que as comunas rurais, na sua maioria, possam contar eficazmente com novo contingente de recursos para reforçar as suas finanças. Assim sendo, a cada Município rural, no exercício de 1949, foi concedida a cota anual de Cr\$ 229.029,90, representando cada duodécimo Cr\$ 20.820,90.

Quanto ao que falta pagar, já foi encaminhado ao Congresso Nacional, acompanhado de Mensagem do Executivo, o projeto que tomou o n.º 857-49, pelo qual é assegurado a cada Município o último duodécimo, de igual quantia.

Dentre os Estados mais beneficiados, no exercício de 1949, com um total de cotas acima de Cr\$ 20.000.000,00, figuram o do Rio Grande do Sul, com Cr\$ 20.841.720,90; o da Bahia, com Cr\$ 34.125.455,10; o de São Paulo, com Cr\$ 69.625.089,60; o de Minas Gerais, com Cr\$ 72.144.418,50, sem incluir o último duodécimo restante, na conformidade do que demonstra a seguinte tabela :

DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS RURAIS DA COTA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA — EXERCÍCIO DE 1949

ESTADOS E TERRITÓRIOS FEDERAIS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	CRÉDITOS FIXADOS		TOTAL GERAL
		ORÇAMENTÁRIO	EM PROJETO	
		Total das cotas pagas	Total das cotas a pagar	
		Cr\$	Cr\$	Cr\$
Acre.....	6	1.374.179,40	124.925,40	1.499.104,80
Guaaporé.....	1	229.020,90	20.620,90	249.641,80
Amapá.....	3	687.080,70	62.482,70	749.563,40
Amazonas.....	21	5.490.717,00	489.701,60	5.980.418,60
Pará.....	55	18.283.734,20	1.307.612,20	19.591.346,40
Maranhão.....	60	18.115.973,40	1.374.179,40	19.490.152,80
Piauí.....	45	10.092.435,20	990.403,20	11.082.838,40
Ceará.....	78	17.864.332,20	1.024.890,20	18.889.222,40
Rio Grande do Norte.....	41	6.380.225,90	555.650,90	6.935.876,80
Pernambuco.....	40	9.181.190,00	832.830,00	10.014.020,00
Alagoas.....	34	19.238.511,60	1.748.955,00	20.987.466,60
Sergipe.....	35	8.013.016,50	738.731,50	8.751.748,00
Bahia.....	41	9.390.225,90	853.650,90	10.243.876,80
Epifânio Santo.....	149	34.125.455,10	3.102.314,10	37.227.769,20
Rio de Janeiro.....	33	7.557.080,70	687.080,70	8.244.161,40
São Paulo.....	55	12.598.614,50	1.145.140,50	13.743.755,00
Paraná.....	201	29.825.069,90	6.320.553,00	36.145.622,90
Santa Catarina.....	79	18.063.382,10	1.614.851,10	19.678.233,20
Rio Grande do Sul.....	44	18.077.315,00	916.110,00	18.993.425,00
Minas Gerais.....	91	20.841.790,00	1.894.701,00	22.736.491,00
Mato Grosso.....	315	72.144.418,50	6.553.583,50	78.698.002,00
Goiás.....	28	6.412.837,20	582.885,20	6.995.722,40
TOTAL.....	50	12.823.074,40	1.165.070,40	13.988.144,80
TOTAL.....	1.070	384.541.202,10	34.958.291,10	419.499.493,20

Não havia sido elaborado, até o presente momento, demonstração financeira, como a que vos apresento, sobre a distribuição das cotas do imposto sobre a renda aos Municípios do interior brasileiro, cujas finanças tanto desejo ver revigoradas.

Neste ensejo, cumpre recomendar, dentro dos objetivos da política municipalista, providências imediatas e eficazes, no sentido de serem removidos quaisquer estorvos, seja de ordem administrativa, seja de outra natureza, a fim de que os Municípios rurais do país possam melhor usufruir dessa fonte vital de receita, o que a Constituição lhes assegurou.

Lamentavelmente, por motivos alheios aos propósitos que venho definindo, muitos Municípios não receberam, integral ou parcialmente, as cotas que lhes são pertinentes.

No Estado do Maranhão, por exemplo, os seguintes vinte e três Municípios não participaram das cotas integrais autorizadas pelos créditos orçamentários já distribuídos: Bacabal, Benedito Leite, Bequimão, Buriti Bravo, Carurapera, Colinas, Humberto de Campos, Imperatriz, Loreto, Mirador, Monção, Nova Iorque, Passagem Franca, Penalva, Peri Mirim, Pindaré Mirim, Pôrto Franco, Riachão, São Bento, São João dos Patos, Turiaçu, Vargem Grande e Pastos Bons. Isto significa que cada um desses Municípios deixou de adicionar à sua receita Cr\$ 229.029,90, e que Cr\$ 5.267.687,10 não foram aplicados no interior maranhense.

Outros Estados, por sua vez, privaram-se desses benefícios. No Estado de São Paulo, Santos, Tanabi, Paraibuna, Cabreúvas, Cosmópolis, Dois Córregos e Salto Grande ressentiram-se apenas de um duodécimo, enquanto que General Salgado, Bilac, Cajuru, Americana e Ibitinga, de três, num total geral de Cr\$ 458.059,80.

No Estado do Rio de Janeiro, deixaram de perceber a cota integral, no montante de Cr\$ 2.290.299,00, os Municípios de Nova Iguaçu, Rio das Flores, São Gonçalo, Marquês de Valença, Duque de Caxias, Barra Mansa, Saquarema, Trajano de Moraes, Rio Bonito e Cambuçi.

No Estado do Rio Grande do Sul, excluíram-se dos proventos, num total de Cr\$ 2.290.299,00, por não terem percebido cota integral: Dom Pedrito, Cacequi, Cruz Alta, Sarandi, Alegrete, Canoas, Bagé, Quaraí, Rio Grande e Santa Vitória.

Menores perdas experimentaram os Estados do Ceará, onde apenas Nova Russas não recebeu a cota integral; e Paraíba, onde Cuité e Patos também não receberam as cotas integrais.

No Estado do Paraná, Congoinhas, Clevelândia, Porecatu e Andirá não participaram de um duodécimo; Rolândia, de dois; Siqueira Campos, de quatro; num total de Cr\$ 208.208,20.

No Estado de Mato Grosso, num global de Cr\$ 478.880,70, Araguaia, Paranaíba e Barra Garça não contaram de per si com um duodécimo, enquanto que Maracaju, Mato Grosso, Diamantino, Dourados e Três Lagoas deixaram de receber quatro.

Finalmente, no Estado do Rio Grande do Norte, Ipanguçu, São Rafael, São José de Campestre, Pedro Avelino, Jardim de Piranhas e São João do Sabugi não foram contemplados, por terem sido criados em 1949.

Relacionados esses Municípios do interior, no objetivo apenas de velar indistintamente pelos interesses de todas as comunas rurais do país, verifica-se que Cr\$ 11.670.524,10 deixaram de ser pagos, no exercício de 1949, à conta de crédito orçamentário cuja distribuição autorizei. Nesse ano, portanto, a despesa efetivamente realizada, através da cota do imposto sobre a renda, atinge ao total de Cr\$ 372.870.678,00.

Diante dos elementos analisados, conclui-se que os créditos orçamentários e especiais, já por mim deferidos, nos dois últimos exercícios, atingem a Cr\$ 565.449.383,10, distribuídos, em cotas idênticas, aos Municípios do interior, pela sua participação na arrecadação federal do imposto sobre a renda.

Aguardando apenas, para imediata autorização, a aprovação do Congresso Nacional ao crédito já solicitado, contarão os Municípios rurais, muito em breve, com o total de Cr\$ 600.407.674,20, a que têm direito, relativamente a 1948 e 1949.

Com a inclusão de Cr\$ 34.958.291,00, referentes a esse crédito, no total já distribuído em 1949, observa-se que, no mencionado exercício, as finanças municipais se vêm apreciavelmente revigoradas, pois, excluindo os Territórios, o total de cotas mais baixo, que é o dos Municípios do Amazonas, ultrapassa a Cr\$ 5.000.000,00, enquanto que o mais alto, que é o dos de Minas Gerais, aproxima-se de Cr\$ 80.000.000,00.

ASSISTÊNCIA
TÉCNICA AOS
MUNICÍPIOS E
CONTRÔLE DAS
COTAS DO IM-
PÔSTO SOBRE
A RENDA

Ao alinhar essas considerações sobre o problema de reestruturação municipal, não posso deixar de ressaltar a importância do papel que se impõe o Governo federal, no sentido de incentivar a política do revigoramento da economia dos Municípios do interior brasileiro, através de sadia orientação na aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento rural do país.

Apesar de, nas mais amplas bases, haver-se restaurado a autonomia local, facultou-se aos Estados a criação de órgãos de assistência técnica aos Municípios, o que demonstra claramente que a estes a própria Carta Magna reconheceu as deficiências para o pleno exercício da capacidade de auto-governo, por não haverem ainda atingido a maturidade de que precisam. E não seria demais que o Governo federal, colaborando naquela função, dentro de limites convenientes, viesse completar essa assistência técnica, a cargo dos governos estaduais.

É oportuno reconhecer que o Governo federal, em nosso país, se tem projetado na esfera administrativa dos Municípios, no setor de auxílios e assistência, através de realização de obras que, à luz da análise da lei orçamentária federal, rigorosamente poderiam excluir-se das suas atribuições, considerando ademais o vulto dos recursos com que no momento contam as administrações comunais para atender a necessidades de seu peculiar interesse.

Em virtude, porém, entre outras razões, da situação de precariedade dos Municípios, viu-se o meu Governo não só na contingência de assumir tais encargos, senão também de enfrentar aquela tarefa de orientação que se lhe impõe, a fim de tornar realidade a assistência técnica devida às comunas.

Na Mensagem anual anterior, que vos apresentei, tive oportunidade de apontar os inconvenientes da prática de cissiparidade municipal, para efeito eleitoral, o que ameaça a estabilidade dos convênios firmados sobre o quadro da divisão administrativa e política do país. Cerca de 227 Municípios novos foram criados, a partir de setembro de 1946, quando havia 1.669 Municípios no Brasil.

Nesta oportunidade, clamam os interesses rurais que não seja dado nenhum significado político à entrega das cotas do imposto sobre a renda — a que realmente têm direito os Municípios do interior como fonte normal de receita que lhes atribuiu a Constituição. Cabe aos Estados, do mesmo modo que à União, vigiar

pela sua boa aplicação, na conformidade da lei que regulamenta a matéria, e cujas falhas, próprias do caráter experimental com que foi adotada, aconselham desde já séria revisão no sistema em vigor.

Como contribuição para reforçar as bases econômicas e sociais da organização democrática e federativa do país, foi sugerida a criação de uma *Fundação dos Municípios*, destinada a promover, acelerar e coordenar, em cooperação com entidades oficiais e particulares, a revitalização social das comunidades municipais, o aperfeiçoamento de sua administração e o desenvolvimento das diversas regiões geo-econômicas do país.

criação da
FUNDAÇÃO
DOS MUNICÍ-
PIOS E O 1.º
CONGRESSO
NACIONAL DE
MUNICÍPIOS

Todos os municipalistas estão empenhados em que essa entidade incorpore, em suas diretrizes e estrutura, o conhecimento e experiência daqueles que estão em contato direto e permanente com os problemas municipais, já tendo sido solicitados a prefeitos e vereadores, das diversas regiões do país, reparos e sugestões que entendessem de fazer com respeito aos anteprojetos de lei e estatutos da referida *Fundação*.

Tenho ainda procurado incentivar os Congressos de orientação municipalista, levando-lhes palavras de estímulo e orientação. Ainda em 1949, providenciei sobre um auxílio financeiro para o Congresso Nacional de Municípios, prestes a realizar-se, sob os auspícios da Associação Brasileira de Municípios.

Nesse conclave, que, pela primeira vez, reunirá representantes de todos os Municípios do país, vê o Governo federal oportunidade para sadia obra de coordenação de vontades e debate de problemas fundamentais da organização nacional. Apoiando-o e incentivando-o, demonstro, mais uma vez, o particular empenho com que tenho procurado estimular o soerguimento das unidades que constituem a infra-estrutura política da própria Nação.

As atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística obedeceram, no decorrer do exercício de 1949, a três setores distintos quanto à natureza dos seus objetivos, embora interdependentes no tocante ao funcionamento: setor geográfico, setor estatístico e setor censitário.

Instituto
Brasileiro de
Geografia e
Estatística

Inscrevem-se entre os principais trabalhos de campo os levados a efeito nas zonas coloniais do Paraná, Santa Catarina, Rio-Grande do Sul e Espírito Santo, no sudoeste de Goiás, no leste do Paraná,

SETOR
GEOGRÁFICO

na Serra do Mar e no Planalto sul-mineiro. Realizaram-se estudos de geografia econômica em torno do sudeste do Planalto Central, como colaboração ao problema da mudança da Capital, além de outros pertinentes à colonização, tendo em vista: a) a elaboração de um atlas de colonização no Brasil; b) a colonização no centro-oeste, particularmente em Mato Grosso. Ainda neste campo de estudos, merecem referidas as pesquisas geográficas efetuadas em colaboração com a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e com a Comissão de Estudos da Área de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso.

Em prosseguimento aos trabalhos técnicos de campo, que vêm sendo levados a efeito nas várias regiões do país, realizou-se a triangulação geodética de 1.^a ordem, em cerca de 50.000 km². Outra tarefa técnica, que mereceu amplo desenvolvimento nos serviços de campo, foi a do nivelamento de alta precisão: nivelaram-se, em 1949, mais de 2.000 km. A campanha de levantamento misto, por sua vez, incluiu mais de 100.000 km². De outro lado, a campanha de fixação de coordenadas foi enriquecida com o levantamento de mais 30 pontos.

Atribuiu-se especial importância aos trabalhos da Carta Geográfica do Brasil, da qual se publicaram 20 fôlhas.

Executou-se a maior medição de arco do meridiano até hoje realizada na América do Sul; abrangeu a respectiva triangulação de 1.^a ordem, aproximadamente, 1.400 km.

A entidade cooperou com os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Amazonas e Paraná, na elaboração dos respectivos mapas. Com os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, realizou convênios relativos a trabalhos de campo ligados ao levantamento de seus territórios.

Foram bastante desenvolvidas as atividades culturais na especialização geográfica. Ressaltam as iniciativas seguintes:

a) Curso de Informações Geográficas, destinado a professores do nível secundário; participaram professores do Distrito Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Paraíba.

b) Curso de Especialização Fotogramétrica e de Interpretação de Fotografias Aéreas, em colaboração com o Serviço Geográfico do Exército;

c) cooperação ao Curso de Férias, para professores de geografia do curso secundário, promovido pela Faculdade Nacional de Filosofia;

d) cooperação ao Curso de Férias, promovido pela Associação Brasileira de Educação;

e) conferências de especialistas nacionais e estrangeiros sobre solos e arqueologia americana;

f) organização de filmes coloridos sobre aspectos geográficos do Brasil, regiões leste, sul e centro-oeste;

g) publicação de monografias e revistas especializadas.

Porque se encontre em pleno funcionamento a rede nacional de Agências Municipais de Estatística, dotadas de material adequado e de pessoal selecionado através de concursos de provas, foi possível à entidade aperfeiçoar o seu plano de coleta de informações, agora obtidas em tempo menor e com satisfatória qualidade.

SETOR
ESTATÍSTICO

Vale assinalar, na oportunidade, que alguns Municípios têm oposto dificuldades à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, assinados em 1942, o que poderia vir a comprometer essencialmente a estabilidade do sistema estatístico brasileiro, que serve, a um tempo, sem distinções nem prioridades, à União, aos Estados e aos Municípios; além disso, ter-se-ia impossibilitado que os órgãos responsáveis pela segurança nacional dispusessem, com oportunidade e exatidão, de estatísticas que lhes são indispensáveis.

Relativamente a estatísticas militares, o Instituto pôs em execução, neste exercício, o Plano de Atividades de Estatística Militar, assentado em fins de 1948 com o Estado-Maior do Exército. No decorrer do ano, prestou concurso à elaboração, a cargo do Estado-Maior Geral, do Regulamento de Estatística Militar, que compreenderá o Exército, a Marinha, e a Aeronáutica. Da cooperação estreita entre as classes armadas e o Instituto, têm resultado excelentes providências, possibilitando à entidade ministrar aos órgãos da segurança nacional, com presteza, as apurações estatísticas de que necessitam.

O plano anual de investigações de âmbito nacional compreendeu, no exercício de 1949, 249.254 questionários, além de

6.792 apurações, exclusive inquéritos especiais do maior vulto, como o do comércio por vias internas, o do movimento trimestral de estabelecimentos comerciais e industriais, além de muitos outros.

Ampliam-se as indagações estatísticas brasileiras, e o país dispõe, hoje, de preciosa documentação numérica em torno de suas condições físicas, demográficas, econômicas, sociais, culturais, administrativas e políticas. Dessa documentação, aliás, dá perfeito testemunho a desenvolvida atividade publicitária da entidade, que compreende anuários, boletins, revistas, monografias, etc. Ainda em 1949, prepararam-se e encaminharam-se à impressão 1.448 sinopses estatísticas municipais, correspondentes a igual número de Municípios, pertencentes a 17 Unidades Federadas.

Em face da projeção internacional do Brasil, são freqüentes e extremamente variados os pedidos de informações, procedentes de vários países, a respeito de realidades ou problemas nacionais. Tem o Instituto atendido a essas solicitações, com o melhor espírito de cooperação. No plano nacional, essa colaboração se tem tornado efetiva junto aos governos estaduais e municipais, autarquias, etc. Ainda em 1949, o Instituto levou a efeito os censos dos segurados do IAPC, caixas de aposentadoria e pensões e IAPM.

SETOR CENSITÁRIO

Em obediência à Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, e de acôrdo com o Decreto n.º 26.914, de 20 de julho do mesmo ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística instalou o Serviço Nacional de Recenseamento, ao qual incumbe promover o VI Recenseamento Geral do Brasil, com data fixada para 1.º de julho de 1950.

Empreendimento de indiscutível utilidade para o país, além do alto interesse para o Continente, face à realização do Censo das Américas, exige, para seu pleno êxito, tal a envergadura da operação, alta soma de esforços, que não têm sido poupados pela entidade.

Já se acham os trabalhos do recenseamento na fase preliminar de execução, terminados os serviços de planejamento de todos os aspectos da grande tarefa, adiantada a delimitação dos setores censitários, adquirido o material para expedição e o para uso dos recenseadores. No que se refere aos questionários dos cinco censos a serem levados a termo, — demográfico, agrícola,

comercial, industrial e de serviços, — estão sendo discutidos e aprovados, encontrando-se alguns em vias de impressão.

Do mesmo passo, iniciou-se a indispensável propaganda da operação, havendo sido instaladas, em todo o país, as comissões censitárias regionais e municipais, cabendo-lhes auxiliar o Instituto no preparo da opinião pública em favor do Recenseamento

Cumpre assinalar que o apoio até agora dispensado ao Recenseamento por tôdas as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como a inestimável cooperação que já lhe está sendo dada por tôdas as classes sociais, não deve, de modo algum, sofrer solução de continuidade. pois dessa cooperação só teremos, nós os brasileiros, que nos felicitar.

Já se procedeu ao levantamento do cadastro imobiliário do Distrito Federal e está em preparo o das principais cidades, com o fim de servir de subsídio ao Recenseamento de 1950.

Todos os planos censitários, alusivos à operação de 1950, têm obedecido, em linhas gerais, às recomendações da Comissão do Censo das Américas.

Mobiliza o Instituto todos os seus esforços no sentido de o recenseamento obter o maior êxito, não sòmente no que diz respeito à coleta e crítica das informações, senão também, e de maneira especial, quanto à apuração imediata e breve divulgação dos resultados colhidos.

POLÍTICA EXTERNA

O espírito de equilíbrio e de justiça e até mesmo a magnanimidade, que sempre caracterizaram a atuação diplomática do Brasil, têm encontrado oportunidade ampla de aplicação nestes anos de após-guerra, em que as relações internacionais passaram a processar-se não apenas em função dos interesses isolados de cada país, mas de um conjunto de princípios ligados à sobrevivência mesma das democracias.

Dêsse modo, vemos com satisfação que os pontos cardiais de nossa política exterior são os mesmos que orientam, neste momento, a maioria das nações civilizadas, através dos organismos em que se desdobra o complexo sistema de relações entre os povos.

A estrutura dos atuais organismos internacionais tem-nos proporcionado oportunidades de maior participação nos entendimentos entre os povos; e, graças ao valioso trabalho realizado pelas nossas delegações especiais e permanentes, junto àquelas instituições, cresce o prestígio do Brasil no exterior.

Atuação do
Brasil nos
organismos
internacionais

Apraz-me salientar, outrossim, que o Brasil, seja nas reuniões de caráter político, seja nas de assuntos técnicos, ao invés de defender unicamente seus interesses diretos, procurou acima de tudo salvaguardar os princípios gerais das nações verdadeiramente democráticas.

A amplitude da matéria a ser discutida no decurso da III Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Paris, em setembro de 1948, exigiu um prazo adicional, a fim de que vários itens da Agenda, reputados de magna relevância, recebessem a merecida consideração.

NAÇÕES
UNIDAS
Assembléia
Geral

Durante essa prorrogação, a Assembléia trabalhou exaustivamente, tentando dirimir impasses que o plenário, em Paris, não conseguira evitar, por traduzirem pontos de vista irredutíveis. Estão neste caso, entre outros, o estatuto das antigas colônias italianas,

a representação diplomática perante o Governo espanhol e a admissão de Israel, questões a que a Delegação do Brasil se dedicou com resultados altamente profícuos.

A IV Sessão Regular da Assembléia Geral das Nações Unidas realizou-se em Flushing Meadows e Lake Success, Estado de New York, entre 20 de setembro e 10 de dezembro de 1949. O Brasil fez-se representar por uma Delegação chefiada pelo Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois parlamentares, membros da Delegação permanente junto à ONU e assistentes técnicos.

Do ponto de vista político, não foram significativos os resultados da IV Sessão da Assembléia Geral. Alcançou-se expressivo progresso, todavia, no campo econômico-social, particularmente no que diz respeito à América Latina e ao Brasil, pois foram debatidas a fundo, e com apreciáveis resultados e esclarecedoras conclusões, questões africanas, de vital interesse para nós.

Colônias italianas

A questão das antigas colônias italianas foi entregue à Assembléia Geral das Nações Unidas, em virtude do disposto no Anexo XI do Tratado de Paz com a Itália. A Comissão de Investigações, que estudou o problema *in loco*, forneceu bons subsídios para a justa apreciação do caso. Ao se iniciarem, pois, os debates na Comissão Política, logo se teve noção das dificuldades em encontrar fórmula capaz de conciliar todos os interesses em choque. Ante o rumo que ia tomando a questão, resolveram os países latino-americanos apresentar conjuntamente uma proposta que adia para a IV Sessão da Assembléia Geral a solução do problema, fixando, porém, desde logo, certas normas.

Pendiam as várias propostas de votação da Comissão Política, quando os Ministros do Exterior da Inglaterra e da Itália chegaram, em Londres, a um acôrdo sobre o problema. A nova fórmula diferia apenas da proposta original britânica no tocante à Líbia, pois era prevista a tutela italiana para a Tripolitânia, a partir de 1951. Aprovada na íntegra, a nova proposta britânica passou à Comissão Política, onde foi aprovada por grande maioria depois de longas votações.

No entanto, ao passar o assunto a plenário, para surpresa de todos, a Índia votou contra a tutela italiana para a Tripolitânia, derrogando parte da proposta. Em vista dessas ocorrências, o bloco latino-americano, de que o Brasil era uma das forças mais

ativas, votou contra o conjunto da proposta, o que motivou não lograsse esta o número de votos necessários para a sua aprovação.

A questão, foi destarte, submetida à consideração da IV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Criou-se um Subcomitê de 21 países (entre os quais figurava o Brasil), a fim de estudar as propostas apresentadas à Comissão ou as que se apresentassem a seu exame. Após longos debates e penosos trabalhos, a Assembléia Geral adotou as seguintes fórmulas de solução para o destino das antigas colônias italianas: independência da Líbia, até 1.º de janeiro de 1952; tutela italiana para a Somália, por um período improrrogável de 10 anos, ao fim do qual será um Estado independente. Para a Eritréia, em face da impossibilidade de encontrar solução definitiva, resolveu-se enviar uma Comissão de Investigações, que deverá apresentar relatórios à V Sessão Regular da Assembléia.

As relações com a Espanha de Franco, problema com que as Nações Unidas se vinham ocupando desde 1946, não alcançaram em Lake Success nenhuma solução definitiva. Encerrados os debates, a questão da liberdade de ação dos Estados-membros nas suas relações diplomáticas com Madrid permaneceu aberta.

O Caso
Espanhol

O Brasil, dada a situação embaraçosa a que chegara o assunto, resolveu adotar atitude coerente com as suas propostas e a tradição da diplomacia brasileira. Assim, na primeira parte da III Assembléia das Nações Unidas, realizada em Paris, a delegação do Brasil redigiu e fez circular um projeto de resolução, segundo o qual, sem modificar as demais declarações aprovadas em 1946, a Assembléia deixaria a cada membro a liberdade de se representar diplomaticamente em Madrid, conforme suas próprias conveniências. Compartilharam desse ponto de vista os países latino-americanos na sua grande maioria e alguns não-americanos. Baseava-se o projeto na seguinte justificativa: a resolução de 1946, inócua para abalar o regime franquista, vinha causando prejuízo aos Governos que, como o do Brasil, lealmente lhe prestaram observância.

Na reunião da segunda parte da III Assembléia das Nações Unidas, que se realizou em Lake Success, a questão foi reexaminada. Com exceção da Rússia, as grandes potências abstiveram-se de participar dos debates e limitaram sua atitude à declaração manifesta de voto contrário à proposta polonesa. Reiterava ela oposição sistemática à melhoria das relações diplomáticas com a Es-

panha franquista, mas viria a ser fragorosamente derrotada. Vingu, desse modo, o projeto brasileiro, sobre o qual convergira a atenção da Assembléia.

Embora a Comissão Política houvesse aprovado, por maioria, a proposta do Brasil, não obteve ela, em plenário, a consagração por dois terços dos membros presentes e votantes, sendo, por isso, tecnicamente derrotada, com 26 votos a favor, 15 contra, 16 abstenções e duas ausências. No entanto, como a vontade expressa da maioria demonstrasse que as Nações Unidas já não mais apoiavam a Resolução restritiva de 1946, julgamo-nos autorizados a desprezar a opinião da minoria que, em 1949, persistiu em negar-nos o exercício de um direito soberano, qual o de legação.

*Violações de
Direitos Hu-
manos na
Hungria e
Bulgária*

A questão do Cardeal Mindszenty e dos pastores protestantes, em que se viram acusadas a Hungria e a Bulgária, foi resolvida com a aprovação de um projeto de resolução apresentado pela Bolívia, que reafirma o propósito das Nações Unidas de promover a cooperação internacional e encorajar o respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

A defesa dos países acusados, levada a cabo pelos delegados do bloco soviético, repisou as alegações de que o Cardeal Mindszenty e os pastores protestantes condenados na Bulgária eram culpados de crimes comuns e responsáveis por ligações com representantes de outras potências, em atividades contrárias aos interesses dos respectivos países. Acrescentou, ademais, que os processos e julgamentos realizados se ajustaram aos princípios de imparcialidade, justiça e legalidade; e que os fatos verificados na Hungria e na Bulgária dizem respeito à jurisdição doméstica desses países, sendo as Nações Unidas incompetentes para deles tomar conhecimento.

Vale salientar, nesse ponto, a desassombrada atuação do Brasil perante a Comissão Política Especial, anatematizando aqueles postulados soviéticos. Procurou o Delegado do Brasil definir a competência das Nações Unidas no caso, mostrando haver sido a mesma tese levantada, sem êxito, felizmente, quando da discussão de questões outras, como a do tratamento de indus na União Sul-Africana, ou violação de direitos sindicais na Tcheco-Eslôvaquia.

Depois de analisar a filosofia comunista no que se refere à religião, o representante brasileiro reafirmou que o melhor passo

no momento seria deixar às potências signatárias dos tratados de paz com as partes acusadas as providências imediatas para a elucidação dos fatos.

Esse ponto de vista coincidiu com o da maioria, que, a pouco e pouco, no transcurso das discussões, se alinhou ao lado da proposta boliviana.

Ao se iniciarem, durante a III Sessão, os debates sobre a Admissão de Israel, a Delegação brasileira já recebera instruções no sentido de esclarecer nossa posição de país cristão e de subordinar o voto do Brasil à escrupulosa observância pelo Estado de Israel, da resolução da Assembléia, relativamente ao estabelecimento de um estatuto internacional para Jerusalém. O Delegado do Brasil, nessa conformidade, declarou perante a Comissão que não nos poderíamos manifestar em definitivo sobre a proposta de admissão, a não ser que o Estado de Israel oferecesse garantias capazes de afastar as dúvidas existentes quanto à obediência das disposições da Assembléia Geral a respeito de Jerusalém e dos refugiados árabes.

É lícito salientar que tomáramos esta atitude no momento em que a grande maioria dos delegados oscilava indecisa entre o peso do apoio norte-americano e soviético ao novo Estado e a influência das tradições cristãs, reavivadas pelas recentes manifestações da Santa Sé.

Assim, embora não se deixasse de dar ao princípio do universalismo das Nações Unidas o necessário prestígio, temia-se, por outro lado, haver razões bastantes para que se não cumprissem as cláusulas destinadas a garantir o livre acesso aos lugares santos, o que despertava no Brasil, país cristão por excelência, sérias preocupações.

A posição do novo Estado poderia assim resumir-se: o Governo de Israel estava disposto a cooperar com as Nações Unidas na adoção de um estatuto internacional para Jerusalém. Esse estatuto, porém, deveria referir-se exclusivamente à proteção e controle dos lugares santos, ficando as matérias de natureza civil e administrativa a cargo das autoridades de Israel e dos países árabes, diretamente interessados; quanto à parte nova de Jerusalém, seria ela incorporada ao Estado de Israel. Tais diretrizes

contrariavam disposições anteriormente adotadas pela Assembléia; exigindo, conseqüentemente, nova solução para tais problemas.

Tratava-se de uma decisão ditada principalmente por interesses políticos, e a proposta conjunta da Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Panamá e Uruguai, dispondo sobre a admissão imediata, foi aprovada na Comissão, não obstante a abstenção de muitos países, dentre os quais o Brasil.

Justificando-se, o Delegado do Brasil lamentou não poder votar a favor, na ocasião, por isto que a Delegação brasileira se constrangia de prejudicar os fatos, já que as declarações do Delegado israelita não haviam dissipado completamente as dúvidas iniciais. Receava sobretudo que as dificuldades existentes levassem a ulteriores resoluções, imprevisíveis, o que importaria desprestígio para as decisões adotadas pela Assembléia.

Na IV Sessão, um dos assuntos que foram objeto da mais acesa controvérsia, na Assembléia, foi justamente a internacionalização de Jerusalém. A princípio, a maior parte das Delegações inclinara-se a uma solução conciliatória; no entanto, a intransigência de Israel e da Jordânia invalidaram essa possibilidade.

A vista dessas condições, já não era possível apoiar o plano da Comissão de Conciliação, e as Delegações que, como a brasileira, tinham instruções precisas para sustentar o ponto de vista advogado pela Santa Sé, deram seu apoio a uma proposta austríaca que, em linhas gerais, confirmava a Resolução de 29 de novembro de 1947, entregando ao Conselho de Tutela a tarefa de aplicar o Estatuto de Internacionalização da Cidade Santa.

Essa proposta obteve larga maioria na Comissão e foi ratificada pelo Plenário da Assembléia, em sessão agitadaíssima.

Certamente é passível de críticas a solução adotada pela Assembléia, a maior das quais consiste precisamente na dificuldade de sua implantação; ainda assim, não havia alternativa para os países católicos, que ainda hoje esperam confiantes se tornem mais conciliatórios os Governos de Israel e da Jordânia.

Conselho
Econômico
e Social

O Conselho Econômico e Social é o órgão a que estão afetas, no plano internacional, as questões econômicas, financeiras, sociais, jurídicas, administrativas e humanitárias das Nações Unidas. Dada a natureza desses problemas, é o Conselho, de todos os órgãos da ONU, aquele cujos resultados vêm sendo mais apreciáveis, uma vez que o Conselho de Segurança, onde o choque de ideologias

irredutíveis tem sido o maior óbice à solução das questões políticas da comunidade internacional, pouco tem realizado no campo prático.

Integrado por 18 membros, entre os quais figura o Brasil, eleitos pela Assembléia Geral pelo prazo de três anos, o Conselho Econômico e Social reúne-se, em sessões convocadas semestralmente, funcionando através de comitês que se articulam com uma série de organismos intergovernamentais. É através da ação desse sistema de organismos com atribuições correlatas que o Conselho Econômico e Social logra alcançar suas finalidades.

No decorrer do ano de 1949, convocou o Conselho Econômico e Social duas sessões: a VIII, efetuada em New York, de 7 de fevereiro a 18 de março; e a IX, realizada em Genebra, de 5 de julho a 15 de agosto. Entre os itens da Agenda de Trabalho da VIII Sessão, constavam as denúncias quanto ao trabalho forçado na União Soviética e as acusações de violação da liberdade sindical por parte de alguns países.

Coube à Delegação brasileira refutar as acusações engendradas pela Federação Mundial de Sindicatos contra o Brasil, relativamente a pretensas violações da liberdade sindical. Fê-lo, apresentando em exposição sintética e persuasiva as características da legislação sindical brasileira e discriminando as vantagens das reformas empreendidas com o fito de adaptá-la à Constituição de 1946. Demonstrou-se, portanto, à saciedade, o infundado das acusações que nos eram dirigidas.

De toda a atividade desenvolvida no transcurso da VIII Sessão, cumpre ressaltar, incontestavelmente, por isto que melhores resultados ofereceram, a discussão e o debate das questões atinentes à economia dos países subdesenvolvidos e ao auxílio técnico-financeiro destinado a fomentar-lhes o desenvolvimento econômico. Coube ao Delegado dos Estados Unidos da América, interpretando o pensamento contido nas declarações do seu Presidente, em mensagem dirigida ao Congresso, apresentar os pontos básicos desse novo e ousado programa, consubstanciado no Ponto IV da aludida Mensagem.

Durante os debates travados, diversas Delegações focalizaram os aspectos mais importantes da assistência técnica e apontaram os métodos mais apropriados para levá-la a efeito. As intervenções da Delegação do Brasil, que se interessava vivamente pela matéria, fundaram-se em propósitos bem definidos quanto à for-

mulação de planos e projetos específicos, tanto do ponto de vista tecnológico do fomento econômico, como do financeiro.

A Agenda de trabalho da IX Sessão abrangia assuntos de natureza econômica, social, administrativa e financeira, constando de 52 tópicos, dentre os quais sobressaíam dois assuntos propostos por iniciativa do Brasil, referentes à coordenação dos serviços cartográficos das Nações Unidas e às facilidades internacionais para a promoção do treinamento em Administração Pública. Atendendo-se aos reais benefícios que adviriam da aceitação dos citados tópicos, reconheceu o Conselho a conveniência de transformá-los em resoluções, criando-se, destarte, o Serviço Cartográfico das Nações Unidas e o Centro Internacional para treinamento em Administração Pública.

Foi das mais laboriosas e frutíferas a atuação da Delegação do Brasil, cabendo a um dos seus membros a presidência de um dos *grupos de trabalho* constituídos para estudar as medidas destinadas a atenuar a crise de gêneros alimentícios; e a outro, a direção de um subcomitê encarregado de elaborar os princípios orientadores do programa de assistência técnica, ponto capital das discussões da reunião de Genebra.

Côncio das reais vantagens que para o Brasil poderiam provir da adoção de uma única diretriz político-econômica, no que concerne à recepção do programa da assistência técnica, nossa representação propôs um item criticando a "proliferação das atividades das Nações Unidas e Agências Especializadas". O projeto brasileiro obteve unanimidade, tanto na Comissão quanto em plenário, comprovando-se, assim, o cabimento e acerto da proposta.

Realmente, a obra das Nações Unidas está sendo ameaçada pela variedade de atividades a que se têm lançado seus vários órgãos e agências, sem que se verifiquem, prévia e seguramente, as possibilidades reais de implementação das mesmas.

Dessa multiplicidade de programas, nasce outro mal, qual seja o número excessivo de reuniões e sessões, com aumento considerável de gastos, às quais nem todos os Estados-membros podem comparecer devidamente representados.

A Resolução aprovada pode ser sumariada do seguinte modo:

- a) solicita ao Secretário Geral que prepare um estudo, a ser submetido ao Conselho Econômico e Social, e pos-

- teriormente, à Assembléia Geral, sobre os meios e os métodos a serem adotados para sustar a proliferação;
- b) recomenda ao Secretário Geral que complete o *Catálogo de projetos econômicos e sociais* com dados relativos ao tempo necessário à sua execução e custo;
 - c) solicita ao Conselho Econômico e Social formule uma lista de prioridades entre tais projetos, para apreciação da V Sessão da Assembléia Geral;
 - d) felicita o Conselho Econômico e Social pelas medidas tomadas com vistas à liquidação ou absorção, pelas Nações Unidas, de certas agências intergovernamentais;
 - e) solicita ao Conselho Econômico e Social prosseguir nos estudos para a simplificação da estrutura das Nações Unidas e conseqüente redução dos ônus orçamentários.

Ao Conselho de Tutela, um dos órgãos fundamentais das Nações Unidas, cabe supervisionar, sob a autoridade da Assembléia Geral, a execução do Sistema Internacional de Tutela, criado de acordo com o Capítulo XII da Carta das Nações Unidas, em substituição ao antigo Sistema de Mandatos da Liga das Nações.

Conselho de
Tutela

O ano de 1949 revestiu-se de singular importância no que tange aos problemas de Tutela. O sistema criado pela Carta entrou em sua fase operativa, esboçando-se, na prática, uma nova teoria, de acordo com a qual o regime de tutela deve ser considerado o *status* ideal para todos os territórios sem governo próprio.

É em torno desse conceito que se vêm manifestando o Conselho de Tutela e a Assembléia Geral das Nações Unidas, através da IV Comissão. O Brasil, não estando representado naquele Conselho, junto ao qual mantém apenas observadores, participa, no entanto, na Assembléia Geral, das discussões dos referidos problemas, pelos quais os Delegados do Brasil manifestaram grande interesse, no transcurso das Assembléias Gerais da ONU. Devo mesmo adiantar que na I Parte da III Sessão da Assembléia Geral, realizada em Paris no ano findo, o Brasil participou ativamente dos trabalhos de crítica e aperfeiçoamento do Sistema de Tutela.

A Corte Internacional de Justiça é o principal corpo judiciário das Nações Unidas. Compõem-na 15 juizes eleitos pela Assembléia Geral das Nações Unidas, entre os quais se encontra um Ministro brasileiro, o que sobremaneira nos honra.

Corte Inter-
nacional de
Justiça

Presentemente, estuda o Tribunal de Haia a questão suscitada pela concessão de asilo, por parte do Governo colombiano, ao líder aprista peruano, questão em que a diplomacia brasileira tem influído ativa e benêficamente, no sentido de uma solução que se coadune com os princípios básicos do Direito Internacional.

Organização
Internacional
do Trabalho

Os fundamentos da Organização Internacional do Trabalho repousam na Parte XIII do Tratado de Versalhes. Criada em 1919, como entidade autônoma associada à Liga das Nações, com o objetivo de assegurar a manutenção de condições de trabalho equitativas e humanas para o homem, a mulher e a criança, a referida Agência Especializada sobreviveu à extinção da Liga das Nações, e, posteriormente, filiou-se às Nações Unidas.

O Brasil, que, ao denunciar o Pacto da Liga das Nações, não manifestou intento de repudiar a Parte XIII do Tratado de Versalhes, manteve-se fiel à Organização Internacional do Trabalho, havendo ratificado, a 5 de março de 1948, o instrumento para a emenda da Carta.

O mais importante conclave promovido pela Organização, em 1949, foi a 32ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Genebra. Aí foram aprovadas três Convenções e procedeu-se à revisão de cinco outras anteriores, entre as quais as relativas a migrações.

Suscitou grande interesse a questão referente à assistência técnica aos países menos desenvolvidos, bem como o complemento à Convenção de 1948, sobre a liberdade sindical. A Conferência, cujo caráter se revelou essencialmente anti-comunista, favoreceu a constituição de grande núcleo para a formação de uma Confederação Livre de Trabalhadores, em oposição à Federação Mundial de Sindicatos. A Delegação do Brasil, como tem sucedido em outras ocasiões, estava integrada por uma representação tripartite, — governamental, dos empregadores e dos empregados, — e teve no transcurso das sessões atuação segura e eficiente.

Em virtude dos animadores resultados obtidos nas reuniões anteriores da Conferência dos Estados da América, membros da OIT, determinou o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho convocar a IV Conferência a 7 de maio de 1949. O Brasil a ela compareceu, representado por uma Delegação, cujo chefe foi o Sr. Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio. A Conferência adotou várias resoluções sobre os

tópicos versados, tais como : industrialização; mão-de-obra e seu rendimento nos países da América Latina; formação de trabalhadores; condições de higiene; condições de vida e de trabalho das populações indígenas dos países da América; condições de emprego dos trabalhadores agrícolas e regulamentação dos conflitos de trabalho.

Em sua 104ª Sessão, realizada em Genebra, em março de 1949, o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho decidiu convocar a VII Conferência Internacional de Estatística do Trabalho. O citado conclave efetuou-se em 1949, com a eficiente assistência do Brasil. Cerca de 60 técnicos, representantes de 29 países, examinaram os itens que compunham a Agenda, entre os quais ressaltavam os seguintes : classificação das profissões; métodos de inquéritos sobre as condições de vida da família; estatísticas dos salários; estatísticas das folhas de pagamento e estatística da produtividade do trabalho.

Desenvolveu também o Brasil, no exercício de 1949, destacada atuação em todos os setores dos organismos internacionais especializados, dedicando-se com entusiasmo ao tratamento de questões vitais à assistência social, trabalho, educação e saúde.

ORGANISMOS
ESPECIALI-
ZADOS

No decurso de 1949, a UNESCO, em colaboração com outros Organismos Internacionais, promoveu cinco conferências, dentre as quais vale salientar a XII Conferência Internacional de Instrução Pública, realizada em Genebra, de 4 a 12 de julho, cuja presidência, de acordo com a proposta da Delegação francesa, coube ao Chefe da Delegação brasileira.

Organização
Educativa e
Cultural das
Nações
Unidas

Com imenso prazer desejo chamar a vossa atenção para o grande interesse que, no seio do conclave, despertou o relatório apresentado pelo Ministério da Educação e Saúde, do Brasil, relativamente aos resultados obtidos pela Campanha de Alfabetização de Adultos, bem como o plano de construção de escolas rurais e o projeto de Bases e Diretrizes da Educação, submetidos pelo Governo ao Congresso Nacional.

Ainda se me afigura de todo desvanecedor salientar que, no decorrer das sessões da Conferência de Paris, o Representante Permanente do Brasil junto à UNESCO foi, pela significativa maioria de 36 votos dentre 41, reconduzido ao Conselho Executivo da Organização, ao qual tem pertencido desde o início das atividades da citada Agência Especializada. Coube-lhe, outrossim, presidir as reuniões da Comissão Política e Orçamentária, o mais importante

dos três órgãos diretores dos trabalhos da Conferência Geral, fato que bem evidencia a excelente atuação do Brasil no referido órgão.

A UNESCO organizou, em 1949, três seminários, todos sobre assuntos educativos, o segundo dos quais teve caráter continental, e se realizou no Brasil. Trata-se do Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, que foi patrocinado conjuntamente pelo Governo brasileiro, a UNESCO e a Organização dos Estados Americanos. Organizada pelo Ministério da Educação e Saúde, com a colaboração do Itamarati, a referida reunião efetuou-se no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, de 27 de julho a 3 de setembro passado. A ela assistiram mais de 50 delegados, comparecendo, além de vários representantes europeus, a quase totalidade dos países americanos.

Organização
Mundial de
Saúde

No decorrer de 1949, reuniu-se em Roma, de 13 de junho a 2 de julho, a II Assembléia Mundial de Saúde. O Brasil enviou uma delegação composta de três cientistas, cabendo-nos a honra de haver sido o representante do Brasil indicado pelo Comitê de Designações da Assembléia para integrar o Conselho Diretor, órgão dirigente e coordenador dos trabalhos da mesma.

ORGANIZAÇÃO
DOS ESTADOS
AMERICANOS

- Ao versar a atuação brasileira na Organização dos Estados Americanos, desejo salientar, inicialmente, os esforços de nossa política exterior, a fim de manter estrita fidelidade a postulados e decisões que disciplinam os problemas de interesse para o hemisfério.

O Brasil vem participando ativamente, por intermédio de sua Delegação Permanente, de todos os empreendimentos da Organização, e granjeou, por isto mesmo, situação de relêvo e prestígio, que se pode aferir não somente pelo fato de um brasileiro ocupar a presidência do importante órgão que é o Conselho Interamericano Econômico e Social, senão também por figurarem patrícios nossos em quase todos os numerosos comitês, as mais das vezes constituídos de apenas cinco membros.

Organismo de âmbito americano, mas integrado no conjunto da Organização das Nações Unidas, a OEA corporifica, através de seus órgãos, a idéia da solidariedade continental e dos propósitos de defesa do Sistema Interamericano, fundados na ordem, colaboração, integridade e independência dos países da América.

Coube à Comissão de Organismos Interamericanos, da qual o Brasil é membro, encetar estudos sobre o levantamento completo.

da situação e atividades dos Organismos Interamericanos, visando coordená-los, ampliá-los ou extingui-los, quando tal fôsse julgado oportuno.

A OEA, no decurso de 1949, preocupou-se com a constituição dos órgãos de seu conselho. Elaborou com êsse propósito o anteprojeto dos respectivos estatutos, já encaminhados aos Estados-membros para o indispensável exame crítico.

O Conselho Interamericano Econômico e Social, o único dos três órgãos do Conselho já em funcionamento, tem dado especial atenção ao preparo da conferência econômica, prevista pela Resolução IX da Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente. Consoante essa Resolução, as Repúblicas americanas já firmaram em Bogotá um convênio econômico, que prefixou as linhas mestras dentro das quais se deverá exercer a cooperação econômica americana. Com a conferência em questão, a ser realizada em Buenos Aires, passar-se-á do plano da definição de princípios ao campo prático da assistência e colaboração continental, na obra de reerguimento da estrutura econômica americana.

Reveste-se, destarte, de excepcional importância o empreendimento planejado, o que tem sido compreendido pelo Governo brasileiro, de todo interessado no trabalho preparatório que analisará os diversos setores de nossa atividade econômica. Por esta razão, mantemos em funcionamento uma comissão especial, que vem acompanhando os estudos realizados por todos os governos-membros. É de lamentar, todavia, que, não obstante o particular empenho do Conselho e das Repúblicas americanas, as recentes transformações por que vem passando a economia mundial não tenham permitido, até o presente momento, a formação de clima apropriado à realização da conferência, cuja data de convocação foi mais uma vez adiada.

Na esfera das relações internacionais, o Tratado do Atlântico Norte foi, sem dúvida, o acontecimento mais importante de 1949. Em virtude, porém, de nossa posição geográfica, o Brasil, conquanto sufrague ideologicamente os propósitos fixados por seus signatários, não teve nem podia ter participação nesse ato multilateral de defesa dos princípios democráticos e justiça internacional.

Esse pacto pode ser considerado, no entanto, como projeção, na esfera extracontinental, do Tratado do Rio de Janeiro, prenun-

Relações in-
ternacionais

ciando a generalização dos princípios que o Brasil sempre defendeu e que hoje mais se acentuam, à medida que as profundas divergências entre as nações democráticas e a URSS se vêm agravando.

Apresentar-vos-ei, em seguida, alguns dos aspectos expressivos de nossa atuação no plano internacional, tais como o reconhecimento de novos governos, demarcações de fronteiras, tratados de amizade e atos outros em que se consubstanciaram nossas relações diplomáticas, no exercício transato.

RECONHECIMENTO DE GOVERNOS

Além do reconhecimento do Estado de Israel, a que me referi na última Mensagem anual que vos enderecei, o Governo brasileiro, em harmonia com outros governos americanos, decidiu reconhecer alguns governos continentais que surgiram no decorrer de 1949. Assim, foram formalmente reconhecidos pelo nosso país o Governo da República de El Salvador, a Junta Militar de Governo da Venezuela, bem como o Governo paraguaio, medida que se tornou necessária quanto a este último, em consequência de haver renunciado ao cargo o seu presidente. Cabe ainda mencionar o novo Governo do Panamá, que decidimos reconhecer tacitamente, considerando não interrompidas as relações do Brasil com o referido país.

Ainda em 1949 reconheceu o Governo brasileiro os governos da Síria e da Coreia, após os indispensáveis entendimentos diplomáticos.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Durante o ano passado, as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites continuaram a patriótica tarefa de caracterização de nossas fronteiras, destacando-se os trabalhos executados nas lindes com a Bolívia, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

Bolívia

Merece registro especial o auxílio prestado pelo levantamento aerofotogramétrico na fronteira Brasil-Bolívia. Iniciado apenas em fins de 1947 pela Comissão Mista, com a colaboração do Estado Maior da Aeronáutica e do Serviço Geográfico do Exército, realizaram-se, em 1949, diversos vôos, numa extensão de cerca de 150 km, cobrindo uma área de 2.000 km² aproximadamente. A área total já fotografada atinge 3.200 km².

Construíram-se ainda no ano passado, ao longo das geodéticas Quatro Irmãos-Boa Vista-São Matias, 116 marcos de cimento

armado, acrescentando que muitos outros já estão locados, o que representa trabalho apreciável, se considerarmos a vastidão, o acesso difícil e as precárias condições de vida, que caracterizam a zona limdeira com a Bolívia.

Em meados do ano, foram reencetados os trabalhos da Comissão Mista brasileiro-paraguaia, que se achavam paralisados. A linha de marcos já penetrou na Serra de Maracaju, na direção do rio Paraguai. Embora exigissem longa fase preparatória, os trabalhos estão adiantados, não representando problema sério a demarcação dos restantes 100 km de linha seca, ao longo de um divisor de águas de fácil caracterização.

Paraguai

De acôrdo com o Convênio Brasil-Uruguaí de 1933, que regula o Estatuto Jurídico da Fronteira, ficou constituída uma faixa de 44 m de largura, na linha divisória, entre o marco 11, principal, e o 49, intermédio, com exceção das zonas urbanas e suburbana, a uma distância de 22 m de cada lado da divisória. Nenhuma construção poderá ser levantada dentro da faixa, e os proprietários, nesse trecho limdeiro, deverão erguer aramados, respeitando o "Corredor Internacional".

Uruguai

Em outubro de 1948, em conferência especial realizada em Montevideu pela Comissão Mista Brasil-Uruguaí, foram examinados alguns serviços ligados à demarcação e, dentre eles, o estudo do "Corredor Internacional".

No corrente ano, motivos superiores impediram que a Comissão uruguaia integrasse a Comissão Mista. Pôde a Comissão brasileira, no entanto, executar, em grande parte, o belizamento e alinhamento dos aramados que deverão limitar o "Corredor Internacional", entre o marco 11 Grande da Serrilhada e a cidade de Santana do Livramento, numa extensão de 160 km.

Os trabalhos que a Comissão brasileira vinha efetuando, nada obstante a ausência da Comissão venezuelana, tiveram de ser interrompidos em abril, por causa da estação das chuvas. Ainda assim, exploraram-se 50 km, na Serra de Paracaima, e levantaram-se 212 km. Sobre a linha de fronteira, no alto da Serra de Paracaima, ergueram-se 11 marcos.

Venezuela

A 5 de outubro último, o chefe da Comissão brasileira assinou em Caracas, juntamente com o diretor do Serviço de Fronteiras

um acôrdo relativo à execução de trabalhos demarcatórios, a serem encetados em 1950.

A QUESTÃO
DOS BENS
ITALIANOS

Após a invasão do território italiano pelas forças aliadas e a queda do regime fascista, passou a Itália a lutar ao lado das Nações Unidas contra as forças do Reich. O Brasil levou na devida conta a cooperação dêsse país na segunda fase do conflito mundial; e, desejoso de adotar uma política conforme aos tradicionais vínculos de amizade, que uniram no passado as duas nações, liberou os bens dos italianos, residentes em território brasileiro, de tôdas as restrições impostas pelo estado de guerra (Decreto-lei n.º 7.723, de 10 de julho de 1945). Vale recordar que o Brasil se antecipou, com êsse decreto, às determinações do Tratado de Paz entre as Potências Aliadas e a Itália, firmado somente em 1947.

Reduzido a ter de contar somente com os bens do Eixo sob sequestro para o ressarcimento dos seus danos de guerra, e embora ciente de que tais bens não lhe permitiriam reaver mais que 10% das perdas sofridas, ainda assim o Brasil prosseguiu na sua política fraternal para com a Itália. Pelo Decreto-lei n.º 9.123, de 3 de abril de 1946, liberou o Governo brasileiro os bens e créditos de italianos residentes no Exterior, e adquiridos ou constituídos depois daquela data. Esse decreto teve por finalidade facilitar o restabelecimento das relações comerciais entre os dois países.

Assinado o Tratado de Paz com a Itália, em 10 de fevereiro de 1947, ratificado pelo Brasil a 5 de novembro de 1948, entraram em entendimentos o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada da Itália, no Rio de Janeiro, a fim de ser encontrada uma solução para a liberação dos bens pertencentes ao Estado Italiano. Sempre foi nosso intuito, porém, ressaltar os interesses brasileiros mediante o pagamento de indenizações devidas pelos danos que sofremos no decorrer da guerra, notadamente a perda de unidades de nossa Marinha Mercante.

Em 1947, a Embaixada da Itália afirmara que o Governo de Roma estaria disposto a submeter-se ao julgamento de uma comissão paritária ou de outro órgão igualmente arbitral, cuja forma seria estabelecida de comum acôrdo, e ao qual incumbiria averiguar se as perdas alegadas teriam sido realmente causadas pela ação de forças navais italianas. Em tal caso, o Governo italiano se comprometeria a indenizar os danos efetivamente verificados.

Muito embora desejasse o Governo brasileiro ampliar sua política liberal para com a Itália, não pôde aceitar a proposta italiana, que violaria a legislação adotada no Brasil durante a guerra, a qual ainda se acha em vigor.

Para examinar a questão com o Governo brasileiro, enviou o Governo italiano ao Brasil um emissário especial, o Sr. Procurador Geral junto à Corte de Cassação, que no primeiro memorando apresentado ao Ministério das Relações Exteriores, em 1948, alvitrou a liberação dos valores seqüestrados, ou sob custódia, em favor de empreendimentos dos quais resultassem vantagens para a economia brasileira.

Para evitar maiores delongas na solução do litígio, apresentou o Brasil um plano pelo qual se propôs a quitação de dívida, mediante pagamento simbólico, restituindo-se alguns navios italianos, bem como as Casas de Itália, e o acervo das companhias de seguro. Destinar-se-iam os demais bens à formação do capital de uma sociedade de imigração e colonização, a ser constituída no Brasil, para o estabelecimento de colônias agrícolas de italianos.

Ao chegar a Paris, onde fôra presidir à delegação do Brasil à 3.^a Assembléia Geral da ONU, o Ministro de Estado das Relações Exteriores solicitou do Governo italiano, por intermédio da Embaixada do Brasil em Roma, que enviasse a Paris um emissário devidamente credenciado, a fim de discutir o plano apresentado pelo nosso Governo.

Aceita a sugestão, iniciaram-se entendimentos entre o Governo de Roma e a Embaixada do Brasil, naquela capital, os quais prosseguiram no Rio de Janeiro.

A 8 de outubro último, como remate desses entendimentos, foi assinado o acôrdo entre o Brasil e a Itália para incentivar as relações de colaboração entre os dois países e resolver as questões atinentes ao Tratado de Paz.

Alguns dias após a assinatura do acôrto italo-brasileiro, acima referido, foi assinada uma Declaração de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Itália, instrumento pelo qual os dois governos se propõem intensificar, à vista dos laços de cultura que os unem, a proteção de seus interesses comuns e desenvolver relações no terreno jurídico, econômico, cultural, técnico e social.

DECLARAÇÃO
DE AMIZADE
E COOPERA-
ÇÃO ENTRE O
BRASIL E A
ITÁLIA

Essa declaração constitui o preâmbulo de ulteriores convenções, que estão sendo estudadas pelos dois países, notadamente o acôrdo de imigração e o convênio econômico.

RELAÇÕES COM
A ESPANHA

Em atenção às tradicionais relações diplomáticas e econômicas que sempre mantivéramos com a Espanha, nossa representação foi ali elevada em 1933 à categoria de Embaixada. A partir de 1946, no entanto, a Missão vinha sendo dirigida por um Encarregado de Negócios, em obediência à resolução adotada pela Assembléia da ONU, na qual se recomendara aos Estados-membros que não mantivessem em Madrid missão de elevada graduação.

A própria Delegação brasileira àquela Assembléia concorrera, aliás, com o seu voto para tal deliberação, ainda que a considerasse inócua, senão contraproducente, para o fim colimado. Assim procedeu para evitar a ruptura completa de relações, propugnada por muitas delegações, o que acarretaria prejuízos, não somente à própria nação amiga, mas também aos legítimos interesses brasileiros.

O chamado *caso espanhol*, todavia, não foi objeto de uma decisão obrigatória, a qual só por outra decisão contrária poderia ser revogada. Dentro das suas faculdades, a Assembléia das Nações Unidas só podia fazer a êsse respeito, e efetivamente o fez, uma *recomendação*, cuja validade seria indeterminada, enquanto a sustentassem 2/3 dos Estados-membros. Tal recomendação, no entanto, perdeu progressivamente aquêlo apoio, o que facultou ao Governo brasileiro representar-se em Madrid do modo mais adequado aos interesses do país. Daí ter resolvido normalizar as suas relações com a Espanha, designando um Embaixador para chefiar a Missão em Madrid.

Assinale-se que a atitude do Governo brasileiro foi acolhida com simpatia e mesmo com entusiasmo em diversas capitais européias e americanas, não sendo criticada por nenhum dos países que, alegando vários motivos, têm seguido estritamente o ponto de vista exposto na ONU.

RELAÇÕES COM
A ALEMANHA

A defesa dos interesses brasileiros na Alemanha ocupada, durante o ano de 1949, ainda fôra assegurada pela Missão Militar Brasileira em Berlim, que mantinha ligação entre o Governo brasileiro e as autoridades militares aliadas.

No entanto, o título VIII da Carta da Alta Comissão Aliada, firmada em Paris, a 20 de junho de 1949, pelos representantes das

três potências ocidentais, dispõe que "a necessária ligação com os governos de outras nações especialmente interessadas será assegurada mediante a nomeação, por parte desses governos, de missões apropriadas junto ao Conselho dos Altos Comissários, as quais terão acesso, por procedimentos a serem determinados, aos organismos subordinados e ao Governo alemão".

Em obediência a tais dispositivos, o mencionado Conselho, em 6 de setembro último, dirigiu à Missão Militar Brasileira em Berlim um convite no sentido de que o Governo brasileiro acreditasse junto à Alta Comissão Aliada um representante seu, nos termos do citado dispositivo da Carta. Saliu-se, mais tarde, que a missão não teria caráter diplomático, nem consular, embora pudesse o seu chefe ter categoria diplomática pessoal.

Acedendo ao convite, o Governo brasileiro, por decreto de 21 de dezembro de 1949, designou um antigo embaixador para representar-nos junto à Alta Comissão Aliada na República Federal da Alemanha, suprimindo-se, destarte, a Missão Militar Brasileira em Berlim, por decreto de 13 de dezembro de 1949.

Em retribuição à visita feita ao Brasil, em 1947, pelo Presidente Harry S. Truman, tive o grato prazer de visitar os Estados Unidos da América, aceitando o convite que o Chefe de Estado norte-americano me dirigira pessoalmente. Assim, pela primeira vez, quando no exercício de suas funções, um Chefe de Estado do Brasil, sob o regime republicano, visitava os Estados Unidos da América, acontecimento da maior relevância para as relações exteriores do Continente.

VISITA PRESIDENCIAL AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Durante minha estada em Washington, foi-me dada a honra de ser recebido em sessão conjunta do Congresso norte-americano, perante o qual pronunciei discurso em que reafirmei o interesse com que o Brasil acompanhava a ação daquela Casa "para preservar o povo norte-americano, — e, com ele, o mundo, — de nova hecatombe". Salientei ainda a tradicional amizade existente entre o Brasil e os Estados Unidos, "fundada em identidade de propósitos e harmonia de interesses", sentimento que, no campo internacional, "é a maior garantia de bom entendimento e de compreensão entre as demais nações irmãs deste Hemisfério".

Conferenciei longamente com o Presidente Harry S. Truman, acerca das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, mostrando a

conveniência de serem desenvolvidas e fortalecidas, cada vez mais, as relações econômico-sociais e culturais entre os dois países. O Presidente Truman reiterou o interesse dos Estados Unidos em colaborar no maior desenvolvimento econômico e no progresso social do Brasil, ficando assentado que teriam início, imediatamente, as negociações para a conclusão de um tratado, cujo objetivo seria estimular as aplicações do capital norte-americano no Brasil. As conclusões a que chegamos foram objeto de declaração conjunta, a que demos publicidade no dia 21 de maio, e cujo texto foi amplamente divulgado pela imprensa e pelo rádio, tanto nos Estados Unidos como entre nós.

Cooperação econômica

No decurso de 1949, participou o Brasil de várias conferências internacionais de caráter econômico, realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas. Estivemos, assim, como já foi salientado, presentes aos trabalhos do Conselho Econômico e Social, Organização Internacional do Trabalho, Organização de Aviação Civil Internacional e Organização Internacional de Telecomunicações.

Duas conferências internacionais, porém, merecem registro especial, pelos expressivos benefícios que nos facultarão: a Conferência Internacional do Trigo e a II Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em Annecy, França.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRIGO

O Brasil, como país importador de trigo, tem sofrido, nestes últimos anos, o efeito das chamadas *crises cíclicas*, que vêm afetando a economia das matérias-primas e produtos alimentares, em consequência dos freqüentes desequilíbrios entre a produção e o consumo, da acumulação de excedentes e da grande flutuação de preços.

Impunha-se, destarte, o comparecimento do nosso país à Conferência Internacional do Trigo, realizada em Washington, de 26 de janeiro a 23 de março do ano passado, com a participação inicial de sete países exportadores de trigo.

O texto do Acôrdio Internacional de Trigo, resultante dos trabalhos dessa Conferência, representa versão nova do acôrdio primitivo, tornado inoperante pelo fato de não haver sido ratificado pelos Estados Unidos da América.

Com a assinatura desse acôrdo, a que voltarei a referir-me no capítulo que se ocupa com a produção do país, viu o Brasil coroado de êxito seus esforços nessa Conferência e nas anteriores, no sentido de assegurar a aquisição, por preços razoáveis e em prazos regulares, das cotas de trigo de que ainda carecemos, sem prejuízo do desenvolvimento de triticultura nacional.

Realizou-se em Annecy, França, de 8 de abril a 13 de setembro de 1949, a III Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, à qual o Brasil compareceu, tendo conseguido reais vantagens para o nosso comércio exterior.

CONFERÊNCIA
DE ANNECY

As negociações só foram efetivamente realizadas com os países que aderiram ao Acôrdo: Finlândia, Grécia, Itália, Suécia e Uruguai.

Nas negociações com a Finlândia, havendo a Delegação brasileira argumentado com o fato de que aquele país já se beneficiara indiretamente das concessões feitas pelo Brasil a outros países, em Genebra, no ano de 1947, acordou-se em efetuar uma redução de 25% nos direitos sobre o café, além de outras concessões recíprocas.

Em suas negociações com a Delegação da Grécia, encontrou a Delegação do Brasil fortes obstáculos, uma vez que, desejando obter isenção tarifária para o café brasileiro, não podia oferecer reduções compensadoras sobre mercadorias gregas, cuja importação é diminuta no Brasil. Apesar desse obstáculo, conseguiu a Delegação brasileira uma redução de 18,75% nos direitos que gravam o café, além da consolidação de várias taxas alfandegárias.

Ao iniciar as negociações com a Delegação italiana, estava a brasileira compenetrada da complexidade da questão que lhe cabia enfrentar, em virtude da grande disparidade nas relações de trocas entre os dois países.

Levando em consideração êsses fatos e a circunstância de que, em virtude das negociações realizadas, já obtivêramos da Itália significativas concessões indiretas para artigos brasileiros, — oferecemos àquele país concessões sobre alguns produtos de grande aceitação em nosso mercado interno, obtendo, em troca, reduções nos direitos sobre o café, que passaram de 80% a 50% *ad valorem*, bem como sobre outros produtos vitais à nossa economia.

Como resultado das negociações mantidas com a Delegação sueca, conseguiu a brasileira a consolidação dos direitos aduaneiros e do impôsto interno sobre o café, os quais, montando a 45 e 35

coroas por 100 kg, respectivamente, correspondem a uma imposição de 25 a 38% *ad valorem*, tributação específica que é das mais baixas dentre as vigentes em países europeus. O Brasil obteve ainda concessões indiretas, em consequência das negociações da Suécia com outros países, em virtude das quais se consolidaram ou reduziram, em 50% e mais, os direitos sobre alguns produtos de grande importância para nosso comércio.

As negociações com o Uruguai apresentaram especial dificuldade, pelo fato de que esse país, de estrutura econômica similar à do Estado do Rio Grande do Sul, poucos produtos pode exportar para o Brasil, ao passo que depende quase que exclusivamente de certos produtos brasileiros, quais sejam o mate, o pinho, o fumo, o café e mesmo o açúcar.

Levando em conta essas circunstâncias, chegaram as delegações de ambos os países à conclusão de que o documento internacional que deve presidir fundamentalmente às trocas mútuas é um acordo de tráfico fronteiriço, extenso e duradouro. Limitou-se, pois, a Delegação brasileira a confirmar, em documento especial, as concessões de interesse para o Uruguai, já feitas por via indireta, garantindo-nos a Delegação do país irmão a consolidação dos direitos sobre o mate elaborado.

Tratando com as delegações dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha, a Delegação brasileira teve a preocupação constante de oferecer concessões apenas sobre produtos já negociados em Genebra e cujos direitos não houvessem sido reajustados pelo Congresso Nacional, até o nível de 40%. A única exceção a esse critério se refere ao tetraetilato de chumbo, matéria-prima que se adiciona à gasolina para aumentar-lhe a eficiência e que será, portanto, indispensável às refinarias nacionais de petróleo.

ACÓRDOS BILATERAIS

No decorrer de 1949, o Brasil celebrou vários acordos de caráter econômico, que passaremos a sumariar.

Argentina

Por troca de notas, efetuadas a 21 de junho, foi firmado em Buenos Aires um acordo entre o Brasil e a Argentina, pelo qual ficarão isentos do imposto sobre a renda e quaisquer outros gravames sobre lucros os proventos auferidos pelo exercício de navegação marítima e aérea, no território dos dois países, quando obtidos por empresas da outra parte contratante.

Com a Grã-Bretanha foi efetuado, por troca de notas datadas de 3 de agosto, um ajuste relativo à vigência das listas de mercadorias de ambos os países, para as quais os governos do Brasil e da Grã-Bretanha se obrigam a facultar as necessárias licenças de exportação e importação, como previsto no Acôrdio Comercial e de Pagamentos de 21 de maio de 1948. Grã-Bretanha

Também se efetuou nesta Capital, por troca de notas, um acôrdio comercial entre os governos do Brasil e de Portugal, que visa à normalização e ao desenvolvimento do intercâmbio luso-brasileiro. Portugal.

Cada país se compromete a autorizar a importação e a exportação das mercadorias constantes de duas listas anexas ao acôrdio, as quais não têm caráter restritivo ou limitativo e são renováveis anualmente.

As mercadorias trocadas pelos dois países se destinarão exclusivamente ao consumo interno do país importador ou à transformação, por suas manufaturas.

O Acôrdio prevê, ainda, o transporte dessas mercadorias, em caráter preferencial, pelas embarcações de bandeira brasileira e portuguesa, em partes iguais.

Dando cumprimento ao disposto no item a da declaração conjunta, feita em 5 de setembro de 1948 pelos Governos do Brasil e do Uruguai, a Comissão Mista de representantes dos dois países efetuou várias reuniões no Rio de Janeiro, com o intuito de estudar as questões relativas ao intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio, sistema de pagamentos, tráfico fronteiriço e concessões ou consolidações tarifárias. Uruguai

O novo Tratado do Comércio e Navegação, cujas linhas gerais obedecem ao tipo dos acôrdios desta natureza, foi assinado nesta Capital a 27 de maio último.

Previram-se, no Tratado, facilidades ao trânsito e à armazenagem de mercadorias brasileiras em portos do Uruguai, especialmente no que se refere às madeiras brasileiras, bem como a alguns produtos uruguaioes que entrem no Brasil pelos portos de Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro.

Complementarmente, foi assinado nesta Capital, a 19 de dezembro último, um convênio de pagamentos entre o Brasil e o Uruguai, o qual deverá ter duração de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Determina o referido convênio que se efetuem em cruzeiros os pagamentos correspondentes a transações comerciais correntes e diretas entre o Brasil e o Uruguai, excetuando-se as transferências de rendas consulares, que serão feitas em dólares dos Estados Unidos da América, da livre disponibilidade.

Os pagamentos mencionados, feitos diretamente pelo Banco do Brasil S.A. e pelo *Banco de la República Oriental del Uruguay*, ou, ainda, pelos bancos ou instituições autorizadas a operar em câmbio e estabelecidas em um e outro país, serão realizados mediante lançamentos numa conta denominada *Conta Convênio Brasileiro-Uruguaio*, a ser aberta pelo Banco do Brasil S.A. em nome do *Banco de la República Oriental del Uruguay*, e nas contas, com a mesma denominação, abertas pelos bancos e instituições autorizadas a operar em câmbio no Brasil, em nome de suas congêneres do Uruguai.

Finalmente, as Altas Partes Contratantes concordaram em promover o intercâmbio de informações úteis, com o fim de assegurar a melhor aplicação da regulamentação cambial vigente em cada um dos países; e em manter-se em contato, para examinar conjuntamente tôdas as questões técnicas que se apresentem na aplicação das disposições do convênio, com o fim de adotar, de comum acordo, as medidas que se fizerem necessárias.

Venezuela

As relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a Venezuela vêm sendo reguladas, desde 1940, por um *modus vivendi*, sujeito a prorrogações sucessivas, por período de um ano.

Em 1949, porém, foi o referido *modus vivendi* prorrogado por períodos de três meses, sendo a última prorrogação efetuada em 22 de dezembro. Visa essa contemporização permitir que se processem, nesta Capital e em Caracas, os estudos tendentes a regular as relações econômicas e comerciais entre os dois países, por um acordo de caráter mais amplo e duradouro.

Espanha

Foi assinado, no Rio de Janeiro, a 28 de novembro último, o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Es-

panha, nos moldes gerais dos convênios dessa natureza, assinados pelo Brasil com outros países.

Tenho seguidamente dado contas, ao país, dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, obra que, embora altamente dispendiosa para o Tesouro Nacional, representa sem dúvida grande esforço do Brasil para melhorar ativamente as condições de intercâmbio econômico do Continente.

ESTRADA DE
FERRO CO-
RUMBÁ-SANTA
CRUZ DE LA
SIERRA

A extensão total da linha é de 650 km, dos quais já se acham em tráfego 420 km, até Piococa, a 30 km além de San José. Faltam ainda 230 km para chegar-se a Santa Cruz de la Sierra. Nesse trecho, todavia, já temos concluído o leito da estrada, numa extensão de 43 km.

Complementarmente, concluíram-se diversas obras de importância, como pontes, pontilhões e bueiros, salientando-se a grande ponte sobre o rio Quimomé, toda de concreto armado, com quatro vãos de 15 m, ou sejam, 60 m de comprimento total. Concluíram-se também diversos edifícios, e ativou-se a construção de outros, tudo evidenciando o surto de progresso que a estrada possibilitará à extensa região beneficiada.

Tem merecido especial cuidado o programa de divulgação da cultura brasileira no Exterior, um dos aspectos mais importantes de nossa atual política externa. Em 1949, deu-se mais amplo sentido ao programa de intercâmbio. As vantagens advindas dos acordos culturais só se tornarão patentes à medida que comecem a vigorar os que foram concluídos com a Grã-Bretanha, França, e Portugal, ou quando se der a intensificação esperada de nossas relações culturais com a Itália, Espanha e Canadá.

Intercâmbio
cultural

Inicialmente, apraz-me assinalar a entrada em vigor, depois de aprovado pelo Congresso Nacional, do Convênio cultural assinado com o Equador, bem como dos acordos firmados com a França e Portugal, em fins de 1948, ora em estudos pelo Poder Legislativo.

CONVÊNIOS
CULTURAIS

Merece especial referência, também, a regulamentação do convênio cultural existente entre o Brasil e o Reino Unido, elaborada nesta Capital por duas comissões, brasileira e britânica, que estudaram a melhor forma de tornar o acordo eficiente e produ-

tivo, assentando medidas destinadas a intensificar as relações entre ambos os países. Ficou decidida a criação de bolsas de estudo, na base de reciprocidade; o estudo de normas a ser adotadas para favorecer a distribuição e o livre curso de livros e publicações entre o Brasil e a Grã-Bretanha; a tradução, para um e para outro idioma, das principais obras das literaturas inglesa e brasileira; a possibilidade da criação, em universidades, de cátedras para o estudo da língua, história e literatura dos dois países; e, finalmente, o estabelecimento de prêmios em dinheiro ao melhor livro de autor brasileiro sobre a cultura inglesa e ao melhor livro de escritor inglês sobre a cultura brasileira.

Convém ainda mencionar, pela sua grande importância, as negociações, que se realizam atualmente em Washington, para a celebração de um convênio cultural entre o nosso país e os Estados Unidos da América.

BOLSAS DE ESTUDO

O oferecimento de bolsas a estudantes ou profissionais estrangeiros constitui, na atualidade, um dos mais eficazes meios de propaganda cultural. Na concessão de bolsas, previstas na maioria dos acordos culturais vigentes e em vias de negociações temos adotado o critério já estabelecido, acrescido de convites espontâneos feitos a nacionais de países com os quais ainda não assinamos acordos de natureza cultural.

Por outro lado, tende a aumentar, de ano para ano, o número de bolsas oferecidas a estudantes e profissionais brasileiros pelos governos, instituições e universidades estrangeiros.

O Governo norte-americano, por intermédio do *Interdepartmental Committee on Scientific and Cultural Co-operation*, tem, de preferência, concedido bolsas a profissionais com alguma experiência, que se queiram especializar em assuntos ligados, principalmente, à administração pública, nos seus mais diversos setores. De acordo com o programa daquele órgão coordenador, médicos, engenheiros, técnicos de administração e sanitaristas, pertencentes a vários Ministérios, seguem atualmente cursos de especialização nos Estados Unidos da América. Digna de nota é, também, a atuação do Instituto Brasil-Estados Unidos, que obteve, este ano, grande número de bolsas, em universidades norte-americanas, para estudantes brasileiros.

O Canadá, Argentina, Espanha, Grã-Bretanha e Itália também hospedam grupos mais ou menos numerosos de estudantes

brasileiros. E' de esperar que a assinatura de novos acordos culturais venha proporcionar maiores possibilidades a mocidade brasileira.

Temos procurado auxiliar e prestigiar os jovens brasileiros que estudam no Exterior, oferecendo-lhes até ajuda material. Assim, aos estudantes contemplados com bolsas de estudo pelo Governo francês e que, comprovadamente, não dispunham de recursos para suprir a exigüidade da pensão a que fazem jus na França, foi concedido um auxílio mensal de US\$ 50,00, permitindo-se-lhes, assim, a continuação dos estudos, no que teriam sido impedidos pelo alto custo da vida.

Em 1949, como nos exercícios anteriores, revelaram-se intensos e produtivos os trabalhos realizados pelos Institutos mantidos pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores no Paraguai, Uruguai, e Argentina. São eles o Instituto de Cultura Brasileira, em Assunção; o Instituto Uruguaio-Brasileiro, em Montevideu; e os Cursos Livres de Português, em Rosário de Santa Fé. As informações colhidas sobre esses verdadeiros núcleos de cultura brasileira em países, onde, pela natureza dos laços que nos unem, é mais intenso o trabalho de aproximação cultural, demonstram de forma eloqüente o êxito da iniciativa.

INSTITUTOS
BRASILEIROS
DE CULTURA

O Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, com sede em Montevideu, a par de suas atividades pedagógicas normais, edita todos os anos numerosas publicações, cabendo mencionar, em 1949, a brochura intitulada *Poesía brasileña contemporânea*, que apresenta uma seleção antológica acompanhada de crítica de alguns dos melhores poetas brasileiros hodiernos, traduzidos para o castelhano.

Também dignas dos maiores encômios foram as atividades desenvolvidas pelos cursos livres de Português, de Rosário, e pelo Instituto de Cultura Brasileira, de Assunção, que obtiveram resultados práticos que bem atestam a eficiência dos professores nêles lotados.

Da maior importância foram as atividades da Missão Científica enviada ao Paraguai, por força do Convênio Cultural em vigor com aquele país. Designados pelo Instituto Osvaldo Cruz, alguns cientistas patrícos têm realizado, no Instituto de Saúde Pública e Medicina Tropical de Assunção, notável obra humani-

MISSÃO CIENTÍFICA
NO
PARAGUAI

tária, que deverá trazer grandes benefícios à população paraguai. As expressões de gratidão do Ministro de Saúde Pública e Previdência Social do país vizinho, que nos foram transmitidas pela Embaixada do Brasil, constituem a melhor prova do êxito da missão, sendo sobremaneira honrosas para a ciência brasileira.

MISSÃO CULTURAL AO
URUGUAI

A Convenção Modificativa do Tratado de 28 de julho de 1918, assinada em Montevideu em 1921, determinou que, da quantia em que fôra fixada a dívida do Uruguai ao Brasil, fôsem separados 200.000 pesos-ouro para a instituição de um fundo permanente, destinado a intensificar o intercâmbio cultural entre os dois países. Os juros provenientes do depósito dessa quantia seriam utilizados para o custeio de Missão brasileira que, anualmente, visitaria o Uruguai. Dêsse modo, uma delegação composta de dois ou três representantes do pensamento, da arte, do ensino, ou da ciência brasileira visita anualmente aquele país, correndo apenas as despesas de transporte por conta do Governo brasileiro.

Devido à tradicional amizade que une os dois países, essa iniciativa tem tido os mais felizes resultados, mais uma vez comprovados no exercício de 1949.

POLÍTICA SOCIAL

Tem sido ponto por mim reiteradamente salientado em Mensagens anteriores a importância de que se revestem os problemas educacionais para os povos ainda em formação, como o Brasil. Daí o interesse com que se tem aplicado a resolvê-los o Governo, e principalmente o vivo empenho com que procurou vitalizar os objetivos de um programa orgânico de desenvolvimento educacional, cuja observância se vem pondo em prática na medida das possibilidades financeiras.

Educação

O binômio Democracia-Educação tornou-se, por outro lado, imperativo, e a obra empreendida no interior do Brasil, quer nos domínios do ensino primário-rural, quer nos do ensino normal, visa, confessadamente, acudir a essa necessidade.

Os resultados já obtidos revelam índices animadores, sobretudo com referência a essa difusão do ensino primário, em que mais intensamente se concentrou o esforço federal, embora se tratasse de competência tradicionalmente privativa dos Estados.

Já foram, todavia, amplamente esclarecidos, em outros documentos da ação governamental, os motivos que levaram o Governo da União a alargar, na opinião de muitos, imoderadamente, sua ação supletiva. Agora, cabe unicamente citar fatos e ocorrências.

O problema de ensino primário no Brasil tem sido, talvez desde os tempos coloniais, questão sempre discutida, embora de solução sempre adiada. Longa é a série de documentos, planos e projetos atinentes à educação popular, alguns até com quase um século. Isto se explica pelo fato de que, no Brasil, ao contrário do que acontece em outros países — onde a iniciativa privada, coletiva ou individual, muito realiza — a educação primária, em sentido amplo ou restrito, vem sendo, sobretudo, empreendimento dos Governos.

ENSINO
PRIMÁRIO

Acresce ainda que, já no Ato Adicional de 1834, os Poderes Centrais foram dispensados dessa preocupação administrativa, porque se consagrara, então, a autonomia das Províncias no fo-

mentar a educação de base, e legislar sobre ela. A consolidação das instituições republicanas não modificou tal situação, já que não seria conveniente nem possível retirar aos Estados federados prerrogativa e ônus que lhes vieram das antigas Províncias. Por consequência, a desigual capacidade econômica das Unidades da Federação, a baixa densidade demográfica dos núcleos de populações localizadas no interior, as condições precárias de transportes e comunicações, e a enorme variedade topográfica das zonas rurais, tudo constituía entrave superior à capacidade das administrações regionais.

Desde o início do atual Governo, reconheci a insuficiência do sistema de educação primária, salientando mesmo, em minha primeira Mensagem anual, o fato alarmante de as unidades escolares, que em 1942 chegavam a 43.975, estarem diminuindo, gradualmente, numa redução alarmante, que atingiu mais de 3.500 unidades num quinquênio, regressão que se acusava também, conforme as estatísticas apuradas, em extraordinário coeficiente de evasão escolar.

Esse fenômeno era sobremaneira grave, pois atingia principalmente as zonas rurais do país: enquanto nas grandes cidades ou centros mais populosos do litoral apenas 16% da população em idade escolar ficavam à margem do sistema educacional, os números relativos a todo o Brasil indicavam que cerca de 60% dessa população não eram atingidos pela rede escolar existente.

Em verdade, até 1945, condições tão precárias provinham, principalmente, do fato de não possuir o Brasil escolas rurais.

Estas, quando existiam, eram pobres e mal instaladas, operadas por professores desprovidos de formação pedagógica. As dificuldades de ordem geográfica, social e econômica, fizeram com que o sistema educacional primário do Brasil, pouco diferenciado qualitativa e tecnicamente, na praia como no sertão, nas pequenas como nas cidades maiores, se tornasse quase inócuo e despertasse muito pouco interesse à população rural.

Em consequência, eram expressivos os dados estatísticos referentes ao assunto: em 1889, havia nas escolas primárias 250 mil alunos para cerca de 3 milhões de habitantes em idade escolar ou 18 para cada grupo de mil habitantes, índice onze vezes menor que os apresentados pelos países mais avançados; em 1937, o aludido índice alcançou a 70, com a matrícula de 3 milhões e meio de alunos, mantendo-se nessa marca até fins de 1946. A

partir de 1947, todavia, os esforços governamentais tornaram possível observar-se substancial melhoria nos índices de matrícula, que se expressam hoje em cerca de 4 milhões, à base de 80 por grupo de mil habitantes.

Resultados imediatos como os que ora vos apresento só poderiam ser obtidos através de um regime de cooperação com os governos estaduais. Partindo dessa premissa, iniciou o Governo, em 1946, a ampliação da rede escolar de ensino primário e normal, e de aperfeiçoamento do professorado em cursos locais e no Distrito Federal. Apraz-me salientar que, até 1949, já foram assinados acordos para a construção de 6.160 prédios, dos quais 3.000 já estão inteiramente concluídos e em funcionamento regular. Mais 1.500 estão em vias de conclusão, dos quais a maior parte começará a funcionar por ocasião da abertura do corrente ano letivo.

Hoje, balanceando dados e cifras, podemos verificar que a soma de esforços do Governo central, na Colônia, no Império e na República, não se aproxima, nem de longe, do que temos realizado nestes quatro anos no setor do ensino primário. Os benefícios oriundos dessa política cobrem todo o território nacional, de tal modo que, em fins de 1949, já eram raros os municípios brasileiros onde, pelo menos, uma escola rural não estivesse concluída, valendo mesmo assinalar que, em algumas regiões, pela primeira vez, se levantava uma escola de alvenaria para o ensino primário, como foi o caso do Território do Acre, contemplado pela primeira vez em 1947.

Embora adstrito a caracteres de padronização, o tipo de construção obedece às condições de clima, e oferece a singularidade de possuir residência contígua para o professor, dotada de recursos modernos, em contato com os quais o aluno rural se familiariza com uma casa confortável, diferente de sua choupana. Vale ainda ressaltar que o regime de distribuição dessas escolas abrange não apenas a população rural brasileira, senão também os habitantes das zonas de fronteiras e colonização. Para os colonos estrangeiros, o sistema apresenta características diferentes, baseadas no grau de cultura e peculiaridades técnicas do alienígena, colimando, principalmente, a nacionalização do ensino, para prevenir a formação de quistos raciais no país.

Não se limita, porém, a escolas rurais o plano governamental; estende-se também a ponto de abranger a construção de grupos escolares, muitos dos quais já se acham em fase de conclusão. Em

1948 e 1949, foram distribuídos, entre os Estados e Territórios, 220 grupos escolares, dotados de 4 ou 5 salas de aula, área coberta para recreio, secretaria, pequena biblioteca, gabinete dentário, e até residência para o diretor. Com tal iniciativa visou o Governo atender às populações das pequenas cidades, verdadeiras comunidades rurais do nosso *hinterland*, onde as escolas de mais de uma classe geralmente não dispõem de boas instalações.

São estas as conquistas que o Governo realizou, mobilizando o Fundo Nacional do Ensino Primário, que, embora criado em 1942, só veio a ser utilizado pela atual Administração. Quero, neste ponto, esclarecer que tudo conseguimos sem recorrer a nenhum sistema rígido de controle central. Assinado o Convênio, o Governo federal transfere ao órgão educacional competente os necessários créditos de sua conta no Banco do Brasil. A transferência é feita em prestações, e depende do fiel cumprimento, por parte das autoridades locais, do espírito e letra do Convênio. Se o crédito permanece inutilizado no Banco do Brasil, as prestações cessam, o que representa a sanção aplicada pelo Governo federal. Seus três fiscais visitam cada escola em construção e apresentam relatório sobre o término e qualidade das obras. Na distribuição e administração dos fundos, cabe a responsabilidade ao Governo estadual, mediante a cooperação do prefeito de cada Município, que, notificado no momento em que se efetua a transferência do crédito, adquire autoridade para dirigir-se ao Governo estadual, exigindo que os termos de Convênio sejam sincera e cabalmente respeitados.

Temos a convicção de que a lisura, a simplicidade e o equilíbrio com que funciona hoje o sistema elaborado pelo Ministério da Educação e Saúde, numa perfeita entrosagem dos três níveis de Governo, assegurarão continuidade aos nossos esforços, de tal modo que, ao mudarem os dirigentes do país, não sejam abandonadas as escolas que ainda deixarmos em fase de construção.

CAMPAHA
DE EDUCAÇÃO
DE ADULTOS

O movimento denominado Campanha de Educação de Adultos, iniciado em 1947, teve a maior expansão no ano que findou, tanto em número de escolas para adolescentes e adultos analfabetos, quanto em novas iniciativas destinadas a aprofundar sua benéfica atuação.

No ano inicial da Campanha, funcionaram 10.416 cursos, ou escolas, com auxílio federal; em 1948, esse número se elevou a

14.359; no último exercício, atingiu 15.200. Em todos os municípios do país, esteve presente, em matéria de ensino popular, a ação supletiva do Governo federal, sendo de notar que as unidades escolares, em mais de um terço, se localizaram em zonas rurais. Esses dados traduzem, com efeito, excepcional rendimento escolar, que frutificou em um milhão de alfabetizados.

Quero salientar mais uma vez os efeitos do alcance social que apresenta para o país esse grande movimento de educação popular. Em verdade, atingindo a todos os municípios, a Campanha está concorrendo de muito para o esclarecimento e estímulo das aspirações culturais de toda a comunidade nacional, cujo índice de analfabetismo, nas idades de 15 e mais anos, segundo o recenseamento de 1940, ainda era infelizmente de 55%.

Respondendo a esse fenômeno tão grato, o Governo federal tem distribuído, gratuitamente, várias publicações educativas, destinadas tanto à aprendizagem de leitura e escrita, como à difusão de conhecimentos sobre higiene, civismo e preparação profissional. cujo número, no triênio de 1947-1949, orça por quatro milhões. Por outro lado, no ano findo, o Serviço de Educação de Adultos pôs em prática duas iniciativas de grande alcance: a realização de um programa de *ensino visual*, por meio de projetores, para dia-filmes; e a edição de um *jornal mural*, para ser afixado em escolas, fábricas, feiras, mercados e outros locais. Foram distribuídos 1.500 desses aparelhos e 12.000 dia-filmes, e remetidos às unidades federadas, para distribuição, em todos os municípios do país, 225 mil exemplares do jornal.

Além dos resultados evidenciados por essa iniciativa governamental, realizada com a cooperação de todas as unidades federadas, há a assinalar o trabalho desenvolvido, voluntariamente, não só por indivíduos, como por igrejas, associações cívicas e culturais, órgãos paraestatais, e empresas comerciais e agrícolas. A esses *voluntários* foram distribuídas, nos três anos da Campanha, mais de 300 mil publicações educativas, sendo de estimar que, só com o seu auxílio, tenham sido alfabetizadas mais de cem mil pessoas.

Os serviços da Campanha de Educação de Adultos foram custeados com uma parte dos recursos anuais do Fundo Nacional do Ensino Primário, e, ainda, em 1948-1949, com dotações especiais de Cr\$ 17.000.000,00, que lhes foram consignadas no Orçamento para cada um desses exercícios. Dessa maneira, os auxílios programados para os Estados, Territórios e Distrito Federal, visando

ao ensino supletivo, montaram, em 1947, a Cr\$ 24.318.900,00; no ano seguinte, atingiram o total de Cr\$ 37.095.330,00; sendo que, no exercício que vem de terminar, se elevaram a Cr\$ 39.211.120,00.

Para o exercício de 1950, pensa o Governo desenvolver os serviços da Campanha, não só em extensão, mas também em profundidade, de acôrdo, aliás, com o plano geral aprovado desde o início do movimento. Dentro de tal orientação, foi projetado um plano de *missões regionais de educação de adultos*, a ser realizado através da cooperação entre serviços dos Ministérios da Educação e da Agricultura. Estuda-se ainda o desenvolvimento da distribuição gratuita de publicações educativas, o funcionamento de bibliotecas circulantes, e maior extensão dos serviços educativos de rádio-difusão e de *ensino visual*.

Esses novos processos educativos, que tendem a facilitar a recuperação de grandes massas populares, ainda desprovidas dos mais rudimentares instrumentos de cultura, baseiam-se em trabalhos similares realizados por outros países, ou em experiências já aqui promovidas, na conformidade de princípios e sugestões elaborados pelo Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, reunido em Petrópolis, em agosto último, por iniciativa conjunta da UNESCO e da Organização dos Estados Americanos, sob os auspícios do Governo brasileiro.

E' sobremodo honroso ressaltar que, durante a referida convenção, uma centena de técnicos e especialistas, oriundos de todos os países americanos, e ainda de países da Europa e da Ásia, tiveram ocasião de examinar, pormenorizadamente, os planos da Campanha brasileira, os processos de sua administração, a orientação técnica e os resultados já então conseguidos. Em seguida a exame em que nenhum subsídio e informação lhes foi sonogado, não hesitaram em recomendá-los como exemplo a ser seguido por todas as nações, nas quais o problema do analfabetismo se apresenta em condições similares às de nosso país. Este julgamento, aliás, tem sido esposado em recentes publicações da UNESCO e organizações pedagógicas estrangeiras, unânimes em apontar a Campanha da Educação de Adultos, que o Brasil vem desenvolvendo, como a maior experiência no gênero até agora empreendida em todo o mundo.

Pouco valor teria o grande esforço do Governo federal em prol do ensino primário, se, além da base física do sistema, que é o prédio escolar e seu equipamento material, não favorecesse ainda o conjunto de qualidades e condições pedagógicas que resultam do professor e da orientação educacional dos sistemas regionais de ensino.

Assim como os prédios escolares, conquanto ofereçam certas características comuns, devem adaptar-se às condições regionais, também os processos de ensino, embora tenham um substrato nacional e pedagógico comum, devem atentar na localidade e na região a que se destinam. A educação elementar objetiva o melhoramento da vida do povo, atuando imediatamente sobre o meio natural e social. Não seria possível satisfazer a essas condições, a não ser através de sábia política nacional, que conciliasse inclinações, aspirações, costumes e hábitos locais.

Para evitar o erro do passado, quando se pretendia moldar o homem das diferentes regiões do país segundo os padrões mentais e morais do cidadão das grandes cidades, o Governo viu-se na contingência de formar professores especializados. Partindo dessa preliminar, estudou a situação quantitativa e qualitativa do corpo docente do ensino primário no Brasil, chegando, como era de esperar, às mais desanimadoras conclusões. Verificou-se que, tanto quanto o ensino primário, estava igualmente o ensino normal a exigir a ação supletiva do Governo da União.

O exame dos dados estatísticos dos últimos anos ressalta um acentuado *deficit* de professores diplomados. Antes de 1945, as estatísticas demonstravam que cerca de 35% dos professores primários em exercício não eram formados. Estados havia, como o Amazonas, Goiás, Maranhão, Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujo número de professores não diplomados excedia o de diplomados.

Urgia, pois, a ampliação de recursos para que o programa do Governo não corresse o risco de se tornar responsável pelos males sociais que certamente se agravariam.

Até 1945, dispúnhamos apenas de 388 escolas normais, e, dessas, mais de 80% eram mantidas por instituições particulares, sendo que poucas funcionavam em prédios adequados ou especialmente construídos.

Tal fenômeno clamava pela necessidade de não se restringir a ação do Governo federal unicamente à construção de prédios escolares para o ensino primário. Isto pôsto, decidiu-se, após prolongados estudos, levar avante a construção de escolas normais rurais, projetadas inicialmente em número de 45.

Complementarmente, temos recebido, na Capital do país, equipes de professores e técnicos de educação que, vindos dos Estados, travam conhecimento com as novas conquistas pedagógicas, com os objetivos e propósitos da educação nacional, e com o programa de ação supletiva da União. Tais professores e técnicos, de volta aos Estados, passam a orientar e dirigir o ensino primário e normal, exercendo influência fecunda sobre os sistemas regionais de educação.

ENSINO SECUNDÁRIO

Em relação ao ensino secundário, vimos obtendo resultados promissores, com a série de medidas moralizadoras adotadas pelo Governo, entre as quais cumpre citar a reforma dos regulamentos e do sistema de inspeção, bem como o auxílio para construção e ampliação de cerca de 260 ginásios, em todo o país.

Procurando melhorar a situação do estabelecimento padrão de ensino secundário — Colégio Pedro II, Externato e Internato — realizou o Governo vasto programa de reforma das suas instalações, onde se despenderam cerca de Cr\$ 1.000.000,00. Além disso, já foi aprovado pelo Governo o projeto do novo Internato do Colégio Pedro II, cuja construção será iniciada no exercício corrente. Trata-se de amplo edifício de linhas modernas que, além de satisfazer plenamente às exigências da administração e do ensino, contará com um grande auditório e praças de esportes. Está sendo estudada, no momento, a ampliação do prédio onde funciona o Externato Pedro II, de sorte a possibilitar maior matrícula e a aparelhar melhor as suas salas de aulas e laboratório.

ENSINO SUPERIOR

Revestem-se, outrossim, de grande importância as providências que o Governo vem tomando para melhorar e ampliar as instalações dos estabelecimentos de ensino superior. Além do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, inaugurado em novembro de 1948, prosseguimos na construção, iniciada no ano findo, do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, e, por meio de substanciais contribuições,

auxiliamos a construção de outro hospital desse tipo, para a Universidade do Paraná, bem como o pavilhão de patologia da Escola Paulista de Medicina.

Concedeu também a União recursos à Universidade da Bahia para o início da construção de novo edifício para a Escola Politécnica e para a sede da Reitoria, enquanto, através do Serviço Nacional de Tuberculose, está construindo um hospital de Tisiologia, estando projetadas unidades semelhantes nas Universidades do Brasil e do Rio Grande do Sul e um dispensário na Escola Paulista de Medicina. Para a Universidade do Brasil, foi recuperada, através de obras de vulto, grande parte do palácio, onde esteve instalado o antigo Hospício de Alienados na Praia Vermelha e que, de completamente arruinado, é hoje um dos mais belos edifícios da Capital Federal, nêle já se encontrando instalada, com magnificência, a Reitoria da Universidade, e breve devendo instalar-se a Escola Nacional de Educação Física e outras unidades universitárias.

Estimulou ainda o Governo federal, mediante auxílio, a continuação das obras das Cidades Universitárias de Minas Gerais e da Universidade Católica de Porto Alegre; e autorizou a execução do projeto da Cidade Universitária do Recife, cuja construção poderá ser iniciada.

Nas ilhas unificadas de Bom Jesus e adjacentes, na Baía da Guanabara, começam a tomar vulto os trabalhos preliminares para construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, erguendo-se os primeiros edifícios, que representam os resultados práticos dos longos estudos empreendidos pelo Governo.

Tudo isso faz parte de uma política firmemente seguida e que alcançou a sua máxima expressão na federalização, que se vai processando, das principais universidades brasileiras, quase todas elas, aliás, criadas no meu Governo. Realizado esse plano, a juventude de todas as regiões do Brasil encontrará nas universidades federais de Recife, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, como já encontra na universidade estadual de São Paulo, as mesmas oportunidades de formação superior que até agora somente lhe eram possibilitadas na Capital Federal.

No sentido de desenvolver o ensino industrial, a que se acha ligado o progresso das indústrias nacionais, está o Governo construindo novos, amplos e modernos edifícios para as escolas de

ENSINO
INDUSTRIAL

Fortaleza, Natal, João Pessoa, Belo Horizonte, Cuiabá e Florianópolis, enquanto amplia e reforma as de São Luís, Teresina, Recife, Salvador, Vitória e Curitiba, bem assim, a Escola Técnica Nacional, sediada no Distrito Federal.

Ao mesmo passo, adquire novos equipamentos para melhorar as instalações das suas oficinas e laboratórios, tendo despendido, para tal fim, nos dois últimos anos, cerca de Cr\$ 16.000.000,00.

ENSINO RURAL

Já vos dei conta da nova orientação que o Governo vem imprimindo ao ensino profissional de agricultura e veterinária, de acôrdo com as disposições da Lei Orgânica de Ensino Agrícola.

A execução dos programas estabelecidos por essa Lei vem incrementando substancialmente a atividade do Governo em tão importante setor educacional. Assim, os 12 estabelecimentos subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário foram em 1949 freqüentados por 1.942 alunos em regime de internato. Nesses estabelecimentos, realizaram-se 13 semanas ruralistas, com o objetivo de torná-los centros de atração para os agricultores da região onde funcionam.

Foi preocupação constante do Governo, em 1949, a melhoria das instalações e do equipamento das Escolas de Iniciação Agrícola, Agrícolas e Agrotécnicas. Enviaram-se numerosas máquinas e utensílios, inclusive tratores, a essas Escolas, visando à maior eficiência do ensino, tendo-se levado a efeito, dentro de um plano geral de ampliação das instalações escolares, obras de reforma, reconstrução, adaptação e construção de novas unidades.

Efetivando na prática o regime de cooperação com os Estados, instalou o Governo federal uma Escola Agrotécnica em Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, mediante acôrdo com o Governo do Estado. Pelo mesmo regime, ultimam-se a Escola Agrotécnica de Muzambinho e a Escola de Iniciação Agrícola de Machado, ambas no Estado de Minas Gerais, e a Escola Agrícola de Lavras de Mangabeira, no Estado do Ceará.

Terminada em 30 de junho a vigência do Acôrdo entre os governos dos Estados Unidos da América e do Brasil, pelo qual fora instituída a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, — continuaram, no entanto, as atividades dessa Comissão a ser exercidas diretamente pelo Ministério da Agricultura. Mantiveram-se, destarte, em 1949, 29 centros de treinamento, sendo 19 em cooperação com repartições federais, dois

com serviços estaduais e oito com entidades particulares (colégios e associações religiosas).

Para prosseguimento e ampliação desses trabalhos, que tão grandes benefícios vêm prestando às populações do interior, assinou o referido Ministério, em novembro do ano findo, acôrdo com a Legião Brasileira de Assistência, com o qual se visou: — ao preparo do pessoal para atender às necessidades do programa de educação das populações rurais, proporcionando-lhes meios para aperfeiçoar as várias técnicas de trabalho agrícola; à organização de Centros de Treinamento; e à organização de Missões e Semanas Ruralistas, a fim de levar, de fazenda em fazenda, orientação no sentido do aumento e diversificação da produção e do consumo de produtos agrícolas, da introdução de novos hábitos de alimentação e de higiene, e, finalmente, de estímulo à vida social.

Assegurou-se ainda, pelo referido convênio, a elaboração de pesquisas referentes às condições de vida e capacidade da produção do trabalhador rural, nas diferentes regiões do país, aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e elevação do nível de vida rural.

Finalmente, quero referir-me ao segundo ano de funcionamento da Universidade Rural, que, em suas novas e excelentes instalações, no Km 47 da Rodovia Rio-São Paulo, vem se desenvolvendo no sentido de tornar efetiva a adaptação dos corpos docente e discente às novas condições de vida e de trabalho em ambiente rural.

Inauguraram-se complementarmente, em 29 de outubro último, o Hospital de Veterinária e o Edifício das Clínicas da Escola Nacional de Veterinária: — o primeiro, com uma área construída de 1.392 m² e dotado de amplas instalações e moderna aparelhagem; — o segundo, com uma área construída de 5.450 m², dispondo também de aperfeiçoado aparelhamento, assim como de 40 dependências, 24 laboratórios, anfiteatro, museu, farmácia, estufas, etc. Com a inauguração desses novos melhoramentos, ficou ultimada a instalação da Escola Nacional de Veterinária.

Concluíram-se numerosas obras ainda naquele local, em obediência ao plano de instalação dos serviços do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, entre as quais vale salientar: — o asfaltamento de 4.700 m² de um trecho rodoviário interno; — desatêrro e limpeza do lago Açu; — serviços diversos de terraplenagem, num total de 340.000 m³; — abastecimento de energia elétrica para novas dependências, perfazendo 6.400 m de linhas

aéreas ; — construção de um pavilhão de piscicultura ; — e início das obras de adução das águas do rio Guandu, para irrigação de 205 ha de terra.

Saúde Passarei agora a considerar neste capítulo, consagrado aos aspectos mais importantes da ação do Governo no terreno social, o que se realizou para atenuar a gravidade de certas questões relativas à saúde pública ou a fim de assentar bases sólidas para a solução de problemas sanitários, prosseguindo-se, destarte, a obra pioneira de Osvaldo Cruz, que até hoje, mercê de Deus, tem encontrado entre nós dignos continuadores.

**ORGANIZAÇÃO
SANITÁRIA** As condições gerais do país, no campo sanitário, ainda hoje são graves, bastando assinalar, como índice de deficiências acumuladas, a situação precária em que se encontram fatores básicos de qualquer progresso coletivo, como abastecimento d'água e sistema de esgotos.

Até 1945, somente 306 cidades brasileiras dispunham de serviços de abastecimento d'água. Ainda assim, como sabeis, revelavam-se inadequados e serviam apenas a reduzido número de domicílios. No que se refere a esgotos, a situação se apresentava ainda mais constrangedora, pois não iam além de 10% as sedes de municípios que se orgulhavam dêsse melhoramento, convido registrar que em 60% das cidades não se beneficiava sequer a metade dos prédios da zona urbana.

Achavam-se, pois, mais de 90% da população brasileira à margem das vantagens do abastecimento d'água em condições razoáveis, do mesmo passo que apenas 7% dispunham de rédes de esgotos. É bem de ver que não se corrige nem elimina situação dessa natureza em um período governamental. Posso assegurar-vos, todavia, que muito, felizmente, tem conseguido a atual administração.

Graças a convênios bilaterais, concretizaram-se alterações significativas nesse estado de coisas, para as quais o Governo federal vem contribuindo com zelo, porque provoca e suplementa a iniciativa local.

O progresso alcançado na última década pela técnica e pela ciência permitiu, por outro lado, que alguns de nossos problemas sanitários se formassem de maneira correta. E, sob a forma de campanhas, o trabalho administrativo se desdobrou e intensificou

tanto que, em breve espaço de tempo, se colheram resultados devedores animadores. Não será temerário, pois, fixar data relativamente próxima para o total extinção de certas endemias, desde que se persevere na política até agora adotada.

Hoje, podemos salientar com desvanecimento que alguns de nossos serviços sanitários alcançaram nomeada não apenas nacional, mas internacional, estando, neste caso, a campanha desenvolvida contra a malária. Ademais, os esforços já despendidos contra a febre amarela, a peste, o cólera, a lepra e os que atualmente se coordenam para a luta contra o tracoma, a boubá e as verminoses em geral, vêm, pelo seu vulto, merecendo os mais destacados encômios da opinião pública.

Para consolidar as conquistas já alcançadas pela organização sanitária brasileira e incrementar tôdas as suas formas de atuação benéfica, vem o Governo concentrando, em grandes proporções, elementos de vária natureza, técnicos e financeiros. Dentro desta orientação, porfia em dotar o país de sistema sanitário à altura das necessidades de sua população e que seja capaz de reerguê-la para maiores empreendimentos.

Implantado pela Divisão de Organização Sanitária, esse sistema se caracterizou, em 1949, pela proveitosa articulação que manteve com tôdas as organizações oficiais de saúde pública do país, contribuindo, através de auxílios técnicos ou financeiros, para o aprimoramento dos respectivos serviços. Mobilizou ainda esforços com o objetivo de ampliar e reforçar suas próprias campanhas de profilaxia, notadamente aquelas dirigidas contra determinadas endemias rurais, como o tracoma, a boubá, a ancilostomose e a esquistossomose.

Eis por que decidiu o Governo, aproveitando a experiência de realizações na Amazônia e no Vale do Rio Doce, recorrer ao Serviço Especial de Saúde Pública como órgão complementar dos trabalhos sanitários afetos às organizações específicas locais, estaduais ou municipais, em várias zonas do país.

Assim, foi o SESP incumbido de realizar serviços de demonstração, mediante acôrdos com os governos estaduais, de modo a permitir que os mesmos, após algum tempo, possam verificar as vantagens e o rendimento de serviços sanitários racionalmente planejados e executados.

Assinaram-se, pois, convênios com os governos da Bahia, Paraíba, e Pernambuco, pelos quais a administração sanitária fe-

ASSISTÊNCIA
TÉCNICA
REGIONAL

deral assumiu a responsabilidade de estender suas atividades a determinadas áreas daqueles Estados, cujas condições ecológicas estão a exigir a introdução e o desenvolvimento de serviços locais de saúde, semelhantes aos existentes na Amazônia e no Vale do Rio Doce. O trabalho inicial já foi concluído : equipes de médicos sanitaristas, parasitologistas, engenheiros sanitaristas e técnicos auxiliares procederam, em áreas predeterminadas, a cuidadoso levantamento, quer em extensão, quer em profundidade, coligindo elementos concretos que servirão de base para o plano a ser elaborado e que se espera pôr imediatamente em execução.

Na Bahia, além de serem construídos dois centros de saúde com caráter modelar, nas sedes municipais de Itabuna e Ilhéus, instalar-se-ão cinco postos de saúde, no interior dos referidos Municípios. Serão ainda melhorados e ampliados os sistemas de abastecimento d'água e das rédes de esgotos das sedes municipais, inaugurando-se tais serviços nas sedes distritais mais importantes.

Na Paraíba, a atividade sanitária vem de se concentrar em Municípios que assim estavam a exigir. Ultimou-se, em fins de 1949, um inquérito sanitário que abrangeu as localidades de Alagoa Grande, Areia, Alagoa Nova, Esperança e Remígio, havendo sido examinados 3.327 escolares e 1.945 adultos.

Entraram em funcionamento, em caráter provisório, até que sejam concluídos os edifícios definitivos, os postos de saúde de Areia e Esperança, sendo que, em Alagoa Grande e Alagoa Nova, os respectivos postos já se acham em fase final de instalação.

Além do mais, e ainda para a localidade de Alagoa Grande, foi concluído o estudo para a construção de um hospital com 50 leitos, orçado em Cr\$ 4.000.000,00, para o qual o Governo abriu concorrência para construção, esperando que, em abril do corrente ano, possa dar início às respectivas obras. Concluiu-se, também, o projeto para o serviço de abastecimento d'água de Areia, devendo, dentro em pouco, ser iniciada sua construção. Em fase de estudos preliminares, acham-se os sistemas de abastecimento d'água para Esperança e Alagoa Nova, e de esgotos para Alagoa Grande.

Em Pernambuco, serão construídos, nos Municípios de Palmares, Ribeirão e Gameleira, serviços de abastecimento d'água nas sedes municipais e instalados postos de saúde nessas mesmas localidades.

Para que possa levar a cabo o programa acima, o SESP instalou-se nas referidas regiões, já estando em plena atividade, sendo de esperar que se obtenham resultados tão auspiciosos quanto os colhidos na Amazônia e no Rio Doce.

Não passa despercebido ao observador menos avisado o desinteresse com que a maioria dos governos encarava, no passado, o problema da assistência sanitária às populações rurais do país. Tal situação agravou-se nos últimos anos, por isto que, extinto em 1930 o Serviço de Profilaxia Rural, nenhum outro órgão federal passou a cuidar especificamente da matéria. Só treze anos mais tarde, reencetou-se a luta contra os flagelos que assolavam permanentemente o interior do país, como as verminoses, o tracoma e a boubá.

PROFILAXIA
RURAL

Sómente em 1943, pois, iniciaria o Departamento Nacional de Saúde o que se pretendeu chamar de campanha contra as verminoses, criando-se com precaríssimos recursos (Cr\$ 150.000,00) e em colaboração com o Instituto Osvaldo Cruz, um posto de combate à esquistossomose, em Catende, Pernambuco.

Em 1945, na mesma base de cooperação com os governos estaduais e com a dotação orçamentária elevada para Cr\$ 500.000,00, estendia-se a campanha ao Espírito Santo e Paraná.

Hoje, a situação é bem diversa da que se mostrou.

Helminthoses

Já no exercício de 1946, avolumando-se a referida dotação (Cr\$ 1.800.000,00), pôde a Divisão de Organização Sanitária ampliar o sistema de profilaxia das helmintoses nos Estados da Bahia, Santa Catarina e Mato Grosso. Não parou aí, todavia, o desenvolvimento da campanha, que prosseguiu em 1947, mediante a elevação dos respectivos créditos para Cr\$ 2.300.000,00, beneficiando também os Estados de Minas Gerais e Pará. Iniciava-se, então, o Inquérito Helmintológico Escolar, de âmbito nacional, nos Estados de Sergipe e Alagoas, o qual abrangeu 56 cidades, com um total de 35.989 escolares examinados.

Em 1948, concedeu-se uma dotação de Cr\$ 10.000.000,00, que possibilitou ao Governo federal, em cooperação com os departamentos estaduais de saúde, reaparelhar, instalar e manter dezesseis postos de combate e profilaxia das verminoses, e trabalhar, graças às equipes do Inquérito Helmintológico Escolar, em 195 cidades, examinando 131.226 escolares.

Em 1949, conseguiu a administração sanitária federal aumentar a rede de unidades de combate e profilaxia para 25 postos, que servem agora a mais 464 cidades, em oito Estados, e já examinaram um total de 286.442 escolares, em prosseguimento às atividades do inquérito já referido.

Ademais, atento à necessidade de sistematizar a pesquisa científica que se aplica a esse importante setor, acaba de construir o Governo, na cidade do Recife, edifício de dois pavimentos, destinado ao estudo experimental das verminoses, visando, sobretudo, à formação de quadros técnicos capacitados a enfrentar os vários e complicados aspectos do tratamento-profilaxia desse grupo de doenças.

Importa ainda ressaltar que, devidamente considerada no plano administrativo que ainda é objeto de vosso exame, foi a campanha das helmintoses suplementada, em fins do último exercício, com o crédito de Cr\$ 5.000.000,00.

Conta o Governo, destarte, com meios para dilatar sua ação, movendo campanha não somente contra a ancilostomose e a esquistossomose, mas também contra outra helmintose que se vem tornando, entre a população do sul, grave problema de saúde pública, — a hidatidose. Receberão os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ainda este ano, auxílio do Governo federal para a luta contra esse flagelo.

Os créditos acima referidos proporcionaram ainda a criação de dois novos centros de pesquisas, um, em Aracaju, e outro, em Belo Horizonte, além de favorecer, com amplo programa de saneamento, as áreas de maior incidência da esquistossomose.

Tracoma

Também só em 1943 foi iniciada a campanha federal contra o tracoma, flagelo que, importado por imigrantes rurais estrangeiros, vinha reduzindo sensivelmente o rendimento do trabalho agrícola, até que eficientemente se logrou contê-lo nos seus principais focos iniciais. As atividades do atual Governo, neste setor, foram de tal modo incrementadas que, nos dois últimos anos, a campanha alcançou âmbito verdadeiramente nacional. Dispõe de dotações triplicadas e atende atualmente a uma rede de 106 unidades, servidas por cerca de 300 técnicos, inclusive médicos e enfermeiros especializados. Há nove unidades dotadas de veículos motorizados, que servem à zona rural, não hesitando mesmo o Governo em adquirir recentemente um avião, para o trabalho nos locais de difícil acesso e forte endemidade.

Ainda em 1949, realizaram-se inquéritos epidemiológicos nos Estados de São Paulo, Bahia e Piauí, tendo sido instaladas 12 novas unidades de combate ao tracoma.

Iniciaram-se, também, em 1943 trabalhos de combate à bouba. A partir desse período, instalou o Governo federal uma rede de assistência específica, constante de dois centros de tratamento rápido, 10 postos e 21 subpostos, distribuídos pelos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Minas Gerais.

Bouba

No momento, dando aplicação à dotação orçamentária consignada na Lei n.º 749, de junho do ano findo, cuida o Governo do aprestamento de mais dois centros de tratamento rápido, — um, em Carlos Chagas (Minas Gerais), e outro, em União dos Palmares (Alagoas), — ao mesmo tempo que procede à instalação de três novos postos de profilaxia no Ceará, na Paraíba e em Pernambuco.

Dos inquéritos realizados verificou-se que, até 1946, cerca de 2/3 dos 1.780 municípios do país eram assolados pela malária, estimando-se em 1/5 a parcela da população atingida pela moléstia.

Malária

No Interior, a malária constitui um dos mais importantes fatores de óbitos, e, em muitas zonas urbanas, não é menor o índice de sua incidência, pois, até mesmo em 1/3 das capitais do país, ela se inclui entre as cinco primeiras causas letais.

Estes dados acentuam a significação sócio-econômica do problema, se forem associados à circunstância de sua maior prevalência nas zonas de produção agrícola e não raro nas regiões mais férteis, onde tem prejudicado seriamente o rendimento do trabalho humano.

Comprovados, todavia, os efeitos do emprego do DDT como poderoso inseticida de ação rápida na profilaxia da malária, o Governo promoveu demorados estudos, inquéritos e pesquisas, que lhe permitiram elaborar a campanha contra o flagelo.

O planejamento desse trabalho e a sua conseqüente execução resultou na maior realização já levada a efeito em todo o mundo, nesse terreno, e o Governo nela aplicou verbas que ultrapassam todos os limites já alcançados em empreendimentos sanitários de tão larga envergadura.

Esses métodos práticos e a mobilização científica processada permitiram agir sobre a doença, que afligia cerca de 8.000.000 brasileiros, acarretando prejuízos para a economia nacional, de cerca de 100.000.000 homens-dia de trabalho.

Desenvolveram-se duas grandes campanhas, — na bacia do São Francisco e na Baixada Fluminense, — com o objetivo de dilatar os benefícios do DDT a todos os rincões do território nacional.

A Campanha na Baixada contou com a cooperação do Governo do Estado, mas a que se promoveu no Vale foi estipendiada exclusivamente pelo Governo federal. Foram dedetizados, só em 1947, 186.109 prédios, dos quais 30.000 no Vale do São Francisco e 130.419 no Estado do Rio de Janeiro. Já em 1948, elevou-se a cerca de 1.000.000 o número de prédios protegidos pelo DDT, muitos deles tendo recebido, nesse ano, o segundo ou o terceiro tratamento. Esse trabalho consumiu 15.000 toneladas de inseticida, sendo utilizados 3.500 aspersores, e diversos tipos de transportes, inclusive aviões.

Em 1949, beneficiaram-se 2.200.000 prédios, abrangendo a campanha, pela primeira vez, os Estados de Alagoas, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Sergipe. Com a inclusão das áreas malarígenas dos Vales do Amazonas e Rio Doce, em parte beneficiadas pelos serviços estaduais, elevar-se-ão a 3.000.000 os prédios protegidos em todo o país, no exercício passado. Admitindo-se a média de cinco a sete habitantes por prédio dedetizado, tereços, dentro de alguns meses ao ser concluído o plano previsto, uma população de 15 a 20 milhões de indivíduos protegidos contra a malária.

Dentre outros Estados assolados pela malária e a que o Governo federal já vinha dispensando seus melhores cuidados, destaca-se o da Paraíba, quer pela amplitude da campanha ali efetuada em 1949, quer por haver sido a Unidade da Federação onde se realizaram os primeiros ensaios dos modernos métodos de profilaxia baseados no emprêgo do DDT na superfície interna dos domicílios. Experimentados inicialmente na localidade de Mangabeira, tais métodos visam à destruição dos insetos caseiros, também responsáveis pela difusão da malária.

Nesse Estado, em 1948, haviam sido borrifados com DDT 12.425 prédios, terminando-se, com pleno êxito, a campanha no Vale do Rio Gramame, iniciada no ano anterior; em 1949, dede-

tetizaram-se 121.345 prédios, que compreendem 24.875.725 m² de área predial interna, dentro da área malarígena, atingindo os Municípios de Guarabira, Mangabeira, Caiçara, Pilar, Cabedelo, Santa Rita, Gabaiana, Bananeiras e outras localidades, como os Vales dos rios Sanhauá, Mandaú do Meio, Aliaí, Mamanguape e Jaguaribe.

Quero salientar, como prova de eficiência da Campanha, que, em outras localidades, no levantamento do índice parasitário realizado em escolares, antes do início da dedetização, para 100 crianças examinadas, 20, em média, apresentavam o plasmódio no sangue; já em 1948, decorrido apenas um ano do início da dedetização, examinaram-se 123 crianças, com resultados todos negativos, persistindo inalterável a situação, em 1949, o que se comprovou através de igual número de exames de sangue.

Dados igualmente significativos são os anofelinométricos. Em algumas localidades da Bahia, por exemplo, o número de anofelíneos, que, em 1947, antes da dedetização, era de 372 em 258 casas inspecionadas, baixou, em 1948, para cinco, caindo, finalmente, a zero, em 1949.

No terreno da hidrografia sanitária, realizou o Serviço da Malária, no último exercício, as seguintes obras: coletores superficiais construídos 14.926 m; coletores superficiais revestidos, ... 12.808 m; drenos profundos construídos, 603 m; aterros, 1.086.853 m³; área desmatada, 6.066.093 m²; bromélias destruídas, 11.788.730.

À parte o desmatamento e a destruição de bromélias, medidas profiláticas que ainda continuam tendo indicação no sul do país, — zona de *bromélia-malária*, — as obras de engenharia propriamente dita sofreram sensível redução. Tal fenômeno decorre do novo e eficiente método de profilaxia, visando à destruição dos anofelíneos no interior das casas, o que desviou a luta antimalárica principalmente para a fase alada dos transmissores.

Assim, podemos dizê-lo com ênfase, deu-se combate ao flagelo por todos os meios conhecidos. Além dos esforços já relatados, não se descuidou o Governo dos inquéritos epidemiológicos, que, em 1949, foram realizados em 617 localidades, distribuídas por 326 Municípios de 17 Estados. Complementarmente, vem sendo amplamente desenvolvido, por toda a região malarígena, o sistema de assistência medicamentosa, prestada em larga escala às populações vitimadas, por intermédio dos postos do Serviço da Malária, ou da

vasta rede de unidades distribuidoras de antimaláricos. Graças à colaboração das autoridades estaduais e municipais, e à boa vontade das instituições públicas ou particulares, tem sido possível ao Governo levar os recursos da assistência medicamentosa às mais distantes regiões do país, podendo-se afirmar hoje, que, no Brasil, qualquer pessoa tem ao seu alcance, a uma distância máxima de 6 km de sua residência, o remédio contra a malária, — eficiente, abundante e gratuito.

Finalmente, quero incluir entre as realizações mais importantes do Governo, no último exercício, a inauguração do Instituto de Malariologia, criado pelo Decreto-lei n.º 9.655, de 27 de agosto de 1946, construído e aparelhado nos anos seguintes, e inaugurado em 7 de maio de 1949.

Desnecessário será realçar a importância desse empreendimento, que dotou o país de um centro de estudos e pesquisas sobre a malária, moderno e equipado como os melhores do mundo, e que será um novo elemento para a projeção de nosso país no cenário científico internacional.

Balanceadas as realizações do Governo federal, nestes quatro anos de exaustivos esforços, podemos orgulhar-nos dos promissores resultados obtidos através da campanha contra a malária no país. Reduzimos as proporções do flagelo a níveis de tal inferioridade que, brevemente, a incidência do mal não causará, de modo algum, efeitos perniciosos à atividade produtiva do trabalhador brasileiro.

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS ESPECÍFICOS

No terreno da saúde pública, onde tanto já se tem feito, mas onde tanto resta a fazer, cabe também apresentar resenha sumária acerca das atividades, em 1949, de certos serviços assistenciais específicos, para os quais a atenção do Governo se tem voltado dedicadamente, embora sempre tolhido pela escassez de recursos que lhe é possível destinar a tão prementes necessidades.

Peste

No tocante ao combate à peste, mais de 200 Municípios, nos Estados de Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Bahia, estão sob controle permanente, bem como portos e cidades do Sul do país, como Rio, São Paulo, Santos e vários pontos da costa fluminense, os quais, embora livres do flagelo, são passíveis de contágio exterior.

A letalidade da peste no Brasil não atinge dados expressivos e vem baixando sensivelmente, com a introdução do tratamento

pelas sulfas isoladas ou combinadas, a que se acresce a terapêutica vitamínica e antitóxica. Dêse modo, se em 1945 o índice ainda era de 22%, vem baixando progressivamente, tendo alcançado, em 1948, apenas 13%.

Muito contribuíram para ta's resultados alguns fatores técnicos dignos de menção, como o emprêgo do DDT, no trabalho profilático antipestoso, — prática iniciada em 1945 e sistematizada a partir de 1946, — e o largo uso da vacina viva, que se prepara nos laboratórios do próprio Governo, para imunização das populações nos focos ativos da doença.

As verbas consignadas ao Serviço Nacional da Peste têm crescido ininterruptamente: se, em 1945, eram de Cr\$ 21.829.018,20, passaram, em 1949, a Cr\$ 45.896.330,00, estando prevista, para o ano de 1950, a importância de Cr\$ 46.616.330,00, inclusive as parcelas que lhe couberam extraordinariamente, graças ao que no Anexo 4.º — Presidência da República — lhe foi consignado por antecipação das dotações constantes do plano administrativo que ainda depende de vossa decisão.

A profilaxia antipestosa concentra sua atividade atualmente em torno dos focos recentes, onde se intensificam as práticas de anti-ratização e desratização, destinadas a limitar ao mínimo as possibilidades de surtos extensos da doença.

Incentivam-se os trabalhos de investigação de campo e laboratório, tendo-se constituído vários núcleos de pesquisas, que se dedicam ao estudo dos problemas ainda obscuros da epidemiologia da peste.

Prosseguiram em ritmo satisfatório os trabalhos do Serviço Nacional da Febre Amarela, que, utilizando novos recursos técnicos e científicos, já debelou, praticamente, a terrível doença, na sua modalidade urbana, de modo a poder afirmar-se sua erradicação completa do território nacional.

Por outro lado, a febre amarela silvestre foi contida nos limites dos próprios focos, reduzidos, atualmente, às duas áreas endêmicas e originais: a Bacia do Amazonas e adjacências dos Municípios de Itabuna e Ilhéus, na Bahia.

Cumpra assinalar, a êsse propósito, o renome internacional que têm alcançado os trabalhos realizados entre nós, nesse campo de investigação e pesquisas, mercê, sobretudo, das contribuições que foram introduzidas nos estudos clássicos da profilaxia *anti-aegypti*.

Lepra

Graças aos créditos concedidos ao Serviço Nacional da Lepra, tem o Governo prosseguido, mediante convênios com os Estados, Territórios e Distrito Federal, no programa de ampliação e melhoria das instalações e do equipamento dos leprosários e preventórios existentes no país.

Em 1949, dispôs aquêle órgão de Cr\$ 3.648.000,00 para obras específicas; Cr\$ 720.000,00, para instalações e equipamentos e Cr\$ 7.000.000,00, para manutenções.

Aos esforços dos leprosários em funcionamento, hoje em número de 38, distribuídos por todos os Estados, Território do Acre e Distrito Federal, junta o Governo a atuação de 36 dispensários, sediados nas diversas regiões do país, bem como de 26 preventórios, destinados ao recolhimento dos filhos sadios de leprosos.

Dêse modo, — excetuado o Instituto de Leprologia, a que incumbe realizar estudos, pesquisas e investigações sobre a epidemiologia, profilaxia, clínica e terapêutica da terrível doença, — o aparelhamento antileprótico do país baseia-se na tríade leprosário-preventório-dispensário.

Até o momento, infelizmente, não são maiores as perspectivas de êxito imediato no combate ao mal, a não ser que se positivem as esperanças despertadas pelas sulfonas. O Governo, todavia, ajudado pela generosa e benéfica cooperação da iniciativa privada, tem-se desvelado na medida do possível, havendo conseguido, pelo menos, suprimir espetáculos dolorosos como os que nos ofereciam bandos de leprosos a perambular pelas estradas do interior.

Câncer

Alertado pelo clamor da classe médica, instalou o atual Governo, em 1947, o Serviço Nacional do Câncer, dispondo de perfeita aparelhagem de *Roentgenterapia* e de *Radiodiagnóstico*, e já hoje devidamente equipado para emprego do *radium*-elemento.

Em 1949, o Serviço foi contemplado com vários melhoramentos, como a instalação de diversos pavilhões apropriados, inclusive uma sala para autópsia, dotada de câmaras frigoríficas; sala de operações; e, recentemente, de um Banco de Sangue. Convém ainda assinalar, neste ponto, o início das obras do Instituto Nacional do Câncer, fato dos mais auspiciosos para a atividade médico-social, em nosso meio.

Quero salientar que as verbas específicas destinadas à solução do problema e constantes do Plano administrativo, cujas primeiras

etapas se têm incorporado às Leis Orçamentárias do passado e presente exercícios, atingiram Cr\$ 72.510.466,00, dos quais Cr\$ 24.000.000,00 se destinaram a construção do referido Instituto; Cr\$ 29.500.000,00, à construção de centros anticancerosos; e Cr\$ 19.010.416,00, à manutenção anual dos órgãos federais.

Assim, com os recursos constantes da Lei n.º 749, de 27 de junho último, na importância de Cr\$ 4.500.000,00, iniciou o Serviço Nacional do Câncer, além da série de melhoramentos já assinalados, a construção de um hospital para asilamento dos cancerosos incuráveis, bem como a instalação de novo bloco cirúrgico, dotado do necessário equipamento.

As realizações do Governo federal, na assistência ao tratamento das doenças mentais, têm procurado cingir-se a programa progressivo, destinado a suprir as deficiências que se observam de longa data, nesse campo.

Doenças
mentais

Visando ao desenvolvimento da assistência psiquiátrica, a União, de janeiro de 1946 até a presente data, concedeu auxílios financeiros aos Estados, na importância de Cr\$ 25.173.873,40, invertidos em obras de construção e adaptação de estabelecimentos hospitalares especializados.

No Distrito Federal, além do bloco médico-cirúrgico, inaugurado em outubro de 1948, prosseguem as obras do Instituto de Psiquiatria, integrante do Centro Psiquiátrico Nacional, no Engenho de Dentro, havendo sido iniciadas as obras do Manicômio Judiciário, orçado em cerca de Cr\$ 40.000.000,00.

Em Jacarepaguá (Colônia Juliano Moreira), encontram-se em fase final os dois pavilhões para adolescentes e as obras do Necrotério e Biotério.

Com a verba destinada aos auxílios para o desenvolvimento da assistência psiquiátrica no Distrito Federal, foi adaptado um prédio para funcionamento da Clínica Psicológica Infanto-Juvenil, bem como iniciadas as obras de adaptação de um ambulatório psiquiátrico e de clínica, para anormais psíquicos, ambos na Praia Vermelha.

Vem o Governo federal auxiliando a manutenção de ambulatórios psiquiátricos, nas seguintes capitais : Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Natal, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória, Curitiba, Florianópolis, Goiânia e Distrito Federal. Está auxiliando, outrossim, a construção de hospitais psiquiátricos, inteiramente novos, obedecendo a planos previamente traçados, nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás.

Tuberculose

Doença urbana, crônica, de caráter eminentemente social, a tuberculose não poderia deixar de constituir, no Brasil, um dos problemas mais agudos, visto que encontra entre nós tôdas as condições propícias ao seu desenvolvimento, ultimamente agravadas pela crise de habitação.

Não dispomos de dados completos e rigorosos sobre o verdadeiro índice de mortalidade da tuberculose no país; todavia, segundo os levantamentos mais recentes, pode-se calcular, para toda a área nacional, um coeficiente de mortalidade em torno de 100 por 100.000, taxa análoga à observada nos Estados Unidos da América em 1920.

A incidência no interior é, naturalmente, mais baixa, em contraste com os centros urbanos, pois não prevalecem ali as mesmas condições favoráveis à disseminação da doença. Dêsse modo, evidenciou-se ser mais aconselhável concentrar o combate, partindo-se de 25 zonas, que, ocupando a pequena área de 8% da superfície do país, abrangem 70% da população urbana, 50% da população total, beneficiando-se, por outro lado, os centros que contribuem com mais de 80% de toda a arrecadação municipal.

Instituída em 20 de junho de 1946, a Campanha Nacional contra a Tuberculose representa o ponto inicial de uma larga investida contra a moléstia, desencadeada com amplos e substanciais recursos técnicos, de proporções jamais conhecidas entre nós, nesse setor.

Em relação à fase inicial do programa, que diz respeito ao número de leitos indispensáveis às necessidades mínimas do país, os resultados obtidos são já hoje relevantes. Definido e projetado, em 1947, um tipo de hospital em bases rigorosamente funcionais, de baixo custo de manutenção, rápida execução e eficiente defesa dos seus servidores, tiveram início as obras, que se vêm a

desenvolver sem interrupção, superando tôdas as dificuldades e obstáculos interpostos.

Em 1949, a Campanha Nacional contra a Tuberculose cumpriu as etapas previstas, sob as melhores condições: todos os pontos de programa tiveram andamento auspicioso, observando-se o regime de precedência que exigiram as condições de luta e os recursos materiais e técnicos mobilizáveis. Em todos os setores, quer o de construções, quer o de auxílios materiais e técnicos, que beneficiaram numerosas instituições e serviços especializados, a Campanha atuou com eficiência, no cumprimento progressivo do plano predeterminado.

Para custear tais iniciativas, o Governo ampliou herôicamente as respectivas dotações, havendo despendido, só em 1949, Cr\$ 111.711.909,60, contra Cr\$ 42.173.416,20, em 1948, e apenas Cr\$ 763.649,90, em 1946.

O prosseguimento dos trabalhos foi animado em todos os ramos, acrescentando que, durante o exercício, aos 15 Estados integrados no movimento, mais um veio juntar-se: o de Goiás. Novas entidades oficiais e particulares aumentaram a lista das já vinculadas à Campanha, estando em estudos os convênios com algumas universidades e faculdades, bem como hospitais e clínicas particulares.

Dentro do programa previsto de obras e instalações, o Governo trabalha hoje na construção, instalação ou reforma de 6.257 leitos, dos quais 1.625 foram inaugurados em 1949.

Por outro lado, foi excepcional o desenvolvimento do programa de vacinação BCG, no país, atingindo a expedição de tubos de vacina um volume que se aproxima do dôbro do que foi expedido em 1948, o qual orçava em 347.938.

Uma das grandes conquistas do Governo foi a aceitação, por parte das mais diversas coletividades, — organizações industriais e comerciais, instituições de ensino e de assistência, e corporações militares, — de medida profilática do mais alto interesse médico-sanitário e sócio-econômico: o cadastro torácico. Tal iniciativa, além de facilitar o pronto diagnóstico da moléstia, possibilita a triagem oportuna de elementos portadores de lesões pulmonares despercebidas ou intencionalmente sonegadas e que, deixadas sem verificação, iriam pesar, em breve prazo, sobre a economia das organizações empregadoras, oficiais ou particulares.

Desejo, finalmente, encarecer-vos, como já o fiz em outras ocasiões, a necessidade de incorporarmos a participação efetiva

dos sistemas de previdência social aos esforços da Campanha Nacional contra a Tuberculose. A marcha que tem tido o projeto de lei relativo a matéria tão relevante não permitiu ainda fôsse concretizada essa valiosa cooperação, que depende da aprovação definitiva do Congresso Nacional.

Tais instituições, — convém mais uma vez recordar, — protegem cerca de 10.000.000 de brasileiros, fixados em nossos maiores centros urbanos, onde a tuberculose, de modo alarmante, causa morte ou invalidez.

Nesta oportunidade, como já o fiz na Mensagem que acompanhou o referido anteprojeto, desejo reafirmar que a participação, em regime harmônico, dos Institutos e Caixas de Previdência nos trabalhos e responsabilidades da Campanha Nacional contra a Tuberculose é matéria não apenas altamente relevante, mas verdadeiramente imperiosa.

RÊDE HOSPITALAR

A par dos esforços já mencionados, desenvolveu o Governo largo programa de auxílio às instituições hospitalares, elevando as subvenções destinadas ao seu custeio, através do Fundo de Assistência Hospitalar. Concederam-se, destarte, dotações maciças, sob a forma de auxílios, para construção de novos hospitais, ampliação das instalações existentes, melhoria e renovação de equipamento e criação de novos serviços.

O Fundo de Assistência Hospitalar, criado pelo Decreto-lei n.º 9.846, de 12 de setembro de 1946, que determina a distribuição dos recursos proporcionalmente ao número de leitos para indigentes mantidos pelas instituições, contou, em 1949, com Cr\$ 54.000.000,00, total bastante expressivo, ao lembrarmos que, em 1947 e 1948, contava apenas com Cr\$ 30.300.000,00 e Cr\$ 36.000.000,00, respectivamente.

Como auxílios especiais, mediante acórdos com os Estados, Municípios e entidades privadas, atribuíram-se, ainda, a obras e outros fins expressos, inclusive construção de novos hospitais, vultosas dotações que, em 1949, alcançaram a Cr\$ 189.268.000,00, o que beneficiou 837 instituições.

Verifica-se, pelas informações que se vêm de dar, que os dispêndios para a ampliação e melhoria da rede hospitalar do país não encontram paralelo em qualquer administração anterior.

Vale ainda ressaltar que, em função dos recursos decorrentes da aplicação do disposto no art. 29 do Ato das Disposições Consti-

tucionais Transitórias, destinados à recuperação econômica do Vale do Rio São Francisco, a Comissão Parlamentar do São Francisco incluiu, no programa de recuperação daquela imensa área, a construção de uma vasta rede hospitalar e o saneamento de toda a região.

Embora se tratasse de zona completamente desprovida de recursos materiais e carente de mão-de-obra especializada para trabalhos de tal vulto, tem o Executivo feito o melhor que pode, estando hoje em condições de, apesar de todos os obstáculos, apresentar um balanço significativo sobre o que se realizou no referido Vale.

Apraz-me, portanto, consignar que, além de várias obras especiais, executadas pelo Governo federal na bacia do rio São Francisco, entre outras, as relativas aos estudos para o abastecimento de água, em Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco), — está levantando o Governo, naquela região, eficiente rede hospitalar. Assim é que se encontra em fase final, procedendo-se, agora, apenas a aquisição de equipamentos, a construção de oito hospitais, distribuídos pelos Estados de Minas Gerais (Pirapora), Bahia (Lapa, Barra e Barreiras), Pernambuco (Petrolina e Petrolândia), Sergipe (Propriá) e Alagoas (Pão de Açúcar). Em construção adiantada e já dispondo de recursos para a aquisição de equipamentos, podemos enumerar o Hospital de Januária, em Minas Gerais, e o Hospital de Santa Maria da Vitória, na Bahia. Com a construção concluída, mas dependendo da execução de convênios para melhoria do equipamento e instalações, o Hospital de Juazeiro, na Bahia; o Hospital da Serra Telhada, em Pernambuco; e, em construção já adiantada, o Hospital de Paracatu, o Hospital de Montes Claros, o Hospital de São Francisco, o Hospital de Bocaiuva e o Hospital de Mangas, todos em Minas Gerais; o Hospital de Cabrobró, o Hospital de Jatinã e o Hospital de Floresta, em Pernambuco; o Hospital de Penedo, em Alagoas; o Hospital de Porto de Fôlha, em Sergipe; e o Hospital de Xique-Xique, o Hospital de Casa Nova, o Hospital de Remanso, o Hospital de Carinhanha, o Hospital de Paratinga, o Hospital de Irecê, o Hospital de Pilão Arcado, o Hospital de Sento Sé, o Hospital de Caracã e o Hospital de Paulo Afonso, todos na Bahia.

São desalentadores, infelizmente, os índices de mortalidade infantil e mortinatalidade, verificados entre nós, conforme venho repetindo desde a primeira Mensagem anual que vos dirigi. Falhas

Proteção à
infância e
adolescência

são as informações de que dispomos quanto a este fenômeno, sobretudo devido às deficiências do registro civil, base material de apuração. No entanto, embora os cálculos repousem sobre correções realizadas à luz da experiência obtida nos recenseamentos periódicos, e se limitem às capitais dos Estados e cidades principais, — traduzem com eloquência a situação calamitosa que o atual Governo teve de enfrentar. Basta lembrar que o índice da mortalidade de crianças até um ano, que, nos países bem organizados, se mantém em cerca de 50 por mil nascimentos, chegam a alcançar, no território nacional, as cifras alarmantes de 500 por mil, mantendo-se, mesmo em certas capitais, acima de 250.

A atuação dos governos anteriores se limitara à assistência indireta a iniciativas particulares e os recursos diretamente empregados pela administração sempre foram escassos, totalizando, num período de sete anos, entre 1939 e 1945, apenas Cr\$ 19.200.000,00. Cabe ainda frisar que, das obras construídas com os recursos da Campanha de Redenção da Criança, poucas chegaram a entrar em funcionamento, vindo o atual Governo a encontrar, esparsas pelo território nacional, prontas, ou quase prontas, mas fechadas, por falta de recursos para seu funcionamento, e não raro depredadas, 78 maternidades e 151 postos de puericultura.

ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA

À vista dessas circunstâncias, diligenciamos a promoção de maior concessão de recursos, que permitissem o desenvolvimento de serviços assistenciais, até então restritos a uma exígua rede. Dêsse modo, como já vos dei conta nas Mensagens anteriores, a dotação inicial de Cr\$ 6.000.000,00, em 1946, acrescida de outras dotações paralelas, elevou-se a Cr\$ 32.048.000,00, em 1947, e a Cr\$ 76.152.500,00, em 1948.

Em 1949, tais algarismos foram ultrapassados, pois que à verba própria do Departamento Nacional da Criança, que continuou a ser de Cr\$ 30.000.000,00, cumpre acrescentar as dotações orçamentárias do Plano de Obras e Equipamentos, na importância de Cr\$ 35.555.000,00, a dotação de Cr\$ 13.000.000,00, concedida pela Lei n.º 749, de 26 de julho de 1949, e mais ainda o total de Cr\$ 25.190.000,00, distribuídos pelo Conselho Nacional de Serviço Social, tanto às maternidades e obras de proteção à infância e adolescência, como a instituições que, embora não atendendo especificamente à maternidade e à infância, possuem, no entanto, serviços dessa natureza.

Despenderam-se destarte, nestes quatro últimos anos, em auxílios aplicados a essa finalidade, cerca de Cr\$ 222.000.000,00, ou, em termos de comparação, dez vêzes mais do que nos sete anos imediatamente anteriores.

Ao contrário do que se vinha processando até 1946, o regime de cooperação financeira com os governos estaduais e instituições particulares obedeceu a programa geral, previamente elaborado, tomando por base os *planos regionais*, que anualmente se reformulam, após o exame das necessidades locais, graças à coordenação de que se encarregam os médicos puericultores da Administração federal.

O plano geral, executado na medida dos recursos obtidos, se alicerça especialmente na construção de maternidades e consultórios pré-natais, postos de puericultura, lactários, berçários, abrigos maternais e hospitais infantis.

Firmou o Governo federal, para a realização e manutenção de tão numerosos serviços assistenciais, importantes convênios com os Estados, pelos quais foi assegurada reciprocidade ao auxílio da União, o que permitiu dar finalidade útil às maternidades e aos postos de puericultura, que tinham sido fechados à míngua de recursos.

Iniciativa igualmente proveitosa foi a criação, em obediência à Lei n.º 282, de 24 de maio de 1948, de sete delegacias regionais da criança, com sede em Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, as quais já se acham completamente instaladas e em pleno funcionamento.

Posso hoje adiantar-vos que, no setor de que ora nos ocupamos, em contraposição às 166 obras auxiliadas pelo Governo no período já mencionado de 1939-1945, dispensou-se proteção nos últimos quatro anos, para sua definitiva instalação, a 693 instituições.

Em 1949, além de iniciar-se a construção de novas unidades, também se intensificou a assistência à infância nas zonas rurais de alguns Estados, através de postos volantes, que já se encontram em funcionamento no Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Bahia e Maranhão.

Paralelamente, positivaram-se os resultados da Campanha Nacional da Criança, lançada com a tríplice finalidade de alertar a consciência nacional para os problemas da criança, de congregar as instituições que se ocupam do problema, dando-lhes orientação

unifórmee e unidade de ação, e de estreitar a cooperação entre os governos da União, dos Estados e dos Territórios. Esse movimento ainda mais se consolidou no exercício findo, havendo alcançado grande êxito no Distrito Federal e em algumas capitais, sobretudo no Recife, Salvador, Vitória e Curitiba.

Os resultados obtidos pelos esforços congregados no atual Governo puderam concretizar-se em realizações expressivas e justificar prognósticos animadores. Espera o Governo, no corrente ano, inaugurar, além das grandes obras do Instituto Fernandes Figueira e do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, cerca de 100 maternidades e mais de 120 postos de puericultura, sem especificar várias outras obras de menor importância. Ademais, com o auxílio da Legião Brasileira de Assistência, estenderemos uma rede de agências de serviço social nos principais agrupamentos das unidades assistenciais, intensificando a proteção dispensada às famílias das mães e crianças atendidas.

Por outro lado, mediante dotações específicas, previstas no plano administrativo que ainda é objeto de vosso exame, assegurar-se-ão recursos para construção e instalação de mais 160 maternidades e 200 postos de puericultura, auxílios que, de par com a dotação orçamentária própria do Departamento Nacional da Criança, e com a cooperação dos governos estaduais e da iniciativa particular, permitirão que, nos próximos cinco anos, se dê cumprimento ao programa de serviços assistenciais, de que tanto carece a criança brasileira.

Tais resultados já se entremostam em alguns pontos do país, onde a rede de proteção à infância atingiu apreciável desenvolvimento, obedecendo à mais avançada orientação técnica. Assim, no Distrito Federal, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Vitória, os coeficientes de mortalidade infantil, bem como os da mortinatalidade, vêm declinando significativamente. Espera o Governo, confiante, que, uma vez alcançado o desenvolvimento preestabelecido, possa o sistema lograr idênticos resultados, em outros pontos do território nacional.

ASSISTÊNCIA A MENORES

O sistema federal de proteção à adolescência é centralizado pelo Serviço de Assistência a Menores, encarregado de prestar, em todo o território brasileiro, assistência social aos menores desvalidos e infratores das leis penais.

Embora tenhamos a felicidade de não contar, neste setor, com os índices alarmantes de outros países, o problema ainda assim é

sobremaneira grave, pois que, segundo estatísticas dignas de crédito, só no Rio de Janeiro e em São Paulo sobe a cêrca de 180.000 o número de menores transviados ou abandonados, que o Estado deverá amparar.

Não tem o Govêrno descurado êste importante aspecto de nossa realidade social. Dêsse modo, sentindo-se impotente para criar de afogadilho amplo sistema assistencial, tem-se valido não só dos estabelecimentos oficiais, senão também de instituições particulares, onde vem colocando menores mediante pagamento *per capita*.

Durante o exercício de 1949, foram, de acôrdo com êsse processo, internados 7.046 menores, distribuídos pelos mais eficientes estabelecimentos do gênero: institutos, escolas, abrigos, etc.

Convém ainda salientar que, antes de encaminhados aos vários órgãos da rêde assistencial do Govêrno, são os mesmos submetidos a rigoroso exame médico, pedagógico e psicológico. Embora seja bastante curto o estágio no alojamento provisório do Serviço de Assistência a Menores, ministram-se a todos os internos, quer da seção masculina, quer da seção feminina, os primeiros e mais urgentes tratamentos, a serem continuados, ulteriormente, nas instituições para onde são enviados.

Mesmo depois de internados em estabelecimentos particulares, não ficam os menores à margem da atenção direta do Govêrno. Assim, através de suas seções especializadas, o SAM trabalha ativamente, seja cuidando de todos os casos de internação, transferência, desligamento e concessão de abono para estudos; — seja orientando, organizando e fiscalizando as atividades educativas dos estabelecimentos de ensino subordinados ou articulados ao sistema federal; — seja promovendo o encaminhamento social dos adolescentes já recuperados, e, dêsse modo, passíveis de integração proveitosa na vida social.

Para que esta valiosa atuação não se restringisse apenas à capital da República, cuidou o Govêrno, em 1949, de ampliar as responsabilidades do SAM, instalando várias agências nos Estados. Tais órgãos estão procedendo a pesquisa acurada a respeito da situação dos menores abandonados nas respectivas regiões, prestando, quase todos, dentro da exigüidade dos recursos de que dispõem, apreciável serviço de assistência moral e material aos mais necessitados.

Dêsse modo, integrado hoje por órgãos imprescindíveis, como o Serviço de Assistência a Menores, o Hospital Central de Menores, o Instituto Profissional Quinze de Novembro, o Pavilhão Anchieta, onde são internadas as menores processadas ou rebeldes, e demais estabelecimentos oficiais ou particulares, — o sistema federal de proteção à adolescência, apesar de tôdas as dificuldades encontradas, vem passo a passo recuperando um contingente valioso de nosso potencial humano

**Previdência
e Assistência
Sociais**

Não se ignora que os sistemas de seguridade social revelam sempre sua expansão, pelo aumento do círculo dos segurados e beneficiários que amparam; pela elevação do valor médio dos benefícios, em espécie, que outorgam; pela ampliação das suas funções de seguradores quanto à cobertura de riscos físicos e físico-profissionais; e, finalmente, pela promoção, em larga escala, de programas assistenciais.

Se considerarmos dêsse ponto de vista as atividades desenvolvidas em 1949 pelos órgãos que constituem o sistema de previdência e assistência sociais, serão lisonjeiros os resultados apurados. A amplitude dos benefícios concedidos e o número de riscos cobertos pelos institutos e caixas de aposentadoria e pensões, no exercício que vem de terminar, alcançaram, se não a maturidade por todos desejada, pelo menos indiscutível relêvo, desde que se atente nas possibilidades facultadas pela legislação vigente. Os serviços propriamente ditos de assistência social emergiram mesmo da qualidade de subsidiários, a que tinham sido relegados, para se projetarem como realizações de primeiro plano da seguridade social brasileira.

**REVISÃO DAS
CONDIÇÕES DE
TRABALHO**

Prosseguindo na política de aprimorar os meios de que dispõem as instituições de previdência social, a fim de as habilitar a exercer mais completamente suas atribuições, — tem o Governo acompanhado e orientado, por intermédio de órgãos técnicos, a racionalização dos serviços administrativos e a unificação de normas contábeis, acudindo, outrossim, com estudos particularizados, ao enquadramento do pessoal de tôdas as instituições previdenciárias.

Ainda por intermédio do órgão técnico do Governo — o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — acaba de ser concluída a primeira fase do censo dos segurados e beneficiários das Caixas de Aposentadoria e Pensões e dos Institutos dos Comer-

ciários e dos Marítimos. Essa operação censitária especializada completará o recenseamento da massa vinculada à previdência social e fornecerá dados de alto valor para estudos circunstanciados da situação técnico-atuarial das respectivas instituições e, em conjunto, do sistema previdenciário brasileiro, permitindo, destarte, que se reformulem importantes questões, estreitamente ligadas à existência e manutenção desse sistema.

Diversas outras medidas vêm sendo postas em prática, tôdas orientadas no sentido de melhor satisfazer aos segurados das caixas e institutos de aposentadoria. Novos sistemas de arrecadação estão em estudo ou em implantação; — maior descentralização de serviços também se processa; — vão-se introduzindo facilidades na instrução dos processos de benefícios; — sistemas de salários-base já funcionam com alto proveito, — e, finalmente, merece registro especial a campanha que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários desenvolve para concessão mais rápida de benefícios regulamentares. Problema dos mais sérios, por isto que abalava sobremodo o bom nome da instituição, foi êle atacado de frente, e hoje, posso afiançar-vos, Senhores Congressistas, colheram-se ótimos resultados. Em 1946, quando foram concedidos 47.682 benefícios, o tempo médio na demora da respectiva concessão era de 56 dias; em 1949, com 70.269 concessões, no valor global de Cr\$ 71.663.313,40, o tempo médio de tramitação e solução foi apenas de 21 dias. É êsse resultado dos mais auspiciosos; já que representa, no espaço de somente 3 anos de atividade, a ponderável redução de 62,5% no tempo médio-demora para decisão final dos processos de benefícios, atingindo, destarte, a instituição, nesse setor, uma eficiência que corresponde às necessidades normais de seus segurados.

No decorrer de 1949, o Governo, pelo Decreto n.º 26.778, aprovou a regulamentação da Lei n.º 593, de 1948, que restaurou a aposentadoria ordinária para os segurados das caixas de aposentadoria e pensões. A regulamentação em foco exigiu profundos estudos, por isto que as bases em que assentava a economia dessas instituições tinham sido profundamente atingidas com a promulgação da referida Lei.

Sob o n.º 27.307, o Governo expediu o Decreto que possibilitou ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários prosseguir sua tarefa benemérita no setor da assistência médica.

LEIS COMPLEMENTARES DE
PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA
SOCIAIS

O citado Decreto elevou de 12% para 14% o limite da receita anual apurada no exercício anterior, que era o *quantum* percentual, expressamente estabelecido, para a despesa com assistência médica, cirúrgica e hospitalar a ser prestada pela instituição.

Impondo-se a reorganização do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência, que presta socorro imediato de natureza médica a segurados de diversas instituições de previdência, — o Governo expediu os Decretos ns. 27.664 e 27.672, de 28 de dezembro de 1949 e 4 de janeiro de 1950, respectivamente, organizando esse serviço segundo normas que lhe permitam funcionar com maior eficiência.

No tocante à Lei Orgânica da Previdência Social, permito-me uma vez mais lembrar às duas Casas do Poder Legislativo a necessidade de um pronunciamento definitivo. O seguro social brasileiro, em conformidade com sua legislação não uniformizada, atingiu o ponto máximo de suas possibilidades; impõe-se, todavia, ao Governo, ir mais além, a fim de que sejam mantidas características já tradicionais entre nós.

Ainda reclamam atenção as necessidades daqueles que a previdência e a assistência sociais já amparam, mas ainda é infelizmente verdade que classes inteiras, como os nossos homens do campo, merecem, de imediato, para seus reclamos sociais de maior porte, a primazia dos esforços dos diversos níveis de governo. A inclusão da numerosa população agrícola no âmbito da previdência social, de par com as campanhas de alfabetização e de intensivo saneamento, que tão auspiciosamente se vêm desenvolvendo, possibilitará a melhoria profissional e física dessa população, propiciando-lhe, assim, em futuro próximo, ocupar a posição a que faz jus e que o país lhe reserva no concôrto das classes produtoras.

SOCIALIZAÇÃO
DO SEGURO DE
ACIDENTE DO
TRABALHO

Também se torna desnecessário salientar o alcance social da medida monopolística adotada para o seguro de acidente do trabalho.

Como já referi na Mensagem transata, o patrimônio a defender, representado pela própria capacidade de trabalho do indivíduo, e a experiência que se vinha colhendo, tudo levou os Constituintes de 1946 a entregarem às instituições de previdência social o monopólio de tal espécie de seguro.

Continuando a política traçada pelo Governo, providenciou-se, em 1949, a instalação, nas caixas de aposentadoria e pensões, de

carteiras de seguro de acidente de trabalho, para que pudessem, conforme preceitua a legislação em vigor, iniciar, no devido tempo, as respectivas operações. Essa medida permitirá mais ampla obtenção dos recursos indispensáveis à preservação da saúde dos segurados e aplicação objetiva de métodos modernos de prevenção de acidentes. A exemplo da medicina preventiva, tais métodos constituem elementos já adotados em larga escala para prevenir situações inteiramente remediáveis. Por outro lado, poder-se-ão desenvolver, compativelmente com a relevância do problema, serviços como os de readaptação profissional, que adquirem, nos tempos modernos, interesse cada vez maior no quadro geral dos problemas do trabalho.

Instituição que vem realizando o seguro de acidente do trabalho em escala até hoje desconhecida entre nós, e com irrefutáveis vantagens, quer para as firmas seguradas, dado o menor custo do seguro, quer para os segurados propriamente ditos, à vista da mais eficiente assistência médica e pecuniária, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas atendeu, em 1949, a cerca de 23.500 sinistros, pagando, como indenização, a quantia global de Cr\$ 9.631.801,70, despendendo com assistência médica, cirúrgica, farmacêutica, odontológica e outras, para com os acidentados, cerca de Cr\$ 8.000.000,00 e, finalmente, apurando um saldo na carteira de Cr\$ 27.964.764,20, que investiu quase totalmente em obras de alcance social, como sejam a sua rede hospitalar, instalação de ambulatórios e ampliações de dependências médicas da instituição.

A despeito das medidas tomadas pelo Governo, suplementando as dotações orçamentárias, de 1946 a esta data, com mais de Cr\$ 1.500.000.000,00, a fim de diminuir o vulto do débito da União para com as instituições de previdência, — não se pôde evitar que, em 31 de dezembro de 1949, esse *deficit*, acrescido de juros simples, atingisse a alarmante cifra de cerca de Cr\$ 3.500.000.000,00. Desde a Mensagem que encaminhou a proposta orçamentária para 1948, previa eu a formação desse grave problema e pedia a especial atenção do Congresso para a debilidade demonstrada pelas fontes de receita vinculadas a essa responsabilidade da União. Nas Mensagens anuais de 1948 e 1949, voltei ainda uma vez ao assunto, salientando que ele estava a exigir providências urgentes por parte do Governo. Ofereci mesmo, para estudo do Legislativo, diversas

DÉBITO DA
UNIÃO PARA
COM AS INSTI-
TUIÇÕES DE
PREVIDÊNCIA
SOCIAL

sugestões tendentes à criação de novas fontes de renda e ao revigoramento das já existentes, a fim de que, dignamente, se pudesse fazer face às obrigações financeiras para com a previdência social.

Parece-me, todavia, dentro dos quadros legais existentes, que a situação chegou a um estado de gravidade indisfarçável. Cumpre que se enfrente, na legislatura ora em início, inadiavelmente, a revisão da legislação que assentou as bases fiscais do sistema econômico-financeiro do nosso seguro social. Se mantivermos a situação atual e não providenciarmos meios eficazes de pôr um paradeiro ao desdobramento dos compromissos da União, — tenderão eles a agravar-se até ao remate lógico, que será a falência de nossas instituições de previdência. A gravidade do problema evidencia-se pela simples análise das importâncias que representa, ao término dos últimos cinco anos, o descoberto das instituições:

	Cr\$
1945	839.541.052,10
1946	261.465.060,60
1947	1.280.210.781,80
1948	2.318.630.919,60
1949	3.496.000.000,00 *

Não cabem mais soluções parciais, a exemplo das que o Executivo se tem visto na contingência de adotar, tais como: — determinação de entrega, aos Institutos, de partes beneficiárias da Cia. Siderúrgica Nacional (Decreto n.º 9.264, de 1946); — e entrega de imóveis para renda, transações processadas, no decorrer de 1949, com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, nos valores respectivamente de Cr\$ 228.222.705,00 e Cr\$ 189.905.052,60.

O regime econômico do seguro social brasileiro, desde o seu início, em 1923, tem repousado no sistema de tríplice contribuição: empregado, empregador e Estado. Nem sempre, contudo, a responsabilidade dos três contribuintes foi necessariamente igual, e hoje o art. 157, XVI, de nossa Carta Magna, que dispõe sobre as contribuições da União, empregador e empregado, em favor da maternidade, e contra as consequências da doença, velhice, invalidez e morte, através da previdência social, não determina essa igualdade, nem mesmo autoriza sua inferência. Ora, não existindo preceito constitucional que imponha contribuição tríplice igualitária, e sendo

* Previsto o *deficit* do exercício e incluídos os juros simples à base de 6% a.a., sobre os débitos anuais (D. N. P. S. do M. T. I. C.).

comprovadamente insuficiente o produto da fonte de renda, pela legislação fiscal atribuída ao Governo para esse fim, pois que nem ao menos satisfaz à metade dos encargos de cada exercício, — torna-se necessário se diminuam tão pesados ônus do Estado e se modifiquem as condições pelas quais se processa a sua cooperação no campo da previdência social. Na verdade, o que se afigura desaconselhável e até mesmo imprudente — será a agravação do quadro geral das finanças brasileiras com a criação de outras vinculações de renda a determinados propósitos, que, embora generosos, irão a pouco e pouco solapando a utilização oportuna da própria Receita Geral, ou com iniciativas majoradoras dos benefícios ora em vigor.

As realizações levadas a efeito no ano de 1949, no setor assistencial, demonstram o grau de iniciativa e eficiência a que chegaram atualmente os trabalhos de nossa seguridade social.

REALIZAÇÕES
NO CAMPO
DA PREVIDÊN-
CIA E ASSIS-
TÊNCIA SO-
CIAIS

Evidenciam os registros que inúmeras instituições já atingiram o limite máximo de despesa fixado legalmente para concessão de assistência médica e hospitalar, e o Governo, por outro lado, além de haver autorizado a elevação daquele limite, como no caso do Instituto dos Bancários, expediu, através do órgão competente, instruções sobre o conceito de "Receita anual".

Desenvolvi-
mento dos
serviços assis-
tenciais, mé-
dico-hospita-
lares e far-
macêuticos

Os serviços médicos e hospitalares da previdência vêm-se acentuando de forma notável, havendo mesmo instituições onde a maior parcela de despesas com benefícios coube a esse relativamente novo setor da cooperação social.

Assinala uma etapa de indiscutível progresso o cuidado dispensado, em 1949, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, às questões médico-hospitalares. Despendeu essa instituição, com o referido serviço, a vultosa quantia de Cr\$ 90.045.208,40, a qual ultrapassou as despesas de todos os demais benefícios regulamentares. O número de atendimentos efetuados pelos ambulatórios e hospitais desse Instituto foi superior a 1.200.000 entre segurados e beneficiários.

IAPETC

Inauguraram-se nove ambulatórios com os quais se eleva para 123 o número dessas unidades nos diversos Estados da União. Nos locais em que a massa segurada, pela sua diluição, ainda não permite a instalação de ambulatórios, o Instituto manteve o sistema de credenciar ou contratar médicos, dentistas, serviços de enfer-

magem e hospitais, havendo, em 31 de dezembro último, 817 médicos, 50 dentistas e 133 hospitais trabalhando para os segurados da Instituição, mediante êsse regime.

IAPC

A assistência médica que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários dispensou aos seus segurados merece também palavras de encômio. Inaugurou ambulatorios nas cidades de Belém (Pará); Campinas (São Paulo); Curitiba (Paraná); Distrito Federal e Niterói (Estado do Rio de Janeiro). Efetuou contratos com nosocômios em diversas cidades e inaugurou hospital próprio, especializado, no Distrito Federal.

IAPB

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários prosseguiu, no decorrer de 1949, com a campanha de combate à tuberculose. Ampliou sua rede de sanatórios, que atualmente está assim constituída: — Sanatório Cardoso Fontes, no Distrito Federal; — Sanatório Santo Antônio, em São Paulo; — Sanatório Minas Gerais, em Belo Horizonte; e Sanatório Mecejana, em Fortaleza.

Além das internações em seus próprios sanatórios, o Instituto dos Bancários também as facilita em outros estabelecimentos, nas seguintes cidades: Atibaia, Campos do Jordão, Correias, Curitiba, Juiz de Fora, Maceió, Recife, Salvador e São José dos Campos. Conta, outrossim, o Instituto, com diversos ambulatorios, dotados de completa aparelhagem, nos quais são prestados serviços de clínica geral e especializada.

No plano geral da assistência médico-cirúrgica-hospitalar, despendeu essa Instituição, no último exercício, importância superior a Cr\$ 31.900.000,00.

IAPI

Em consequência de estudos determinados pelo Governo e que chegaram em 1949 à última etapa, — poderá o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários iniciar, no curso de 1950, serviços de assistência médico-hospitalar para seus segurados nos principais centros do país.

Apesar das limitações obrigatórias que se prevêem para esse novo setor de suas atividades, estima-se em Cr\$ 100.000.000,00 a despesa no primeiro exercício de funcionamento, sendo de ressaltar que, durante um ano, sua prestação independará de qualquer contribuição suplementar.

A instituição providenciou, outrossim, como medida preparatória, a construção e a instalação de ambulatórios no Distrito Federal, em São Paulo e em Niterói, núcleos onde se agrupam cerca de 50% dos seus segurados, realizando concurso para a seleção de pessoal especializado e acudindo à internação dos casos cirúrgicos.

O Instituto conseguirá implantar, destarte, com o início dessas atividades de assistência médica, um sistema plástico e inteligente de seguro-enfermidade, por isto que garante ao associado doente, com o benefício em dinheiro, não somente o substitutivo parcial do seu salário, mas também amplos recursos de tratamento, necessários ao seu retorno à atividade, sempre que isto se torne possível. Aliás, não tem sido outro o sentido que o Governo procura dar à função do seguro-doença, em obediência à norma técnica de socializar, não a medicina, mas o custeio das despesas médicas, cujo vulto e imprevisibilidade possam colhêr desprevenido ao indivíduo e à sua família.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos manteve alto no decurso de 1949 o padrão dos trabalhos assistenciais, gastando importância superior a Cr\$ 15.000.000,00 com os seus segurados e beneficiários.

IAPM

Prosseguiu também em 1949 o programa de ampliação da assistência médico-hospitalar aos servidores federais sediados no interior do país e atendidos através do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Inauguraram-se ambulatórios nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

IPASE

A política adotada pelas instituições que compõem o sistema brasileiro de seguridade social no tocante aos investimentos imobiliários, tem por mira o máximo interesse geral, critério, porém, que não impede seja observado o necessário equilíbrio entre os investimentos que visam à melhoria das condições de higiene e conforto da coletividade de trabalhadores segurados e as de caráter puramente financeiro, — investimentos para renda, — as únicas que proporcionam ao capital aplicado taxa de remuneração apreciável, capaz de enfrentar os compromissos do seguro social propriamente dito. Em 1949, foram inúmeras as inaugurações de conjuntos resi-

Movimento
imobiliário

denciais, sedes, ambulatórios, assim como ampliações de obras hospitalares e outras de imediato benefício para as classes seguradas.

IAPB

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários investiu no setor imobiliário cifra superior a Cr\$ 104.000.000,00, e atendeu a 317 operações de iniciativas de segurados, enriquecendo o seu patrimônio com a incorporação de diversos imóveis, no valor de Cr\$ 189.905.052,60 e transacionados como pagamento do débito da União. Desses imóveis a maioria propiciou de pronto ao Instituto apreciável renda, sendo os demais de valorização rápida e certa, o que acentua o acerto da operação financeira.

Das obras que a instituição vem realizando, acham-se em vias de conclusão: — um edifício para renda em São Paulo; — um edifício com 79 apartamentos para locação a segurados, no Distrito Federal; — e um edifício com 38 apartamentos para segurados, no Estado do Rio Grande do Sul. Encontram-se em adiantado estado de construção: — 351 apartamentos do tipo popular no Distrito Federal; — 225 apartamentos no Rio Grande do Sul; 150 residências em Minas Gerais e 448 apartamentos no Estado do Rio. Além das obras enumeradas, há ainda, em início: 255 residências em São Paulo; 18, em Pernambuco; 64, na Bahia; 55, no Paraná; e 44, no Estado do Pará.

IAPC

Graças ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais, foram concluídas em 1949 as seguintes obras: um edifício com 18 apartamentos, em Belém, Pará; um edifício com 18 apartamentos, em Recife, Pernambuco; um conjunto residencial no Distrito Federal, com 275 casas, e edifícios destinados às sedes regionais do Instituto em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Paranaíba e Teresina. Dentre as obras iniciadas no mesmo exercício, cumpre mencionar: três conjuntos residenciais no Distrito Federal, num total de 2.605 unidades residenciais, 55 lojas, postos médico e de assistência social; um conjunto residencial em Porto Alegre, com 1.500 residências; — e um conjunto residencial no Estado do Maranhão, com 319 residências, além de 12 lojas e dependências especiais para um centro social. Devem ser ultimadas em 1950 as seguintes obras, ora em andamento: dois edifícios para renda, no Distrito Federal, com 82 e 38 apartamentos, e sedes regionais em São Paulo, e em Vitória, no Espírito Santo. De seu novo programa salientam-se também para 1950 as seguintes construções: edifício para agência do Instituto, em Madureira, no

Distrito Federal; edifício-sede do órgão em Cuiabá, Mato Grosso; edifício-sede da Delegacia, em Florianópolis, Santa Catarina; edifício-sede da Delegacia, em Goiânia, Goiás; Hospital no bairro da Piedade, Distrito Federal; ambulatório médico no bairro da Penha, Distrito Federal; e edifício para hotel e escritório, no Recife.

Relativamente a financiamentos para aquisição e construção de casa própria para segurados, o Instituto realizou: 389 operações e tem em estudo 631 propostas; investiu Cr\$ 48.687.874,20 no atendimento daquelas operações, elevando-se a mais de Cr\$ 60.000.000,00 o total dos pedidos em tramitação.

As atividades do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, no setor imobiliário, são dirigidas no sentido de acudir, dentro da mais moderna técnica, ao problema de habitação de seus segurados, mediante grandes conjuntos residenciais.

IAPETC

Os planos que orientam, de algum tempo a esta data, a construção dos centros residenciais do referido Instituto, são de molde a propiciar a seus segurados, não só moradia higiênica em bases econômicas acessíveis, senão também todos os serviços subsidiários, estreitamente ligados às necessidades da massa de habitantes, quais sejam: áreas livres destinadas a planos urbanísticos; escolas para adolescentes e adultos; praças destinadas à prática de jogos desportivos e a reuniões culturais e sociais; postos médicos, além de dependências para instalação de lojas de comércio em geral.

Em 1949, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas terminou e entregou a seus segurados 979 unidades residenciais, sendo: 479 no Distrito Federal; 242 em São Paulo; 146 no Recife; e 112 no Ceará. Inaugurou, outrossim, a sede regional, em dependências próprias, na cidade de Fortaleza, Ceará. Investiu a importância de Cr\$ 24.357.264,40 para atender a processos de compra de casas, por iniciativas de segurados; efetuou empréstimos hipotecários no valor de Cr\$.. 17.201.496,00, e despendeu com imóveis, para uso ou renda, cerca de Cr\$ 20.500.000,00.

Em virtude da iniciativa governamental que determinou o pagamento de parte do débito da União em imóveis, no valor de Cr\$ 228.222.705,00, teve essa instituição o seu patrimônio sensi-

velmente valorizado, estando em condições de auferir, de imediato, apreciáveis rendas.

IAP

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, cumprindo a política traçada pelo Governo, tem procurado, tanto quanto possível, aplicar suas reservas em empreendimentos que se proponham solucionar o problema da moradia do trabalhador.

Em 1949 o Instituto intensificou as obras de construção de habitações para seus segurados; e financiou várias outras iniciativas capazes de concorrer para a realização daqueles objetivos.

O total de unidades concluídas pelo Instituto, no último ano, foi de 2.240, o que representa um investimento global de Cr\$. . . 196.000.000,00, assim distribuídos: Distrito Federal, cinco núcleos com 24, 32, 32, 248 e 900 unidades residenciais; Minas Gerais, um núcleo com 304 unidades; Pernambuco, um núcleo com 72 unidades; Rio Grande do Sul, um núcleo com 78 unidades; e São Paulo, três núcleos com 60, 122 e 368 unidades. Nos diversos conjuntos citados, há edificações complementares como lojas, escolas e postos de assistência médica, obras essas que atingiram cerca de Cr\$ 12.300.000,00, além das despesas com as habitações propriamente ditas.

Ainda no setor imobiliário, também para compra ou construção de casa, concedeu o Instituto a trabalhadores na indústria 1.027 empréstimos no valor total de Cr\$ 80.122.304,50, importância que se eleva para Cr\$ 119.608.388,90 quando adicionada às várias parcelas relativas a financiamentos anteriormente concedidos e que foram pagos em 1949, de conformidade com o andamento das obras.

Cumpre assinalar ainda, nesse capítulo de realizações do Instituto, o início da construção de seis outros conjuntos residenciais, num total de 2.768 moradias, estando seu custo estimado em Cr\$ 226.700.000,00. Trata-se dos núcleos de Bangu, no Distrito Federal, com 1.504 moradias, — primeira fase de um total de 4.000 unidades; de Moça Bonita, também no Distrito Federal, com 498 moradias; de Salvador, na Bahia, com 264 moradias; de Coqueirinho, em Fortaleza, Ceará, com 150 moradias; de São Brás, em Belém, Pará, com 196 moradias, e de Vila Teresa, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, com 156 moradias.

Salvo o núcleo de Salvador, cujo término está previsto para meados de 1951, todos os demais conjuntos iniciados em 1949 deverão ser inaugurados no ano em curso. Concluir-se-ão também

em 1950 os conjuntos de: Del Castillo, no Distrito Federal, com 536 moradias, primeira etapa de um projeto mais vasto; Terra Nova, também no Distrito Federal com 272 moradias; e Bairro Industrial, em Belo Horizonte, Minas Gerais, com 928 apartamentos.

O total de unidades que pretende o Instituto dos Industriários terminar em 1950, inclusive obras ainda a serem iniciadas e de curto prazo de construção, eleva-se a 6.594 moradias, distribuídas em diversos pontos do país e representando um investimento superior a Cr\$ 500.000.000,00.

As demais operações imobiliárias do Instituto consistiram: — na construção de edifícios complementares, em vários conjuntos residenciais; na construção de edifícios para uso ou renda, e na aquisição de imóveis, também para o mesmo fim. Inaugurou-se, no ano transato, o edifício da sede regional do Instituto no Estado do Rio; prosseguiu-se na construção de 5 prédios no Distrito Federal, sendo 4 de apartamentos e lojas e um de escritório e lojas, todos destinados a proporcionar renda; um na capital de São Paulo, parte para a instalação de um posto de assistência médica e parte para renda; 7 em cidades do interior de São Paulo, destinados a sedes de agências locais do Instituto, achando-se programado, para 1950, o início das construções de outros 10 prédios, cujo custo será aproximadamente de Cr\$ 103.000.000,00.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, em em 1949, iniciou a construção de conjuntos residenciais no Distrito Federal e em Cabedelo, Paraíba, com 383 e 81 unidades residenciais, respectivamente; adquiriu, por iniciativa de segurados, 107 outras unidades; e prosseguiu com as demais obras, atingindo o movimento geral de seus investimentos imobiliários cerca de Cr\$... 34.500.000,00.

IAPM

Dentre outros serviços de assistência, diretamente executados pelo Governo, em cooperação com a previdência e assistência sociais, é justo ressaltar pelo seu caráter humanitário as seguintes atividades: amparo às famílias de prole numerosa, mediante o abono familiar; fornecimento, sob orientação científica, de alimentação e gêneros a baixo custo, pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, e, finalmente, colaboração na solução do problema da habitação do trabalhador, por intermédio da Fundação da Casa Popular.

Outros serviços assistenciais

Abono familiar

Ao findar o ano de 1949, os abonos familiares concedidos atingiam 118.897 proles, equivalentes a 1.016.279 beneficiados. Só no ano transato foram deferidos 13.845 novos abonos representados por 117.395 menores.

As responsabilidades financeiras do Governo, no que se refere ao abono familiar, ascenderam, em 31 de dezembro passado, a Cr\$ 104.999.220,00, existindo, portanto, créditos para ocorrer com perfeita regularidade a liquidação dos compromissos assumidos.

Assistência alimentar

Numerosos foram os empreendimentos levados a efeito em 1949 pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Com uma rede de atividade que abrange, atualmente, onze Estados da Federação, o SAPS obteve a apreciável frequência, em seus restaurantes, de, aproximadamente, 7 milhões de pessoas. Nos postos de subsistência que mantém, atendeu a quase 2 milhões de compradores, elevando-se o montante das vendas de mercadorias, nesses postos, a cerca de Cr\$ 45.000.000,00.

No domínio das realizações técnico-científicas, efetuaram-se, quer em laboratórios, quer em locais de concentração de população obreira, diversas pesquisas, tais como: inquérito alimentar e nutricional, a fim de fixar as causas de perturbações de saúde manifestadas nas populações das zonas de Pôrto Novo do Cunha e Além-Paraíba, flageladas por enchentes; inquéritos para apuração das características morfo-fisiológicas dos frequentadores dos seus restaurantes; planejamento básico de refeições para coletividades e estudos sobre o teor de cálcio, fósforo e ferro dos alimentos brasileiros.

Colaborando ainda para que o povo brasileiro se familiarize com os problemas de nutrição, o Serviço de Alimentação da Previdência Social criou setor especializado que consiste na visita-ção destinada à orientação alimentar e promoveu conferências, concursos e projeções cinematográficas, valendo-se também de discoteca e biblioteca especializadas. Conseguiu, assim, junto ao operariado, realizar trabalho educativo deveras surpreendente, conforme testemunham os conhecedores desse problema social.

Ampliando a rede de restaurantes que funcionam mediante celebração de convênio, entraram em atividade em 1949 os seguintes: restaurante do órgão local do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; restaurante da Escola Técnica do Exército; restaurante do Ministério da Guer-

ra; e restaurante da Casa do Estudante, os três primeiros no Distrito Federal e o último na capital do Estado do Rio de Janeiro.

Convém enumerar as seguintes obras iniciadas, em andamento ou em processo de readaptação: restaurante em São Paulo com capacidade para 5.500 pessoas; restaurante em Belém, Estado do Pará, para 3.000 pessoas; restaurante em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para 3.000 pessoas; restaurante em Salvador, Estado da Bahia, para 3.000 pessoas; Escola de Visitadoras de Belo Horizonte, em cooperação com o Governo estadual; restaurante do Cais do Pôrto no Recife, em cooperação com o Governo do Estado; e restaurante no Bairro do Brás, em São Paulo, em cooperação com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

As principais atividades da Fundação da Casa Popular, no último ano, se processaram em estreita colaboração com outras entidades oficiais, igualmente empenhadas em contribuir para a solução do grave problema da moradia.

Casas populares

Promoveram-se, assim, entendimentos no sentido de atender ao interesse do trabalhador, com caixas e institutos de aposentadoria e pensões; com caixas econômicas federais; e com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Dêse trabalho conjunto resultou a possibilidade de execução, pela Fundação da Casa Popular, de numerosos conjuntos residenciais, constantes de cerca de 1.500 unidades, distribuídas pelas seguintes cidades: Areia Branca; Belém; Cabedelo; Campina Grande; Campos; Carazinho; Caxias; Corumbá; Cuiabá; Curitiba; Rio de Janeiro; Distrito Federal; João Pessoa; Juazeiro; Maceió; Manaus; Paranaguá; Pelotas; Pirapora; Ponta Grossa; Recife; Rio Grande; Salvador; São Leopoldo; São Luís; Santa Maria; Teresina e Volta Redonda.

Desenvolveram-se satisfatoriamente em 1949 as relações de trabalho a que o Estado preside em todo o território nacional. Pautou o Governo sua ação no sentido de promover a justiça das causas e a segurança do trabalhador.

Trabalho

São apreciáveis os resultados obtidos com os serviços de prevenção de acidentes e higienização dos locais de trabalho, os quais se vêm aplicando gradativamente a inúmeros estabelecimentos

*HIGIENE E
SEGURANÇA
DO TRABALHO*

industriais do país, observando-se expressiva baixa dos índices quer de acidentados, quer de insalubridade.

Também, no último exercício, os Serviços de Higiene e Segurança do Trabalho, graças aos postos mantidos pelo Fundo Social Sindical e cujas instalações se acham em fase de acabamento, atenderam as seguintes cidades: Manaus, Belém, São Luís do Maranhão, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Vitória, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Goiânia e Cuiabá.

Acham-se, em estudo, como complemento daqueles serviços, as bases para a criação de berçários distritais. Fêz-se, outrossim, revisão completa do quadro das indústrias insalubres.

SINDICALISMO

O crescimento da sindicalização, apesar de se estar processando de forma segura, não alcançou ainda a extensão nem o ritmo que seria de desejar. Decorre, todavia, tal fenômeno, da pequena densidade de trabalhadores e empregadores em determinadas regiões do país, o que dificulta de certo modo a formação de entidades com probabilidades de vida eficiente.

O total de entidades sindicais chegou a 1.920 ao fim do último exercício, sendo 1.832 de empregados, empregadores e profissões liberais, 84 federações, mantendo-se sem alteração o número das 4 confederações já existentes.

Também continuaram inalterados e sem renovação os órgãos administrativos das entidades sindicais, em virtude de ainda se não haver pronunciado o Congresso Nacional sobre o projeto relativo à matéria, o qual prevê profundas e radicais modificações na organização atual.

Em cumprimento a dispositivo legal e visando dar maior desenvolvimento à sindicalização dos trabalhadores, concederam-se a 10 entidades sindicais, do 2.º e 3.º graus, empréstimos para suas instalações, num montante de Cr\$ 2.265.000,00. Deferiram-se, outrossim, diversos auxílios, subvenções e ajudas de custo, no total de Cr\$ 2.585.932,00.

Ainda com finalidade de impulsionar a organização de trabalhadores em sindicatos, lançou-se campanha que possibilita ao sindicalizado o tratamento gratuito da tuberculose. Em hospitais especializados, adquiriram-se 73.000 leitos-dias, prosseguindo-se

entendimentos destinados a elevar esse número para 500 mil, distribuídos por todo o território nacional. Mencione-se ainda a aquisição, para venda a baixo preço, a sindicalizados necessitados, de 300.000 gramas de estreptomicina.

Tôdas essas realizações correram à conta do Fundo Social Sindical, que reverte, assim, em benefícios de alto valor, aos seus próprios contribuintes, isto é, os trabalhadores sindicalizados de todo o país.

Consigno, finalmente, que atingiu sua fase final o inquérito censitário destinado a fornecer elementos à revisão das tabelas de salário mínimo.

SALÁRIO
MÍNIMO

Operação de grande porte e extraordinária importância, desenvolveu-se em todo o território nacional. Incidiu ela sobre atividades industriais, comerciais e agropecuárias e organizou-se em função de duas fontes distintas de informações, a saber :

- a) os empregados que respondiam por encargos de família e percebiam remuneração mensal igual ou inferior ao duplo do salário mínimo regional; e
- b) os empregadores que, por intermédio das declarações de salário, prestaram informes a respeito de todos os assalariados dos seus estabelecimentos, independentemente dos encargos de família ou remuneração.

O material recolhido possibilitou a utilização de amostra representada por 20.934.687 habitantes; e 87,2% do efetivo operário brasileiro, ou sejam, precisamente, 846.810 assalariados.

As tabelas de salário mínimo em vigor, tornadas obsoletas pela concorrência de fatores múltiplos, poderão agora, à luz dos resultados do inquérito realizado, sofrer as indispensáveis revisões e, uma vez aprovadas, voltar a preencher suas verdadeiras finalidades.

Intensificaram-se em 1949 os trabalhos relativos à seleção, transporte, recebimento, orientação, colocação e assimilação de imigrantes. Com o recebimento desses imigrantes, beneficiaram-se principalmente os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso. Prosseguiu o Governo federal na organização do cadastro de mão-de-obra especializada, no sentido de obter maior aproveitamento de técnicos,

Imigração,
migrações
internas,
naturalização
de estrangeiros
em geral

SÍNTESE DAS
ATIVIDADES E
REALIZAÇÕES

artesãos e trabalhadores qualificados, indispensáveis à economia nacional, tanto no setor industrial como no agrícola.

Além da introdução de imigrantes deslocados, cuidou o Governo federal das questões relacionadas especificamente com a imigração dirigida, procurando atrair para o território nacional contingentes de imigrantes italianos e holandeses. Neste sentido entrou em entendimentos com a Cooperativa Italiana de Técnicos Agrícolas (CITAG) e com o adido à emigração da legação dos Países Baixos. No primeiro caso, já se encaminharam grupos de agricultores italianos para a zona de Rio Verde, no Estado de Goiás; no segundo, as principais correntes imigratórias holandesas selecionadas se destinaram às Fazendas Ribeirão, em São Paulo, e Tijuquinhas, em Santa Catarina. Constituiu, outrossim, preocupação do Governo a elaboração de um projeto de regulamento dos dispositivos legais sobre o ingresso e a permanência de estrangeiros no país, com a finalidade essencial de simplificar a entrada de alienígenas, facilitando e apressando sua integração no meio nacional.

Mereceu atenção, outrossim, o problema das migrações interestaduais, com o deslocamento de milhares de trabalhadores das zonas rurais em busca de novas oportunidades de trabalho ou de melhores condições de vida. Entretanto, continua sendo problema demográfico, econômico e social de difícil solução a fixação dessas correntes migratórias internas e o seu conveniente aproveitamento, de preferência na formação de núcleos agrícolas em seus próprios Estados de origem.

Outra iniciativa, de resultados benéficos para o país, foi a Primeira Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, realizada em Goiânia, Estado de Goiás, entre 30 de abril e 7 de maio do ano transato. Nessa oportunidade, reexaminaram-se problemas fundamentais no setor da imigração, colonização, migrações internas, naturalização e assuntos correlatos igualmente importantes, tais como demografia, transportes, produção de gêneros alimentícios, recuperação do homem brasileiro, entre outros estreitamente relacionados com o povoamento, expansão econômica e desenvolvimento geral do território nacional.

Também foi elaborado em 1949 o convênio a ser firmado entre o Governo federal e o de Goiás, sobre questões de imigração e colonização.

Enquanto não se votarem as leis especiais exigidas pela Carta Magna sobre imigração e colonização, — cuja importância e urgência tenho salientado em tôdas as minhas Mensagens ânuas anteriores, — persistirá a desarticulação administrativa que vicia a organização dêste setor da Administração federal, acarretando prejuízos e desperdícios de tôda ordem. Permitti que, mais uma vez, insista sobre a necessidade de pôr um paradeiro a êsse estado de coisas, tão nocivo aos interesses do país, sejam êles demográficos, econômicos, sociais ou políticos. Dia a dia, agrava-se a situação de nossa política demográfica e colonizadora, exigindo reorganização completa de todo o sistema de órgãos ligados aos problemas de imigração, colonização, migrações internas, naturalização e estrangeiros em geral. Importa que êsses problemas se resolvam mediante cooperação sincera entre os dois Poderes, Executivo e Legislativo, somando-se à experiência de um todos os anseios e diretrizes de que sois intérpretes.

Necessidade
de uma reor-
ganização
administrativa

Tomaram-se providências com o fim de seleccionar e encaminhar deslocados de guerra para o nosso país, com o propósito de cumprir o estatuído no Acôrdo de Londres, aprovado pelo Decreto n.º 25.796, de 10 de novembro de 1948.

Imigrantes
deslocados

Assim, aportaram levas de imigrantes dêste tipo no total de 13.556 pessoas, sendo os respectivos transportes providenciados pela Organização Internacional de Refugiados (OIR).

A distribuição dêsses deslocados foi objeto de cuidadosos estudos, com o fim de se tirar o maior proveito de suas habilitações reais, mediante reclassificação realizada entre nós, uma vez que as profissões com que se introduziram no país, as mais das vêzes, não correspondiam à realidade.

Instalaram-se alguns núcleos em conexão com os governos estaduais, decorrendo daí o estabelecimento de cooperativas, que representam esforço concreto e eficaz no sentido de aproveitar inteligentemente essa mão-de-obra alienígena.

O serviço de seleção de imigrantes deslocados de guerra, sob a jurisdição da Organização Internacional de Refugiados, fêz-se através de três Missões assim distribuídas :

Comissões de
seleção no
estrangeiro

- 1 — na Zona britânica da Alemanha ocupada, com sede em Hanover;

- 2 — na Zona americana (compreendendo, também, a francesa), com sede em Stuttgart e
- 3 — na Áustria, com sede em Salzburg.

Deslocados
de guerra

A Organização Internacional de Refugiados (OIR), como sabeis, é o instituto que, na Europa, protege, encaminha e localiza em novas terras os chamados *deslocados*. É um organismo de objetivos exclusivamente filantrópicos, que pretende resolver o grande problema humano que a última conflagração mundial suscitou.

O Brasil resolveu receber grupos desses deslocados, que, devidamente selecionados, satisfizessem aos imperativos contidos nas leis imigratórias. Para esse fim, organizou comissões de seleção na Europa, sendo os referidos imigrantes transportados pela OIR até o porto do Rio de Janeiro, recebidos na Ilha das Flores e ali alojados até o encaminhamento ao local de trabalho. Em face do Acôrdo Administrativo entre o Brasil e a Comissão Preparatória da Organização Internacional de Refugiados, firmado no Rio de Janeiro, a 30 de setembro de 1948, criou-se uma Comissão Mista Brasil-OIR. — instalada a 15 de dezembro de 1948.

No decorrer de 1949, como já registramos, entraram no país 13.556 deslocados, os quais foram distribuídos pelas Unidades da Federação da seguinte forma :

São Paulo	5.581
Distrito Federal	1.447
Estado do Rio de Janeiro	406
Rio Grande do Sul	1.442
Minas Gerais	244
Paraná	2.776
Goiás	810
Santa Catarina	612
Bahia	212
Rio Grande do Norte	15
Outros Estados	11
	13.556

Imigração
italiana

Em fins de 1948, tiveram início os entendimentos com a Cooperativa Italiana de Técnicos Agrícolas, de Lanciana (CITAG), a fim de estabelecer no Brasil cêrca de 2.000 famílias de autênticos agricultores, especializados, sobretudo, em citricultura, fruticultura, horticultura e floricultura.

Essa corrente imigratória, que deixou de pertencer à categoria de imigração espontânea para se enquadrar no setor da imigração

dirigida, seria localizada em vários Estados, de preferência na região do rio Verde, no Estado de Goiás, para o que a referida Cooperativa firmara, em janeiro último, um acôrdo preliminar com o Governo daquele Estado, para a aquisição de 150.000 ha de terras, onde seriam localizadas as 2.000 famílias.

Já se acham trabalhando naquele Estado vários agricultores italianos equipados com a maquinaria agrícola indispensável ao início das suas atividades, e aguardam a vinda de suas famílias.

Para o restabelecimento dessa magnífica corrente imigratória, indiscutivelmente útil ao progresso social e econômico do Brasil, muito contribuirá o recente acôrdo assinado entre o Brasil e a Itália, fixando bases para maior e melhor intercâmbio entre os dois países.

A imigração de lavradores e criadores holandeses tem por escopo localizá-los em grupos organizados em cooperativas, explorando a pequena propriedade agrícola.

Imigração
holandesa

Os imigrantes holandeses, além de especializados em assuntos de sua profissão, deverão trazer consigo instrumentos agrícolas e o seu próprio gado.

Essa corrente imigratória, benéfica sob todos os aspectos, mereceu desvelada atenção dos governos de vários Estados da União e da Legação dos Países Baixos, a fim de levar a bom termo a criação de colônias agrícolas e nelas estabelecer o maior número possível de imigrantes dessa nacionalidade.

Assim, no Estado de São Paulo, foi adquirida a Fazenda Ribeirão, pela Cooperativa Holambra, onde serão instaladas cerca de 150 famílias.

No Estado do Paraná estudou-se a possibilidade de criação de duas colônias agrícolas; uma, na zona de Castro, e outra, na Fazenda Monte Alegre, propriedade das Indústrias Klabin Ltda.

O mesmo interêsse foi demonstrado pelos governos dos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e do Rio de Janeiro, cujas autoridades em assuntos de colonização se acham empenhadas na vinda e na localização desses agricultores.

Os serviços de recebimento, hospedagem e colocação de imigrantes receberam o apoio material que se fazia necessário, em virtude do afluxo de grandes levas de deslocados durante a primeira metade de 1949 e da modéstia de verbas específicas, primitivamente consignadas.

Recebimento,
hospedagem e
colocação de
imigrantes

Instalaram-se e mantiveram-se total ou parcialmente, nos seguintes Estados, hospedarias de imigrantes, embora em caráter provisório, com recursos fornecidos pelo crédito especial aberto pelo Decreto n.º 25.548, de 22 de setembro de 1948: São Paulo (Campo Limpo), Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Paraná (Ponta Grossa e Curitiba), Santa Catarina (Florianópolis e Blumenau), Minas Gerais (Floresta), Goiás (Goiânia e Itaberaí), Estado do Rio de Janeiro (São José do Rio Preto) e Bahia (Cidade do Salvador).

Navio transporte N/A
Duque de
Caxias

Foram iniciadas desde 1946 as negociações para colocar à disposição dos serviços de imigração e colonização o *Duque de Caxias*, navio-auxiliar da Marinha de Guerra brasileira.

Dotado de boas acomodações de 3.ª classe e 54 camarotes de 1.ª classe, durante a guerra foi utilizado como *transporte de tropas*. Sua utilização virá solucionar um dos maiores problemas, no setor imigratório.

Despesas efetuadas

Com o crédito especial, aberto em virtude da Lei n.º 292, de 22 de junho de 1948, alterado pelo Decreto n.º 25.548, de 22 de setembro de 1948, na importância de Cr\$ 34.000.000,00, foi possível proceder-se ao recrutamento e seleção de imigrantes, transporte, hospedagem, distribuição e localização de deslocados de guerra.

Parte desse crédito foi despendido na execução de outros trabalhos, inclusive os referentes à 1.ª Conferência de Imigração e Colonização, realizada em Goiânia, em abril último, e ao pagamento à Organização Internacional de Refugiados, — contribuição de Cr\$ 14.000.000,00.

Distribuição dos imigrantes

No setor da imigração, o ano transato foi, portanto, um dos mais intensos e movimentados, nesta fase recente.

Vários Estados brasileiros, entre os quais se destacam São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás, receberam cerca de 16.184 imigrantes de diversas nacionalidades, sendo que mais de 50% desses imigrantes se destinaram à lavoura. No total acima mencionado, avultam os seguintes grupos, classificados por nacionalidade:

Poloneses	6.432
Ucranianos	890
Húngaros	1.375
Russos	885
Iugoslavos	984
Tchecos	829
Romenos	563
Apátridas	641

O Governo federal entrou em contato com todos os governos estaduais no Norte e Nordeste do país, objetivando interessá-los na colonização estrangeira, rompendo, assim, com a tradicional política de exclusivo encaminhamento de alienígenas para o Sul do país. Como resultado dessa oportuna iniciativa, o Território do Acre e os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Goiás já começaram a receber contingentes de deslocados de guerra.

Procurou, ainda, o Governo federal interessar os governos estaduais na criação de colônias agrícolas mistas, com a participação de trabalhadores alienígenas e nacionais, visando não somente ao futuro progresso dessas unidades da Federação, mas também, e como objetivo imediato, ao descongestionamento da Ilha das Flores.

O total de estrangeiros entrados no Brasil, em caráter permanente, atingiu a cifra de 30.771.

Imigrantes
espontâneos

Oportuno é assinalar que esse total se refere exclusivamente a imigrantes espontâneos, dêles não constando os estrangeiros turistas nem os vindos sob o regime de imigração dirigida, tais como os deslocados de guerra e outros, que passem pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

Providenciou-se a fim de que os ex-trabalhadores da borracha, doentes ou fisicamente incapacitados para o trabalho, sejam reajustados profissionalmente nos próprios locais onde se verificou o recrutamento, ao invés de ser recuperados pelas hospedarias de imigrantes.

MIGRAÇÕES
INTERNAS

Deu-se também nova orientação ao serviço de fornecimento de passagens a desajustados profissionais, estimulando o descongestionamento dos centros urbanos em benefício das zonas rurais. As estatísticas desse serviço acusam os seguintes índices de encaminhamento :

Março	326
Abril	451
Maio	524
Junho	424
Julho	315
Agosto	477
Setembro	553
Outubro	458
Novembro	521
Dezembro	452

Além disso, o Governo federal organizou um plano de construção de hospedarias para trabalhadores nacionais vítimas de vicissitudes econômicas em seus Estados natais, tendo em vista,

principalmente, o sério problema dos flagelados nordestinos que, periodicamente, abandonam suas terras assoladas pela seca, em demanda das regiões sulinas.

Previram-se hospedarias para imigrantes nacionais em Corinto, Juazeiro e Montes Claros, e criou-se um posto de imigração em São Paulo, para atender à fiscalização do desembarque de imigrantes naquele Estado.

Movimento
de
trabalhadores

O movimento de trabalhadores nacionais no Norte e Nordeste, durante o ano findo, apresenta a seguinte estatística :

Trabalhadores recebidos em Belém	997
Trabalhadores saídos de Belém	988
Trabalhadores recebidos em Manaus	886
Trabalhadores saídos de Manaus	727
Trabalhadores recebidos em Fortaleza	465
Trabalhadores saídos de Fortaleza	636
Trabalhadores encaminhados para a Amazônia ..	857
Trabalhadores retornados da Amazônia	665
Trabalhadores retornados desta Capital para outros Estados	4.499

CONSIDERA-
ÇÕES FINAIS

Procurando levar avante a melhoria dos meios de recepção ao imigrante, em face do incremento da imigração para o Brasil, o Governo federal dedicou especial atenção à questão das hospedarias, programando a reforma geral da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e a construção, dentro em breve, nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de quinze hospedarias para imigrantes e trabalhadores nacionais.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores não se encontra aparelhada para o recebimento e alojamento de imigrantes que, em levadas sucessivas, ingressam no porto desta Capital, pois só tem capacidade para 1.500 pessoas, de cada vez. Apesar disto, essa hospedaria já se viu na contingência de acomodar, por dilatado espaço de tempo, cerca de 3.000 pessoas.

Dai a urgência na conclusão das obras destinadas ao reaparelhamento da referida ilha, a fim de que possa a hospedaria ficar apta a alojar convenientemente as futuras levadas de imigrantes que o Brasil planeja receber.

Com a reforma e ampliação da Hospedaria da Ilha das Flores, ter-se-á atendido, parcialmente apenas, ao problema da recepção de imigrantes.

Em face da vastidão territorial do Brasil e da necessidade de localização de imigrantes em setores bem discriminados de seu território para o povoamento efetivo do solo, — cumpre disseminar, através das diversas regiões geo-econômicas do país, os núcleos de hospedarias, destinadas a acolher imigrantes, evitando-se, ao mesmo tempo, a saturação de determinadas áreas.

O problema cresce de vulto ao considerar-se que, paralelamente à tarefa de aproveitamento das correntes demográficas alienígenas, incumbe ao Governo federal assistir, encaminhar e fixar ao solo os trabalhadores nacionais desajustados que se deslocam com suas famílias em busca dos grandes centros urbanos.

Essas hospedarias, além de atenderem a um dos mais angustiantes aspectos do êxodo rural, servirão, ao mesmo tempo, como centros de redistribuição dos deslocados de guerra e de outros tipos de imigrantes, os quais não mais ficariam aglomerados na Ilha das Flores e poderiam ser encaminhados imediatamente para os vários Estados brasileiros, possuidores de hospedarias.

Cabe, entretanto, neste capítulo, o registro das imensas dificuldades encontradas para levar a cabo tarefa de tanta relevância para os interesses do país, apontando-se como origem de tôdas estas dificuldades a escassez de recursos econômicos.

Concederam-se no ano findo 1.666 naturalizações, nos termos da legislação em que se enquadraram: Decreto n.º 6.948, de 14 de maio de 1908 (17); Decreto-lei n.º 389, de 25 de abril de 1938 (874); Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939 (10) e Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949 (765).

NATURALIZA-
ÇÃO E
ESTRANGEIROS
EM GERAL

Foram indeferidos 17 pedidos de naturalização de estrangeiros que, a juízo do Governo, não faziam jus à concessão.

Naturalização
expressa

Expediram-se 451 títulos declaratórios e indeferiram-se 93 pedidos, por não satisfazerem os interessados as condições legais exigidas.

Naturalização
tácita

Registraram-se, em 1943, 53 declarações de opção pela nacionalidade brasileira e foram indeferidos dois pedidos de opção pela nacionalidade brasileira, por falta de amparo legal.

Opção e
perda de
nacionalidade

Verificaram-se sete casos de perda de nacionalidade.

Concederam-se 2.524 permanências definitivas, negaram-se 13 pedidos e arquivaram-se 19, perfazendo um total de 2.556 processos solucionados.

Permanência
definitiva de
estrangeiros

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Antes de iniciar a resenha do que interessa submeter à vossa apreciação, pelo seu alcance e valor, a respeito da interferência, direta ou indireta, do Governo na vida econômica e financeira do país, é talvez oportuno tecer algumas breves considerações sobre o estado geral da economia e das finanças nacionais no ano que passou.

Sumariando na Mensagem que vos enderecei, por ocasião da abertura da Sessão legislativa de 1948, os principais aspectos da situação econômica no ano anterior, pude assinalar ser a sua característica, "indubitavelmente, a tendência à normalização e à ampliação das atividades produtoras". Associava, então, essa tendência ao "maior volume das transações no comércio exterior e no movimento de cabotagem".

Insistindo, agora, ao ponderar os frutos do trabalho nacional durante 1949, em que essa tendência se consolidou em definitivo, creio mais justo comprovar o asserto, lembrando, primeiramente, o aumento expressivo da produção agropecuária do país e o combate vitorioso que se logrou oferecer a todos os óbices que se antepunham a êsse aumento.

Cumpre, em seguida, consignar o movimento generalizado no sentido de renovar o seu equipamento, que vem dominando a indústria brasileira. E aí estão as estatísticas de importação de máquinas no último quadriênio para confirmar a tese, bem como os empréstimos feitos, pelo Banco do Brasil, para essa finalidade, em 1949, na importância de Cr\$ 451.000.000,00.

Atente-se, ademais, em que a situação geral do país, no que se refere a transportes e comunicações, vem a pouco e pouco se alterando substancialmente, bastando considerar o reequipamento geral e a ampliação e melhoria de instalações que se vêm proporcionando às ferrovias e aos portos brasileiros, para não mencionar o progresso indiscutível que se assegurou ao sistema rodoviário.

Registraram-se, portanto, melhorias — mais apreciáveis em certos setores, de proporções menores em outros. Asseguram tôdas.

porém, perspectivas de justificada confiança, se continuar o ritmo de progresso econômico que se observa nos últimos anos.

As colheitas assinalaram, com efeito, acréscimo razoável, merecendo especial destaque o esforço desenvolvido pelos agricultores em prol do aumento da produção. Novas áreas foram lavradas e cultivadas. Tornaram-se evidentes a influência dos remuneradores preços atuais e a tranquilidade que representa a garantia de preços mínimos, oferecidos pela Lei n.º 615, para o arroz, o feijão, o milho, o amendoim, o girassol, a soja e o trigo.

Saliente-se, também, a adoção de métodos de cultura racionais, intensificando-se, por exemplo, de forma apreciável, o emprêgo de máquinas, quer como elemento de apuro técnico, quer para remediar a escassez de braços.

Fato de grande significação foi a alta do preço do café. Não chegou a beneficiar sensivelmente a economia dos produtores, porque a maioria se desfizera de suas colheitas antes da alta. Melhorou, entretanto, a posição de nossa balança de pagamentos e contribuiu para acelerar a regularização dos atrasados comerciais em dólares, abrindo aos cafeicultores a esperança de auferirem na próxima safra o benefício de preços altamente compensadores.

A seca ocorrida no segundo semestre de 1949 prejudicou sensivelmente a colheita futura, dando lugar a que o Governo tomasse medidas excepcionais, tendentes a assegurar assistência financeira adequada às lavouras atingidas, do que resultou a Lei n.º 1.003, de 24 de dezembro de 1949. O Governo, através do Banco do Brasil, também adotou medidas de emergência, ordenando-se às filiais daquele estabelecimento de crédito, localizadas nas zonas cafeeiras, a realização de financiamentos em bases especiais, destinados a se converterem nos empréstimos previstos na lei acima referida.

Os prejuízos derivados da ação da *broca* do café, há alguns anos, da maior gravidade para a economia nacional, estão hoje muito reduzidos. O combate à praga, conduzido com toda a eficiência pelo Governo, teve pleno êxito, e não resta dúvida de que a infestação dos cafêzais pode ser vencida ou neutralizada.

É animador o progresso da produção de trigo, com a ampliação dos créditos concedidos a essa atividade agrária. Medidas especiais de amparo foram, por outro lado, dispensadas pelo Governo à cera de carnaúba, produto fundamental da economia dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará e que se encontrava em crise de preço.

Não se possuem dados seguros sobre a produção de carnes no país, no último ano; estima-se, porém, em cifra não inferior à de 1948, que atingiu 930.000 toneladas. A crise em que se debatiam os criadores e recriadores de gado bovino das raças indianas, conquanto não afetasse apreciável número de produtores, vinha perturbando a economia de várias regiões do território nacional. Reconhecendo a situação delicada que se criara, sancionei a Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, que prescreveu nova forma de resgate das dívidas de criadores e recriadores de gado bovino, contraídas até 19 de dezembro de 1946. Essa importante medida, que certamente produzirá amplos benefícios para a economia pecuária em geral, habilitará os criadores e recriadores, atingidos pelos efeitos da crise, a regularizarem, definitivamente, sua situação.

Registraram-se aumentos expressivos em alguns setores das indústrias de base tais como carvão mineral, cimento e ferro e aço laminados. Nas indústrias de transformação, a produção manteve-se, de modo geral, no mesmo nível do ano anterior.

Não obstante as acentuadas dificuldades de ordem cambial, o Governo facilitou a importação de máquinas para a instalação, ampliação ou modernização de várias indústrias, tendo sido o volume dessa importação bem superior ao nível alcançado no ano precedente.

Além dos importantes projetos da usina hidrelétrica de Paulo Afonso e da refinaria oficial de petróleo, com capacidade de beneficiamento de 45.000 barris diários, ora em andamento, — outras iniciativas de significação para o parque industrial brasileiro estão em marcha ou foram concluídas recentemente. Podem citar-se: a) a refinaria de petróleo de Mataripe, que se espera comece a produzir na base de 2.500 barris diários, nos últimos meses de 1950; b) a usina siderúrgica em Minas Gerais, que está sendo construída pela Companhia Aços Especiais de Itabira, com o apoio do Banco do Brasil, e cuja montagem estará terminada dentro em breve, com capacidade para produzir 54.000 toneladas de aço; e c) as importantes obras empreendidas pela *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd.* para o aumento da capacidade de suas instalações de Ribeirão das Lajes.

Várias usinas hidrelétricas de menor capacidade de força foram instaladas ou ampliadas em diversos pontos do território nacional, com apreciáveis benefícios para as zonas em que operam.

O acúmulo de compromissos atrasados em moeda arbitrável, os quais vinham perturbando as atividades econômicas, tornou

imperativa a adoção de rigoroso critério seletivo no licenciamento das importações, que ficou subordinado às possibilidades cambiais demonstradas por orçamento semestral previamente levantado.

Constituíram problema atacado com ânimo e decisão os atrasados que representavam nossas dívidas comerciais, principalmente para com os Estados Unidos, impondo sacrifícios e restrições à importação, mesmo de mercadorias necessárias. O panorama que hoje se delineia, nesse particular, é alentador. Comprimida a importação e adotadas outras medidas convenientes, pudemos ainda contar com o substancial incremento dos preços do café.

De maneira geral, no limiar de 1950, apresentam-se promissoras a situação econômica do país e, em menor grau, a financeira. Paralelamente ao aumento da produção interna, coloca-se o Brasil em situação comercial externa bastante segura, tendo praticamente liquidado os atrasados comerciais pendentes nos Estados Unidos da América. Encontramo-nos em posição fortemente credora em relação a mercados fortes, tais como a Grã-Bretanha, França, Bélgica e outros países.

Não são, contudo, animadoras as perspectivas para o atual exercício fiscal. É singularmente pesado o volume do *deficit* com que encerramos o ano financeiro de 1949. Não menos pesado é o *deficit* que já está previsto para o exercício corrente. Sem dúvida, talvez se possa atenuar ou mesmo fazer desaparecer a gravidade dessa ameaça, mediante inflexível rigor na execução orçamentária. No entanto, conforme examinareis em lugar próprio, urge que o Congresso Nacional coopere com o Poder Executivo nessa questão vital para o país que é a da elaboração equilibrada, sensata e realista do Orçamento. Enquanto se observarem os defeitos e erros que comprometem a estrutura mesma do orçamento federal, será impossível a qualquer Governo realizar obra administrativa à altura das necessidades coletivas e públicas do povo brasileiro.

Fomento à produção

Transcorridos quatro anos de governo, a apresentação desta Mensagem constitui ocasião propícia para uma exposição resumida dos principais resultados alcançados nos setores da produção agropecuária, cuja recuperação, quando assumi o poder, era muito mais um imperativo de ordem econômica e social do que administrativa. Não vos recordarei, aqui, fatos e circunstâncias já anteriormente examinados, que me permitiram localizar algumas das causas próximas e remotas daquela crise de produção, tão complexa, e rebelde a soluções rápidas nos seus aspectos fundamentais.

Aos efeitos da crise interna somavam-se os da exterior, evidenciada pela carência de produtos primários destinados à alimentação, o que fazia o nosso mercado ser solicitado em proporções superiores à sua capacidade de exportação do momento. Então, ainda não existia a lei que determinou o controle do comércio externo, disciplinando as trocas mercantis com o resto do mundo. E, baseando-se em produção que não lhe suportava o generoso intento, a liberdade de comércio drenava muitas vezes para o exterior produtos que posteriormente vinham a faltar para o consumo interno. Sofriam com isso as populações nacionais, submetidas ao martírio das filas.

Desde o início de meu governo procurei enfrentar essa situação com os recursos que me eram facultados no momento, enquanto paralelamente providenciava para que a crise fosse combatida em suas causas mais profundas, a fim de que os anos futuros acusassem aumento de produção, tornado indispensável à regularização da vida do país.

Graças aos esforços conjugados dos poderes Executivo e Legislativo, as trocas mercantis externas foram, da primeira vez, reguladas pela Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948. Prorrogado o seu prazo de vigência e modificada em alguns pontos, conforme o aconselhavam a experiência e condições atuais, — tornou-se instrumento hábil, capaz de regularizar a exportação nacional, assegurando ao mesmo tempo, em seu conjunto, o volume das vendas brasileiras ao exterior, e o abastecimento das populações nacionais contra a carência momentânea, ocasionada por excessivas exportações, em épocas impróprias, de produtos de primeira necessidade. Tais resultados não seriam possíveis, no entanto, se paralelamente não tivesse ocorrido no país um aumento expressivo de sua produção agropecuária.

Conforme registrei em Mensagens anteriores, o fomento à produção primária nacional vem-se fazendo através de estreita articulação de recursos e esforços da União, Estados e Municípios. Assinaram-se, destarte, acordos entre o Governo da União e os daquelas unidades federadas para a execução de vários tipos de trabalho que visem ao fomento da produção.

Graças a essa forma de cooperação, a execução dos serviços tem sido grandemente ampliada desde o seu início, em 1947, e hoje é tão íntima a colaboração entre os serviços federais e estaduais de fomento e defesa da produção agropecuária, que os beneficiários já não lhes distinguem a origem. Creio que o funcionamento desse

COOPERAÇÃO
INTERGOVERN-
AMENTAL NO
SETOR DA
PRODUÇÃO

sistema é a melhor prova de quanto os três níveis de governo — federal, estadual e municipal — podem trabalhar harmonicamente na solução de questões de interesse nacional.

PRODUÇÃO VEGETAL

Assinou o Governo federal 79 termos de acôrdo até 31 de outubro de 1949, incluindo-se nesse total acôrdos para fomento e defesa da produção vegetal e animal, execução de trabalhos de reflorestamento, inseminação artificial, localização de imigrantes, colonização, propaganda e difusão do cooperativismo, aproveitamento de fontes de energia elétrica, realização de exposições nacionais e regionais de animais, execução das leis e regulamentos sobre caça e pesca, auxílio às escolas de agronomia e veterinária, e outras modalidades de cooperação.

Assinalei também na Mensagem que vos enderecei, ao ensejo da última sessão legislativa ordinária, a crescente progressão das dotações orçamentárias pleiteadas e obtidas com o fim de aplicação em acôrdos com os Estados e Municípios, o que prova eloquentemente o valor que atribuo à política de cooperação intergovernamental. Essas dotações, que somaram Cr\$ 18.350.000,00 no exercício de 1946, elevaram-se para Cr\$ 35.350.000,00 em 1947, passando para Cr\$ 57.600.000,00 e Cr\$ 86.190.000,00, em 1948 e em 1949, respectivamente. No exercício vigente consignou-se para esse fim uma dotação de Cr\$ 97.520.000,00, destinada à manutenção dos acôrdos em vigor com todos os Estados da União e com diversas municipalidades, do mesmo passo que se intentará maior ampliação de um sistema de trabalho cujos benefícios têm sido fartamente comprovados.

Mercê dessa cooperação interadministrativa tem sido possível, evitando o paralelismo de serviços federais e estaduais com o mesmo objetivo, congregar recursos e esforços da União e dos Estados para levar diretamente ao lavrador e ao criador a assistência do Poder Público.

Visou-se, antes de tudo, promover o restabelecimento do equilíbrio da economia nacional, mediante política firme de fomento da produção de gêneros alimentícios e, secundariamente, de matérias-primas e produtos de exportação. Abastecia-se, dessarte, o mercado interno e evitava-se ficar na dependência das importações de bens de consumo, devoradoras das nossas divisas.

Os resultados alcançados podem ser parcialmente comprovados pela estatística geral da produção. E digo parcialmente, porque, além de abranger apenas certo número de produtos, assinalam os

últimos anos, precisamente, o período em que essa estatística se vem aproximando de resultados mais exatos, pela melhoria substancial da rede coletora de informações. Sendo, por outro lado, característica da atual fase de nossa economia rural a diversificação dos itens da produção, ainda não figuram nos cálculos levantados anualmente alguns produtos, para os quais se volta súbito e recente interesse, em determinadas zonas.

Assim, atentando-se apenas no grupo dos 30 produtos agrícolas principais, cuja produção é regular e anualmente apurada, verifica-se que tal produção se elevou de 52 milhões e 600 mil toneladas, em 1945, para 62 milhões, em 1948, sendo a estimativa para 1949 de cerca de 62 milhões e 800 mil toneladas. O aumento verificado foi, portanto, de mais de 17% em 3 anos apenas, considerando-se tão-somente as cifras definitivas de 1948.

A área cultivada, que fôra, em 1945, de 15.270.000 ha, passou a 16.840.000 ha, em 1949.

Desmentindo comentadores superficiais que propalam a decadência de nossa produção agrícola, constituem esses números índices expressivos da recuperação que, lenta mas seguramente, está a processar-se nesse setor. As quantidades produzidas têm-se mostrado suficientes para atender às necessidades crescentes do mercado interno, fornecendo ainda saldos apreciáveis para exportação.

Foram certamente os postos agropecuários fator preponderante para os resultados assinalados. Idealizados como um meio de levar diretamente ao produtor rural os ensinamentos de técnicas modernas na esfera da produção vegetal e animal e de lhes fornecer instrumentos e utensílios necessários aos seus trabalhos, — tiveram os postos agropecuários acolhida entusiástica em todo o país.

Postos agro-
pecuários

Em 1947 e 1948, com os recursos obtidos, fundaram-se 88 postos em diversos municípios. Iniciou-se em 1949 a instalação de mais 32 postos; e, no presente exercício, sua rede será ampliada, graças às dotações que foram consignadas no Orçamento.

Torna-se imprescindível, — diria mesmo: vital — que o programa de instalação desses postos seja continuado, por parte do Ministério da Agricultura e órgãos especializados da administração estadual, de forma a tornar possível, no futuro, a existência de um desses estabelecimentos em cada município ou grupo de municípios. Só assim será efetiva a assistência aos agricultores e criadores, segundo orientação que acomodará o trabalho rural às peculiaridades de cada área geo-econômica.

Ademais, a instalação dos postos agropecuários não representa despesa improdutiva, e sim um investimento de capital altamente reprodutivo. Localizados em terras de boa qualidade, as mais das vezes doadas pelos Estados, Municípios ou particulares, trazem apreciável incremento ao patrimônio nacional, num valor igual ou mesmo superior ao das obras, instalações ou benfeitorias custeadas pela União.

A ação benéfica dos postos já se faz sentir em tôdas as regiões em que foram instalados, o que permite sôbre a iniciativa julgamento definitivo. Além de contribuírem para o aumento e para a melhoria da produção agropecuária com introdução de métodos modernos no trabalho rural, exercem influência educativa, mostrando aos homens do campo os proveitos da morada higiênica e da alimentação sadia e racional.

Distribuição
de sementes e
mudas. Cam-
pos de coope-
ração

O Governo tem-se empenhado em pôr termo à antiga prática de aquisição de sementes e mudas no mercado, para revendê-las a agricultores. E paralelamente persevera no intuito de produzir sementes nos próprios campos oficiais, nos campos de cooperação ou em culturas fiscalizadas, a fim de as distribuir com a necessária segurança, no tocante à qualidade, poder germinativo e adaptabilidade a cada zona do país. Lembre-se, por exemplo, o que foi feito relativamente ao trigo.

Outro objetivo também a que se visa é a cessação da distribuição gratuita de sementes, já que sendo vendidas pelo Ministério da Agricultura terão efetiva aplicação pelo agricultor, que, por sua vez, será fiscal de sua qualidade.

Em 1949 distribuíram-se mais de 6.000 toneladas de sementes diversas, mais de 2.500.000 mudas de árvores frutíferas e mais de 160.000 estacas, o que permite afirmar que se beneficiaram com essa distribuição cerca de 62.000 lavradores.

Cumprê salientar que os campos de sementes e postos agropecuários produziram no ano passado, em uma área cultivada de 3.122 hectares, mais de 11.000 toneladas de sementes e outros produtos agrícolas, mais de 1.000.000 de frutas e mais de 920.000 mudas de plantas frutíferas.

As Seções de Fomento Agrícola nos Estados trabalharam 3.741 campos em cooperação com particulares, dentro de uma área cultivada de 33.216 hectares.

A pesada tarefa da mecanização da lavoura nacional prossegue dentro dos limites em que se justifica a interferência do poder público e de maneira a não constituir substituição indevida à iniciativa particular.

Embora a maior parte do território nacional ainda se ache na fase da agricultura de enxada, observa-se rápido processo de evolução nos Estados do Sul, Minas Gerais, parte de Mato Grosso, Goiás, sul do Espírito Santo, e, no Norte, na Paraíba, e mais lentamente no resto do país. Estamos passando dos instrumentos manuais (e sem estágio no período dos arados, cultivadores e semeadeiras de tração animal) para os tratores, colhedoras e ceifadeiras-trilheiras (combinadas) mecânicas, e outras máquinas modernas e aperfeiçoadas.

A ação do Governo tem sido, neste setor, orientadora, procurando, através de demonstrações práticas, provar a excelência dos métodos modernos de produção agrícola. Levando em consideração também as dificuldades financeiras e outras que experimentam os pequenos agricultores, propôs-se o Governo importar máquinas agrícolas do exterior, a fim de revendê-las pelo custo, diretamente ao lavrador, e em condições particularmente favoráveis, ou ainda a fim de utilizá-las nos diversos postos agropecuários espalhados por todo o país.

A necessidade de apressar a execução do programa de mecanização de nossa lavoura determinou outrossim a criação de patrulhas mecanizadas, que se destinam a efetuar nas propriedades agrícolas, mediante pagamento das despesas realizadas, trabalhos de preparo do solo, plantio, tratos culturais e até de colheita, bem como outros relativos a desmatamento, destocamento, combate à erosão, irrigação e drenagem. Além dessas pequenas patrulhas, organizadas pelas Seções de Fomento Agrícola do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e de outros Estados, organizaram-se duas outras, com aparelhagem mais ampla, que se encontram em ação em São Paulo.

O serviço de patrulhas mecanizadas, com base nos postos agropecuários, certamente desempenhará papel de maior relevância na modernização e mecanização de nossa agricultura, permitindo que o pequeno agricultor, desprovido de recursos para adquirir, manter e fazer funcionar equipamentos agrícolas, possa beneficiar-se com as vantagens que elas oferecem.

Adquiriram-se em 1947 e 1948 pelo Ministério da Agricultura, para seu uso ou para revenda, nas condições acima referidas, máquinas agrícolas no valor de Cr\$ 73.944.122,70, dando entrada no país, até junho de 1949, 1.684 tratores agrícolas no valor de Cr\$ 64.254.000,00. No mesmo período também se importavam peças sobressalentes para tratores agrícolas, no valor de Cr\$ 7.480.000,00, equivalentes a 398 toneladas.

Finalmente, no propósito de familiarizar os agrônomos com o manejo, utilização e conservação dessas máquinas e a fim de formar tratoristas, mecânicos e aradores, tão necessários à modernização de nossa agricultura, instituíram-se em vários estabelecimentos cursos intensivos, criaram-se 34 centros de treinamento e instalou-se, desde 1947, na Fazenda de Ipanema, no Estado de São Paulo, um "Curso de Engenharia Rural e de Tratoristas". Esse antigo estabelecimento foi devidamente reformado e adaptado, encaminhando-se para lá avultada quantidade de máquinas agrícolas de diversas marcas e espécies, além de apreciável número de tratores.

Cumprе salientar que o Centro de Ipanema vem funcionando desde 1947, sem qualquer dotação especial, correndo sua manutenção à conta dos recursos orçamentários normais da Divisão de Fomento da Produção Vegetal. O Orçamento da República para o exercício de 1950 consigna, porém, dotações que permitirão a ampliação de suas atividades. Trata-se, efetivamente, de iniciativa de larga envergadura, com a finalidade de educar os nossos técnicos e trabalhadores rurais para um trabalho agrícola mais eficiente, baseado na mecanização e na motomecanização da lavoura. Constituirá um centro que, se tivermos espírito de previdência e tenacidade, deverá ser multiplicado pelo país em fora. Cumprе, no entanto, ainda uma vez repetir que o objetivo do Governo não é nem pode ser o de realizar a mecanização da lavoura. Sua ação tem de ser indireta, através do incentivo, da orientação, e — tanto quanto possível — do financiamento. Esta última modalidade de auxílio prende-se, evidentemente, ao sistema creditício de que dispõe o poder público; daí, como esclareci antes, limitar-se o Governo a facilitar auxílio direto ao pequeno lavrador que não conta com outros meios para racionalizar seu trabalho.

O grande e definitivo impulso, que importa dar à mecanização da lavoura no Brasil, só poderá registrar-se quando estiver de tal maneira organizada a distribuição do crédito no país que cada ramo

da produção seja, no momento apropriado, convenientemente protegido. E só a criação do Banco Rural, projeto que se integra no da lei bancária, cuja votação reiteradamente vos tenho solicitado, — só essa criação permitirá real assistência financeira ao homem do campo, sendo então possível incrementar, nas devidas proporções, a mecanização da lavoura nacional.

Desde o início de minha gestão, venho procurando dar o máximo incentivo à produção de duas utilidades — o trigo e a juta — sendo que a importação da primeira se tornou em dado instante tão necessária e tão difícil que ameaçava perturbar a paz social e a vida econômica do país.

Está fora de qualquer dúvida que não podem as populações nacionais ficar à mercê das flutuações dos preços externos e das contingências de produção, experimentadas por países estrangeiros, no que tange a utilidade para cuja produção possui o Brasil elementos e condições fundamentais.

Assim acontecia, no entanto, relativamente ao trigo e à juta, quando assumi o governo em 1946. Aliás, já o assinalava na Mensagem enviada por ocasião da abertura da Sessão legislativa de 1948, quando observei, com referência ao trigo: — “As dificuldades surgidas para a regular obtenção desse cereal vieram colocar na ordem do dia não só a questão da auto-suficiência nacional, com relação a esse produto básico para a alimentação, mas a de nossa própria maturidade administrativa. Em verdade, provada como está a existência de extensas áreas apropriadas à cultura dessa graminea, transformou-se em obrigação patriótica fomentar sua cultura intensiva, de modo a tornar possível, em futuro próximo, o abastecimento interno.”

Quanto à juta, registrava também, na Introdução à Mensagem que vos enderecei há um ano, terem sido os resultados obtidos uma vitória insofismável que importava resguardar.

Tornou-se mesmo uma das preocupações absorventes de minha atividade administrativa poder assegurar, quando chegada a hora da entrega do Governo ao meu sucessor, que estão lançadas as bases da solução do problema da auto-suficiência brasileira em relação a esses dois produtos, até então importados em proporções muitas vezes superiores a 90% das necessidades do consumo nacional.

Tenho a satisfação de verificar que, antes de a última safra do quinquênio de meu governo ter sido colhida, já alcançamos o objetivo a que se visara.

Nas Mensagens anuais de 1948-1949 procurei inteirar-vos em suas minúcias dos planos elaborados para tal fim. Resta-me agora relatar-vos as medidas concretas e os resultados obtidos. Umas e outros levam-me a afirmar que foram definitivamente equacionados os problemas e alcançada a solução.

O fomento da produção do trigo abrange os variados ângulos por que se apresenta o problema: — remuneração adequada ao trabalho do homem do campo, mediante garantia de preço mínimo compensador; — orientação técnica fornecida pelos órgãos competentes do Ministério da Agricultura através de postos agropecuários disseminados pelas regiões tritíceas; — distribuição em escala sempre crescente de sementes selecionadas aos lavradores; — auxílio à mecanização da lavoura; — e a construção de silos e armazéns coletores nas regiões produtoras; — e até mesmo garantia de escoamento normal da produção, graças à articulação do Ministério da Agricultura com as estradas de ferro que operam nessas regiões.

No tocante à mecanização da triticultura, intensificaram-se grandemente os trabalhos em 1948 e 1949. Seguramente Cr\$ 30.000.000,00 em máquinas agrícolas — para preparo do solo, plantio e colheita — foram entregues à lavoura do trigo. Ainda nos dois últimos anos, para citar apenas máquinas pesadas e de custo unitário elevado, encaminharam-se para essa atividade 301 tratores e seus implementos, 683 semeadeiras, 305 ceifadeiras e 549 trilhaadeiras, inclusive 40 combinadas. Finalmente, para que se possa fazer idéia do que representam essas máquinas, convém esclarecer que a pequena parte reservada para os trabalhos do Ministério da Agricultura permitiu elevar a capacidade diária de colheita da Divisão do Fomento, de 18.560 sacos, em 1947, para 65.260 sacos, em 1948. Além das máquinas citadas, instalaram-se nos Estados sulinos 40 silos metálicos, com capacidade para 60 toneladas cada um. Paralelamente a essas providências, nas zonas indicadas para a produção do trigo, adotaram-se providências também para a instalação de 55 postos agropecuários, com o aparelhamento necessário para atender a um intenso fomento dessa cultura, dispondo-se ainda de oficinas para conservação e reparação da maquinaria.

Construíram-se, no Rio Grande do Sul, quatro grandes armazéns coletores de trigo, com a capacidade para 90.000 sacos cada

um, localizados nos Municípios de Passo Fundo, Erechim, Getúlio Vargas e Carazinho. Esses armazéns, cujo custo unitário foi de Cr\$ 876.000,00, serão utilizados, não somente para o trigo, na época própria da sua safra e no período regular de escoamento, senão também para outros produtos da região, na entre-safra do trigo, e, ainda, para a guarda de sementes e máquinas destinadas aos agricultores daqueles municípios.

Para a realização dessas e de muitas outras medidas destinadas à expansão da triticultura, empenhou o Governo em recursos especiais, por intermédio do Ministério da Agricultura, a importância de Cr\$ 56.400.000,00, fornecidos pela Comissão de Financiamento da Produção, e Cr\$ 3.504.000,00 aplicados na construção dos quatro armazéns acima referidos. Foi assim levantada a produção de trigo nacional de 170.586 toneladas, em 1944, — para 405.135 toneladas, em 1948, sendo estimada em 500.000 toneladas, aproximadamente, a produção do ano de 1949.

No entanto, cumpre observar, como, aliás, já tive ocasião de o fazer, que apenas uns Cr\$ 20.000.000,00 foram efetivamente despendidos pelo Governo federal, até o corrente ano, na campanha de fomento da triticultura nacional. Os gastos restantes estão largamente compensados pela aquisição de máquinas e material permanente, para uso ou revenda, ou pela realização de obras e instalações que se incorporaram ao patrimônio nacional.

Cumpre insistir em que se apreenda ao vivo a importância do que acabo de referir. A produção de 1948 representou para o país uma economia em divisas que ultrapassa o equivalente a Cr\$ 1.250.000.000,00. Tomando-se como base a quantidade importada em 1944, — se não dispuséssemos dessa produção, o país teria gasto, em 1948, com a importação de trigo em grão e farinha, cerca de Cr\$ 4.600.000.000,00, o que representaria *dispêndio diário superior* a Cr\$ 12.000.000,00.

Mesmo sem levar em consideração a estimativa da safra deste ano, que se prenuncia bem maior que a do ano passado, — os resultados até agora colhidos com a campanha do trigo fundamentam as melhores esperanças. Por isto mesmo, está o Governo decidido a perseverar no caminho que sem esmorecimento vem trilhando. Daí a solicitação de um crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 com a aplicação do qual nos propomos dar, em 1950, à triticultura brasileira, alicerces econômicos suficientemente sólidos que lhe permitam resistir aos embates da concorrência internacional, que já se desenha de natureza grave. Esse crédito especial, de acordo

com o programa já aprovado para sua utilização, destina-se de preferência à ampliação da rede de armazéns coletores, à instalação de pequenos moinhos nas zonas tritícolas e à aquisição de maquinaria e fertilizantes.

Em relação ao fomento da cultura da juta, como vos informei na Mensagem transata, foram obedecidas as conclusões da Convenção Nacional da Economia da Juta, realizada em São Paulo, em 1947, e vimos logrando resultados altamente promissores.

As grandes enchentes, que assolaram em 1949 a região produtora, até certo ponto prejudicaram as plantações; ainda assim, pôsto que bastante inferior à prevista, a produção chegou a 17 mil toneladas. Considerando que o consumo interno do país é de cerca de 35 mil toneladas, verifica-se que a importação já foi reduzida a 50% das exigências desse consumo.

Intensificou-se razoavelmente o programa de distribuição de sementes, havendo o Amazonas recebido, em 1948, 6 toneladas, o que permitirá elevar a produção na presente safra a mais de 90% da última colheita. Até dezembro do ano findo, a distribuição total de sementes de juta, na Amazônia, atingiu 60 toneladas; daí, não ser exagerado o prognóstico de uma produção de 25 mil toneladas de fibra em 1950. Este fato é tanto mais auspicioso quanto, graças aos estudos realizados por uma comissão de técnicos, especialmente designada para investigar o aproveitamento de nossas fibras vegetais, foi verificado ser a juta a fibra mais indicada para a indústria nacional de aniagem, cuja maquinaria, na sua totalidade, foi construída para fiar com essa matéria-prima. Verificou-se, outrossim, a possibilidade de vir o Brasil a produzir, em futuro próximo, safras anuais de 40 mil toneladas de fibra, com o que estará nacionalizada nossa indústria de aniagem desde que se mantenham aproximadamente os atuais índices de consumo.

Defesa Sanitária Vegetal

Grandes têm sido neste setor os progressos realizados, mercê da experiência adquirida no combate às terríveis pragas que ultimamente assolaram nossa agricultura, notadamente as nuvens de gafanhotos e a broca do café, para as quais não havia em 1946 um só grama de inseticida, ou um só aparelho para sua aplicação. Não foram inócuas, pois, as despesas realizadas, pois seguramente o material permanente adquirido para as campanhas, que se promoveram, constitui, hoje, aparelhamento eficiente a ser pôsto em ação quando e onde se venha a tornar necessário.

Verificaram-se no ano de 1949 incursões de gafanhotos em nove municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. As campanhas de combate a essas novas nuvens caracterizaram-se pela rapidez de ação, economia de gastos e eficiência, resultados que foi possível alcançar em virtude das disponibilidades de material de combate, transportes, e recursos financeiros. Reduziram-se, destarte, os pesados prejuízos que seriam causados pela evolução das posturas até o estágio final da praga.

Verificaram-se, também, e foram combatidas com êxito, graças às prontas providências tomadas, incursões de gafanhotos em outros tantos municípios do Estado do Piauí.

Não menos intensa campanha continua sendo movida à broca do café, nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Ficou definitivamente apurado que o hexacloreto de benzeno, aplicado sob a forma de polvilhamento, constitui o meio mais adequado de combate à praga. Assim, em estreita cooperação com as Secretarias de Agricultura dos Estados afetados, o Governo federal já promoveu o polvilhamento de cerca de 125.000.000 cafeeiros. Estudam-se agora novas técnicas de combate na constante preocupação de encontrar métodos mais econômicos e eficazes. Abriram-se, em 1949, dois créditos especiais no valor de Cr\$ 30.000.000,00 e Cr\$ 100.000.000,00, ao Ministério da Agricultura, para ocorrer às despesas com o combate à broca do café. Não foram utilizados, por isto que ainda dispõe aquele Ministério de saldo do crédito de Cr\$ 40.000.000,00, aberto a seu favor, em 1948, pela Comissão de Financiamento da Produção, a fim de atender à mesma finalidade.

Prosseguiram, nos Estados de Pernambuco e da Paraíba, os trabalhos de erradicação da praga conhecida como *anel-vermelho-dos-coqueiros*. O estudo da etiologia da doença demonstrou a importância dos insetos do cafeeiro como vetores da doença. Por isso, além da abertura de valas para o isolamento das árvores afetadas, intensificaram-se os trabalhos de combate químico.

Continuaram, no Estado de Sergipe, os trabalhos de combate à cigarrilha da cana-de-açúcar, sendo utilizada, com bom resultado, mistura de HCB, DDT e enxôfre. Assim, torna-se possível substituir, pelo polvilhamento — o que redundaria em indiscutível vantagem para as culturas — o método empírico de queima dos canaviais.

Densas incursões da lagarta dos trigais vieram constituir, em 10 municípios gaúchos, alarmante ameaça aos resultados da campanha do trigo. Graças às disponibilidades de inseticidas e de aparelhamento para combate às nuvens de gafanhotos, existentes no Estado, foi possível tomar providências de caráter imediato e manter a praga sob controle, antes que maiores danos tivessem ocorrido.

Vêm sendo utilizados no combate à praga cerca de 80 toneladas de HCB, centenas de polvilhadeiras e três aviões. Foi também movida persistente campanha ao pulgão do trigo, que surgiu com intensidade no Rio Grande do Sul, logo no início da última safra.

Organizaram-se, outrossim, combates às pragas frugívoras da Baixada Fluminense, à broca do arroz e à pulga do fumo, em Santa Catarina, onde se aplicou, com excelentes resultados, o HCB.

Atenção especial também vem despertando o problema do combate à saúva, o maior inimigo de nossa lavoura. Com o concurso de técnicos do Governo foi planejada essa campanha, na qual se prevêem a proposta de anteprojeto de legislação especializada para tornar efetiva a destruição de formigueiros, assim como a criação, no Ministério da Agricultura, de um setor organizado à base desse propósito.

O combate às pragas e doenças da lavoura dentro do país deve ser acompanhado de permanente fiscalização fitossanitária, com o objetivo de impedir a introdução e dispersão em nosso território, ou a saída para o estrangeiro, de insetos e parasitos nocivos. Até outubro de 1949, submeteram-se à fiscalização fitossanitária 25.898.290 volumes com 700.614.132 kg, importados. Foram condenados, por se acharem infestados de parasitos, 6.816 volumes com 327.372 kg. A taxa fitossanitária, cobrada de todos os produtos vegetais importados, produziu uma arrecadação de Cr\$ 2.603.635,20.

Dois casos difíceis e rumorosos enfrentou o Governo no setor da fiscalização fitossanitária, quando partes interessadas recorreram da decisão do Executivo, não se conformando com a condenação de produtos atacados por pragas. Em ambos os casos a atitude do Governo foi mantida pelo Poder Judiciário.

Em 1949, concluiu-se a nova estação de expurgo do cais do porto desta Capital, construída pela Administração do Porto. Dotada de todos os requisitos técnicos, essa nova estação tem capacidade para expurgar diariamente 15.800 sacos, ao mesmo tempo que pode beneficiar 3.000 e armazenar 500.000.

Tardiamente começa o povo brasileiro a compreender a importância da conservação das florestas e a necessidade do plantio de bosques homogêneos nas zonas desmatadas ou densamente povoadas. São índices dessa compreensão as plantações de eucalipto, araucária e acácia-negra, empreendidas no sul do Brasil. Cumpre reconhecer, no entanto, que, apesar de serem lisonjeiros os progressos ultimamente registrados, ainda nos encontramos em situação de doloroso atraso, quando postos em confronto com a obra de recuperação florestal alhures empreendida.

Florestas e
refloresta-
mento

Poucos são, na verdade, os trabalhos de reflorestamento executados diretamente pelo Governo federal, mas numerosos os resultados de acôrdos com Estados, Municípios, emprêsas e instituições diversas, ou ainda os provenientes de contratos de cooperação com particulares. Nesta última modalidade concorre o Governo com técnicos para a orientação dos trabalhos, sementes e mudas, e, quando possível, com máquinas e inseticidas, contribuindo o outro contratante com o terreno e os operários necessários.

Executam-se atualmente acôrdos de reflorestamento firmados com os Estados do Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina e diretamente com Prefeituras de diversos Municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além de outros acôrdos da mesma natureza celebrados com companhias de estradas de ferro, escolas de agricultura e sociedades de economia mista. — particulares também se empenham no reflorestamento de zonas desmatadas.

A proteção florestal, dado o número reduzido de guardas florestais remunerados, só é eficaz no tocante às florestas protetoras do Distrito Federal e Estado do Rio. A fiscalização das demais florestas é feita por guardas florestais gratuitos que nem sempre dispõem de meios e de tempo para executar a missão que lhes é confiada. O problema terá solução com a criação da Guarda Rural, que deverá atuar em todos os Municípios do país, zelando pela aplicação das leis protetoras das florestas, da caça e da pesca. O respectivo projeto de lei já está concluído e oportunamente vos será submetido.

Já fiz referência por mais de uma vez, em Mensagens anteriores, ao dever que incumbe à geração atual de promover a

Conservação
do solo

recuperação de parte do solo pátrio desgastado por séculos de cultura destrutiva, levada a efeito sem a preocupação de preservar esse patrimônio — o maior que possuímos — a fim de transmiti-lo razoavelmente produtivo às gerações futuras.

Infelizmente, entre nós, só agora a consciência nacional começou a despertar ante os aspectos mais graves dessa economia predatória. Daí, começarem a produzir os primeiros resultados práticos, muito lentamente, os estudos levados a efeito nesse sentido, em caráter experimental.

Dados oriundos de investigações referentes a 1948, e só agora definitivamente elaborados, registram, por exemplo, perdas de 44 toneladas de terra por hectare em um ano de cultura de algodão, quando capinada.

A aplicação dos conhecimentos, que provêm de tais experiências, poderá, no futuro, gradativamente, recuperar para a economia nacional enorme potencial de produção que se perde todos os anos, em virtude do empobrecimento da terra, ferida e abandonada à própria sorte, como até agora tem acontecido. Tal trabalho não cabe, porém, dentro do limite de um período presidencial, — já o disse em mais de uma oportunidade. Cumpre, antes de tudo, que nos esforcemos por criar, no Brasil, a mentalidade conservadora, no referente a questões de erosão do solo. Considero-me satisfeito por ter lançado as sementes dessa mentalidade, as quais deverão frutificar — eu o espero — para maior grandeza do país.

PRODUÇÃO ANIMAL

Em consequência das medidas de controle do abate de gado e da execução de vasto programa de fomento e defesa sanitária de nossa pecuária de corte, logrou-se superar a aguda crise no abastecimento de produtos de origem animal com que se defrontou o atual Governo, em 1946.

Embora ainda perdurem algumas restrições quanto à matança e à exportação, e o preço da carne continue sujeito a tabelamento, cessou a escassez causadora principal das filas à porta dos açougues, suspendeu-se o racionamento, e há uma acentuada tendência para supressão de restrições ainda vigentes.

O aprimoramento dos rebanhos nacionais, tanto de corte como de leite, — tarefa das mais importantes a que o Governo se vem dedicando com o objetivo de melhorar as condições do abastecimento interno de produtos de origem animal — suscitou as seguintes medidas de cunho prático: — seleção de várias raças das dife-

rentes espécies de animais, realizada nos estabelecimentos zootécnicos da União; — aquisição de reprodutores para seus plantéis e para revenda a criadores; — aplicação da inseminação artificial como processo indicado para mais rápida melhoria da pecuária; — aperfeiçoamento do parque industrial da carne, leite e derivados; — melhor articulação entre os serviços federais e estaduais de produção animal; — e realização de estudos e experiências no campo da biologia animal. A defesa sanitária dos rebanhos, encargo dos mais difíceis, atendendo-se às dificuldades de transporte e extensão do nosso território, tem sido objeto de cuidados especiais por parte do Governo. Os resultados francamente favoráveis, obtidos no combate às zoonoses, indicam que se aproveitaram útilmente os recursos obtidos.

Para que os trabalhos de seleção dos rebanhos se processem com regularidade e observância da técnica aconselhada, continua o Governo federal a promover a aquisição no país e no estrangeiro de reprodutores de procedência garantida, que são distribuídos pelos diversos estabelecimentos zootécnicos federais, possibilitando a renovação dos plantéis e a revenda aos criadores de várias regiões, a preço de custo e pagamento parcelado. No último triênio, o Governo federal despendeu na compra desses reprodutores Cr\$ 29.538.781,50.

Amparando ainda a iniciativa particular no setor da pecuária, vem o Governo federal concedendo auxílios de vulto: — para a construção de silos, destinados à conservação da forragem; — para a construção de parques e recintos de exposição de animais; — e para a realização dessas exposições em caráter local ou regional.

O combate às grandes epizootias reinantes no país tem sido outra das preocupações do Governo nos últimos quatro anos, já que a eliminação dos prejuízos, anualmente causados por elas aos nossos rebanhos, é condição essencial para a garantia de lucro remunerador nas atividades de criação.

Defesa Sanitária Animal

Pela intensidade com que irrompeu e pelo êxito alcançado na sua erradicação, dentre as epizootias ultimamente combatidas merece destaque especial a peste suína, que assolou fortemente a região do Vale do Paranapanema, no Estado do Paraná, e, em menor escala, os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Postas em execução pelas autoridades federais e estaduais, as medidas de profilaxia permitiram subjugar completa-

mente a doença, afastando o grave perigo que sua ocorrência representava. Extintos os surtos existentes, os estabelecimentos industriais que trabalham com subprodutos de matadouro voltaram ao ritmo de produção normal, comprovando-se, assim, o sucesso alcançado, tanto maior quanto — é certo — pareciam invencíveis as dificuldades encontradas. Os rebanhos suínos do Sul, mercê de rigorosa vigilância sanitária, foram preservados, mediante providências oportunamente tomadas. Tornaram-se de fácil e rápida eliminação os poucos surtos novos, que se registraram em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A defesa contra a raiva dos herbívoros e o combate à febre aftosa estão sendo também intensificados; e os laboratórios existentes tiveram seus aparelhamentos melhorados e ampliados, para que a fabricação de sôros e vacinas alcançasse o nível exigido pelas necessidades da campanha em curso. Foram, da mesma forma, objeto de atenções especiais outras zoonoses como a brucelose, a tuberculose, a encefalomielite equina, as verminoses em geral, e as doenças das aves.

Para a maior eficiência dos trabalhos de profilaxia e combate às epizootias, um grande passo foi dado, com a aprovação da Lei n.º 569, de 21 de dezembro de 1948, cuja execução permitirá pôr em ação medidas de cunho prático e altamente eficientes, aceitas pelo criador, que não será atingido em sua economia, já que o Governo da União contribuirá com sua parte, pagando-lhe a indenização devida, sempre que o sacrifício do animal doente se tornar necessário.

No desempenho da missão de fornecer ao criador a necessária assistência técnica, visitaram, no ano de 1949, os servidores da Divisão de Defesa Sanitária Animal, 17.196 fazendas e vacinaram-se 1.673.000 animais, tendo sido vendidas, pelo preço de custo, 5.300.000 doses de produtos biológicos e farmacêuticos de uso veterinário, das quais cerca de 1.741.000 fabricadas nos próprios laboratórios oficiais e 4.850 unidades de aparelhos veterinários, correspondendo a essa venda a receita de Cr\$ 9.400.000,00, recolhida aos cofres públicos.

Como precaução complementar à eficiente defesa dos rebanhos contra as epizootias, procedeu-se, em postos convenientemente aparelhados, à lavagem e desinfecção de 100.414 carros ferroviários e caminhões para transporte de gado, fiscalizando-se, outrossim, o trânsito de mais de 1.000.000 de animais, nos portos marítimos,

postos de fronteira, feiras e exposições de gado. Um novo pôsto de desinfecção de vagões foi instalado no corrente ano em Porto União, no Estado de Santa Catarina.

A fiscalização do comércio e da indústria de produtos de uso veterinário vem tendo sua execução aperfeiçoada e já se acham registrados 126 laboratórios particulares, estando licenciadas 425 espécies de produtos.

O Governo federal continuou a alargar o crédito concedido aos pecuaristas, esforçando-se por aliar o auxílio técnico ao financeiro.

Financiamento da pecuária

A expectativa quanto aos termos finais da Lei do Reajustamento, cujo projeto ainda pendia de vossas deliberações, cerceava de certo modo a ação do principal órgão credor na adoção de normas definitivas e de caráter mais liberal para o financiamento à pecuária, já que não lhe era possível antecipar-se o conhecimento da extensão das medidas de amparo, em votação no Poder Legislativo.

Sancionada a lei a 24 de dezembro, seus efeitos só se farão sentir plenamente a partir do corrente ano. O veto a alguns de seus dispositivos não afeta a substância legislativa nem os legítimos interesses dos criadores, recriadores de gado bovino e de seus credores, por isto que se visou apenas obviar certos inconvenientes que vos aponte na Mensagem com que encaminhei a deliberação que solicitou novo exame da matéria. Este confirmou o ponto de vista do Executivo.

A despeito da situação acima referida, que obrigava a cuidados especiais no deferimento do crédito, não se limitou o órgão credor a operar em harmonia com as condições até então reinantes. O financiamento para a aquisição de gado destinado ao corte já não atendia às reais necessidades dos invernistas, em face da alta de preços verificada no mercado. Considerando, ademais, a natural valorização no curso da operação, resolveu o Governo elevar os adiantamentos, que passaram a ser calculados em função do preço que o produto seguramente alcançaria quando estivesse pronto para a venda.

Semelhante, em linhas gerais, ao que se observa para os empréstimos agrícolas, o novo critério facultou aos invernistas, sem comprometer a segurança de crédito, assistência financeira mais consentânea com a natureza de suas atividades. O gado leiteiro recebeu

tratamento especial, visto que a exploração econômica desse ramo da pecuária exige a utilização de espécimes finos.

Resultou dessas medidas que, nos primeiros 11 meses de 1949, os empréstimos concedidos a 2.731 pecuaristas se elevaram a Cr\$ 634.526.484,90. Comparativamente a todo o ano anterior, o número de interessados atendidos foi 4 vezes maior, e o crédito distribuído foi superior em Cr\$ 327.378.259,80 ao concedido em 1948.

PRODUÇÃO MINERAL

No setor da produção mineral não se registra menor desenvolvimento, nos últimos anos. A produção global de minerais, metálicos ou não, passou de 11.155.126 toneladas, em 1945, para 12.906.809, em 1948, não tendo sido apurado ainda o montante correspondente a 1949.

A interferência governamental manifesta-se na questão de diversas maneiras, através de órgãos especializados da Administração federal. Merecem destaque as atividades de estudo e reconhecimento das riquezas minerais do país, o incentivo ao aproveitamento racional de nossas jazidas, as análises e pesquisas de laboratório e a fiscalização do cumprimento do Código de Minas e leis subsequentes.

Cumpra ainda salientar, pela sua importância econômica, os trabalhos relacionados com as melhorias introduzidas na indústria carbonífera nacional, e que se realizam nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Piauí.

No Rio Grande do Sul, a tarefa principal consiste na procura e reconhecimento de jazidas ainda não satisfatoriamente conhecidas, já que são escassas as reservas exploradas. Um plano sistemático de pesquisas vem se desenvolvendo atualmente na bacia do Gravataí com o auxílio de elementos convenientemente aparelhados e equipados. No mesmo Estado, a par dos serviços de carvão, têm os técnicos do Governo federal contribuído eficazmente para o conhecimento das reservas que apresentam interesse para a indústria do cimento, estudando-se o calcário de diversas jazidas.

O valor dos trabalhos que são levados a efeito na região carbonífera de Santa Catarina deu lugar à instalação de uma rede regional do Departamento Nacional da Produção Mineral em Criciúma.

No Paraná, na região carbonífera da bacia do Rio do Feixe, cujas reservas foram estimadas em 50.000.000 toneladas, e onde

atualmente operam quatro grandes companhias de mineração, — executaram-se serviços de levantamento e de sondagens, confirmando-se até agora a existência de depósitos que se elevam a 30.000.000 toneladas. Esses trabalhos, ademais, frutificaram em orientações práticas, imediatas, assegurando melhor rendimento às empresas que ali operam.

No Piauí, foi convenientemente aparelhado o setor do Departamento Nacional da Produção Mineral ali instalado, a fim de que o mesmo possa imprimir maior intensidade aos seus trabalhos, que visam à localização de sondagens e à sua conseqüente execução.

O estudo das principais regiões ferríferas do Estado de Minas Gerais, com centro em Itabira e Congonhas do Campo, tem sido executado em cooperação com o *Geological Survey*, conforme acôrdo existente com o Governo dos Estados Unidos, objetivando o conhecimento preciso das possibilidades econômico-industriais das principais jazidas de minério de ferro que servem à exportação e à indústria siderúrgica nacional. Chegam presentemente à sua fase final os trabalhos referidos, inclusive levantamentos geológicos acurados.

Ainda no Estado de Minas Gerais intensificaram-se os esforços empregados para conhecer e aproveitar mais inteligentemente as jazidas do estanho ali localizadas, consideradas, até agora, as maiores do país.

No Nordeste também se ativou a ação do Governo federal, dada a grande importância econômica que apresenta, para a região e para o país, a exploração bem orientada das jazidas minerais ali existentes.

Como salientei na Mensagem que vos dirigi em 1949, defronta-se o Governo nesse setor com um trabalho ciclópico, se atentarmos na amplitude das áreas do território nacional que apresentam condições favoráveis à mineração e cujas possibilidades e capacidade devem ainda ser pesquisadas.

Nesse, como em outros setores da produção, não deve o Governo substituir-se à iniciativa particular, convindo que sua atuação seja no sentido de orientar e incentivar, a menos que os interesses da defesa nacional reclamem conduta diferente.

As atividades de mineração, no Brasil, subordinam-se, todavia, a um ritmo menos acelerado do que seria o desejável. É imperativo torná-las um campo de maior interesse para o capital, que,

entre nós, as mais das vèzes, se volta para empresas de caráter imediatista, pelo que o país não pôde ainda assentar, em bases sólidas, a indústria mineira. Importa, porém, que se ponha um paradeiro ao espírito de aventura que tem caracterizado certos empreendimentos desse gênero, levados a efeito com manifesto prejuízo para o desenvolvimento orgânico e natural da economia brasileira.

Para possibilitar o emprêgo de grandes capitais em tais atividades, torna-se necessário, contudo, regulamentar o § 1.º do art. 153 da Constituição federal, o que tive a honra de propor na Mensagem n.º 537, de 9 de outubro de 1948.

Só depois de votadas as medidas que vos pareçam aconselháveis, contará o país com legislação atualizada, capaz de assegurar condições atraentes para o capital que venha a buscar a indústria nacional de mineração.

Energia elétrica

Assinalei, em oportunidades anteriores, que, apesar de iniciada ao tempo do Segundo Reinado, o desenvolvimento da indústria de energia elétrica no Brasil, não vem seguindo o ritmo acelerado que se observa em outros países.

De fato, o exame da capacidade instalada entre nós em 1900 demonstra que, então, operavam apenas 12.085 kw, dos quais 5.500 eram de origem hidráulica. Desde êsse ano, entretanto, promoveram-se maiores investimentos de capital em usinas dessa natureza, acentuando-se, a partir de 1920, progresso mais expressivo.

Esta é, sem dúvida, a utilização que mais interessa ao país, pois, dispondo de grande potencial hidráulico, ainda não dera impulso decisivo à fase industrial da exploração de combustíveis minerais.

Vem-se fazendo a aplicação de lei básica disciplinadora da matéria, isto é, do Código de Águas, dentro do propósito de plena observância dos seus dispositivos. Parece, entretanto, que não se poderá fugir à necessidade da sua adaptação ao novo texto constitucional, sem prejuízo do resguardo do interesse público. Sem isso e sem a regulamentação de seus dispositivos, que versam sobre a satisfatória prestação do serviço do ponto de vista técnico e tratam da tarifação e dos contratos, não tem sido possível extinguir dúvidas e fixar segura jurisprudência administrativa.

Tal regulamentação, dependente, em definitivo, de projeto de revisão a tramitar no Legislativo, trará, como consequência inco-

diata, esclarecimento e decisão sobre pontos que, até o presente, têm despertado grandes controvérsias, levantadas pelos interessados, as quais cumpre silenciar de vez, impondo a norma ditada pelo interesse da Nação.

Cabe também ressaltar que as decisões tomadas pelo Governo, no tocante à indústria da energia elétrica, têm forcejado por firmar doutrina específica, que assegure esse interesse geral, sem descuidar, contudo, os direitos de todos aqueles que empregam capitais na exploração desses serviços públicos.

Assinale-se o elevado número de novas instalações, destinadas não somente a dotar de energia elétrica localidades situadas no interior, senão também a ampliar conjuntos já existentes, com o objetivo de acompanhar o progresso dos parques industriais circunvizinhos.

Existem atualmente no país 3.200 localidades servidas por energia elétrica, fornecida por 1940 usinas, com a potência total de 1.573.663 kw, sendo estimada em Cr\$ 9.000.000,00 a arrecadação da taxa de fiscalização devida pelas empresas, cabendo 2/3 à União e 1/3 aos Estados.

Estudam-se, presentemente, diversas fontes de energia elétrica, convindo salientar as do rio Mambucaba, no Estado do Rio de Janeiro; a do Salto, no rio Paraíba; a da cachoeira da Divisa no rio Jequitinhonha; as do rio das Contas, rio Formoso e rio Salto, no Estado da Bahia; e as do rio Sãoburá, em Minas Gerais. Promovem-se, por outro lado, levantamentos topográficos necessários, alguns mediante a colaboração eficaz da aerofotogrametria.

O Governo amparou, através dos seus órgãos especializados, o estudo e execução dos Planos Regionais de Eletrificação, um dos quais — o do Rio Grande do Sul — já começou a produzir os frutos desejados com a inauguração da usina de emergência de Porto Alegre e a encomenda da usina térmica de São Jerônimo.

Inaugurou-se a 29 de outubro a usina auxiliar da Cachoeira de Paulo Afonso. Com aparelhagem e controle dos mais modernos, já está em funcionamento a primeira unidade de 2.500 kw, que foi cedida à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para ser utilizada na construção da grande central elétrica de Paulo Afonso.

Em julho do ano passado foi também aprovado pelo Ministério da Agricultura o projeto preliminar constante da instalação de dois grupos de 60.000 kw cada um, relativo à primeira etapa do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, pela Companhia

Hidrelétrica do São Francisco. Minucioso relato acêrca dos empreendimentos dessa Companhia encontra lugar próprio em outro capítulo desta Mensagem.

Foi igualmente examinado e aprovado o projeto de aproveitamento do Fecho do Funil, no rio Paraopeba, apresentado pelo Governo de Minas Gerais. Nos termos do acôrdo de 17 de maio de 1948, o referido Governo tomou a seu cargo os estudos e obras da central elétrica a ser ali instalada, recebendo para êsse fim dotação orçamentária consignada à conta da recuperação do Vale do São Francisco. O projeto de aproveitamento do Fecho do Funil, orçado em Cr\$ 310.125.120,00, prevê uma potência de 170.000 kw, e uma barragem com a altura de 75 m que permitirá armazenamento de 3.800.000.000 m³ de água.

Na região do Rio de Janeiro e São Paulo, no entanto, onde se localizam os empreendimentos industriais mais importantes do país, bem como as populações que gozam de mais alta renda *per capita*, o que se traduz em maior consumo de energia elétrica, — a situação chegou a tornar-se, no fim do ano passado, quase alarmante, em virtude de o aumento no consumo aliar-se à estiagem estacional, com manifesto prejuízo para a bacia hidrográfica de Ribeirão das Lajes.

A capacidade do reservatório, que ali se encontra, é de 752.314.080 m³, e chegou a apresentar apenas 165.509.097 m³, (22% do total).

Das inspeções e estudos realizados pelos órgãos competentes do Governo federal, dos Estados interessados e do Distrito Federal, verificou-se a necessidade inadiável de racionar a energia elétrica nessa região, a fim de prevenir situações futuras de difícil solução. Em consequência, e como medida preliminar, adotou-se, em novembro do ano passado, a *hora de verão*, cujas vantagens na economia de luz e numerário já se fizeram sentir. A despeito dessa providência, não foi possível afastar a necessidade do racionamento da energia, oriunda, no Rio de Janeiro, da diminuição da água acumulada em Ribeirão das Lajes, e na capital de São Paulo, da deficiência das máquinas geradoras.

Espera-se, com essas medidas, alcançar, no biênio 1950-51, economia de 10% sobre o consumo previsto.

A obra de meu Governo no setor da energia elétrica representa pequena parcela das necessidades nacionais, — conquanto

possa apresentar em seu crédito haver equacionado e iniciado a solução, reclamada pela opinião de todo o país, do problema do aproveitamento do potencial elétrico da cachoeira de Paulo Afonso. O Brasil ainda é um dos países de mais baixo consumo de energia elétrica, por habitante e por ano, — situação de todo intolerável quando se atenta no fato de que possuímos um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo.

O problema com que se deparou o meu Governo era assim de tal envergadura que seria vão pretender resolvê-lo em um quinquênio. Dentro das circunstâncias e limitações que me tolhem as iniciativas, procurei orientar-lhe a solução num plano de âmbito nacional e assegurar-lhe bases sólidas, o que me parece haver conseguido.

Na Mensagem que vos dirigi por ocasião da abertura da última Sessão legislativa ordinária, reafirmei não ser possível fixar bases para a exploração do petróleo em território brasileiro, sem que se organizassem os meios indispensáveis à industrialização dos combustíveis líquidos; para tal, conviria realmente atentar a um só tempo na capacidade financeira do país e nos altos interesses de sua defesa.

Petróleo

Balanceando as disponibilidades econômicas do Brasil no exterior, pareceu-nos que o seu emprêgo mais oportuno seria, por isto mesmo, em material para pesquisas e exploração dos campos petrolíferos, construção de refinarias e aquisição de navios petroleiros, além de locomotivas para as ferrovias nacionais.

Concretizaram-se em 1949 as providências adotadas pelo Governo federal, com o objetivo de estabelecer a indústria petrolífera, no país, de acôrdo com o critério que acima se formulou.

INDUSTRIAL-
ZAÇÃO DO
PETRÓLEO

Ratificado pelo Poder Legislativo o programa que a Mensagem do Executivo (30-9-1948) consubstanciava, a Lei n.º 550, de 13 de março de 1949, veio autorizar a abertura de créditos especiais para a aquisição de uma refinaria de petróleo, com a capacidade diária de 45.000 barris, e de navios petroleiros, num total de 180.000 toneladas, além de permitir a ampliação da refinaria que se está construindo em Mataripe, no Estado da Bahia.

Como resultado dos estudos a que procedera o Conselho Nacional do Petróleo, foi assinado contrato com a firma norte-americana *Panamerican Hydrocarbon Research, Inc.*, para a elaboração do projeto e supervisão da montagem da refinaria de petróleo de

45.000 barris diários, bem como ajuste com o consórcio francês *Fives-Lille & Schneider*, para fornecimento dos respectivos materiais e equipamentos. Ainda como decorrência dos estudos feitos pelo Conselho Nacional do Petróleo e da decisão tomada pelo Conselho de Segurança Nacional, essa grande refinaria localizar-se-á em região circunvizinha da cidade de Santos, Estado de São Paulo, onde já se adquiriram, no Município de Cubatão, os terrenos necessários ao empreendimento.

A execução do contrato com a *Hydrocarbon* importará dispendio aproximado de US\$ 3.000.000, inclusive custo de certos materiais e equipamentos, e remuneração daquela firma. Quanto ao consórcio francês, constitui o ajuste apenas acôrdo preliminar entre as partes contratantes, obrigando-se ambas a assinar, em tempo oportuno, um contrato em que serão discriminadas tôdas as obrigações decorrentes da orientação geral preestabelecida. Os serviços foram estimados em US\$ 10.500.000, mediante a utilização das divisas que o Brasil possui na França.

A capacidade da Refinaria Nacional de Petróleo S.A., localizada em Mataripe, Estado da Bahia, que deverá entrar em funcionamento no corrente ano, será ampliada de 2.500 para 5.000 barris diários, logo que o permitam as reservas do Recôncavo Baiano.

Estima-se que, em 1953, o consumo nacional de derivados do petróleo será de 100.000 barris diários. Ora, nesse ano, provavelmente estarão concluídas as instalações preliminares da grande indústria. Não serão assim precipitadas nem ambiciosas as esperanças de poderem as duas refinarias, que, a cargo do Estado, deverão estar funcionando a essa época, em Mataripe e Cubatão, cobrir 50% das nossas necessidades, — fato que forçosamente se refletirá na economia nacional, por isto que ficará retida no país grande parte das divisas que se aplicariam na importação de combustíveis líquidos.

A aquisição de navios petroleiros, outro ponto importante do programa do Governo federal, acha-se entregue a uma comissão para êsse fim designada. O primeiro desses petroleiros foi adquirido ainda em 1949, tendo sido incorporado ao patrimônio da União, no dia 28 de outubro último, com o nome de *Salte 50*.

PROSPECÇÕES
REALIZADAS

Os trabalhos geológicos e geofísicos executados pelo Governo federal durante o ano de 1949 desenvolveram-se nos Estados do

Pará, Maranhão, Piauí, Goiás (norte), Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, ou sejam, 14 unidades da Federação.

Na Bacia Amazônica, os trabalhos sismográficos de refração, iniciados em 1946 na ilha de Marajó e regiões circunvizinhas, visando à determinação de áreas favoráveis à acumulação de petróleo, permitiram, até agora, a delimitação de uma faixa com mais de 100 km de largura, que atravessa aquela ilha de norte a sul e segue para leste em direção ao Estado do Maranhão.

Os trabalhos gravimétricos, executados dentro dessa faixa, já revelaram vários altos estruturais, alguns dos quais, estudados pelos métodos de reflexão, mostraram ser dobramentos de camadas à profundidade de 2.000 m, aproximadamente.

Em 1949, as prospecções geofísicas abrangeram os Municípios de Cametá, São Sebastião da Boa Vista, Nocaíuba, Arariúna, Ponta de Pedras, Curralinho, Breves, Anajás, Araticu e Itaituba.

Os reconhecimentos realizados na bacia do Maranhão, que abrange os Estados do Maranhão, Piauí, norte de Goiás e parte oriental do Pará, alcançaram os rios Parnaíba, Grajaú, Mearim, Tocantins, Itapicuru e as cabeceiras do rio do Sono, passando por Balsas, Bacabal, Salgado, Pedreiras, Ponta Grossa, Presidente Dutra, Palestina, São Bento, Lago Grande, Água Branca, Pedra do Transval, costa da baía de São Marcos, Pôrto Nacional, Pedro Afonso, Carolina, Floriano, São Raimundo Nonato, Teresina, Oeiras, Simplicio Mendes, Bom Jesus, Timon, Coroatá, Colinas, Gilbués, Caxias, Codó, ilhas de Itaúna e São Luís.

Essas investigações proporcionaram, até agora, conhecimentos bastante avançados sobre a estratigrafia e tectônica da região, permitindo a seleção das áreas mais favoráveis à acumulação de petróleo, para prosseguimento dos estudos de detalhe. Entre essas áreas figura a de Carolina, no Estado do Maranhão, onde vai ser perfurado o primeiro poço-teste.

Na costa nordeste, foram feitos trabalhos de geologia e prospecções geofísicas, compreendendo os Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Levou-se a cabo longa série de reconhecimentos no Recôncavo Baiano, sendo executadas algumas perfurações estratigráficas, nas regiões de Santo Amaro e São Sebastião do Passé. Foram também desenvolvidos trabalhos de prospecção geofísica, pelo processo sis-

mico de reflexão, na linha entre os campos de D. João e Restinga, passando por Candeias.

Os reconhecimentos geológicos realizados na Bacia do Paraná abrangeram, em 1949, as cidades de Curiúva, Venceslau Brás, Calógeras, Arapoti, Sengés, Tomasina, Jacarêzinho, Jaguaraiá, Tibagi, Ponta Grossa, Castro, Joaquim Távora, Ribeirão Claro, Imbituva, Prudentópolis, Carlópolis, Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná; Itapeva, Itapetininga, Buri, Rio Claro, Piracicaba, Botucatu, Tatui, Conchas, Ribeirão Bonito e vale do rio Anhumas, no Estado de São Paulo; e Canoinhas e Lajes, no Estado de Santa Catarina, devendo estender-se, no corrente ano, ao Estado do Rio Grande do Sul.

Na região do vale do Paraíba, Estado de São Paulo, iniciou o Governo, em 1949, estudos e observações de campo para o estabelecimento de um programa de pesquisas, com o fim de verificar as possibilidades da industrialização econômica das rochas betuminosas e pirobetuminosas, de que o Brasil possui grandes jazidas.

O programa compreende o levantamento, cubagem, amostragem e análise das reservas de xisto naquele vale. Os trabalhos deverão em breve intensificar-se, com o emprêgo do material adquirido e embarcado nos Estados Unidos da América e com o auxílio técnico que nos proporcionará o acordo recentemente firmado com o *Bureau of Mines* daquele país amigo.

PERFURAÇÃO DE POÇOS

Até 31 de dezembro de 1949, haviam sido completados no Recôncavo Baiano mais 23 poços, dos quais 13 são produtores de óleo; 1 de gás; 4 secos e 5 estratigráficos. Em 31 de dezembro de 1949, estavam em perfuração 5 poços, sendo 1 em Candeias; 2 em Dom João; 1 em Pindobas e 1 em Piranhas. Dêsse modo, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro último, os trabalhos de perfuração perfizeram o total de 17.772 m.

Ao encerrar-se o ano de 1949, dispunha o Brasil de 170 poços perfurados no Estado da Bahia, assim distribuídos: Candeias, 64; Lobato-Joanes, 17; Aratu, 13; Itaparica, 27; Pitanga 4; D. João, 16; Restinga, 3; pioneiros, 8; estratigráficos, 18. Dêsses poços, 92 são produtores de óleo; 15 de gás e 60 secos, além de 3 já esgotados.

PRODUÇÃO OBTIDA

As reservas de petróleo no Estado da Bahia, estimadas, em 1948, em 17.844.567 barris (2.837.286.153 litros), estão atualmente avaliadas em 24.336.830 barris (3.869.555.970 litros).

No entanto, dadas as dificuldades inerentes à fase inicial de indústria tão complexa, a produção de seus campos petrolíferos é ainda pequena, tendo alcançado, no exercício passado, apenas 109.077 barris de óleo bruto (17.343.243 litros).

Para atender ao futuro abastecimento da refinaria de Mataripe com o petróleo de Candeias, está o Governo federal construindo, nesse campo, 4 tanques de 10.000 barris e 8 de 5.000, havendo-se processado o levantamento de várias linhas do sistema coletor de óleo.

Dando prosseguimento ao plano de industrialização do gás natural dos campos petrolíferos da Bahia, foi assinado, em 1949, contrato com a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, para a utilização do gás de Aratu na futura usina termoeleétrica que deverá atender à eletrificação de parte das respectivas linhas.

APROVEITA-
MENTO DO GÁS
NATURAL

Cumpre assinalar que o Governo está fornecendo o gás de Aratu à Usina Santa Luzia (indústria de álcool e açúcar); e o de Itaparica à Fábrica de Tecidos São Benedito, já havendo celebrado contratos com algumas firmas industriais de cimento, produtos químicos e óleos vegetais.

O ano de 1949 assinalou resultados positivos na produção e funcionamento das denominadas Empresas Mistas. Em todas as minhas Mensagens anteriores acentuei a importância desse conjunto de empreendimentos que têm merecido de meu Governo apoio integral. Os dados que se seguem demonstram o acerto da orientação observada pelo Estado em sua ação executiva quanto às Empresas Mistas, nos planos administrativo, econômico e financeiro. Num esforço de síntese e visando apenas à clareza, apresentam-se em seguida dados essenciais e resultados concretos, em 1949, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Fábrica Nacional de Motores (FNM) e Companhia Nacional de Álcalis (CNA). Quanto à situação geral da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHSF) e do Banco de Crédito da Borracha (BCB), que integram o conjunto das Empresas Mistas brasileiras, para mais completa inteligência do problema, as informações que lhes são pertinentes serão enquadradas em outro capítulo desta Mensagem — *Sistema Brasileiro de Planejamento Regional* — por isto que constituem empreendimentos ligados à recuperação, desenvolvimento e valorização econômica do Nordeste e da Amazônia.

Atividades e
realizações
das empresas
mistas

COMPANHIA
SIDERÚRGICA
NACIONAL

A capacidade realizadora da Companhia Siderúrgica Nacional, durante o ano findo, é expressa em termos eloqüentes quando atentamos na tonelagem produzida.

Atividades
industriais

A Usina de Volta Redonda, com toda a linha de fabricação em funcionamento, produziu: 271.710 toneladas de coque: 192.774 toneladas de ferro gusa e 308.188 toneladas de aço. Esta produção deu em laminados: trilhos e acessórios: 38.812 toneladas; perfilados estruturais: 29.668 toneladas; chapas grossas: 33.605 toneladas; chapas finas, laminadas a quente: 37.079 toneladas; chapas finas, laminadas a frio: 54.990 toneladas; fôlhas galvanizadas: 11.237 toneladas; fôlhas de flandres: 20.496 toneladas; total do aço laminado: 225.887 toneladas. Deu, ainda, os seguintes subprodutos da coqueria: benzol: 1.505.003 litros; toluol: 926.388 litros; xilol: 65.038 litros; nafta solvente: 24.774 litros; combustível para motor: 1.164.930 litros; sulfato de amônio: 3.845 toneladas; alcatrão: 19.150.427 litros; naftaleno: 568 toneladas; óleo desinfetante: 250.000 litros; piche: 134.578 litros.

A mineração de carvão, nas minas da Companhia Siderúrgica Nacional em Santa Catarina, produziu 280.683 toneladas de carvão lavador.

A estação de lavagem de Capivari beneficiou um total de 596.835 toneladas de carvão lavador, das quais 280.683 toneladas de produção da CSN e 316.152 toneladas de carvão adquirido a vários mineradores. A recuperação obtida nessas 596.835 toneladas de carvão bruto foi a seguinte: carvão metalúrgico 156.696 toneladas; carvão vapor grosso: 186.972 toneladas; carvão vapor fino: 52.661 toneladas; carvão de uso local: 21.357 toneladas.

As atividades de mineração nas diversas jazidas da CSN em Minas Gerais registraram, no ano findo: 271.037 toneladas de hematita; 5.670 toneladas de ganga; 13.853 toneladas de minério de manganês; 13.173 toneladas de dolomita e 34.298 toneladas de calcário.

O Departamento de Navegação da Companhia Siderúrgica Nacional transportou, nos cinco navios de sua frota, durante 1949: 279.102 toneladas de carvão, e 20.278,156 toneladas de carga geral; num total de 275.200 volumes, — além de 170 toneladas de barro refratário.

Em 1949 concluíram-se várias obras importantes, que merecem *Trabalhos de construção* destaque especial :

- a) *Fundição* — Terminou a construção e montagem do equipamento, encontrando-se agora esta unidade em regime inicial de operação; seu funcionamento permitirá que a CSN produza tôdas as suas lingoteiras e parte apreciável dos cilindros de laminação até hoje importados, economizando, assim, divisas equivalentes a vários milhões de cruzeiros por ano.
- b) *Aciaria* — Iniciado em 1948, foi concluído em 1949 e está em plena operação o quarto forno Siemens-Martin, fixo, da mesma capacidade dos outros três já existentes.
- c) *Laminação* — A fim de atender ao aumento de capacidade de produção imposto pelo volume crescente de encomendas do mercado, encetou-se em 1948, na laminação, mais uma bateria de dois fornos-poços, a quinta, correspondente à produção adicional do quarto forno de aço; terminada há alguns meses, está em pleno funcionamento. Foram também concluídos e estão em operação os novos fornos de recozimento de chapas e bobinas que compreendem 5 cobertas externas e 16 bases; a quase totalidade da estrutura metálica para este equipamento já foi fabricada com aço de Volta Redonda, tendo-se importado tão-somente o material impossível de obter no país.
- d) *Outras obras* — Concluíram-se ainda em 1949 as seguintes obras : Centro Telefônico Automático da Usina, com 700 números; um Centro Privativo para o pôsto do sistema de gás; Estação Elevatória de Esgotos da zona oeste da cidade; Oficina Mecânica da Escola Técnica Profissional; 75 casas residenciais para empregados, das 108 iniciadas em fins de 1948.
- e) *Obras em andamento* — Iniciaram-se e ainda se acham em construção as seguintes : sexta bateria de fornos-poços; terceiro tanque de decapagem continua; pátio ferroviário do futuro depósito na zona do cais do porto, no Rio; 3.ª linha adutora de água crua, de 42" de diâmetro; pavimentação à base de alcatrão, de produção própria da Usina, do trecho final dos 3.500 m da auto-estrada Barra Mansa-Volta Redonda; depósito de refratários; pavimentação de ruas da cidade e construção de trechos adicionais das redes de drenagem e de esgotos da cidade.

Atividades
comerciais

Durante o ano de 1949, as vendas da Companhia Siderúrgica Nacional totalizaram Cr\$ 924.055.496,90, assim distribuídos :

	%	Cr\$
a) Produtos de aço	89,90	830.338.259,10
b) Subprodutos de carvão	2,40	21.928.027,90
c) Coque e moinha de coque	0,30	3.342.260,40
d) Carvão	6,10	56.207.675,00
e) Minérios	0,30	2.613.657,10
f) Materiais disponíveis da construção	0,70	6.435.349,80
g) Outros produtos, inclusive ferro gusa	0,30	3.190.267,60
Total	100	924.055.496,90

As vendas de produtos de aço atingiram um volume de 232.296 toneladas, ao preço médio de Cr\$ 3.574,40 por tonelada FOB Usina de Volta Redonda.

Essa tonelagem se distribuiu, entre os mercados nacional e estrangeiro, do seguinte modo :

Mercado nacional	226.899 toneladas	97,7%
Mercado argentino	5.397 "	2,3%

Os itens principais nas vendas dos produtos foram:

		Cr\$
Fritões e acessórios	39.890 t.	95.077.463,90
Perfilados estruturais e barras para relaminação e forjamento	33.365 t.	89.515.093,60
Chapas grossas	28.184 t.	84.948.807,90
Chapas finas laminadas a quente	35.860 t.	121.232.484,50
Chapas finas laminadas a frio ..	50.479 t.	213.293.618,40
Folhas de flandres	14.090 t.	86.946.396,40
Chapas galvanizadas	9.882 t.	60.167.256,50
Produtos de aço diversos	20.546 t.	79.157.142,90
Benzol	1.800.626 l.	5.328.051,70
Alcatrão para estradas	4.289 t.	4.482.404,90
Sulfato de amônio	3.869 t.	6.054.870,00

Condições
econômicas

A posição econômica e financeira da Companhia está definida pelo último balanço publicado, relativo ao 1.º semestre de 1949, balanço que confirma e mantém a normalidade dos resultados já auferidos no exercício de 1948.

De fato, depois de apontadas as reservas necessárias e suficientes para as depreciações, o lucro líquido adquirido no semestre, e que monta a Cr\$ 62.046.428,20, permitiu a distribuição do dividendo de 6% ao ano e a formação de reservas especiais compa-

tíveis com o vulto da empresa, as quais visam assegurar a estabilidade do valor econômico do capital.

A comparação do balanço de 31 de dezembro de 1948 com o de 30 de junho de 1949 permite verificar ainda que o patrimônio líquido da Companhia foi acrescido de Cr\$ 36.988.597,40 no semestre, ao mesmo tempo que a dívida para com o *Export-Import Bank* de Washington que havia sido reduzida de Cr\$ 32.908.485,00 durante o 1.º semestre, diminuiu ainda mais com os pagamentos efetuados no 2.º semestre, de modo que no exercício de 1949 a dívida decresceu em Cr\$ 65.398.485,00.

O volume das vendas no decorrer do exercício permite afirmar, desde já, a possibilidade de distribuição de um dividendo pelo menos igual ao anterior.

Esses números são bastante elucidativos do equilíbrio econômico-financeiro da empresa.

As previsões de produção da Companhia nortearam-se até hoje pela análise do mercado. Cumpre obter margem indispensável de segurança para o escoamento dos produtos da Usina e abastecimento dos centros consumidores, evitando-se do mesmo passo, tanto quanto possível, o desvio de divisas para importação.

Programa
para 1950

Dentro dessa orientação e acrescida a capacidade do equipamento com as construções realizadas em 1949, foi programada para 1950 a seguinte produção: I) *Produtos de aço*: trilhos e acessórios: 87.400 toneladas; perfilados e barras: 40.500 toneladas; chapas grossas 33.600 toneladas; chapas finas a quente: 34.500 toneladas; chapas finas a frio: 66.400 toneladas; chapas galvanizadas: 12.000 toneladas; folhas de flandres: 33.600 toneladas; total: 308.000 toneladas; II) *Gusa*: 390.000 toneladas; III) *Subprodutos*: benzol: 3.816.000 litros; toluol: 660.000 litros; xilol: 190.000 litros; nafta 130.000 litros; nafta pesada: 90.000 litros; combustível para motor: 30.000 litros; sulfato de amônio: 4.026.000 kg.; água amoniacal: 660.000 litros; alcatrão bruto: 280.000 litros; alcatrão RT-2 e RT-4: 3.800.000 litros; alcatrão RT-12: 5.720.000 litros; piche: 572.000 kg.; naftaleno bruto: 572.000 kg.; óleo desinfetante: 572.000 litros; óleo antracênico: 70.000 litros; coque metalúrgico: 284.200 toneladas; coque doméstico: 10.000 toneladas; moinha de coque: 23.000 toneladas.

Essa produção, computados os preços de venda pelos preços médios obtidos em 1949, autoriza a seguinte estimativa de renda bruta da Companhia para 1950:

	Cr\$
Produtos de aço	1.066.664.100,00
Ferro gusa	8.400.000,00
Carvão	89.000.000,00
Subprodutos da coqueria	37.983.150,00
Total	1.202.047.250,00

Expansão da
usina

O êxito obtido nos primeiros anos de exploração da Usina de Volta Redonda e o rápido desenvolvimento do mercado interno de produtos de aço indicam a conveniência de uma ampliação das suas instalações. Os estudos realizados nesse sentido conduziram a uma solução técnica satisfatória que, equilibrando mais economicamente as unidades da Usina e mediante um acréscimo da ordem de 25% sobre o investimento inicial, facultará um aumento de produção de cerca de 50% sobre o programa de 1950, ao mesmo tempo que reduzirá o custo de produção. A Companhia Siderúrgica Nacional poderá, assim, oferecer condições mais favoráveis ao consumidor interno, com reflexos benéficos sobre a economia nacional.

COMPANHIA
VALE DO RIO
DOCE S. A.

Em 1949 a Companhia Vale do Rio Doce pôde não somente intensificar a construção de todas as obras do seu programa de realizações, mas também ampliar os resultados dos seus serviços industriais. Isto foi possível porque, ainda em 1948, o Governo federal autorizou o Tesouro Nacional a subscrever, em sua totalidade, o aumento de capital dessa Companhia no valor de Cr\$ 300.000.000,00, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, um empréstimo de US\$ 7.500.000,00 com o *Export-Import Bank* de Washington.

Estrada de
Ferro Vitória
a Minas

Reconstrução,
Obras reali-
zadas

Ficou praticamente concluída a reconstrução do trecho entre Vitória e Aimorés, na extensão de 200 km. Em consequência das chuvas excepcionais que assolaram a região servida pela Estrada, um grande corte com 28 m de altura, no km 57, ficou obstruído por barreiras, tornando-se imprescindível, em face da natureza do solo, a perfuração de um túnel, cuja construção está sendo ativada. Também se acha em reconstrução o trecho, na extensão de 292 km, compreendido entre as estações de Aimorés e Ana Matos. Os principais empreendimentos e realizações na Estrada, em 1949, foram os seguintes:

- a) Obras do túnel do km 57 com o comprimento total de 640 m, que deverá ser entregue ao tráfego em março de 1950;

- b) Escavação de 1.734.000 m³ dos 4.230.000 m³ de terraplenagem, previstos nos projetos para terminação da remodelação da linha de Aimorés para cima;
- c) Assentamento de linha em 49,9 km de leito novo e sobre a ponte do rio Doce, com 340 m;
- d) Construção de 2 pontes : uma de 16 m sobre o córrego Capim e outra de 25 m sobre o córrego Onça. Prossegue a construção das seguintes pontes : sobre o rio João Pinto Grande (20 m); sobre o rio Manhuaçu (114 m); sobre o rio Correntes (52 m); sobre o rio Suaçuí (41 m), e sobre o rio Sto. Antônio (200 m);
- e) Concorrência e contrato para a construção dos edifícios da nova estação de Colatina e das estações de Treviso;
- f) Fim da construção do depósito suplementar para minério, em Itacibá, a 4 km do cais de minério, permitindo a movimentação constante dos vagões de minério, mesmo quando o silo do cais estiver lotado, evitando-se, destarte, pausas na exportação do minério, conseqüentes de interrupções do tráfego da Estrada. (O completo aproveitamento desse depósito suplementar depende, apenas, da aquisição de um *scraper* e de um *dragline*);
- g) Recebimento e montagem de mais 100 vagões de minério, já entregues ao tráfego;
- h) Instalação do *staff* elétrico nas primeiras 26 estações, para maior garantia e segurança do tráfego;
- i) Aquisição de dois carros-restaurantes para trens de passageiros entre Vitória e Governador Valadares, proporcionando maior conforto aos passageiros e reduzindo o tempo de viagem;
- j) Construção de uma estação e de 4 postos telegráficos novos; eliminação de tôdas as rampas acima de 0,5% que ainda existiam no perfil da Estrada, a fim de facilitar a exportação. Tais obras permitem que estejam trafegando trens pesados de minério, com 1.000 toneladas líquidas, desde as minas de Itabira até o pôrto de Vitória.

*Exploração
industrial da
estrada*

A evolução das contas relativas à exploração industrial da Estrada, nos últimos 5 anos, poderá ser mais bem apreciada pelo exame dos resultados obtidos :

Ano	Receita	Despesa	Saldo
1945	45.673.467,70	50.593.080,40	— 4.919.612,70
1946	50.351.940,00	47.671.288,30	+ 2.680.651,70
1947	58.540.977,00	56.845.960,30	+ 1.695.017,20
1948	70.596.932,50	68.517.888,50	+ 2.079.044,00
1949	88.874.899,40	84.808.823,70	+ 4.066.075,70

O aumento de receita, nesse período, foi, portanto, de 94,6%, e a despesa cresceu na proporção menor de 67,6%.

O transporte de mercadorias remuneradas atingiu 976.426 toneladas contra 772.897 toneladas em 1948, ou seja, um acréscimo de 26,4%.

Para êsse volume o minério de ferro de Itabira concorreu com 489.022 toneladas, ou seja um acréscimo de 30,4% sobre o ano anterior.

O trabalho total representado em toneladas-quilômetro de pêsso bruto rebocado em 1949 foi da ordem de 776.000.000 contra 634.000.000 em 1948; o que representa acréscimo de 22,4% no trabalho de transporte.

*Minas de
Itabira*

Atacaram-se, com grande intensidade, as obras de montagem de conjunto do sistema de operações das minas, compreendendo diversas estruturas de vulto, as quais deverão ficar concluídas no fim de 1950.

A execução das obras nesse setor revela um adiantamento digno de registro, podendo estimar-se a produção das minas, no fim de 1950, em 1.500.000 toneladas métricas anuais, em média.

A produção das minas atingiu 450.909 toneladas em 1949. No fim de 1950, finalmente, estarão mecanizados todos os serviços de extração, britagem, peneiramento e transporte do minério de ferro das minas de Cauê, em Itabira.

O custo do minério, pôsto no vagão, que é, atualmente, de Cr\$ 30,00 por tonelada, passará a ser inferior a Cr\$ 20,00, o que representa grande economia para a Companhia.

*Exportação
de minério de
ferro*

Introduziram-se melhoramentos no cais de minério, do pôrto de Vitória, a fim de facilitar maior rapidez nos embarques de minério. As obras executadas foram as seguintes :

- a) Terminação do cais, que ficou completamente pronto;
- b) Montagem de aparelhamento para rechêgo mecânico, que permite melhor aproveitamento da capacidade dos silos

e barateamento desse serviço indispensável, o qual, até então, era penosamente feito a mão;

- c) Montagem da terceira transportadora, cuja terminação está dependendo, apenas, da instalação elétrica que deverá ficar pronta nos primeiros meses de 1950. Graças à montagem dessa terceira transportadora, reduzir-se-á o tempo de carregamento dos navios.

A exportação, durante 1949, atingiu 472.000 toneladas embarcadas em 57 navios, com uma receita bruta, aproximada, de Cr\$ 76.500.000,00 para a Companhia, proporcionando ao Governo cerca de US\$ 4.200.000,00 em divisas.

A exportação nos últimos anos foi a seguinte :

<i>Ano</i>	<i>Número de navios</i>	<i>Toneladas</i>
1943	9	62.928
1944	16	127.194
1945	13	101.694
1946	6	40.962
1947	15	174.290
1948	45	385.252
1949	57	472.000

O acréscimo da exportação de 1949, comparada com a de 1948, foi, pois, de 22,6%.

Para 1950, graças aos melhoramentos introduzidos na linha férrea, com a conclusão de variantes que permitirão a circulação de trens de 1.400 toneladas brutas, de Itabira até Vitória, a exportação deverá elevar-se a 750.000 toneladas. A mecanização das minas, quando concluída, virá baratear de muito o custo de produção; haverá, então, condições para elevar-se a exportação ao limite previsto, enfrentando concorrentes no mercado internacional.

Os preços de venda do minério de ferro sofreram, durante o ano, grande variação, tendo alcançado desde o alto preço de US\$ 10.70 FOB Vitória, para, em seguida, ir descendo até US\$ 6.75..

A Companhia Vale do Rio Doce tomou imediatas providências no sentido de colocar-se ao abrigo dessas flutuações. São fatores decisivos para a consecução de melhores preços no mercado internacional: o alto teor metálico do minério de ferro de Itabira e a confiança que a Companhia está conquistando junto aos consumidores pela pontualidade na entrega do material e fiel cumprimento dos contratos.

Situação financeira

Graças às obras de remodelação da E.F. Vitória-Minas e da mecanização dos serviços de minas de Itabira, a Companhia, em 1949, despendeu as seguintes importâncias, até 1.º de novembro :

Em cruzeiros	Cr\$ 108.843.000,00
Em dólares	US\$ 6.188.902,00

As disponibilidades para o ano de 1950 são as seguintes :

Em cruzeiros	Cr\$ 131.157.000,00
Em dólares	US\$ 1.311.098,00

A Companhia Vale do Rio Doce poderá, em 1950, com o emprêgo dessas disponibilidades, promover a exportação de 1.500.000 toneladas de minério, utilizando-se do depósito de emergência, já construído em Itacibá, embora não haja terminado o lastreamento do leito da linha férrea com pedra britada e não tenha ainda construído junto ao cais de minério, em Vitória, o grande silo definitivo para o depósito de mais de 100.000 toneladas.

Novos recursos financeiros

Todavia, a fim de que a Companhia Vale do Rio Doce possa tirar melhor proveito, tanto das instalações mecanizadas das minas de Itabira como da capacidade de tráfego oferecida pelo reaparelhamento da Estrada de Ferro Vitória-Minas, tornam-se necessários novos investimentos em obras de caráter imprescindível, que estão orçadas em Cr\$ 125.000.000,00 e US\$ 4.000.000,00. Convenientemente aparelhada, a Companhia Vale do Rio Doce estaria em condições de promover a exportação anual, não de 1.500.000 toneladas, mas de 2.500.000 a 3.000.000. Obter-se-ia, destarte, o barateamento do custo da produção e do transporte do minério, aumentando-se, concomitantemente, os lucros das vendas e a consecução de divisas para o país.

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES

O ano de 1949 assinala para a Fábrica Nacional de Motores o início de execução de novo programa industrial, que veio substituir o plano primitivo de fabricação de motores de aviação.

Prosseguiram os trabalhos de reorganização interna dos serviços, conclusão de várias obras em andamento e, acima de tudo, o estudo de novo programa de produção industrial, do qual decorreu o contrato com a *Fabbrica Automobile Isotta Fraschini S. p. A.* de compra e licença de fabricação do chassis completo (inclusive motor) de caminhão. Este contrato foi assinado no ano transato.

Em face da natureza da produção que iria constituir objeto dessa nova fase de atividades da Fábrica, tornou-se indispensável pôr em prática um conjunto de providências, que permitiriam atingir êsse *desideratum*.

Assim, projetaram-se novas linhas de produção visando ao máximo aproveitamento do equipamento existente na Fábrica e ao objetivo essencial de se atingir, tão cedo quanto possível, a nacionalização do caminhão, que em uma primeira fase seria apenas montado em suas instalações.

Simultaneamente, tomaram-se as medidas preliminares relativas ao preparo das folhas de operações, do ferramental, de gabaritos e calibres, à fundição de modelos e às demais providências exigidas em uma produção naturalmente complexa.

Cumprir, porém, que desde o primeiro momento ficou entendido que a Fábrica não tomaria a responsabilidade da fabricação de todos os elementos que integram o veículo; ao contrário, seu programa industrial atentaria nas indústrias existentes no país, reservando-se precisamente a parte de que não pudessem, em condições econômicas, desincumbir-se.

No decurso do ano findo, ficaram concluídos os dois pavilhões destinados às linhas de montagem do caminhão, os quais perfazem uma área de 4.000 m².

Obras e
instalações

No primeiro dêstos pavilhões, dotado de uma ponte rolante, procedeu-se à montagem dos primeiros 100 caminhões — I.F. D-80, importados da Itália. Junto aos pavilhões foram construídas as dependências destinadas aos serviços sanitários, chuveiros, vestiários e cantina.

À vista da necessidade de ter em depósito o avultado volume de material importado da Itália, construiu-se novo almoxarifado em condições de favorecer a racionalização dos trabalhos de montagem.

A deficiência das atuais instalações da serralharia, posta em relêvo com a fabricação do *chassis* de caminhão, tornou imperativa a construção de novo pavilhão, no qual se concentrarão tôdas as atividades relativas à fabricação do quadro do *chassis*, pára-lamas, capotas de motor e radiador, *cabine*, etc.

Decidiu-se, então, edificar-se, contíguo ao pavilhão de máquinas, outro pavilhão, que terá a área de 4.000 m². Essa obra foi recentemente iniciada.

*Reconversão
das oficinas*

O plano de reconversão da Fábrica Nacional de Motores, para a produção de auto-veículos, dividiu-se em duas etapas distintas, a saber :

- 1.^a etapa — Construção da linha de montagem de auto-veículos e aproveitamento da maquinaria existente nas novas linhas de fabricação;
- 2.^a etapa — Construção da linha de montagem de motores e reequipamento da Fábrica Nacional de Motores para completar as demais linhas de fabricação do motor e do chassis.

Os trabalhos compreendidos na 1.^a etapa acham-se virtualmente concluídos, quer na parte relativa à linha de montagem, quer no que se refere ao aproveitamento das máquinas existentes.

Os trabalhos realizados tiveram êxito integral, achando-se, nesta data, dezoito linhas perfeitamente constituídas, encontrando-se as máquinas nas suas posições definitivas. Algumas dessas linhas estão completamente equipadas para entrar em produção, como as de camisas de cilindro e engrenagens de motor, cumprindo notar que a do carter está com os respectivos modelos de fundição, gabaritos e ferramental praticamente concluídos.

A Divisão de Frio Industrial foi inteiramente reorganizada, dispondo agora de máquinas próprias; por outro lado, a Divisão de Revisão de Motores de Aviação foi consideravelmente enriquecida com máquinas especiais que lhe incrementaram as possibilidades.

*Obras de
natureza
social*

Simultaneamente com essas realizações de caráter industrial, executaram-se diversos empreendimentos de natureza social.

Assim, dentro das possibilidades financeiras da Fábrica Nacional de Motores, deu-se início, ainda em 1948, à construção da vila operária, prosseguindo os referidos trabalhos, com maior intensidade, no decorrer do ano findo. Construíram-se 77 casas de 40 m² de área e mais 60 casas de tipo mais simples, para locação aos empregados de menor salário. Além das casas e como decorrência de necessidades que a Vila Operária vai criando, também se construíram os edifícios para armazém, farmácia, mercado, matadouro e estábulo.

Nas obras da vila residencial têm sido empregados em grande escala materiais obtidos no próprio local. Assim, tijolos, telhas, manilhas, pré-moldados de concreto e parte das esquadrias são fabricados no local, o que contribui, de maneira apreciável, para reduzir o preço unitário de construção.

Foi também ampliado o edifício da escola primária, mantida pela Fábrica, cuja frequência é de 135 alunos. Aliás, a construção da vila e o aumento conseqüente dos que residem na área da Fábrica impõem seja construída outra escola com maior capacidade e dotada dos requisitos indispensáveis.

Em 1949 adquiriu maiores proporções o serviço de revisão de motores de aviação, importante contribuição da Fábrica Nacional de Motores à manutenção dos serviços de aviação comercial no país. Para maior eficiência desse serviço, deu-se-lhe orientação estritamente industrial, tendo em vista obter-se o máximo rendimento das instalações existentes.

Atividades
industriais

*Revisão de
motores de
aviação*

Em média, foi atingido o número de 17 revisões por mês, tendo-se alcançado a produção mensal máxima de 22 motores.

Além da revisão propriamente dita dos motores, a Fábrica vem executando a recuperação do eixo-manivela desses motores, peça de elevado valor econômico e que, anteriormente à execução desse trabalho pela Fábrica, era perdida, desde que excedida a tolerância permitida ao seu desgaste. Com a prática do processo de cromagem dura, posta em execução pela Fábrica, dilata-se consideravelmente o período de utilização da peça, o que, em última análise, redundou em economia de material de importação. Os trabalhos realizados em 1949 atingiram Cr\$ 14.560.955,20.

O movimento da seção de revisão de motores traduz-se nos seguintes dados :

Motores revisados	204
Motores testados	106
Carburadores revisados	217
Magnetos revisados	448
Cilindros avulsos revisados	434
Recuperação do eixo-manivela	12
Hélices revisadas	71
Chicotes revisados	201

*Fabricação de
caminhões e
motores*

A 14 de janeiro do ano findo, assinaram-se os contratos com a *Fabbrica Automobile Isotta Fraschini S.p.A.*, primeiramente para o fornecimento de 2.000 *chassis* completos (inclusive motor) para caminhões do tipo I.F. D-80, de acôrdo com projetos, desenhos e especificações prèviamente aprovados pela Fábrica Nacional de Motores; e, em segundo lugar, para licença de fabricação e venda no Brasil, com exclusividade, pelo prazo de 10 anos, do referido caminhão.

Ao fixar-se o tipo de caminhão que mais adequadamente poderia ser construído no Brasil, foram ponderados vários fatores de ordem estritamente industrial uns, outros de utilização prática pròpriamente dita. A escolha poderia recair sôbre um dos três tipos seguintes, qualquer dêles com motor a gasolina ou Diesel :

Caminhão leve (até 6 toneladas);

Caminhão médio (de 6 a 10 toneladas);

Caminhão pesado (acima de 10 toneladas).

O caminhão pesado, quando se dispõe de estradas bem pavimentadas, representa a solução mais econômica para os transportes a longa distância (salvo casos especiais de mercadorias muito leves e volumosas). No Brasil, porém, sua utilização é limitada, por isso que a nossa vida rodoviária ainda é muito precária, o que limita o campo de vendas e torna o mercado pouco apto para absorver produção em série, ainda que de pequena escala.

Sob o ponto de vista comercial, o caminhão leve é o mais vendável, desde que possa ser fabricado a preços necessariamente baixos. Trata-se de viatura apropriada aos transportes locais ou a curta distância, pois o custo da tonelada-quilômetro alcança valores elevados quando se empregam caminhões de fraca tonelagem em longos percursos. Assim, mesmo que se pudesse fabricá-los a baixo preço no Brasil, reduzidas seriam as vantagens na solução do problema nacional dos transportes entre os centros afastados de produção e os grandes mercados consumidores.

A solução que mais indicada se afigurou, em face das exigências da economia nacional, foi a do caminhão de média tonelagem. Incontestavelmente êste é o tipo mais versátil do transportador de carga, pois encontra largo campo de utilização, tanto em transportes locais como a longa distância. Quanto à escolha do motor Diesel, obedeceu a uma imposição de ordem econômica, principalmente nos grandes percursos.

O plano de fabricação do caminhão nacional, que tomou a designação FNM-D-7.300, utilizará todos os recursos disponíveis da Fábrica e também os da indústria particular.

Serão fabricados, pela Fábrica Nacional de Motores, o motor completo, a caixa de mudança, a embreagem, o eixo traseiro, o mecanismo de direção, as rodas e tambores de freio, a transmissão, as capotas do radiador e do motor, o posto de comando, os reservatórios de combustível e ar comprimido e muitas outras partes importantes do caminhão. A indústria particular terá a seu cargo a fabricação das cabines, carrocerias (normais e basculantes), pára-lamas e estribos, pneumáticos e câmaras de ar, baterias, feixes de mola, radiadores, equipamento elétrico, molas de segmento, molas de válvulas, discos de embreagem, lonas de freio, material de borracha e juntas diversas, fundidos e forjados de aço e outras partes de menor importância.

A nacionalização do caminhão FNM-D-7.300 foi prevista para o prazo de três anos. O primeiro ano — 1949 — foi ocupado com os trabalhos de reconversão da Fábrica propriamente dita, conforme já foi exposto, compreendendo o reequipamento e instalação das novas linhas de fabricação e montagem, preparo do ferramental, gabaritos, calibres, modelos de fundição e inúmeras providências complementares indispensáveis ao lançamento da produção em série.

Simultaneamente, estão em início de produção, no Brasil, as seguintes partes do caminhão e do motor: cabines, pára-lamas e estribos, pára-choques, carrocerias, capotas do radiador e do motor, posto de comando, pneumáticos e câmaras de ar, baterias, feixes de molas, engrenagens, bombas d'água, camisas de cilindro, volantes, carter superior e inferior, tubulações de admissão e escapamento, reservatórios, rodas e tambores de freio. O desenvolvimento progressivo da fabricação nacional obedecerá à ordem crescente de dificuldades de fabricação e também ao plano de reequipamento da Fábrica, que terá efeito no transcurso dos três anos que integram o programa, de modo a reduzir o montante dos investimentos no primeiro ano do estabelecimento das novas linhas de fabricação.

Os contratos assinados com a *Fabbrica Automobile Isotta Fraschini S.p.A.* tiveram, inicialmente, execução normal, e a Fábrica Nacional de Motores S.A. recebeu parceladamente 100 caminhões desmontados.

*Execução dos
contratos
com a Isotta
Fraschini
S. p. A.*

A partir de junho próximo passado, porém, a *Isotta Fraschini* deixou de promover as remessas dos auto-veículos contratuamente previstas. Em 28 de setembro de 1949, por decreto do Governo italiano, foi nomeado um comissário extraordinário da sociedade, encarregado de sua liquidação.

A princípio, a despeito dessa situação, a *Isotta Fraschini* mostrava-se empenhada em prosseguir a execução integral dos referidos contratos, mas, presentemente, os fatos levam a crer no interesse italiano em transferir as obrigações da *Isotta Fraschini* para uma das sociedades controladas pela *Finmeccanica*, — órgão de ação governamental —, e que procura entendimentos com a Fábrica Nacional de Motores.

Promovem-se entendimentos com o Governo italiano a fim de que tome a iniciativa da transferência das obrigações contratuais da *Isotta Fraschini* para a *Alfa Romeo* ou qualquer outra sociedade idônea do Grupo *Finmeccanica*, e cujo caminhão, tipo médio, apresente características semelhantes ao da *Isotta Fraschini* do mesmo tipo.

O Governo italiano assumiria, assim, a responsabilidade da execução do novo contrato, cuja redação nos ensinaria estabelecer condições novas, tendo em vista a experiência e os elementos adquiridos da *Isotta Fraschini*, e graças aos quais prosseguiremos a fabricação do caminhão FNM-D-7.300, quaisquer que sejam as contingências.

Atividades
comerciais

O movimento de vendas da Companhia elevou-se a cerca de Cr\$ 20.000.000,00, e o exame do balancete de outubro próximo passado demonstra a situação de seu equilíbrio financeiro, apesar da anormalidade verificada na execução dos contratos firmados com a *Fabbrica Automobile Isotta Fraschini*. Encontra-se a Fábrica Nacional de Motores em condições de corresponder à expectativa do país e certamente muito contribuirá para o seu fortalecimento econômico e financeiro.

COMPANHIA
NACIONAL
DE ÁLCALIS

Situação
geral

Em 1949 a Companhia Nacional de Alcalis continuou seus esforços no sentido de concluir os estudos técnico-econômicos e o planejamento final da primeira grande fábrica de barrilha e soda cáustica a ser construída no Brasil. Trata-se de empreendimento que tem merecido todo o apoio do Governo federal, empenhado, como está, em dotar o país de uma indústria de base, essencial à sua emancipação econômica.

A Companhia Nacional de Álcalis, todavia, ainda não pôde dar início, no ano findo, à construção de sua fábrica de barrilha (carbonato de sódio) e soda cáustica (hidróxido de sódio), embora o retardo não lhe tenha sido prejudicial. A continuação dos estudos das matérias primas e das questões de interesse para o funcionamento normal e útil da fábrica demonstrou a conveniência de ser alterado o plano primitivo.

Tais estudos, agora concluídos, vieram provar que no Arraial do Cabo (Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro) existem, comprovadamente, as matérias primas necessárias à fabricação da soda cáustica e da barrilha, aproveitáveis na quantidade e qualidade devidas, a preço razoavelmente módico.

A localização dessa fábrica, no litoral fluminense e nas imediações do núcleo industrial básico do Brasil, apresenta, outrossim, vantagens estratégicas. Não será demais lembrar que os interesses nacionais exigem a concretização desse magno empreendimento. Seus resultados terão incalculáveis repercussões: de ordem econômica, na paz, pela redução dos encargos da balança de pagamento industrial; — na guerra, pela garantia da produção dos plásticos, vidros, produtos graxos, petróleo, etc., imprescindíveis à eficiência das forças armadas.

As conclusões dos estudos efetuados, considerado ainda o enquadramento do programa da Companhia Nacional de Álcalis no conjunto das atividades econômicas nacionais, acentuaram a conveniência de construção de uma fábrica para produção de 100.000 toneladas anuais de barrilha, a qual fornecerá 45.000 toneladas de soda cáustica, 33.000 de barrilha e outros subprodutos, ao invés da anteriormente projetada de 50.000 toneladas.

Comparando-se as estimativas do custo das duas fábricas, vê-se que o da que se destina à produção de 100.000 toneladas anuais será, apenas, 30% superior ao da outra, apurando-se, além disso, que os produtos da primeira terão um preço unitário inferior aos da segunda.

Uma fábrica de barrilha, com a capacidade de 50.000 toneladas anuais, não atenderia ao consumo nacional desse produto e da soda cáustica. De fato, apesar de todas as dificuldades de divisas e outros empecilhos, aumenta consideravelmente este consumo como se depreende da tonelagem importada nos últimos anos:

*Consumo
nacional de
barrilha e
soda
cáustica*

Anos	Barrilha	Soda cáustica	Total
1945	23.720	24.171	47.891
1946	26.702	28.193	54.895
1947	30.881	40.051	70.932
1948	40.013	58.312	98.325

Aceita a solução relativa à construção de uma fábrica maior, impunham-se duas medidas: a) adução das águas do rio Bacaxá, visto que a água dos poços freáticos não será mais suficiente; b) aumento de Cr\$ 50.000.000,00 do capital para atender às exigências da produção a que se visa.

Matérias-primas

Quanto às matérias primas a serem utilizadas pela fábrica, alguns dados sintéticos elucidarão este aspecto do problema.

Sal

O sal será obtido industrialmente por meio de evaporadores a vácuo, de quádruplo efeito, empregando a água salgada concentrada a 10° Bé, preliminarmente, num grande marnel, ocupando superfície de cerca de 400 ha, e depois, numa salina a 25° Bé, com uma superfície evaporadora de 2.000.000 m².

A solução adotada visa evitar o oneroso e precário sistema de cristalização solar, substituindo-o por outro capaz de garantir o abastecimento da fábrica em quaisquer condições meteorológicas.

Calcário

Dissiparam-se tôdas as dúvidas existentes acêrca do calcário obtido das conchas da Lagoa de Araruama. Abandonado na Lagoa o trecho onde as conchas se apresentam com argila, procuraram-se outras regiões, onde se acham elas em estéril silicoso. Essa reserva foi calculada, após prospecção, em 9.000.000 toneladas, mas a Companhia Nacional de Álcalis precisará de novas concessões de pesquisas e de lavra para elevar essa quantidade de conchas a 15.000.000 toneladas, garantindo-se, assim, a ampliação futura da fábrica.

As conchas retiradas da Lagoa de Araruama, por meio de dragões de alcatruzes e lavadas na própria draga, em peneiras de dimensões já estudadas, serão transportadas até os silos da fábrica em barcas, evitando-se, dessa forma, a baldeação na praia e o transporte em terra.

As embarcações com as conchas passarão das águas da Lagoa para as de um canal de cerca de 6 km, cujas escavações serão aproveitadas para o preparo da salina contígua.

Verificou-se que o calcário obtido das conchas é de boa qualidade e de preço conveniente. As conchas têm um teor em carbonato de 95,405%.

O ideal, neste caso, seria o emprêgo de combustível nacional; mas, a lenha, para uma produção de 100.000 toneladas anuais de barrilha, exigiria matas gigantescas e emprêgo de capital inicial fora das possibilidades da Companhia. O emprêgo do carvão tornaria o preço da produção quase proibitivo, por causa do custo elevado da hulha brasileira. Na fase inicial, o combustível aconselhado é o óleo importado, que será substituído, no devido tempo, pelo óleo combustível de nossas refinarias de petróleo. *Combustível*

Para uma produção de 50.000 toneladas anuais de barrilha, os poços freáticos fornecerão a água doce do subsolo da restinga em quantidade suficiente, a saber, 8.000.000 litros diários; para uma produção de 100.000 toneladas anuais será preciso recorrer às águas do rio Bacaxá, cuja captação já se acha estudada. Nesta solução estaria interessado também o Estado do Rio, que poderia, com despesa relativamente pequena, resolver, definitivamente, o problema do fornecimento de água potável aos municípios (sedes e grandes povoados) de S. Pedro d'Aldeia e Cabo Frio. *Água*

A água necessária ao resfriamento não pode ser obtida, como se pensara, das águas da Prainha (parte leste da restinga de Cabo Frio), por isso que, ali, a água, às vezes, atinge a temperatura de 26° centígrados. Na costa denominada Praia Grande (parte sul da restinga de Cabo Frio), no lugar conhecido por Ponta da Cabeça, é que foi encontrada a água fria de que a Companhia Nacional de Álcalis precisará. Sua temperatura desce até 12° e se mantém na média de 17°.

O transporte do calcário será feito por água até os silos da fábrica ou boca do forno de calcinação, por um canal paralelo à Praia Grande; o da água concentrada do marnel para a salina será em tubulação; o do óleo, em *pipe-line*, que terá cerca de 2.000 metros de extensão; o de produtos manufaturados, em *cable-way*, ligando os silos e depósitos da fábrica ao pôrto da enseada do Anjo, a ser construído pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. *Transporte*

Financiamento

Apesar de aprovado, há algum tempo, pela Diretoria do *Export-Import Bank* de Washington um empréstimo de US\$ 7.500.000,00, o respectivo contrato ainda não foi assinado em face da demora verificada no cumprimento de algumas de suas exigências, como sejam o aumento de capital de Cr\$ 50.000.000,00 para Cr\$ 100.000.000,00 e o aval do Banco do Brasil nas promissórias a serem emitidas em favor daquele banco norte-americano, bem como a melhor comprovação de alguns dados técnicos indispensáveis ao julgamento da viabilidade técnico-econômica da empresa. Realizadas essas condições no decurso de 1949, nada mais falta para a efetivação do contrato de financiamento, imprescindível à aquisição de maquinaria e ao pagamento de técnicos de que vai necessitar a fábrica de Cabo Frio.

Sistema brasileiro de planejamento regional

Com o início do aproveitamento das possibilidades econômicas do Vale do São Francisco, ensaia-se, em nosso país, outra importante experiência concreta de planejamento regional.

A superfície do Vale, que é de aproximadamente 650.000 km² — extensão que ultrapassa a de inúmeros países europeus, — abriga cerca de 4.500.000 brasileiros, os quais obterão, dentre os primeiros resultados positivos desse empreendimento, elevação de seu padrão de vida e mais perfeita integração na comunidade produtora nacional.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Regulamentado o art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948) e aprovado, no ano seguinte, o regimento que a complementou (Decreto n.º 26.476), criou-se a Comissão do Vale do São Francisco, dando-se-lhe a responsabilidade de elaborar o plano de valorização e de presidir à execução de quaisquer obras de interesse para o aproveitamento do imenso Vale.

Em virtude das dificuldades financeiras oriundas de não haver sido prevista, no Orçamento de 1949, a distribuição de dotações para as instalações e custeio da Comissão, o Executivo solicitou e obteve, para esse fim, por intermédio da mensagem n.º 155, a abertura de um crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00.

Ademais, para que a Comissão pudesse funcionar, enquanto o seu quadro de pessoal não fôsse aprovado pelo Congresso, — o que só logrou obter recentemente, — o Governo pôs à sua dispo-

sição todos os servidores técnicos e administrativos necessários, além do pessoal extranumerário admitido, consoante as tabelas aprovadas pelo Decreto n.º 26.634, de 1949.

Tem-se desincumbido a Comissão do Vale do São Francisco das tarefas que lhe estão confiadas, elaborando não somente o plano geral de aproveitamento do Vale, mas também providenciando a conclusão das obras incluídas no plano de emergência, cuja execução continuou sob a responsabilidade dos órgãos administrativos federais, de acôrdo, aliás, com as disposições expressas da lei institucional da própria Comissão.

Delineamento
do plano
geral

Os trabalhos de planejamento da Comissão compreendem em seus estudos preliminares: a regularização do regime fluvial; o contrôle e a utilização das águas; o melhoramento das condições de navegabilidade do rio São Francisco, de sua barra e de seus afluentes; o aproveitamento do potencial hidrelétrico; o desenvolvimento da irrigação e da açudagem; o aparelhamento dos portos fluviais; a ampliação do sistema regional de transportes; a melhoria do tráfego fluvial; a ampliação da rede de comunicações; o saneamento dos núcleos urbanos e das zonas rurais; a proteção das localidades ribeirinhas e das margens dos rios contra as inundações e erosões; a urbanização regional; a exploração e conservação das riquezas minerais, da fauna e da flora; o reflorestamento e o aproveitamento racional das terras; o fomento da produção; o incremento da imigração e da colonização; a educação e o ensino profissional; o amparo à saúde e assistência às populações; e a defesa dos interesses coletivos, inclusive pela desapropriação das áreas necessárias.

Estudos pre-
liminares

Os trabalhos de levantamento das regiões do Vale do São Francisco, iniciado em 1944 pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, vêm tendo prosseguimento por intermédio da Comissão, que se esforça por dar-lhes a maior celeridade e eficiência, havendo mesmo, para alcançar êsse propósito, efetuado uma revisão nos termos do vigente contrato dos serviços aerofotogramétricos.

Levantamento
parcial da
bacia do São
Francisco

O levantamento aéreo da bacia hidráulica do São Francisco, com o fornecimento de mosaicos aerofotogramétricos em escalas apropriadas, está parcialmente efetuado e compreende o eixo do rio principal, — a partir de Pirapora até o Oceano. — e os setores mais importantes de seus afluentes. Constituinto o maior trabalho exe-

cutado no gênero em toda a América do Sul, esse serviço somente pode ser comparado aos que se realizam nos Estados Unidos da América.

Promoveu-se, outrossim, um levantamento demográfico, econômico e social do Vale que fornecerá elementos minuciosos imprescindíveis ao planejamento geral que se tem como objetivo, além dos serviços geodéticos e topográficos de apoio terrestre e restituição estereofotogramétrica de plantas, no setor do médio São Francisco, os quais já foram efetuados.

Convênio com
o Conselho
Nacional de
Geografia

No interesse de ultimar os trabalhos de planejamento, a Comissão firmou com o Conselho Nacional de Geografia um convênio destinado à execução de estudos geográficos, trabalhos cartográficos e investigações geológicas, elementos de suma importância para a elaboração do plano geral.

Pelo referido convênio, o Conselho Nacional de Geografia executará serviços de documentação, de interpretação e de cartografia, procedendo a investigações acerca da geografia dos recursos minerais, geomorfologia e geologia da região, realizando os trabalhos de campo, de laboratório e de gabinete que se tornarem necessários.

As obras do
plano de
emergência

Pelo Orçamento de 1949, consignaram-se os recursos necessários ao prosseguimento e conclusão de diversas obras, constantes do plano de emergência do São Francisco, cuja execução, como já foi esclarecido, em face do disposto na Lei n.º 541, permaneceu a cargo dos órgãos administrativos federais, embora orientada e fiscalizada pela Comissão do Vale do São Francisco.

Assim, de acordo com os dispositivos legais, em 23 de fevereiro de 1949, foi autorizada a distribuição, ao Banco do Brasil, da importância total de Cr\$ 124.085.420,00, — correspondente às dotações do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assim distribuídas: Ministério da Aeronáutica, Cr\$ 6.520.000,00; Ministério da Agricultura, Cr\$ 21.500.000,00; Ministério da Educação, Cr\$ 34.200.000,00; e Ministério da Viação, Cr\$ 61.835.420,00.

Em resumo, as obras e serviços em andamento no Vale do São Francisco, a cargo de diversas repartições dos Ministérios acima referidos, de acordo com as dotações constantes do Orçamento de 1949, são as seguintes: conservação e melhoramentos dos campos de pouso existentes no Vale; conclusão dos estudos da usina elétrica

do Fecho do Funil e prosseguimento dos da usina de Pandeiros; trabalhos de irrigação em Januária e ilhas do São Francisco, em Jatinã e Cabrobró; projeto do entreposto de pesca em Januária; hospitais regionais, alguns concluídos e outros em construção; centros e postos de saúde, em instalação; início da Escola Normal Rural de Penedo; conclusão do estudo para abastecimento d'água da cidade de Juazeiro; execução de profilaxia da malária em larga escala no Vale; auxílio à Viação Baiana do São Francisco e à Navegação Mineira do São Francisco; melhoramento e instalação de portos e estaleiros fluviais; limpeza e desobstrução de setores do rio São Francisco e de alguns de seus afluentes; trabalhos na barragem eclusada do braço do Sobradinho; levantamentos aerofotográficos, aerofotogramétricos e topo-hidrográficos do eixo do rio São Francisco e parte de seus afluentes; e projetos para rodovias de interligação de importantes municípios da região e também do sistema rodoviário do Estado de Sergipe.

Pelo andamento dado aos trabalhos, no exercício de 1949, e, tendo em vista as distribuições constantes da Lei de Meios para 1950, — é de esperar grande progresso nos serviços e obras incluídos no plano de emergência do São Francisco, avaliando-se que, em janeiro de 1951, se poderá dar início à execução das obras do plano de valorização definitiva do Vale, destinadas ao aproveitamento de suas possibilidades econômicas.

O plano de emergência, em conclusão, além de ter permitido a execução imediata de grande número de serviços básicos, disseminados por tôdas as regiões do Vale, teve a vantagem de abrir caminho seguro para grandes realizações futuras, a se integrarem no plano definitivo.

Os mencionados trabalhos incorporar-se-ão ao plano geral e ficarão representando etapa final, correspondente ao primeiro dos quatro quinquênios em que, logicamente, se divide a execução do plano de valorização do São Francisco.

Além do andamento dado aos serviços constantes do plano de emergência, a Comissão do Vale do São Francisco, no exercício de 1949, graças à cooperação dos Ministérios da Educação, Guerra e Aeronáutica, conseguiu dar assistência médica eficaz aos milhares de romeiros que se concentram, anualmente, em Bom Jesus da Lapa.

Atividades em
cooperação

O Ministério da Educação forneceu, para esse fim, a equipe médico-sanitária e os medicamentos indispensáveis, tendo ficado a cargo do Ministério da Guerra o fornecimento de equipes destinadas ao tratamento e cloração da água, e ao Ministério da Aeronáutica o transporte parcial do pessoal e do material necessários.

A Comissão do Vale do São Francisco procedeu ainda ao exame dos projetos de aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e das corredeiras do Fecho do Funil, a cargo, respectivamente, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e do Governo do Estado de Minas Gerais.

No interesse de proporcionar mercado futuro para a energia de Paulo Afonso, a Comissão do Vale do São Francisco, juntamente com os representantes da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Departamento Nacional de Produção Mineral e do Banco do Brasil, está procedendo aos estudos indispensáveis ao estabelecimento, na área da influência da Central Elétrica de Paulo Afonso, de indústrias eletroquímicas e eletrometalúrgicas, para o que o Governo federal autorizou a constituição de uma comissão mista especial.

COMPANHIA
HIDRELÉTRICA
DO SÃO
FRANCISCO

Incorporação
e serviços
preliminares

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco foi constituída em 15 de março de 1948, com o capital de Cr\$ 400.000.000,00, em ações de Cr\$ 1.000,00 cada uma, sendo 50% do capital em ações ordinárias e 50% em ações preferenciais. As ações ordinárias, de acordo com o Decreto-lei n.º 8.031, de 3 de outubro de 1945, que autorizara a criação da Companhia, foram todas subscritas pelo Governo federal, e as ações preferenciais o foram por diversos, da seguinte forma: Governo da Bahia, 30.000 ações; Governo de Sergipe, 2.000 ações; Governo de Alagoas, 15.000 ações; Governo de Pernambuco, 30.000 ações; Governos municipais da Bahia, 20 ações; Governos municipais de Sergipe, 310 ações; Governos municipais de Alagoas, 100 ações; Governos municipais de Pernambuco, 16.475 ações; Governos municipais da Paraíba, 80 ações; institutos de previdência federais, 80.000 ações; caixas econômicas, 5.200 ações; bancos, 2.350 ações; particulares, 18.465 ações.

Constituída a Companhia, nos primeiros meses de sua atividade, processaram-se a instalação e a estruturação dos diversos serviços e iniciaram-se estudos preliminares necessários à organização dos projetos, tanto dos acampamentos como da usina e de suas linhas de transmissão. Terminados alguns desses serviços pre-

liminares, que abrangeram a organização de escritórios em Salvador e Recife e a instalação de serviços em Paulo Afonso, ficou apta a Companhia a trabalhar em ritmo mais acelerado, tendo, então, iniciado o desenvolvimento de seu programa de obras e serviços em Paulo Afonso.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para sua própria orientação, determinou que se fizesse um primeiro estudo das necessidades mais imediatas de energia elétrica na região a ser por ela servida. Tais estudos vêm sendo desde então aprofundados e detalhados.

Cálculo da energia elétrica necessária à região

De acordo com os melhores elementos disponíveis, chegou-se às seguintes conclusões: os serviços no Estado da Paraíba abrangerão vinte e dois municípios que dispõem de uma capacidade total para produção de energia elétrica de 7.225 kW. O consumo total de energia elétrica, em 1947, naqueles Municípios, foi de 17.360.000 kWh, dando uma média de 22 kWh anuais por habitante. Em 1953 a população daqueles Municípios deverá ser de 1.210.000 habitantes. Admitindo-se um consumo de 60 kWh/hab/ano e considerando-se o fato novo da existência abundante de energia elétrica, o consumo será, então, de 72.500.000 kWh, o que exigirá, com fator de carga de 40%, uma potência de 20.800 kW. Reservará, por isto, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco 10.000 kW da potência de sua usina, para o Estado da Paraíba.

Paraíba

Setenta e um Municípios do Estado de Pernambuco estão incluídos na zona de ação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A potência instalada para geração de energia elétrica nessa zona é de 37.707 kW, sendo o consumo total dessa energia de 157.273.000 kWh. Devendo ser de 3.000.000 a população total da zona em 1953 e admitindo-se um consumo *per capita* de 125 kWh, ter-se-á, então, o consumo total de 375.000.000 kWh por ano, o que exigirá, com fator de carga de 40%, uma potência de 106.700 kW. Destina a Companhia Hidrelétrica do São Francisco uma potência de 40.000 kW de sua usina de Paulo Afonso para atender a esse mercado.

Pernambuco

Todo o Estado de Alagoas ficará coberto pela ação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A potência total instalada é de 13.360 kW, sendo o consumo estimado em 34.137.000 kWh.

Alagoas

Devendo ser de 1.250.000 habitantes a população em 1953 e admitindo-se um consumo *per capita* de 85 kWh por ano, ter-se-á um consumo total de 106.225.000 kWh, o que exigirá, com fator de carga de 40%, uma potência instalada de 30.300 kW. Foi reservada uma potência de 15.000 kW da usina de Paulo Afonso para atender ao mercado de Alagoas.

Sergipe

Também todo o Estado de Sergipe está incluído na área de ação da Companhia. Sendo de 4.680 kW a potência instalada, o consumo total foi estimado em 12.171.000 kWh. Devendo ser, em 1953, de 700.000 habitantes a população do Estado e admitindo-se um consumo *per capita* de 65 kWh por ano, o consumo total será de 45.500.000 kWh, o que exigirá, com fator de carga de 40%, uma potência de 15.000 kW, da qual 10.000 kW foram atribuídos ao Estado de Sergipe.

Bahia

No Estado da Bahia foi considerada a parte do Recôncavo, servida principalmente pela usina hidrelétrica de Bananeiras, da Companhia Energia Elétrica da Bahia, com 15.040 kW. Devendo ser a população dessa região, em 1953, de 1.600.000 habitantes e admitindo-se um consumo *per capita* de 125 kWh/ano, ter-se-á um consumo total de 200.000.000 kWh, que exigirá, com fator de carga de 40%, uma potência de 57.000 kW. Pretendendo a Companhia Energia Elétrica da Bahia instalar ali uma potência adicional de 21.278 kW, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco considerou suficiente reservar para a região uma potência de 25.000 kW.

O total das potências de responsabilidade da Companhia Hidrelétrica do São Francisco será assim, de 100.000 kW, o que justifica plenamente seu programa inicial de instalar duas unidades de 60.000 kW cada uma. Acha-se programada, todavia, a instalação de uma terceira unidade da mesma potência, que habilitará a Companhia a proceder com rapidez ao aumento de sua instalação, de modo a satisfazer às exigências de um mercado em constante progresso.

Isto poderá acontecer, caso decidam os industriais do país aproveitar a energia a ser gerada em Paulo Afonso para estabelecer, na região, indústrias que são ali viáveis, dadas as matérias-primas que a região contém e as facilidades que poderão ser concedidas, quer pelo Governo federal, quer pelos Governos estaduais. As possibilidades de industrialização da zona banhada pelo São Francisco,

o surto da irrigação e da adubação dos solos, da mecanização da lavoura e da eletrificação rural são, na verdade, irrestritos, mesmo no parecer dos menos otimistas quanto aos problemas da economia nordestina.

Cumpra também seja estudada a conveniência da eletrificação de trechos das ferrovias nordestinas, pois se poupará grande importação de combustíveis e evitar-se-á a devastação das matas. E para que se avalie o alcance de uma providência dessa natureza, considere-se que, apenas em combustíveis importados, a economia será superior a US\$ 1.500.000 por ano.

Embora ainda não seja possível estabelecer com segurança os preços médios pelos quais poderá ser vendida a energia elétrica de Paulo Afonso, fez-se uma previsão de preços, baseados nos dados mais cautelosos e moderados, e que se distribuirão por seis etapas: 1.º) com a potência de 120.000 kW; 2.º) com a potência de .. 180.000 kW; 3.º) com a potência de 240.000; 4.º) com a potência de 300.000 kW; 5.º) com a potência de 360.000 kW; e 6.º) com 540.000 kW.

Previsão do
custo da
energia de
Paulo Afonso

Os preços na usina e nas estações abaixadoras dos terminais das linhas-tronco de transmissão serão os seguintes: preços médios por kWh.: 1.ª etapa — Cr\$ 0,19 — Cr\$ 0,34; 2.ª etapa — Cr\$ 0,17 — Cr\$ 0,27; 3.ª etapa — Cr\$ 0,15 — Cr\$ 0,22; 4.ª etapa — Cr\$ 0,13 — Cr\$ 0,19; 5.ª etapa — Cr\$ 0,11 — Cr\$ 0,17; 6.ª etapa — Cr\$ 0,09 — Cr\$ 0,14.

À vista desses preços médios, logo se prevê que a energia de Paulo Afonso há de, sem dúvida, promover grande surto industrial no Nordeste e talvez a eletrificação de trechos de suas vias-férreas, embora não se trate, evidentemente, de dispendiosos serviços de eletrificação, mas tão-somente de instalações modestas, como convém a empreendimentos em início.

Desde a constituição da Companhia, sua Diretoria Técnica começou a reunir, com o objetivo de organizar o projeto definitivo da usina a ser construída, todos os elementos disponíveis que interessavam ao estudo das características da cachoeira de Paulo Afonso e da região onde se encontra.

Projeto da
usina e
início de sua
construção

Examinaram-se cuidadosamente concepções de engenheiros brasileiros, que haviam sido divulgadas, para a realização do aproveitamento daquela queda d'água, bem como a de técnico e enge-

nheiro norte-americano, que se laureara num grande feito de engenharia hidráulica de sua pátria e que o Ministério da Agricultura encarregara, anteriormente, do exame do assunto. Ademais, coordenaram-se e analisaram-se, também, observações hidrométricas feitas no São Francisco pela Divisão de Águas e pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, durante longos anos.

Em face de todos esses elementos, chegou-se à conclusão de que era necessário proceder a um levantamento topográfico minucioso da cachoeira de Paulo Afonso e região circunvizinha, realizar sondagens geológicas na mesma região e detalhar os estudos hidrométricos. A região levantada topograficamente foi de 16 km² em escala de 1:1000 e curvas de nível de 1 m de equidistância. Terminado esse levantamento, conhecidos alguns resultados das sondagens realizadas e estabelecido, por correlações, o regime do rio São Francisco em Paulo Afonso, organizou-se o projeto definitivo da usina de Paulo Afonso, que foi aprovado pelas autoridades competentes do Governo federal em 23 de julho do ano findo.

Usina

O projeto, em suas linhas gerais, consta do seguinte :

a) *Barragens* — Uma barragem (barragem leste) nasce na margem esquerda do rio e atravessa seu braço principal, infletindo, depois, para a esquerda, e continuando na direção sul até um ponto nas proximidades do alcantil, a jusante da cachoeira de Paulo Afonso. Esses dois lances da barragem somam 3.068 m de extensão, e, no segundo lance, são atravessados os braços do Quebra e do Taquari. Partindo das vizinhanças do ponto terminal da primeira barragem, nas proximidades do alcantil, nasce uma segunda barragem que, fazendo um ângulo de 50° com a direção geral da anterior, estende-se por 1.147 m. No ponto de encontro das duas barragens ficará situada a tomada d'água. Dessa tomada d'água, através de três *shafts*, com uma extensão de 110 m e 4,80 m de diâmetro, as águas serão conduzidas às turbinas na casa de máquinas subterrânea, cujo eixo longitudinal será perpendicular à direção dos túneis de adução. A galeria subterrânea onde serão instaladas as máquinas tem as seguintes dimensões: 58 m de comprimento, 13 m de altura e 15,50 m de largura. Os tubos de sucção das turbinas encontram-se em uma câmara de equilíbrio e dela as águas serão restituídas ao rio por um túnel de descarga de 10 m de diâmetro e 172 m de comprimento e 0,001 m de declividade. A galeria da casa de máquinas será ligada ao exterior por dois poços, que servirão para entrada de material, aeração e

passagem de condutores. O túnel de descarga comunicar-se-á, também, com o exterior por uma chaminé de equilíbrio. A crista da barragem leste fica na cota 231 m e nela serão instaladas 26 comportas, nas travessias do braço principal, do braço do Taquari e do braço do Quebra. Parte dela funcionará como vertedor com soleira na cota 228,50 m. A capacidade total de descarga, pelo trecho em vertedor e pelas comportas, é de 22.000 m³ por segundo. A crista da barragem oeste, que é toda insubmersível, ficará na cota 231 m. A escavação total para as barragens está avaliada em 161.000 m³; a escavação para os shafts galeria da casa de máquinas, poços e túneis, em 60.000 m³. O volume de concreto a ser empregado será de 260.000 m³. A altura bruta a ser aproveitada será de 83,50 m.

Na primeira etapa serão instalados dois grupos de 60.000 kW cada um, gerando corrente a 60 ciclos. O aproveitamento total, previsto em etapas sucessivas, é de 900.000 kW, contando-se, para isso, com uma regularização parcial do São Francisco, que, certamente, a esse tempo já terá sido feita.

b) *Casa de comando* — Na superfície, em ligação com um dos poços que partem da casa de máquinas, será instalada a casa de comando, com a respectiva aparelhagem.

c) *Subestação elevadora* — Na margem direita, margem baiana, serão instalados os bancos elevadores de 13,8/220 kV e o restante do equipamento de alta tensão, com barras principais, auxiliares e de emergência, chaves de transferências, pára-raios e chaves automáticas dos transformadores e das linhas de saída.

Da subestação elevadora partirão duas linhas-tronco de transmissão: uma em direção ao Recife, com 350 km de extensão e 220 kV de tensão; outra até as proximidades de Aracaju, com 168 km de extensão e 220 kV de tensão, infletindo depois para o sul, até as vizinhanças de Catu, na Bahia, com a mesma tensão e 210 km de extensão. É possível que estudos posteriores mostrem a conveniência de levar essas linhas-tronco ao Recife e Salvador.

*Linhas de
transmissão*

A modificação, em relação ao projeto primitivo, que previa três linhas-tronco, — uma para Gravatá, uma para Propriá e outra para Feira de Santana, — resultou de estudos circunstanciados, que mostraram que não ficará prejudicado com o novo traçado

nenhum dos mercados consumidores previstos e haverá uma economia de 100 km de linhas de alta tensão. Da linha do Recife partirão linhas para João Pessoa e Campina Grande e para Maceió.

*Construção
das barragens
e da usina*

As escavações para as fundações das barragens foram iniciadas a 25 de março de 1949, data do início das obras propriamente ditas.

Até 31 de dezembro passado, foram escavados: em rocha (com explosivo), 23.922 m³; em rocha (sem explosivo), 2.250 m³; em terra, 8.708 m³; em moleto, 2.231 m³.

A concretagem da barragem oeste, no trecho em que ela cruza o canal de Capuxu, foi iniciada em 12 de agosto, cerimônia a que me foi dada a satisfação de estar presente.

*Caminhos de
serviço*

Para dar acesso a todos os pontos do canteiro de obras, que se estende pelo arquipélago formado pelo rio São Francisco em Paulo Afonso, construíram-se caminhos de serviço e pontes. Essas obras exigiram a execução de diversas pontes, bueiros e pontilhões. Trata-se, pois, de trabalhos de certo vulto, num total de 9,290 km de estradas construídas; 9,000 km de estradas reparadas; 1.183 m de pontes e vários bueiros com 140 m. As estradas exigiram a escavação ou o atêrro de 12.000 m³ em terra e 620 m³ em rocha.

*Equipamento
hidráulico e
elétrico da
usina de
Paulo Afonso*

Em data previamente fixada — 9 de abril de 1949 — compareceram à sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco 39 firmas que receberam as especificações para os fornecimentos referidos. Nos dias 3 e 18 de agosto de 1949, foram apresentadas as propostas por aquelas firmas, tendo sido lavradas atas de todas essas reuniões. Examinaram-se, preliminarmente, todas as propostas na Diretoria Comercial da Companhia, que organizou mapas, onde se indicaram claramente as principais características que apresentavam. Esses mapas constituíram base insubstituível para os estudos realizados pela Diretoria Técnica sobre as propostas apresentadas.

*Aspectos da
concorrência
para o forne-
cimento; con-
vocações de
proponentes,
apresentação
e exame das
propostas*

O primeiro critério eliminatório foi o dos prazos de entrega do material a ser encomendado. Sendo propósito da Companhia ter prontas as obras e instalações em dezembro de 1952, era o prazo total disponível de 39 meses apenas. Tomando-se para transporte da maquinaria e do equipamento, das fábricas ao local das obras, um prazo de três meses e para montagem da maquinaria

12 meses, deveriam ser postas à margem as propostas para fornecimento de turbinas, consignando prazos de entrega superiores a 39 menos 15 meses, isto é, a 24 meses. De acôrdo com êsse critério, eliminaram-se as propostas das seguintes firmas: *Riva*, 36 meses; *Escherwyss*, 25 meses; *Allis Chalmers*, 26 meses; *English Electric*, 30 a 42 meses; *Schneider*, 25 a 38 meses; *K. M. V. Nohab*, 22 a 34 meses.

O segundo critério eliminatório foi o de preços, resolvendo-se pôr à margem propostas de preços excessivamente altos. Assim, foi eliminada a proposta da *Charmilles*, cujo preço para as turbinas era de US\$ 2.001.154,00.

Restaram para sofrer confronto as turbinas oferecidas pelas seguintes firmas: *Dominion*, *Baldwin*, *Morgan Smith*, *Voith*, *Neyrpic* e *Newport News*.

Esta última foi eliminada pela baixa velocidade — 150 rotações por minuto — que obrigaria ao uso de geradores caros. A de *Neyrpic*, com 225 rotações por minuto, levaria ao uso de geradores de preço reduzido, mas êstes (*Alsthon* e *B. B. C.*) foram excluídos por apresentarem muito baixa relação de curto circuito.

Os preços das demais propostas foram os seguintes, para as duas turbinas: *S. Morgan Smith*, US\$ 890.244,00; *Baldwin*, US\$ 808.200,00; *Voith*, US\$ 611.400,00; *Dominion*, US\$ 585.000,00.

Foi aceita, pois, a proposta da *Dominion* para fornecimento das turbinas, não só à vista do preço, senão também pelas suas características.

Escolhida a turbina a ser usada (200 R. P. M.), apenas seriam convenientes às instalações de Paulo Afonso os geradores oferecidos por três das firmas concorrentes, a saber: os oferecidos pela *English Electric*, pela *Brown Boveri* e pela *Westinghouse*. A primeira propôs preço muito elevado e prazo de entrega muito dilatado (US\$ 2.022.000,00 e 42 a 48 meses); a segunda, preço razoável, mas prazo muito longo (US\$ 1.254.897,00 e 36 a 41 meses); a terceira, o preço de US\$ 1.370.230,00 e prazo de 23 a 26 meses. Foi preferida, pois, a proposta da *Westinghouse*.

Quanto aos transformadores, por incompatibilidade de prazos e preços, foram eliminadas as propostas das seguintes firmas: *San*

Giorgio, Charleroi, Brown Boveri, Société Savoisienne, Alsthon, English Electric, Allis Chalmers, General Electric e Socheron. Restaram, para comparação, as propostas da *Oerlikon* — USS 364.717,00 e 18 a 21 meses; *Ferranti* — USS 465.000,00 e 20 a 23 meses; *Westinghouse* — USS 455.263,00 e 18 meses. Os preços das duas primeiras não incluem óleo. Assim, deveriam ser comparadas somente as propostas da *Oerlikon* e da *Westinghouse*. Depois de examinadas detidamente as características dos transformadores oferecidos por essas firmas, a conclusão foi de que as características dos transformadores *Westinghouse* eram superiores, havendo, porém, diferença de preço apreciável, dos transformadores CIF porto brasileiro. Os da *Oerlikon* ficariam em USS 413.717,00 e os da *Westinghouse* em USS 475.263,00, com uma diferença a favor da primeira de USS 61.546,00.

Dadas as vantagens de adquirir todo o equipamento a um só fornecedor, assentou-se que seriam comprados os transformadores da *Westinghouse* se ela, já colocada em melhor posição nos itens anteriores, concordasse em reduzir o preço pedido para os transformadores. Conforme se verifica pelos preços adiante discriminados, o dos transformadores foi baixado para USS 412.000,00.

Quanto aos equipamentos elétricos acessórios (*switchgear*), feito o estudo das diversas propostas, restaram três a serem examinadas mais atentamente por estarem de acordo com as especificações: a da *General Electric*, a da *Brown Boveri* e a da *Westinghouse*. A primeira propôs o preço de USS 1.138.670,00; a segunda, de USS 938.370,00 e a terceira, de USS 735.000,00. Optou-se pela proposta da última.

Acceptação da
proposta da
Westinghouse

Em 9 de setembro de 1949 foi aprovada, em princípio, a aceitação da proposta da *Westinghouse* para todos os itens examinados.

A 10 de novembro de 1949, após longas e proveitosas negociações realizadas com a *Westinghouse* e obtidas as reduções de preços solicitadas, submeteu-se à aprovação da Companhia a minuta do contrato que foi aprovada. Foi, então, elaborado o contrato com a *Westinghouse*, cuja aceitação foi comunicada a essa empresa por carta de 21 de novembro de 1949.

O equipamento, com os respectivos preços, é o seguinte:

2 turbinas <i>Dominion</i> 83.000 H.P. cada uma	593.000,00	dólares canadenses
6 válvulas	74.360,00	dólares canadenses
7 transformadores principais e auxiliares	412.000,00	dólares americanos
2 geradores de 60.000 kW cada um	1.370.235,00	dólares americanos
Acessórios elétricos	735.000,00	dólares americanos
26 comportas planas para a barragem e três de setor	1.025.161,00	dólares americanos
Serviços de montagem	60.000,00	dólares americanos

Venceu-se, destarte, mais uma importante fase nos trabalhos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, logrando absoluto êxito os esforços despendidos, pois se conseguiu a celebração de um bom contrato, ficando reduzido o montante a ser gasto em cerca de US\$ 3.000.000,00 relativamente ao que se previra. É certo que se fizera essa previsão com critério assaz generoso, preferindo-se tomar os preços mais elevados. Contudo, nada mais natural que assim se procedesse, ao organizar o orçamento preliminar das obras e instalações, dada a situação econômica internacional.

Alguns aspectos do contrato

De acôrdo com o estabelecido no contrato, variam de 5 a 26 meses a partir da sua assinatura os prazos de entrega, que será feita conforme a oportunidade prevista para a instalação dos diversos itens do equipamento. Sendo a companhia vencedora uma empresa de reputação mundial, é provável que as entregas sejam feitas nos prazos prefixados, não havendo, pois, receio de que a obra deixe de ser concluída em 1953.

O sistema de pagamento do material a ser adquirido também foi objeto de especial atenção nos entendimentos celebrados com a *Westinghouse*. Assim, organizou-se uma tabela de pagamentos parcelados na forma seguinte: 2,5% no ato da aceitação da proposta; 12,5% em cada trimestre, a partir do sexto mês em seguida a essa data ($6 \times 12,5 = 75\%$). A oitava prestação também será de 12,5% sobre o valor da encomenda, mas só deverá ser paga depois da entrega de equipamento no valor de 77,5% do preço total do contrato; ademais, será paga em parcelas correspondentes ao equipamento que então fôr sendo entregue. A nona e última prestação será de 10% sobre o valor da encomenda e só será paga depois de instalado, testado e aceito o equi-

pamento adquirido, não podendo, entretanto, esse prazo exceder de 16 meses da entrega final do equipamento contratado.

Houve, como se vê, a preocupação de reduzir ao mínimo a primeira prestação e de ligar o pagamento das duas últimas à entrega final do equipamento contratado.

A redução da primeira prestação de 12,5% para 2,5% foi pleiteada prevendo-se a hipótese de, na ocasião da aceitação da proposta, não estar ainda firmado o contrato do empréstimo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Poderia, então, haver dificuldades na obtenção de divisas. Essa prestação, no entanto, correspondente a US\$ 105.227,17, já foi paga.

Recursos
financeiros

Antecipando necessidades da Companhia e para que não lhe falem recursos financeiros, condição elementar do cumprimento de seu programa dentro do prazo preestabelecido, o Governo federal tomou as seguintes providências :

A) solicitação ao Congresso Nacional de autorização para garantia, pelo Tesouro Nacional, do empréstimo de US\$ 15.000.000,00 pleiteado pela Companhia junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento;

B) solicitação ao Congresso Nacional de autorização para integralizar, em 1950, as ações da CHSF, subscritas pelo Governo federal;

C) inclusão no Plano SALTE de um aumento de Cr\$.. 200.000.000,00 do capital da CHSF, o qual deverá ser subscrito pelo Governo federal.

O Congresso Nacional aprovou, expeditamente, as duas primeiras providências, pela votação das leis que vieram a tomar os ns. 962 e 963, de 8 de dezembro de 1949.

No Senado Federal, um de seus ilustres membros propôs que o aumento de capital fôsse de Cr\$ 400.000.000,00, e pago em prestações de Cr\$ 100.000.000,00, a partir de 1950, o que logrou a aprovação desse alto órgão do Poder Legislativo.

Já que se deu publicidade ao orçamento das obras e instalações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que monta a Cr\$ 857.041.371,00, permito-me chamar a vossa atenção para

o alcance da decisão tomada pelo Senado, que concorrerá para efetivar aquêlê aumento de capital.

Ainda no ano findo, o Diretor Técnico e o Diretor Comercial da Companhia Hidrelétrica do São Francisco fizeram uma viagem, aos Estados Unidos, Canadá e países da Europa, a qual teve os seguintes objetivos, de interêsse vital para as obras em andamento: entrar em contato direto com firmas fornecedoras, tanto de equipamentos necessários aos trabalhos de construção, como de equipamentos hidráulicos e elétricos da futura usina; — examinar obras e instalações equiparáveis às que constituem a finalidade da Companhia Hidrelétrica do São Francisco; e, finalmente, entrar em entendimentos com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento para negociações relativas ao empréstimo de US\$ 15.000.000,00, a ser pleiteado junto a êsse Banco.

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Adquiriu-se nessa viagem, com apreciável economia para a Companhia, grande parte do equipamento para a construção, o qual já se acha em Paulo Afonso ou nos portos do Recife e Salvador. Visitaram também os mesmos diretores diversas obras de nomeada para aproveitamento de energia hidráulica, e fábricas de máquinas e equipamentos hidráulicos e elétricos; discutiram o projeto da CHSF perante técnicos de alta reputação e iniciaram entendimentos com o Banco Internacional, dos quais resultou a vinda ao Brasil de duas missões daquele Banco, que procuraram inteirar-se dos trabalhos de Paulo Afonso, a fim de melhor opinar sobre a viabilidade do empréstimo solicitado.

A Companhia mantém serviços de contabilidade na sede, em Paulo Afonso, em Salvador e no Recife. São pequenos, presentemente, os do Recife e Salvador. A situação do movimento financeiro, em 31 de dezembro de 1949, era a seguinte: disponível, Cr\$ 28.685.043,90; remessa para construções, Cr\$ 92.715.606,20; investimentos temporários, Cr\$ 3.500.000,00; efeitos sobre o estrangeiro, Cr\$ 21.440.048,20; estudos e projetos, Cr\$ 1.216.970,30; capital integralizado, Cr\$ 161.686.650,00.

Alguns aspectos administrativos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Serviço de Contabilidade

O serviço de pessoal da Companhia apresenta grande movimento, principalmente em Paulo Afonso. Todavia, na sede, trabalham apenas 70 funcionários, inclusive os da Diretoria Técnica,

Despesas com pessoal

que, atualmente, estão sendo, em sua maior parte, transferidos para Paulo Afonso. No setor Sul, com sede em Salvador, trabalham 19 funcionários e, no setor Norte, com sede no Recife, oito. As despesas da Companhia com funcionários na sede foram de Cr\$... 3.694.122,20. As folhas de pagamento de menselistas atingiram Cr\$ 5.590.078,50. As folhas de pagamento dos operários chegaram a Cr\$ 13.555.461,20.

As despesas com pessoal, nos setores Sul e Norte, ascenderam, em 1949, a Cr\$ 403.854,70 e Cr\$ 277.560,00, respectivamente. As contribuições a instituições de previdência social (IAPL, IAPETC, LBA, SENAI e SESI), alcançaram a importância total de Cr\$... 2.073.301,50.

Seguros

Para os funcionários e operários, com salário superior a Cr\$ 1.000,00 por mês, foi feito seguro contra acidentes pessoais; para os demais, seguro contra acidentes de trabalho. Para o transporte marítimo de mercadorias, também se fez seguro, assim como para o transporte de cargas de valor superior a Cr\$... 100.000,00. Finalmente, fez-se o seguro do avião e dos prédios onde estão instalados escritórios e propriedades da CHSF. As despesas com seguros, até 31 de dezembro de 1949, montaram a Cr\$ 2.967.198,50.

Aquisição de material

Tratando-se de uma empresa do vulto da Companhia Hidrelétrica, responsável pela construção de obra que se revestirá de tanta importância para o sertão brasileiro, o serviço de compra de equipamentos, materiais, artigos de abastecimentos, etc., tem significação capital, decisiva mesmo, para o êxito do empreendimento. Foi-lhe, por isto, dada especial atenção e está funcionando satisfatoriamente.

O movimento do serviço de compras, feitas através da Seção de Compras da sede, em 1949, pode ser assim resumido: compras para a sede, Cr\$ 611.968,20; compras para Paulo Afonso, Cr\$ 22.645.353,90; em USS 301.527,28; em Fr. belga 1.587.140,00; em Fr. francês 6.689.985,00; em Kr. S. 208.364,90; em £ 5.756-00-00; compras para Salvador, Cr\$ 17.486,90; em USS 10.298,65; compras para Recife Cr\$ 30.943,00; compras para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Cr\$.. 792.838,60 e £ 463-00-00.

Cumpra também incluir, nas compras realizadas pela sede, a aquisição de equipamentos para a construção da usina, o que

foi realizado diretamente pela Companhia, tanto nos Estados Unidos como na Europa, num total de US\$ 496.263,00. Outras aquisições também se fizeram diretamente em praças do Nordeste pelo setor Sul (Salvador), pelo setor Norte (Recife) e pelo escritório comercial de Paulo Afonso. As compras consignadas para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem representam equipamentos que a Companhia adquiriu para permitir ao Distrito de Paulo Afonso desse Departamento apressar os melhoramentos das rodovias que ligam Petrolândia a Paulo Afonso, pelas duas margens do rio São Francisco.

Os transportes têm relêvo especial para a Companhia, em face da distância entre os seus canteiros de trabalho e as praças comerciais e portos devidamente aparelhados. Para os transportes entre Salvador e Paulo Afonso, utilizam-se não só a rodovia que liga êsse pontos, mas também a ferrovia da Leste Brasileiro, entre Salvador e Alagoinhas, recorrendo-se desta cidade a Paulo Afonso ao transporte rodoviário. Essas rodovias têm servido razoavelmente às necessidades da Companhia, não obstante sua precária conservação. Para transportes entre Recife e Paulo Afonso, a Companhia se serve, também, das rodovias existentes e da ferrovia da *Great Western*, no trecho entre Recife e Arcoverde. Essas rodovias têm os mesmos inconvenientes já apontados, acrescendo que, nos trechos entre Petrolândia e Paulo Afonso, por ambas as margens do São Francisco, as estradas são apenas carroçáveis, o que está sendo remediado pelo DNER.

*Transportes
e comunica-
ções*

Não havendo ponte sobre o São Francisco nessa região, a Companhia instalou, em Glória, uma balsa metálica, motorizada, com capacidade para 25 toneladas, que permite rápida travessia do São Francisco.

Para facilidade de comunicações entre seus setores mais importantes de trabalho, a Companhia instalou estações radio-emissoras e rádio-receptoras na sede, em Paulo Afonso, no Recife e em Salvador — duas de 1.000 w, uma de 500 w e duas de 250 w.

Em outubro de 1948, a Companhia começou a construir seus conjuntos residenciais e os parques de serviços necessários.

*Obras e rea-
lizações
diversas*

*Conjuntos
residenciais*

São três as vilas residenciais, cujo número de edifícios é o seguinte, em cada uma delas: — Vila General Dutra, 14 casas residenciais, amplas e confortáveis, além de dois alojamentos para engenheiros solteiros, da Casa da Diretoria e do Clube Social; — Vila Alves de Sousa, 26 casas, menores e mais modestas do que as anteriores, mas confortáveis; — Vila Operária, 122 casas geminadas, representando, ao todo, 244 residências para famílias. São casas modestas, porém higiênicas e agradáveis. Outras instalações residenciais, além das citadas: seis casas geminadas (residências para 12 famílias), dois alojamentos para funcionários solteiros, com 13 quartos cada um, comportando, os dois, 52 funcionários. Há, também, 10 alojamentos para operários solteiros, cada alojamento comportando 54 rédes, e duas casas para os radiotelegrafistas. Todas as instalações mencionadas situam-se na margem baiana.

Na margem alagoana, foi estabelecido um acampamento menor, com as seguintes edificações residenciais: nove casas para residência de famílias e três alojamentos para operários solteiros, em cada um dos quais podem residir 42 operários.

O acampamento de Alagoas dispõe, além disso, de um escritório, um ambulatório, dois depósitos e duas oficinas, depósitos de explosivos e ainda de uma cozinha coletiva.

Tanto o acampamento da margem alagoana como o da baiana são servidos de rédes de abastecimento de água, de esgotos e de eletricidade.

*Rêde de abas-
tecimento de
água*

A rêde de abastecimento de água da margem alagoana é simples, dispondo de uma caixa para 20.000 litros. A água é bombeada do rio São Francisco para esse depósito, de onde é distribuída para as diversas casas e depósitos.

Na margem baiana, a água é tomada no rio São Francisco, de onde é bombeada (duas bombas com capacidade para 64.000 litros-hora) e conduzida por duas tubulações até a estação de filtração, floculação e cloração.

*Rêdes de
esgotos*

O esgotamento das águas servidas é feito em rédes que despejam em várias fossas sépticas, cada uma recolhendo os despejos de determinadas zonas, de acordo com a configuração

topográfica das respectivas áreas. As redes são constituídas de manilhas de barro de 4" e 6", respectivamente de 3.350 m e 3.380 m de extensão.

Sendo todo o terreno nas circunvizinhanças de Paulo Afonso extremamente pedregoso, a instalação das redes de abastecimento de água e de esgotos constituiu trabalho penoso e caro.

Todos os setores dos acampamentos das margens baiana e alagoana, assim como os canteiros de trabalho são supridos de energia elétrica, fornecida pela usina de 2.500 kW, construída pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e transferida à Companhia Hidrelétrica do São Francisco pelo Governo federal, pelo Decreto n.º 26.366, de 16 de fevereiro de 1949. Esta Companhia completou a instalação da usina, inaugurada em 29 de outubro de 1949.

*Rede de
iluminação*

Essa usina, a segunda que aproveita energia da cachoeira de Paulo Afonso, está prestando à Companhia serviços relevantes.

Antes de concluída sua instalação, o suprimento de energia elétrica era feito por meio de diversos grupos termelétricos, que hoje constituem reserva de CHSF.

No parque de serviços estão prontos os seguintes edifícios : três escritórios; um laboratório de ensaios de materiais; um armazém de subsistência; um refeitório para 300 pessoas; oito depósitos de materiais; duas oficinas; uma carpintaria; uma serraria; uma garagem; um posto de lubrificação; uma oficina para reparo de veículos; e duas casas para estação de rádio.

*Parque de
serviços*

Estão prontos, outrossim, os seguintes edifícios para instituições sociais : um ambulatório; um hospital; uma escola; um posto de puericultura; uma igreja; uma casa para farmácia, inclusive residência para o farmacêutico; um mercado; um armazém de subsistência; um coreto; uma prisão, com alojamento para soldados (fora do acampamento) e uma casa para o chefe do Departamento Policial (fora do acampamento).

Os serviços sociais foram criados e estão a desenvolver-se de acordo com as necessidades e respectivas possibilidades. Funcionam, com resultados satisfatórios, os serviços médico e dentário, o hospital, o serviço de gôta-de-leite, um posto de puericultura,

*Serviços
sociais*

cinema, biblioteca e escola primária. Vários outros serviços estão em adiantada fase de execução.

Por outro lado, em face do crescente número de visitantes da zona de Paulo Afonso, impõe-se a organização de um adequado serviço de turismo.

Torna-se, pois, indispensável dar imediato início à organização do Parque Nacional de Paulo Afonso e estabelecer, naquela área, todas as facilidades próprias à atração, entretenimento e hospedagem de turistas.

Programa de
trabalho

O programa de trabalho para 1950, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em Paulo Afonso, pode ser sumariado do seguinte modo :

- 1) construção da barragem oeste, deixando por construir os trechos baixos dos leitos dos braços do rio;
- 2) construção dos trechos das barragens oeste e leste adjacentes à tomada d'água, inclusive a mureta transversal, que poderá ter, provisoriamente, altura um pouco maior do que a prevista;
- 3) construção dos trechos altos da barragem leste;
- 4) construção dos trechos baixos da barragem oeste;
- 5) construção do embasamento do trecho alagoano;
- 6) construção dos embasamentos nos braços do Taquari e do Quebra.

Estas são, em síntese, as principais atividades e realizações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Verifica-se pelo exposto a massa considerável do trabalho já realizado e a magnitude das tarefas a executar. Justifica-se, portanto, o entusiasmo geral do país pelo ritmo do desenvolvimento desse empreendimento, ao qual tenho dado o máximo apoio, pelo muito que é significativo para o bem-estar e o progresso de nossa Pátria.

DESENVOLVI-
MENTO DO
NORDESTE

As obras contra as sêcas têm como finalidade primordial proteger cerca de 8.000.000 de brasileiros, periodicamente assolados pelo flagelo, em uma área superior a 825.000 km². O denominado Polígono das Sêcas, — que abrange regiões diversas, integrantes de nove Estados da Federação, — constitui, por-

tanto, um dos setores fundamentais do sistema brasileiro de planejamento regional que, a pouco e pouco, se vai esboçando. Em tôdas as Mensagens ânuas, tenho dedicado especial atenção a êsse tradicional problema nacional, formulando recomendações para que sejam atacadas obras e realizações em que se deve traduzir o planejamento geral do desenvolvimento do Nordeste do país.

Insisto, uma vez mais, na urgência da elaboração de soluções adequadas para os problemas demográficos, econômicos e sociais do Nordeste, tanto os pertinentes à melhoria do padrão de vida de suas laboriosas populações como os relativos à exploração, aproveitamento, conservação e fomento de recursos naturais de seu território.

A êsse respeito já acentuava na Mensagem anual transata: "Na imensa área abrangida pelos diversos Estados do Nordeste, devem ser bem delimitadas as regiões que estão a exigir uma maior soma de trabalhos e cuidados: são as suas áreas-problema, com peculiaridades definidas e problemas específicos, como, por exemplo, o vale do Rio Jaguaribe e a região do Cariri, no Ceará; os vales secos dos rios Pajeú e Moxotó, em Pernambuco; determinadas áreas do planalto da Borborema e a região do Seridó, nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte; afora certos trechos especiais do Polígono das Sêcas, no território baiano. São grandes extensões onde se fazem sentir as necessidades de uma aplicação concentrada de recursos financeiros e técnicos e que, certamente, constituirão setores especiais do plano geral do desenvolvimento do Nordeste."

Se me permito, pois, repisar as noções e idéias essenciais que aí ficam, já anteriormente submetidas à vossa consideração, é porque, infelizmente, não me pareceu terem logrado, em todos os setores, a acolhida que, por tantos e tão diferentes meios, mereceram de elementos de destaque das populações locais interessadas.

Numerosos foram, na verdade, os telegramas e cartas recebidos em apoio às propostas que então apresentei. Convém, todavia, surja dentre os membros do Congresso Nacional, mais familiarizados com aspectos particulares dos problemas nordestinos, a contribuição que transformará as sugestões aventadas em iniciativas concretas ou providências fecundas.

Faz-se mister, com efeito, intensificar e coordenar a execução de vasto conjunto de obras, dentre as quais se afirmam mais urgentes as de açudagem, rês de irrigação, perfuração de poços tubulares, interligações rodoviárias, reflorestamento, núcleos agropecuários, eletrificação rural e industrialização local das matérias-primas regionais.

A aplicação de quantia nunca inferior a 3% da receita tributária da União, nos termos do art. 198 e parágrafos, da Carta Magna, assegura a exequibilidade de empresa de tal vulto. Basta mencionar que a referida percentagem totalizou, em 1949, Cr\$. . . 439.812.720,00, — quantia que aumenta, de ano para ano, de acôrdo com o crescimento da receita tributária da União. Existem, por conseguinte, os meios financeiros indispensáveis ao aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste, numa escala sem paralelo na história administrativa do país. Os resultados dos esforços que se fizeram nesse sentido, — principalmente no incremento das obras de irrigação e melhor utilização do volume d'água armazenado, — ultrapassarão as previsões mais otimistas, com rendimento seguro e compensador para cada cruzeiro investido.

A aplicação maciça de investimentos no plano geral de desenvolvimento do Nordeste poderá mesmo transformar o panorama econômico-financeiro do país, com a ampliação das potencialidades do mercado interno e o fortalecimento da sua capacidade produtiva. Sobre constituir o início de um ciclo de descentralização, — cada vez mais exigida pela segurança nacional, — a industrialização do Nordeste virá corrigir o histórico desnivelamento oriundo da concentração de iniciativas e investimentos nas áreas meridionais do país. Acresce salientar alguns fatores extremamente favoráveis à integração do Nordeste no quadro de uma economia nacional equilibrada, isto é, suas disponibilidades de mão-de-obra, seus recursos naturais e suas matérias-primas. Apesar de ainda não ter sido possível levar a efeito o levantamento completo que sugeri em minha última Mensagem, continuo recomendando rigorosa investigação dos recursos naturais da região, — preliminar básica à elaboração de um plano geral de desenvolvimento. Tanto mais urgente se me afigura a imediata organização desse planejamento, quanto, é certo, dentro em breve, começarão a funcionar as turbinas e geradores de Paulo Afonso, proporcionando ao Nordeste os elementos cuja falta, até agora, lhe restringiram as possibilidades de ampliação de seu parque

agropecuário e manufatureiro. A industrialização do Nordeste, inclusive nos domínios da eletroquímica e da eletrometalurgia, está à vista, qual nova força estimulante e renovadora de toda a estrutura econômico-financeira da nacionalidade.

O Governo federal, através do órgão específico, além de proceder a estudos de açudes públicos e particulares, promoveu também a construção de rodovias, prosseguindo nos trabalhos de conservação e exploração das obras já construídas.

Obras contra
as secas

Realizações
em andamento

Cumprir registrar, em 1949, as seguintes realizações: a) o prosseguimento da construção do açude Mãe d'Água, no Estado da Paraíba, o qual acumulará 639.000.000 m³; b) o prosseguimento da construção do açude Jacuruci, no Estado da Bahia, para acumulação de 120.000.000 m³; c) o início da construção do açude público Pau Branco, no Estado de Pernambuco, para acumulação superior a 3.000.000 m³; d) os trabalhos de reinício da construção dos açudes públicos Poço da Cruz, no Estado de Pernambuco, e Presidente Dutra (antigo Gargalheira), no Estado do Rio Grande do Norte; e o prosseguimento da construção de 76 obras de açudagem por cooperação; e a conclusão, prevista, de 20 dessas obras, correspondendo a um total de cerca de 37.000.000 m³; f) a construção das redes de irrigação dos açudes públicos General Sampaio e Aires de Sousa, ambos no Estado do Ceará, com a construção de 5.760 m de canais e 30 obras de arte; g) a conclusão da perfuração de 125 poços tubulares, públicos e particulares, com a profundidade total de 6.936 m e vazão horária de 505.821 litros; h) a entrega ao tráfego de 250 km de estradas de rodagem, 325 obras de arte correntes, 21 obras de arte especiais, com o vão total de 414 m nas diversas rodovias do plano rodoviário do Nordeste; i) o prosseguimento da construção da grande ponte sobre o rio Açu, no ramal rodoviário de Mossoró, com 595 m de extensão; das pontes sobre o rio Poti (200 m de vão), na rodovia Fortaleza-Teresina e sobre o rio Jaguaribe, em Oitis, na rodovia Icó-Floriano; j) o início da construção da ponte sobre o rio Jaguaribe, em Iguatu, com 180 m de vão, na mesma rodovia; k) os trabalhos de construção de obras de arte diversas, na rodovia Petrolina-Parnamirim e do atêrro-barragem de Volta, sobre o rio Ipanema, na rodovia Central de Alagoas; l) o prosseguimento de trabalhos de fomento agrícola e de lavoura irrigada, através de postos agrícolas e centros de culturas; m) os

serviços de piscicultura, com distribuição de espécies selecionadas, nos açudes públicos e particulares do Nordeste.

Considerações finais

Os maiores obstáculos à execução conveniente dessas obras resultaram da deficiência de pessoal técnico, principalmente de engenheiros, cuja admissão não foi possível fazer, na medida do imprescindível; a da falta de equipamento mecânico de construção e de transporte, cuja renovação foi grandemente obstada pelo excessivo parcelamento das dotações orçamentárias e também pelas notórias dificuldades de importação.

Os planos de serviço para os próximos anos objetivam restrição progressiva das atividades rodoviárias, dentro da rede em realização, e já em grande parte construída; e o desenvolvimento cada vez maior das atividades específicas de combate às secas, pela construção de açudes, redes de irrigação e poços, estimulando-se a obra de cooperação com particulares e poderes públicos locais, e concentrando-se os esforços diretos da União em algumas obras fundamentais de açudagem e irrigação, cujos estudos complementares prosseguem em todos os setores.

VALORIZAÇÃO
ECONÔMICA
DA AMAZÔNIA

Plano de
valorização

O problema do desenvolvimento econômico da Amazônia brasileira, através da realização de um planejamento a longo prazo, continua diretamente ligado, tanto às necessidades do país, quanto às do mundo inteiro. Muito deve esperar, certamente, a civilização, em nossa pátria, das possibilidades que oferecem as reservas da região, o cultivo em larga escala das suas melhores terras e sua colonização sistemática.

Numa época em que nações, ávidas de matérias primas e de produtos indispensáveis à sua própria subsistência, se esforçam por valorizar consideráveis áreas tropicais, cresce de importância, para o Brasil e para o mundo, o imenso espaço inaproveitado da Amazônia.

Sucedem-se, não há dúvida, as penetrações colonizadoras, através de pertinaz obra de ocupação. Mas a verdade é que ainda não se realizou, em definitivo, a tarefa da dominação dos vales continentais que sulcam a imensa planície. E, como consequência dessas investidas de povoamento, que as mais das vezes se promovem ao influxo da exploração destrutiva dos produtos mais cotados, prosseguem as atividades de espoliação dos recursos

naturais amazônicos, já estando mesmo ameaçadas de completa extinção muitas de suas riquezas naturais.

Ante a necessidade de ser empreendida nova obra de defesa e desenvolvimento da área amazônica, preconizou a Constituição, no art. 199 e seu parágrafo único, a elaboração de um plano, a ser executado no período de 20 anos pelo menos, à conta de quantitativos oriundos de 3% das rendas tributárias da União e dos Estados e Municípios, circunscritos pelas lindes da área que se deliberou considerar Amazônia.

Deverá abranger o plano cerca de 4.704.850 km², nos quais se incluem, além dos Estados do Pará e do Amazonas, Territórios federais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, partes dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão.

Até agora, porém, o dispositivo constitucional não foi cumprido, por não ter sido ultimado e aprovado o projeto que a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia se prontificou a elaborar.

Logo após a promulgação da Constituição, seria mais aconselhável que o Governo federal tivesse constituído órgão consultivo especializado, a fim de promover, mediante pesquisas e levantamentos particularizados, os estudos preliminares sobre os problemas básicos da Amazônia, que seriam então gradativamente enfrentados conforme uma escala hierárquica de valores.

A falta do organismo administrativo destinado a executar o plano da Amazônia

Dêsses estudos resultaria, certamente, a iniciativa da proposta de um instrumento legal capaz de dar pronto cumprimento ao citado art. 199.

A Câmara dos Deputados, todavia, chamou a si a responsabilidade dessa árdua tarefa, criando em 3 de outubro de 1946 a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Oficialmente instalada aos 28 de outubro daquele ano, essa comissão parlamentar, após colher depoimentos sobre a criação dos órgãos destinados a aplicar os recursos preconizados pelo dispositivo constitucional, ultimou em setembro de 1947 o projeto substitutivo, que instituiria a Comissão Executiva de Valorização Econômica da Amazônia, com sede em Belém do Pará e diretamente subordinada ao Presidente da República.

Há mais de dois anos vêm sendo êsses substitutivos objeto de discussões e controvérsias nas diversas comissões técnicas da

Câmara dos Deputados. As populações amazônicas, no entanto, continuam clamando pela solução, ainda que parcial, dos problemas vitais que as afligem, e, agora, talvez já se lhes vá enfraquecendo a justificável esperança com que saudaram os benefícios que adviriam do fiel cumprimento do mandamento constitucional.

Ao encontro das necessidades da Amazônia e no interesse de atender ao justo apêlo de seus habitantes, tive ocasião de submeter-vos, nas três Mensagens ânuas que anteriormente vos apresentei, uma apreciação franca do problema, solicitando os meios de que o Governo federal carece para iniciar a obra de reerguimento da vasta região.

Na Mensagem de 1947, apenas atentei no problema da defesa da borracha, condicionando-o à elaboração do plano de valorização econômica da Amazônia. Aproveitei a oportunidade, porém, para recomendar um programa destinado a baixar o custo do fabrico desse produto.

Na Mensagem de 1948, examinaram-se os primeiros pontos de vista sobre a orientação a ser seguida nos trabalhos de planejamento, tendo eu afirmado que "tanto mais urgente se afigura a necessidade de uma solução adequada para os imensos problemas da Amazônia, quanto é certo que, dia a dia, se agravam suas difíceis condições de vida".

Ainda em 1949, diante das disputas de cunho regional e da divisão de opiniões, que tanto causaram o retardamento do plano, aduziram-se novas sugestões, principalmente no que tange à parte mais debatida da questão, que era a delimitação da área amazônica para fins de planejamento econômico. Pareceu-me, então, de bom aviso dar apoio ao autorizado parecer do Conselho Nacional de Geografia sobre o assunto.

Começa agora a ser discutido, na Câmara dos Deputados, o projeto n.º 267-A, de 1948, novo substitutivo elaborado pela comissão parlamentar do plano, e que propõe a criação, como divisão especial do Ministério da Viação e Obras Públicas, do Departamento Nacional da Amazônia, de natureza e estrutura inteiramente específica.

À vista do que sumariamente venho de recordar, sobre as iniciativas até agora levadas a efeito na Câmara dos Deputados, a

fim de proporcionar à Administração federal a indispensável organização executiva do plano de valorização preconizado em 1946, — urge que se ultimem definitivamente êsses trabalhos, considerando que se agravam, cada vez mais, as necessidades de uma região que representa 55,25% do espaço total do país.

Com exceção dos Territórios federais, aos quais a União tem concedido dotações superiores às arrecadações de alguns Estados, as Unidades estaduais e municipais, compreendidas na Amazônia, começaram a enfrentar, no período de após-guerra, grave série de problemas, para cuja solução pouco significado possuem os recursos oriundos de suas fontes normais de receita.

Estimativa dos recursos oriundos do art. 199 e parágrafo único da Constituição

Justificadamente aguardavam, por isto mesmo, os auxílios que lhes viria proporcionar o plano de valorização econômica da Amazônia, para o qual, embora não tenha a Constituição fixado data para início da contagem do prazo mínimo de 20 anos, seria de esperar fôsse imediata a execução.

A falta do plano, contudo, vários auxílios foram distribuídos por iniciativa do Executivo, a partir do exercício de 1947, à conta da verba destinada à valorização econômica da Amazônia. Ainda assim, não pôde a região usufruir, como seria de desejar, tôdas as vantagens decorrentes dêsses recursos financeiros, já que ainda não se deu integral observância ao art. 199 e parágrafo único da Constituição.

As estimativas, elaboradas de 1947 até 1949, demonstram o vulto dêsses recursos: excedem, na verdade, a Cr\$ 1.000.000.000,00, nesse período, as importâncias globais oriundas dos 3% da renda tributária da União, dos Estados do Amazonas e do Pará, dos Municípios dêsses Estados e dos Territórios, sem mencionar o que também proviria da inclusão das partes norte dos Estados de Mato Grosso e Goiás e noroeste e oeste do Maranhão, integrantes dos 4.704.850 km² da área amazônica, delimitada para fins de planejamento econômico, consoante o parecer do Conselho Nacional de Geografia.

A tabela abaixo, incluindo as estimativas daqueles três exercícios, demonstra que a Amazônia deveria contar com Cr\$ 310.620.816,00, em 1947; Cr\$ 373.067.970,00, em 1948; Cr\$ 446.418.015,00, em 1949, ou seja, mais de Cr\$ 1.000.000.000,00 para serem aplicados no seu reerguimento econômico.

PREVISÃO PARA CUMPRIMENTO DO ART. 199 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ORÇAMENTOS DAS PRINCIPAIS UNIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA AMAZÔNICA	EXERCÍCIOS FINANCEIROS (em cruzeiros)					
	1947		1948		1949	
	DOÇETA TRIBUTÁRIA	3%	DOÇETA TRIBUTÁRIA	3%	RECEITA TRIBUTÁRIA	3%
União.....	10.107.007.000	303.090.000	12.228.220.000	366.846.780	14.000.000.000	420.000.000
Estado do Amazonas.....	53.021.271	1.590.720	35.700.000	1.071.100	35.700.000	1.071.100
Estado do Pará.....	79.800.000	2.394.000	87.800.000	2.634.000	87.800.000	2.634.000
Municípios do Amazonas.....	12.001.000	360.320	(1) 13.183.000	395.527	(1) 10.721.000	321.630
Municípios do Pará.....	40.021.000	1.200.720	(1) 41.980.000	1.259.427	(1) 38.970.000	1.169.107
Municípios do Acre.....	2.373.000	71.190	(1) 2.610.000	783.327	(1) 2.118.000	635.400
Municípios do Rio Branco.....	817.000	24.510	864.000	25.920	864.000	25.920
Municípios do Amapá.....	1.001.000	30.030	(1) 1.101.000	33.030	(1) 1.001.000	30.030
Municípios do Guaporé.....	2.203.000	66.090	(1) 2.200.000	66.000	(1) 2.203.000	66.090
TOTAIS.....	10.254.027.271	310.620.810	(1) 12.435.000.000	373.007.070	(1) 14.880.000.000	445.415.010
TOTAL GERAL DESTINADO, EM TRÊS ANOS, AO PLANO DA AMAZÔNIA.....						C/3 1.130.000.000,00

(1) Dados provisórios.

E' evidente que tais quantitativos, que tendem a crescer em cada exercício, pouca expressão apresentariam se fôsem aplicados em tôda a área amazônica, delimitada para fins de planejamento econômico. Mas, selecionadas as áreas em que eles se investiriam parceladamente, e em obediência a uma planificação a longo prazo, conforme anteriormente sugeri, grandes seriam os resultados para o desenvolvimento de tôda a planície setentrional.

Tão importante quanto a escolha de áreas, para uma obra de planejamento a longo prazo, é a hierarquização dos problemas a solucionar, os quais, na Amazônia, se assemelham na sua grandeza à própria região. Ora, o escalonamento de problemas, por ordem de prioridade e urgência, depende de pesquisas e levantamentos, que implicam em conhecimento objetivo das realidades regionais. Fôrça é reconhecer que ainda é muito precário e sem coordenação o que se sabe a respeito da Amazônia, sobretudo para que a ação administrativa se exerça útilmente e sem perplexidades. Mesmo assim, a despeito do que há de temerário em generalizar uma terapêutica para todos os seus males, por isto que, apesar de muito versados, seus problemas são mal formulados, — muito já se poderá fazer no sentido da valorização do homem e da terra amazônicos.

Diretrizes do
planejamento
e perspectivas
da valoriza-
ção econô-
mica da
Amazônia

No que diz respeito ao homem, a elevação de sua capacidade produtiva depende tanto de uma política sanitária e educacional de grande envergadura, quanto da substituição dos métodos rotineiros por processos racionais do trabalho. O problema de uma lei agrária, que consulte as necessidades peculiaríssimas, econômicas e sociais, da Amazônia, a par das que se apresentam em outras regiões do país, — é talvez um dos mais graves problemas brasileiros que esperam de vossa clarividência oportuna e adequada solução.

Se há na planície amazônica regiões onde rações alimentares não ultrapassam de mil calorias, criando condições negativas à vida da própria população, — outras há, entretanto, que oferecem maiores possibilidades para uma colonização racional. Nesse sentido, convém acentuar, de passagem, que em alguns núcleos o índice de mortalidade infantil é dos mais baixos do país e assemelhável ao de certas cidades dos Estados Unidos de América, como acontece com Belterra e Fordlândia, onde já se ensaia uma notável experiência de recuperação.

Quanto à terra, generalizou-se a crença da pobreza do solo, a despeito do exuberante revestimento florestal, que continua a ser a maior fonte de riqueza da Amazônia. Plantações experimentais, entretanto, demonstram as inestimáveis possibilidades da cultura, em grande escala, de vários produtos tropicais, como é o caso do arroz. A produção desse cereal, em alagadiços, igapós e terras baixas, até bem pouco tempo inteiramente excluídos das cogitações da ciência agrônômica, revela-se auspiciosa, sendo de quatro a cinco toneladas por hectare, enquanto nas terras firmes do Pará é de uma tonelada, e, nas melhores zonas agrícolas do Rio Grande do Sul, não vai além de duas e meia toneladas.

As reservas palmares amazônicas, sobre as quais existem trabalhos científicos completos, esperam, no entanto, ainda hoje, quem as estude com igual dedicação do ponto de vista industrial, para que se inaugure entre nós a era do seu aproveitamento econômico.

Demonstram exemplos como esses as possibilidades da concentração, em áreas devidamente selecionadas, dos recursos destinados à valorização econômica da Amazônia, num planejamento a longo prazo, visando, entre os principais problemas, aos que se referem ao plantio de produtos tropicais, à silvicultura e a outras importantes culturas agrícolas, dentre as quais cumpre ressaltar a juta, cuja produção tão consideravelmente se elevou, a partir de 1947, que em 1949 já concorria para satisfazer à metade do consumo interno do país.

Ação do Governo federal em prol da valorização da Amazônia

Como já acentuei, embora ainda não tenha a Amazônia usufruído, de modo integral e na proporção dos quantitativos previstos, os benefícios que resultariam dos investimentos dos recursos estabelecidos pela Constituição. — tem procurado o Governo federal incentivar o seu progresso econômico e social, através de auxílios variados e subvenções a atividades de órgãos que operam na região.

Nesse sentido, não será exagero proclamar que a Amazônia se tornou, nos últimos quatro anos, sobretudo em 1949, cenário de uma concentração de dotações federais como nunca antes se verificara em sua história econômica.

Só no exercício de 1949, consignou o Orçamento da União aos Territórios federais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá; aos Estados do Pará e do Amazonas; e às partes

amazônicas dos Estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, créditos orçamentários e adicionais que ascendem a cerca de Cr\$ 700.000.000,00, o que representa total consideravelmente superior ao global das arrecadações das referidas Unidades.

Cumprе observar que nesse quantitativo inferido da análise do Orçamento e dos dados constantes de leis especiais, não se incluem despesas de custeio de unidades militares, estabelecimentos federais, órgãos integrantes do sistema nacional de serviço público, parcelas dos recursos globais atribuídos ao Departamento Nacional de Educação, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e outras instituições.

Além das repartições localizadas na Amazônia, cujas despesas de manutenção muito contribuem, direta e indiretamente para o revigoramento das finanças locais, — operam na região importantes estabelecimentos cujas funções estão vivamente articuladas à economia amazônica.

Dentre esses, cumpre salientar o Banco de Crédito da Borracha S. A.; o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração dos Portos do Pará; O Instituto Agrônômico do Norte; a Estrada de Ferro de Bragança; a Estrada de Ferro Tocantins e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Ora, somente esses órgãos figuraram no exercício de 1949 com um total de créditos orçamentários e adicionais superior a Cr\$ 250.000.000,00.

A esse total, devem ser adicionados os quantitativos atribuídos : 1) a obras, no montante de Cr\$ 128.401.000,00, inclusive as administrações territoriais e ainda com exclusão da parcela concedida à renovação da frota do SNAAP; 2) a auxílios e subvenções, no montante de Cr\$ 47.446.500,00, com exclusão dos consignados ao SNAAP; 3) a sondagens e estudos de jazidas minerais, na importância de Cr\$ 40.000.000,00; 4) a manutenção de postos agropecuários, Cr\$ 5.280.000,00; 5) a acordos, Cr\$ 3.300.000,00.

Ascenderam a Cr\$ 21.511.975,00, os créditos adicionais abertos, sem computar Cr\$ 150.000.000,00 destinados ao financiamento dos excedentes do consumo de borracha das safras de 1948 e 1949. Acrescendo-se a todas essas cifras as dotações concedidas no exercício de 1949 às administrações territoriais, chegar-se-á ao total de cerca de Cr\$ 700.000.000,00 de créditos orçamentários e adicionais atribuídos à Amazônia, conforme foi de início esclarecido.

Distribuindo-se esse total pelas unidades componentes da Amazônia, verifica-se que, nesse programa de concentração de recursos federais, o Estado do Amazonas figura com Cr\$ 48.423.250,00; o Estado do Pará, com Cr\$ 95.046.260,00; a parte do Estado do Maranhão incluída na Amazônia, com Cr\$ 14.668.640,00; a parte do Estado de Goiás, com Cr\$ 17.700.000,00; e, finalmente, a parte do Estado de Mato Grosso, com Cr\$ 14.700.000,00.

Já tendo sido examinado o muito que o Governo federal tem feito pelos Territórios federais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, através de realizações que exprimem, nestes últimos quatro anos, a ação administrativa da União no sentido de valorizar a Amazônia, — merece especial referência a política de defesa da borracha, inspirada nos mesmos objetivos de cooperar para o reerguimento da planície, enquanto não se elabora o plano preconizado pela Constituição.

A produção da borracha e a valorização econômica da Amazônia

A borracha continua inteiramente vinculada à vida da Amazônia, conquanto a esta oferecessem maiores vantagens o desenvolvimento de suas atuais fontes de produção e a criação de novas riquezas, à vista das incalculáveis possibilidades regionais.

Através do fomento desse produto, cuja exploração absorve os esforços e os interesses do homem amazônico, vem-se promovendo a valorização econômica da região, por isto que representa a produção gomífera fator de fixação das populações, repovoamento das zonas rurais, desenvolvimento da navegação fluvial e, conseqüentemente, estabilização do comércio e normalização das receitas locais.

E' bem verdade que essa concentração de interesses na exploração e no comércio da borracha, sob a política que vem sendo executada, tem concorrido bastante para impedir o desenvolvimento, em maior escala, de outras formas de trabalho e de novas riquezas. Entretanto, sem a defesa desse produto, como vem sendo realizada, toda a economia da Amazônia sofreria súbita desorganização. Na verdade, se considerarmos o volume da produção regional em qualquer setor, a borracha continua a manter significativa preponderância, figurando em 1946 com 30.073 toneladas; em 1947, com 32.930; em 1948, com 25.306; em 1949, com 26.770.

Ademais, a produção de borracha, sob regime de financiamento, além de haver servido à valorização econômica da Amazônia,

tem significado muitíssimo para o desenvolvimento da indústria nacional de artefatos.

Nas plantações de Fordlândia e Belterra há cerca de 2.000.000 árvores de *hevea* com as melhores perspectivas de rendimento. Alcançou a safra, nesses núcleos, cerca de 30 toneladas mensais de látex concentrado, e estima-se que, em 1950, venha a ser de 60 toneladas mensais.

Mesmo que os investimentos, pelo seu vulto, em Fordlândia e Belterra, tenham encarecido a produção, — os resultados, até agora alcançados, mostram-se compensadores, dado o caráter experimental do cultivo. Não obstante esses resultados, deve continuar, porém, a ser estimulada a indústria extrativa silvestre, já que tão cedo não deixará de representar a principal riqueza amazônica.

Principal instrumento da política de proteção da *hevea*, o Banco de Crédito da Borracha S.A., organizado em 1942 com um capital de Cr\$ 50.000.000,00 passou a exercer, a partir de 1947, papel estimulante na produção gomífera, tendo a seu cargo as operações finais do monopólio de compra.

A ação do
Banco de
Crédito da
Borracha S.A.

Em 1948, votou o Congresso Nacional dois créditos de auxílio ao Banco de Crédito da Borracha S.A., sendo um de Cr\$ 40.000.000,00 e outro de Cr\$ 150.000.000,00. Esses auxílios, porém, não se mostraram suficientes à cobertura dos excedentes, que, em 31 de dezembro de 1948, montavam a Cr\$ 281.079.382,60. Em 31 de junho de 1949, os estoques alcançaram o valor de Cr\$ 321.459.867,80.

O referido estabelecimento de crédito, reclamando novos auxílios para atender às necessidades do financiamento, deverá contar com os recursos da mobilização de seus estoques, dos quais um terço de seu valor deverá ser dado em penhor ao Banco do Brasil S.A., como garantia de operação já autorizada. Essa mobilização está realmente assegurada, pois as necessidades do consumo já ultrapassam a capacidade de produção, que foi estimada para 1950 em 25.000 toneladas, o que está muito aquém das necessidades do consumo interno.

A indústria nacional de artefatos cresceu de tal modo que, em 1949, foram poupados cerca de US\$ 80.000.000,00. Sob esse aspecto, impõe-se assinalar que todos os caminhões e automóveis, no país, foram equipados, nesse ano, com pneumáticos de fabricação brasileira, com borracha amazônica.

Os lucros líquidos do Banco de Crédito da Borracha S.A., atingiram, em 1949, ao total de Cr\$ 24.443.279,80, somando o

seu capital e reservas, em 31 de dezembro do referido ano, Cr\$ 257.613.276,80, quantia que representa um aumento de Cr\$. . . . 21.598.905,50 sobre o total verificado, em igual data, no exercício de 1948.

Dada a significação dessa empresa mista na obra de valorização econômica da Amazônia, aprovou a III Conferência Nacional da Borracha, convocada pela Associação Comercial do Pará, uma série de resoluções referentes à manutenção do monopólio de compra e à transformação do Banco de Crédito da Borracha S.A. em Banco de Crédito da Amazônia S.A., para maior ajustamento de suas atividades aos variados problemas do vale amazônico.

A Lei n.º 86,
de 8 de se-
tembro de
1947, e a
proteção da
borracha

A Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947, representou, de fato, medida do mais alto significado para a política de proteção da borracha. Desde o término dos Acôrdos de Washington, a sustentação do preço de Cr\$ 18,00 por quilo de *finis Acre*, com o teor de 20% de umidade, recomendava-se como imperativo de estabilização da própria economia da Amazônia, atendendo-se, sobretudo, a que a cotação da borracha brasileira, no mercado internacional, não atingia mais do que a quarta parte daquele valor.

Após o período de brusca valorização causada pelas necessidades da guerra, a subsequente baixa de cotação, que ainda mais se agravaria pela concorrência da exportação asiática e da produção de borracha sintética, haveria de acarretar para o produto brasileiro consequências de grave repercussão, tanto para o comércio gomífero quanto para a própria economia da Amazônia.

Dêsse modo, além da conservação do preço, tornava-se imperioso também resguardar o mercado interno da importação da goma estrangeira. Tratava-se de medida que, apesar de privar a indústria nacional de aquisições mais vantajosas, servia de significativo fator para estabilizar a economia da Amazônia. A criação, portanto, da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, com as finalidades, entre outras, de conceder licenças para a importação de artefatos do exterior, veio ao encontro não somente dos interesses amazônicos, mas também do próprio desenvolvimento da indústria de artefatos do país, que passou a alimentar-se de matéria-prima brasileira.

O aspecto mais importante, porém, da citada Lei n.º 86 diz respeito ao monopólio das operações finais de compra pelo Banco de Crédito da Borracha S.A. e pagamento dos excedentes da produção não consumidos pela indústria nacional.

Despendeu, é fato, o Governo federal elevadas somas para a manutenção desse sistema, mas os financiamentos até agora processados concorreram para estabilizar a produção gomífera e — o que não deve ser esquecido — auxiliaram indiretamente a economia de toda a Amazônia, anulando as ameaças de crise, que, após a guerra, pairaram sobre o comércio gomífero. Agora, quando a indústria de artefatos, crescendo consideravelmente sob os auspícios dessa política de proteção, está a exigir, em maior escala do que a produção, o consumo da principal matéria-prima da Amazônia, — já não constitui angustioso problema a colocação dos estoques, os quais, em 31 de dezembro de 1948, se haviam elevado a cerca de 13.527 toneladas, no valor de Cr\$ 274.306.492,00.

Já tive oportunidade de assinalar na Mensagem anual anterior que “as condições econômicas do mercado acentuam, no momento, os aspectos comerciais do comércio da borracha” e que “surgiu a necessidade imperiosa de encontrar mercado compensador para os excedentes de safra, sem prejuízo do desenvolvimento do parque industrial brasileiro”.

Nesta oportunidade, apraz-me registrar a inversão dos fatores, ante as perspectivas otimistas do mercado interno, pois a indústria de artefatos, que adquiriu 17.932 toneladas em 1947; 19.786 toneladas em 1948; 23.970 toneladas em 1949, provavelmente adquirirá cerca de 30.000 toneladas em 1950.

Cumpra advertir que a Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947, cessará de produzir efeito em 31 de dezembro de 1950. É oportuno, portanto, considerar o futuro da borracha, à luz da experiência e em face dos interesses da Amazônia. Convém que se examine a oportunidade de continuar com a política de estabilização dos preços e da manutenção do monopólio, sem prejuízo de outros setores de produção e sem concorrer para que as firmas aviadoras encontrem meios para restaurar os métodos que, no passado, tanto aviltaram o trabalho nos seringais.

Talvez em nenhum setor das atividades administrativas possa o Governo enumerar, com maior segurança, folha tão ampla de serviços empreendidos, quanto no de comunicações e transportes. Viria a propósito reeditar aqui algumas das considerações feitas no discurso que proferi em Santos, quando fui levado a comentar certas críticas que tentam obscurecer a obra de reconstrução e de-

Transportes
e
comunicações

envolvimento que vem sendo executada desde 1946. Mais eloqüentemente do que as alegações, falam, porém, as realizações e os fatos, embora nem sempre seja fácil, em julgamento sereno, considerar devidamente os embaraços de execução.

Nas Mensagens anteriores, procurei deixar patentes a natureza e o grau das dificuldades a enfrentar, especificando também as diretrizes fixadas para a melhoria da situação nacional quanto a comunicações e transportes. Reportei-me, ainda, em diferentes ocasiões, à revisão do Plano de Viação Nacional, a que estávamos procedendo; à reunião dos Diretores de Estradas de Ferro, a fim de estudar em conjunto as principais medidas a tomar; às vantagens decorrentes da criação do Fundo Rodoviário Nacional e da observância de um plano administrativo, onde, ao menos, se arrolassem obras merecedoras de financiamento especial, dadas a urgência e importância que representavam para a Nação.

Pouca significação encerram, todavia, as negações e os juízos restritivos pelo fato de os planos do Governo não terem sido executados tal como em princípio admitidos; ou porque nos vissemos ante a contingência de limitá-los à efetiva capacidade dos meios disponíveis, em virtude da superveniência de obstáculos que, por imprevisíveis, não deixaram de ser menos verdadeiros; ou ainda porque, face à realidade, tivemos o bom-senso de restringir os nossos propósitos. Estamos convictos, em verdade, de que foi empregado o esforço possível para alcançar rendimento máximo dentro da realidade.

Condições gerais, de caráter nacional e internacional — sobre as quais difícil ou impossível era, sem dúvida, exercer qualquer controle — infelizmente nos haviam legado um parque ferroviário quase imprestável e uma rede rodoviária carente de recursos regulares e permanentes, não só para o seu desenvolvimento senão também para a sua própria conservação. Idêntica era a situação dos demais meios de comunicações e transportes, todos necessitados de equipamentos imprescindíveis, cuja importação esteve praticamente paralisada no transcurso do último conflito mundial. A procura acumulada, de anos anteriores, manifestou-se, pois, no início de minha administração, de maneira particularmente aguda. Não havia embaraço de escolha quanto a aquisições, porque de tudo se necessitava; ainda assim, impunha-se um critério hierarquizador dessas necessidades, sempre passível de discussão.

Por outro lado, são, também, dignos de apreciação os inevitáveis reflexos administrativos determinados pela mudança política operada em 29 de outubro. A ninguém, em sã consciência, é dado desconhecer os efeitos práticos de semelhante alteração sobre a execução de serviços públicos, tendo por objetivo ajustá-los às normas constitucionais que presidem ao regime.

Mas a verdade é que conseguimos sobrepor-nos a todos esses fatores negativos, levando de vencida os excepcionais obstáculos encontrados. E a prova está em que, já na minha Mensagem de Ano Bom para 1950, tive oportunidade de dar conta aos meus concidadãos dos pontos altos em matéria de transportes e comunicações, citando, entre outros empreendimentos de vulto: — a inauguração de 1.300 m de cais no pôrto do Rio de Janeiro, inclusive as respectivas instalações; — a inauguração de 800 m de cais no pôrto de Santos; — ao mesmo tempo que vos anunciava a inauguração, até o fim do corrente ano, de 3.600 m no pôrto da cidade de Pôrto Alegre; — o prosseguimento das obras relativas ao pier da Praça Mauá; — a aquisição de uma nova frota para o Lóide Brasileiro; — as encomendas de material flutuante para o Serviço de Navegação da Amazônia e Pôrto do Pará; — a construção de 4.227 km de estradas de ferro, dos quais mais de mil se acham concluídos; — a eletrificação de 92 km da Central do Brasil na linha da Serra do Mar; — e a construção de 2.800 km de estradas de rodagem federais.

Nesta Mensagem, portanto, Senhores Congressistas, é meu desejo limitar-me a fatos, e fatos principais, inventariando apenas o que realmente se realizou no decorrer de 1949 e esclarecendo o que ainda se pode fazer até fins de 1950.

Assim, no setor ferroviário, cuidou-se de dar prosseguimento ao plano de reaparelhamento das linhas e do material rodante e de tração, visando aumentar a capacidade de tráfego das estradas, como podereis verificar pelos elementos que em outras ocasiões tenho oferecido ao vosso exame.

No setor rodoviário, de acôrdo com o que assinaei na Mensagem de 1949, a situação é auspiciosa em matéria de construções, a despeito de o Fundo Rodoviário Nacional não vir crescendo consoante estimativas — porventura otimistas — elaboradas no pressuposto de um comércio exterior sem as restrições agora imperiosamente postas em vigência.

No setor da navegação fluvial, prosseguiram normalmente os serviços e obras previstos para as bacias dos rios da Prata, Amazonas e São Francisco, ativando-se inclusive os inquéritos relativos à ligação rodo-fluvial do Planalto Central com a Amazônia e sua articulação com a região sanfranciscana.

No setor da navegação marítima, continuou o Governo a executar tôdas as obras e serviços programados para o exercício de 1949, visando ao fortalecimento de nosso comércio marítimo internacional e de cabotagem, o que permitiu à Comissão de Marinha Mercante assinalar um aumento, sobre 1948, de 57.000 toneladas transportadas, no valor de Cr\$ 68.000.000,00, apesar de a nossa frota mercante de 336 navios contar apenas com 154 de menos de vinte anos de serviço e de estarem os fretes de cabotagem a reclamar revisão adequada.

No setor particular de dragagem de portos, rios e canais, inclusive serviços de fixação de dunas, desenvolveu-se apreciável esforço no sentido de observar fielmente o plano especial elaborado em 1947, embora os trabalhos só possam intensificar-se quando adquiridos os equipamentos previstos na programação administrativa, objeto de exame vosso.

A análise circunstanciada de tôdas essas categorias de obras e serviços públicos, cujos órgãos se acham sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, — início-a pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

ESTRADAS DE FERRO

Estrada de
Ferro Central
do Brasil

Na Mensagem do ano passado, em relação a essa ferrovia, tive ensejo de relatar-vos: — as aquisições de material rodante e de tração, bem como as obras de eletrificação na Serra do Mar, na Linha Auxiliar e na do Rio Douro; — a remodelação de traçados e construções de extensas variantes nas linhas do Centro e Ramal de São Paulo; — a eletrificação dos subúrbios de São Paulo; — a remodelação da linha-tronco para Minas Gerais; — a instalação de controle de tráfego centralizado (C. T. C.) na linha do Centro e em outras.

Prosseguiram todos êsses empreendimentos em ritmo acelerado, podendo afirmar-se que foram altamente satisfatórias as realizações da Central no decorrer de 1949.

A eletrificação da Serra do Mar, que teve início em 1944, foi solenemente inaugurada em 29 de março do ano passado, compreendendo trecho de 92 km, com as seguintes construções e montagens principais:

- rede aérea de tração, em linha dupla, de Japeri a Barra do Pirai (92 km de linhas principais e 10 de linhas de pátios, desvios e travessões);
- linha de transmissão, formada de dois circuitos trifásicos de 44.000 volts, entre Japeri e a subestação de Scheid;
- circuitos de retorno em todo o percurso da Serra do Mar;
- alimentação para as 3 subestações conversoras e para as 5 cabines seccionadoras.

É de salientar que tôdas as peças da rede de tração, feita exceção dos cabos mensageiros de cobre, provêm de fabricação nacional. Coube também a técnicos brasileiros a montagem dos equipamentos das subestações de Caramujos, Scheid, e Barra do Pirai e das seccionadoras de Austin, Japeri, Mário Belo, Humberto Antunes e Morsing.

A eletrificação em foco terá influência decisiva e fecunda na economia da Estrada, reduzindo despesas de operação e economizando o consumo de combustíveis líquidos e sólidos.

Quanto à eletrificação da Linha Auxiliar e da Rio Douro, estarão, no decorrer de 1950, terminadas tôdas as obras projetadas, inclusive a de remodelação da via permanente. A fim de possibilitar o perfeito contrôle de trens neste trecho, em 1949, a Estrada de Ferro Central do Brasil adquiriu uma cabine de sinalização elétrica para a estação de Pavuna, ponto inicial dos serviços.

Está sendo continuada em ritmo regular a eletrificação dos subúrbios de São Paulo, de Roosevelt a Mogi das Cruzes e na variante do Poá. Em 1949, concluíram-se as fundações entre Roosevelt e Mogi das Cruzes e na variante citada, numa extensão de 50 km, tendo-se terminado a montagem de toda a rede aérea.

Já foi adquirido o material de importação indispensável a essas obras, assim como o de fabricação nacional. Nas oficinas da Central e em fábricas nacionais, montaram-se vinte unidades elétricas para os serviços de transporte nessa linha, estando programada, ao findar o primeiro semestre do ano em curso, a inauguração de trecho que servirá a uma densa população, isto é, entre Roosevelt e Itaquera.

Quanto às instalações do Contrôle de Tráfego Centralizado, inaugurou-se em 1949 o trecho entre Santos Dumont e Barbacena, numa extensão de 54 km, o que representa progresso digno de registro, bastando para comprová-lo lembrar que a capacidade de

licenciamento de trens aumentou de 32 para 76 diários. Espera-se, até fins do exercício corrente, que estejam ultimados os trabalhos de montagem da última etapa, relativa ao trecho Barbacena-Lafaiete.

No trecho da Serra do Mar, também está sendo instalado o Contrôlo de Tráfego Centralizado. Lançaram-se, em 1949, 90% dos sinais, toda a posteação e a maioria dos cabos aéreos, prevendo-se a conclusão do serviço para setembro do ano corrente.

Outro melhoramento de grande alcance para os serviços da Central do Brasil é a instalação de sinalização moderna (tipo bloqueio automático), no trecho entre Nova Iguaçu e Japeri, prolongando-se assim a existente da primeira estação à de D. Pedro II.

No tocante à remodelação do traçado da linha do Centro para Minas Gerais, que compreende a construção de 113 km, foi intensificado, em 1949, o serviço de assentamento de trilhos, inaugurando-se a maior variante (Barbacena-Carandaí), com 54 km de extensão.

Essa variante apresenta grande significação econômica, pois, como não o ignorais, a fim de realizar o transporte de minério para Volta Redonda, o tráfego de trens de mil toneladas, que se fazia com tração dupla (entre Barbacena e Carandaí), passou a ser feito mediante tração simples, em locomotivas Diesel-elétricas.

Os trabalhos do ramal de São Paulo, que compreendem a construção de 13 variantes, com 330 km, acham-se em fase de conclusão, já havendo sido entregues ao tráfego linhas numa extensão de 51 km. Neste ramal, muitas são as obras de arte de grande importância, convindo destacar 18 pontes e 3.692 m de túneis. As primeiras, num total de 1.209 m, já foram terminadas; dos últimos, já foram construídos 10, ou sejam, 2.857 m, achando-se o restante em fase final de revestimento.

Os trabalhos de adaptação do gabarito para atender às novas composições foram concluídos na Linha do Centro e no trecho da Serra do Mar, com exceção do túnel 12, linha 1, da citada Serra, cuja entrega está prevista para o decorrer deste ano.

A remodelação da via permanente — em virtude do aumento de tráfego e de peso, por eixo, das locomotivas e vagões — vem sendo executada com maquinaria moderna, e para tal a Estrada já adquiriu à Companhia Siderúrgica Nacional 150 km de trilhos de 57 kg por metro de linha.

As novas composições adquiridas, que se destinam aos transportes entre Rio, São Paulo e Belo Horizonte, são dotadas de todos os requisitos modernos, inclusive ar refrigerado e luz fria. São 56 carros, do padrão de bitola normal, com um peso morto de 44 toneladas, o que significa apreciável redução em relação aos de 64 toneladas, usados nas composições do Cruzeiro do Sul.

Para a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em 1949, continuou a chegar o material rodante encomendado antes da encampação, já se achando em serviço 6 locomotivas a vapor, 180 vagões abertos e 20 breques para guardas-trem.

Estrada de
Ferro Santos-
Jundiaí

Não obstante persistirem as dificuldades oriundas da intensa concorrência rodoviária, principalmente entre Santos e São Paulo e São Paulo-Jundiaí, o transporte de cargas apresentou ligeiro aumento sobre o efetuado nos últimos três anos. É de atribuir essa melhoria à criação do Serviço Rodoviário Santos-Jundiaí: ao ser iniciado, dispunha este Serviço de 32 veículos, com capacidade total de 138 toneladas; hoje, este número subiu para 290, com 51 veículos. No decorrer de 1950, porque se espera a entrega de 12 tratores e 36 reboques, a capacidade ficará aumentada para 578 toneladas.

A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí vem realizando, outrossim, uma série de obras que visam à melhoria da linha permanente: — aquisição de material rodante e de tração, a fim de substituir os trilhos por outros de maior peso; — reforço do lastro de pedra britada, cuja espessura foi aumentada de 15 para 30 centímetros; — construção de desvios e variantes; — execução de reparos diversos nos aparelhos de sinalização e equipamentos de seu acervo; — construção e reparação geral em casas de turma, estações, residências, oficinas e barracões.

No que tange à eletrificação, de 1.º de janeiro a 31 de outubro de 1949, a Estrada recebeu materiais de importação para a montagem da rede aérea, subestações e seccionadoras, no valor de £ 445.166.

A montagem da rede aérea vem sendo executada em ritmo normal, havendo a Estrada, em 1949, realizado os seguintes trabalhos principais:

- concretagem de 69 fundações, ficando concluídas 3.722, significando 99,9% do total previsto;

- montagem de 594 estruturas metálicas, cujo total concluídos se eleva a 1.893, ou sejam, 94,8% do contratado;
- lançamento de 51.524 m de linhas de contato, perfazendo 27% do conjunto previsto;
- soldagem de 26.700 *bonds* de ligação de trilhos, correspondente a 137 km de linha singela, ou sejam 72% do total a executar;
- montagem dos suportes da linha de transmissão, entre Água Branca e Campo Limpo, inclusive lançamento do cabo mensageiro até Jundiá;
- conclusão dos edifícios das subestações de Tieté e Campo Limpo e montagem do respectivo equipamento.

A Estrada de Ferro Santos-Jundiá prosseguiu também com todos os serviços preparatórios relacionados com o oleoduto, cuja exploração lhe foi concedida pelo termo n.º 850, de 27 de agosto de 1948.

Em sessão de 11 de outubro de 1949, o Conselho Nacional do Petróleo ratificou o projeto definitivo desse importante empreendimento e, em 26 do mesmo mês, foi baixado o Decreto n.º 27.364, aprovando o projeto e seu orçamento.

Tal projeto, nascido de estudos feitos pelo Conselho Nacional do Petróleo e pela própria Estrada, custou Cr\$ 3.160.000,00 e o orçamento aprovado para as obras ascende a Cr\$ 141.460.000,00.

A Estrada terá de financiar esses trabalhos de construção mediante operações de crédito por antecipação de receita, contando-se que a entrega do oleoduto seja feita em pouco mais de um ano.

Eis por que, apesar de a Lei n.º 749, de 27 de junho de 1949, ter consignado a primeira parcela — Cr\$ 30.000.000,00 —, dos recursos previstos no Plano SALTE para execução das obras, já foram encaminhadas negociações com a Caixa Econômica Federal, em São Paulo, para que se obtenham Cr\$ 50.000.000,00.

Outra proposta foi feita ao *Export & Import Bank*, em janeiro de 1949, negociação que se deverá reencetar no decorrer deste ano.

Para facilitar a aquisição dos materiais destinados à construção desse empreendimento, todos os pedidos de licença prévia e de cobertura de cambiais foram em tempo apresentados ao Banco do Brasil, sendo que estão por mim autorizadas as últimas providências.

Por outro lado, a Estrada já tratou de adquirir a maior parte dos terrenos e faixas de domínio, reclamados pela instalação do referido oleoduto.

Na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina as receitas arrecadadas na exploração industrial excederam as previsões orçamentárias.

Rede de Viação Paraná-Santa Catarina

A situação, em 1949, foi a seguinte:

<i>Exploração industrial</i>	<i>Cr\$</i>
Receita orçada	244.339.800,00
Receita arrecadada	294.843.800,00
Diferença para mais	<u>50.504.000,00</u>
Despesa orçada	244.220.200,00
Despesa realizada	293.934.200,00
Diferença para mais	49.714.000,00
Saldo	<u>909.600,00</u>
 <i>Arrecadação da taxa de 10%</i>	
Fundo de Melhoramentos	
Orçada	16.500.000,00
Realizada	21.898.234,00
Fundo de Renovação Patrimonial	
Orçada	16.500.000,00
Realizada	21.898.234,00

A Rede foi contemplada pelo Governo federal, de acordo com a Lei n.º 749, de 27 de junho de 1949, com Cr\$ Cr\$ 65.000.000,00, sendo empregados Cr\$ 30.000.000,00 nos serviços de conclusão dos edifícios das novas oficinas de locomotivas em Curitiba, reforçamento de pontes, conclusão de variante de São João e continuação da variante Joaquim Murtinho-Presidente Castilhos; e Cr\$ 35.000.000,00 no prosseguimento da construção dos ramais Engenheiro Blei-Rio Negro, Joaquim Murtinho-Campo Mourão e Riozinho-Guarapuava.

Em 1949, foi entregue ao tráfego o primeiro trecho da variante de São João, entre Porto União da Vitória e Nova Galícia, achando-se o trecho restante com trilhos assentados e em fase de consolidação.

Na variante Engenheiro Blei-Rio Negro, entregou-se ao tráfego o segundo trecho, dependendo de consolidação a linha do terceiro. Construíram-se edifícios e assentaram-se trilhos no quarto

trecho, prosseguindo-se os trabalhos de terraplenagem e de alvenaria no quinto e último.

No de Curitiba-Ponta Grossa ficou ultimada, sendo entregue ao tráfego, a variante entre os quilômetros 145,395 e 146,214. A variante Presidente Castilhos-Joaquim Murtinho está com a terraplenagem em andamento, achando-se concluídos os serviços de esplanada para a futura estação de entroncamento.

As obras de construção da linha Joaquim Murtinho-Campo Mourão, que irá servir à fábrica de papel e celulose da Fazenda Monte Alegre, já estão sendo atacadas com regularidade, tendo a ponta dos trilhos atingido a estação de Barro-Prêto, no km 70. Aham-se concluídos os edifícios e casas residenciais dessa estação e o armazém para a guarda de 40.000 sacas de café.

Visando assegurar melhoria em suas condições de tráfego, a Rêde executou ainda os seguintes serviços e obras: — concluiu o reforço de 23 pontes no trecho entre as estações de Pôrto União da Vitória e Rio Uruguai; — substituiu o lastro de terra pelo de pedra britada em 52,353 km; — mudou trilhos em diversos trechos, perfazendo uma extensão de 116,477 km; — substituiu 490.000 dormentes; — adquiriu 50 caminhões Ford para o serviço rodoviário, de modo a recuperar o transporte desviado da estrada pela concorrência particular, conseguindo ligar o leste catarinense, no triângulo Joinville-Blumenau-Itajaí, por três sistemas de comunicações, quais sejam: o rodoviário, o rodo-ferroviário e o ferroviário; — concluiu os estudos e projetos da usina geradora destinada à sua eletrificação, e encomendou seis subestações, um conjunto Diesel e materiais outros indispensáveis ao seu planejado melhoramento.

Em 1950, pretende a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina: — concluir as variantes do ramal de Rio Negro; — e o ramal de Guarapuava até o rio Jordão; — entregar ao tráfego 10 km do ramal de Monte Alegre; — continuar os serviços da variante de Itararé; — construir a variante de Lança, encurtando de 8 km a linha São Francisco do Sul-Pôrto União da Vitória; — e inaugurar o primeiro trecho da linha eletrificada, entre Paranaguá e Curitiba.

Estrada de
Ferro Noro-
este do Brasil

O Governo vem dando à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a necessária assistência e despendendo esforços para que a mesma prossiga nas indispensáveis obras de melhoramento e desenvolvimento.

Continuaram-se tôdas essas obras em 1949, havendo a Estrada assentado trilhos em 23 km no prolongamento Pôrto Esperança-Corumbá, e, nesse mesmo trecho, construíram-se 63 km de linhas telegráficas, dando-se também maior impulso aos trabalhos da ponte de 264 m sôbre o rio Novo.

No ramal de Campo Grande-Ponta Porã, os trabalhos correram normalmente, havendo a EFNB inaugurado, em maio de 1949, o trecho de 71 km, ligando a estação de Maracaju à de Sete Voltas, Ministro Pestana e Itarhum, o que significa haver entregue ao tráfego público 225 km do ramal em aprêço.

Tiveram andamento regular os trabalhos da variante Mirante-Guaíçara, destacando-se a construção do edifício da nova estação de Pirajuí, casas de turma e 7 km de cêrcas marginais.

Na variante Campo Grande-Lagoa Rica, os serviços de terraplenagem foram terminados, assentando-se 6 km de trilhos.

A Noroeste empedrou mais 29 km de suas linhas, aumentando o percurso empedrado para 660 km; e substituiu 34 km de trilhos por outros mais pesados. Inaugurou o Armazém de Relotação de Araçatuba, destinado a preparar vagões diretos para as estações de maior movimento.

A Companhia Siderúrgica Nacional encomendou a EFNB trilhos e acessórios no valor de Cr\$ 12.271.401,60.

As principais atividades da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, além dos trabalhos normais, foram as seguintes:

Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

- construção de dois carros e trinta e cinco vagões (montagem); construção de 24 carros de passageiros, inteiramente de aço e com material nacional;
- aquisição de 124 vagões de fabricação nacional, desmontados: 10 vagões para o transporte de óleo e 15 locomotivas Diesel-elétrica de 650 HP;
- encomenda de 6 automotrizes; 2 locomotivas Diesel-elétrica de 500 HP, e 10 elétricas de 800 kw. tôdas de fabricação nacional.

Foi recebido quase todo o material para a eletrificação das linhas, assim como se iniciou a construção do grande edifício da usina termelétrica de 20.000 kw, da barragem para refrigeração, e pontes para as linhas aéreas.

Pela dotação de Cr\$ 10.000.000,00 prevista no plano SALTE, adquiriu a VFFLB 3.500 toneladas de trilhos em Volta Redonda;

e, com a de Cr\$ 8.000.000,00, também proposta no citado Plano, foram empedrados 125 km de linha. Em 1.º de maio de 1949, foi também inaugurada a variante de Lamarão.

Para maior conforto do pessoal, a Estrada, em 1949, construiu e entregou 35 casas de moradia. As demais obras a seu cargo prosseguiram em ritmo normal de construção.

Outras
estradas

Quer na Rêde de Viação Cearense, na Estrada de Ferro Bahia-Minas, na Central do Rio Grande do Norte, na Madeira-Mamoré, na *Great Western* e em outras, os trabalhos de ampliação das linhas e empedramento das existentes tiveram seguimento normal, nada de importante havendo para registrar, a não ser a ligação das cidades de Baturité e Sobral e o recebimento de 15 locomotivas Diesel-elétricas de 650 HP cada uma (na Rêde de Viação Cearense), o que constituía velha aspiração da população e comércio locais.

Batalhões
ferroviários

As obras a cargo dos 1.º e 2.º Batalhões Ferroviários continuaram normalmente no decorrer do exercício passado.

No trecho Rio Negro-Bento Gonçalves, parte entregue ao 1.º Batalhão Ferroviário, a situação atual é a seguinte: Bento Gonçalves-Veríssimo de Matos (km 19) — linha lançada, nivelada e lastreada; postes telegráficos, casas de turmas e demais edifícios, concluídos ou em fase final de acabamento; Veríssimo de Matos-Última Garganta (km 26) — linha lançada, nivelada e lastreada, obras de arte correntes já prontas; Última Garganta-Rio das Antas (km 48) — 90% do serviço de terraplenagem executado, obras de arte correntes, viadutos e seis túneis, também prontos; Rio das Antas-Rio Turvo e até o km 146 — terraplenagem iniciada, estando atacados 13 túneis.

Na ferrovia Pelotas-Santa Maria, entregue ao mesmo Batalhão, a situação é a seguinte: — trecho Pelotas-Canguçu, numa extensão de 76 km, concluído e em condições de ser entregue ao tráfego.

A situação da ferrovia São Luís-Cerro Azul apresenta-se nos seguintes termos: — com 47,8 km. de extensão, a terraplenagem e as obras de arte correntes estão concluídas; as obras de arte especiais, com exceção da ponte sobre o rio Ijuí, também já estão prontas; e concluídos ou em fase final de acabamento, diversos edifícios.

O 2.º Batalhão Ferroviário, graças à dotação de Cr\$. 40.000.000,00; pôde realizar na ferrovia Rio Negro-Barreto o seguinte: 115 km de linha construída e em tráfego; 235 km de linha locada; pontes e viadutos prontos, numa extensão de 878,25 metros; 10 túneis concluídos (3.258,41 m); 10 túneis em construção (2.094 m).

Durante os quatro primeiros meses de 1949, os trabalhos da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra foram muito prejudicados pelas chuvas. A Comissão Mista, todavia, com a dotação de Cr\$ 92.000.000,00, que lhe foi atribuída em 1949, desenvolveu grandes esforços, dando andamento normal aos serviços de construção, adquirindo muito material, inclusive carros de aço para passageiros, auto-linhas e troleis, caminhões e equipamentos outros, indispensáveis aos seus serviços.

Comissão
Mista
Ferroviária
Brasileiro-
Boliviana

Grande parte do material ferroviário encomendado, e que se achava depositado no porto de Montevidéu, foi transportado pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata, permitindo à Comissão maiores perspectivas de produção em 1950.

No decorrer de 1949, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro executou obras no valor de Cr\$ 170.799.561,00, assentando trilhos em 183 km, e concluindo a construção de 316 km.

Departamento
Nacional de
Estradas de
Ferro

Dentre as construções principais, entregues a esse Departamento, destacam-se, pelas importâncias aplicadas em 1949, as de Patos-Campina Grande, com Cr\$ 19.840.199,00; Lima Duarte-Bom Jardim, com Cr\$ 24.849.646,00; Palmeira dos Índios-Colégio com Cr\$ 11.811.947,00; Albuquerque-Né Afogados de Ingazeira, com Cr\$ 7.129.086,00; Cruz das Almas-Santo Antônio de Jesus, com Cr\$ 4.495.405,00; Belo Horizonte-Presidente Peçanha, com Cr\$ 7.523.969,00; Contendas-Brumado-Monte Azul, com Cr\$. . . . Cr\$ 22.148.614,00; Itajaí-Blumenau, com Cr\$ 11.140.988,00; Leopoldo Bulhões-Goiânia, com Cr\$ 13.384.435,00; Apucarana-Guaíra, com Cr\$ 9.384.270,00 e Pedras Altas-C. Chato, com Cr\$ 16.700.925,00.

Na Mensagem do ano passado, tive oportunidade de informar-vos a respeito das modificações feitas na Plano da Viação Nacional; no propósito de dar maior amplitude ao nosso sistema ferroviário, do mesmo passo que também vos inteirei das necessidades prementes de equipamento destinado a aumentar a capacidade de transporte das ferrovias existentes.

Procuramos dar cumprimento, na medida do possível, ao programa então esboçado, que em seus aspectos básicos, aliás, já conhecidos através de outros documentos oficiais. Todavia, a simples enumeração dos trabalhos e serviços desenvolvidos nas diversas estradas; suas encomendas de material; suas construções, reformas e substituições, tudo permitirá que formeis idéia precisa sobre o esforço real no sentido de minorar as deficiências e dificuldades encontradas pelo atual Governo nos transportes ferroviários.

Até fins de 1950, é de esperar que muito ainda se faça, podendo afiançar-vos que não medirei esforços na execução do programa que me impus.

ESTRADAS DE RODAGEM

Já no setor rodoviário, dada a nova política adotada a partir da implantação do Fundo Rodoviário Nacional, o ritmo das construções alcançou índices anteriormente desconhecidos no país.

Em 1949, se atentarmos apenas nas rodovias confiadas aos departamentos estaduais de estradas de rodagem, construíram-se cerca de 500 km, realização que consagra, definitivamente, a política de colaboração intergovernamental, instaurada e desenvolvida no atual Governo, e a vigente estruturação dos órgãos rodoviários do país.

Do total de estradas em construção, o DNER delegou 45% aos departamentos estaduais e à Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, ficando a seu cargo os restantes 55%.

Dentre as principais obras prosseguidas ou concluídas em 1949, cabe ressaltar as seguintes, sobre as quais aduzirei breves comentários.

Estrada Rio- Bahia

Em 1948, anunciei em documento público a conclusão da Rio-Bahia para 1949. De fato, na primeira quinzena de agosto, a mesma foi inteiramente franqueada ao tráfego.

Os trabalhos que ali se realizaram em 1949 foram de acabamento (trecho entre Teófilo Ottoni e Feira de Santana) e de remate de grandes obras de arte no mesmo estirão.

A conservação dessa estrada, segundo as estimativas já feitas, consumirá cerca de Cr\$ 16.000.000,00, anualmente, devendo, entretanto, esse custo ir decrescendo gradativamente, à medida que sua pavimentação for sendo executada.

Torna-se dispensável acentuar, tão evidente se mostra, a importância da Rio-Bahia — ligação entre o Norte e o Sul do país — representando marco decisivo para a nossa economia e defesa, e exprimindo laço de sociabilidade indispensável à unidade nacional.

Se se puder manter o ritmo de hoje nas obras da Estrada Rio-São Paulo, tudo nos leva a crer que a sua conclusão ocorrerá no fim do corrente ano.

*Nova Estrada
Rio-São
Paulo*

Na verdade, a fim de melhor atender à intensificação dos trabalhos em 1949, criou o Governo uma Comissão Especial encarregada de presidir à sua execução, havendo sido baixado o Decreto n.º 26.429, de 9 de março daquele ano, regulador de suas atribuições e atividades. Quando a referida Comissão assumiu a direção dos serviços, diversos trechos estavam em andamento, restando por atacar estirões numa extensão de 140 km.

O trabalho geral foi então subdividido em sete trechos, que vêm sendo construídos segundo diferentes regimes: tarefa, empreitada e administração direta. As três primeiras etapas, parte da penúltima e a última terão características de auto-estrada, com duas pistas de sete metros, separadas por um canteiro central, de três metros e sem cruzamentos em nível. São esclarecimentos que já vos tinha antecipado na Mensagem anual de 1949, mas que agora vos reitero com maior segurança, pois que o desenvolvimento dos serviços permite precisar definitivamente as características do grande empreendimento em execução.

Quanto às obras de arte e respectivo andamento, enseja-se, aqui, oferecer as seguintes elucidações: as pontes sobre os rios Acari e Pavuna, ao findar de 1948, estavam concluídas; foram, também, ultimadas, em 1949, três passagens superiores e dois pontilhões. Presentemente, encontram-se em andamento cinco passagens superiores, três viadutos e quatro pontes. A pavimentação do primeiro trecho já atingiu a área de 100.000 m².

No trecho Linha do Centro-Rio Guandu, foram concluídas não só a terraplenagem em cerca de 60% de sua extensão, como a ponte sobre o Canal Abel e todas as obras de arte correntes.

No trecho seguinte, até o km 78, a pavimentação já vinha sendo executada desde 1948. Ultimaram-se em 1949 a ponte sobre o Ribeirão das Lajes e duas passagens superiores, achando-se em andamento as demais obras.

No quarto trecho, do km 78 ao rio Paraíba (km 217), já se movimentou terra em cerca de 60 km, sendo que 50% do serviço em aprêço foram executados em 1949. O restante deste trecho está sendo adaptado às novas condições técnicas e já conta com cerca de 90.000 m² de pavimentação, o que também se realizou em 1949.

No quinto trecho (Rio Paraíba-Taubaté) executaram-se obras de arte correntes e terraplenagem em cerca de 50 km; terminou-se a ponte sobre o rio Bocaina, achando-se em andamento tanto as de Itagaçaba e Taboão como os viadutos de Jataí, São Lourenço e Motas.

No trecho Taubaté-Guarulhos, as obras de arte ficaram praticamente concluídas em 1949, e executada está a terraplenagem em cerca de 70% de sua extensão.

Já se acha adiantada a construção das pontes principais, em número de cinco, e de três dos viadutos projetados. A pavimentação do trecho em exame é, neste momento, atacada de dois pontos, simultaneamente, nas alturas de Jacareí e Guarulhos. De Jacareí em diante, a rodovia terá características de auto-estrada, na forma anteriormente referida. A diferença entre esse trecho e o de saída do Rio é que o primeiro mede apenas 20 km, enquanto o último conta 44 km, a partir de Parada de Lucas.

Na antiga Rio-São Paulo, a pavimentação alcançou Barra Mansa, significando isso que a estrada possui, até o momento presente, 134 km pavimentados, a partir do Distrito Federal.

Entro nestas minudências, fornecendo-vos elementos a respeito do progresso que vêm tendo as obras dessa estrada, a fim de que vos seja possível avaliar com pleno conhecimento de causa o vulto dos trabalhos realizados em 1949.

Não são, pois, exagerados os prognósticos de que a sua conclusão dar-se-á até fins do ano corrente.

A nova estrada Rio-São Paulo, em 1950, concentrará os esforços do Governo federal no setor, nela se devendo aplicar cerca de Cr\$ 650.000.000,00, ou seja, mais do que, em 1949, tocou ao DNER como cota do Fundo Rodoviário Nacional. Dêsse total, ficarão para ser pagos em começos de 1951 aproximadamente R\$50

milhões; 100 milhões serão financiados pela cota do Fundo para o DNER; 200 milhões deverão provir de operação, com o Banco do Brasil, já autorizada; e os restantes 200 milhões serão cobertos pelo acréscimo das taxas do imposto único, a cujo estudo procede o Congresso, ou por operação julgada aconselhável.

Não preciso justificar os motivos de uma concentração financeira de tal monta em estrada que serve a zona tão povoada, de tamanha densidade industrial, e tão fecunda em possibilidades econômicas. Entre as obras de alcance nacional que nos impussemos realizar, sem dúvida essa estrada figurava e figura no pequeno grupo das merecedoras de prioridade absoluta, como urgência e importância. Regozijo-me, por isso, de que tenha ela recebido, no meu período governamental, atenção e desvelo compatíveis com o seu significado, facilitando-se à porção mais expressiva dos contribuintes brasileiros a utilização de uma obra pública desse porte excepcional.

É a rodovia Curitiba-Lajes outra grande realização do Governo, que deverá estar concluída em 1950. Em meados do ano em curso, esperamos vê-la em condições de entrega ao tráfego.

*Rodovia
Curitiba-Lajes*

Para que se intensifiquem satisfatoriamente os trabalhos de construção das estradas do Sul, além da Curitiba-Lajes, o Governo já autorizou o DNER a entrar em entendimento com o Banco do Brasil, a respeito de uma operação de crédito até Cr\$ 100.000.000,00.

As principais obras a ativar com esses recursos são as das rodovias: Ponta Grossa-Foz do Iguaçu; Porto Alegre-Uruguaiana; Vacaria-Passo Socorro; Curitiba-Rio Negro; Santa Cecília-Lajes e Porto Alegre-Caxias.

Os trabalhos desta importante ligação compreendem: a pavimentação da estrada atual entre Benfica e Belo Horizonte; — e a construção do novo trecho Lafaiete-Belo Horizonte.

*Rodovia
Rio-Belo
Horizonte*

No primeiro trecho, a pavimentação já ultrapassou Benfica em quatro quilômetros, prosseguindo a construção para Santos Dumont.

No segundo trecho, do km 0 ao 40, o DNER delegou a construção ao DER de Minas Gerais. Do km 41 ao 76, o próprio Departamento vem cuidando mediante adjudicação por concorrência.

Esse trecho Lafaite-Belo Horizonte se reveste de grande importância, pois o percurso total da ligação só aqui ficará reduzido em 40 km.

*Outras
estradas*

Tiveram prosseguimento em 1949: a variante Rio-Petrópolis — inaugurada no princípio deste ano; a ligação Itaipava-Teresópolis; a rodovia Porto Alegre-São Leopoldo, assim como: São Leopoldo-Caxias (pavimentação); Vacaria-Passo Socorro; Feira de Santana-Salvador; Variante de Pomba; Rio-Bahia-Arassuá; e Rio-Bahia-Topázio.

As estradas de acesso a Paulo Afonso estão igualmente sendo atacadas. Refazem-se dezoito quilômetros, e trinta e dois vêm sendo construídos, devendo ligar-se Petrolândia a Paulo Afonso, por ambas as margens do rio São Francisco, de maneira a facilitar os trabalhos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Importa mencionar outras estradas cujos projetos já foram concluídos ou cujas obras se encontram em andamento de acordo com os recursos concedidos: Belo Horizonte-Vitória (atacada); Belo Horizonte-São Paulo (concluídos os estudos); Anápolis-Colônia Agrícola-Tocantins (concluídos 100 dos 600 km a construir) e Anápolis-Corumbá-Niquelândia (em fase de conclusão).

*Comissões
militares*

Prosseguiram em ritmo normal as obras rodoviárias a cargo das Comissões Construtoras de Estradas de Rodagem, subordinadas à Diretoria de Obras e Fortificações do Exército.

Graças a recursos de vária natureza, inclusive créditos especiais, a Comissão n.º 1, que está empenhada na construção da rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, concluiu, sem revestimento, um trecho rodoviário de 95 km, executando, em 70 outros, serviços de terraplenagem; — revestiu ainda 12 km e deu andamento a 36 outros, realizando subsidiariamente diversas obras de arte correntes.

A Comissão n.º 2, que se acha incumbida da construção da rodovia São Paulo-Cuiabá, executou no trecho do Triângulo Mineiro serviços de reconhecimento em 60 km; — explorou 78; — concluiu 67 obras de arte correntes, completando instalações e revestimentos. No trecho de São Paulo, — concluiu terraplenagem em 27 km; — e deu andamento a 10, rematando 13 obras de arte correntes.

A Comissão n.º 3, que tem a seu cargo a construção da rodovia Aquidauana-Jardim, empenhou-se, como seu trabalho principal, em executar reparações no estirão já construído, de maneira a permitir o trânsito em qualquer época do ano.

A Comissão n.º 5, encarregada da rodovia Cuiabá-Pôrto Velho, prosseguiu os serviços, procurando também manter a parte já construída em perfeito estado de conservação.

A Comissão n.º 7, na construção da rodovia Vacaria-Lagoa Vermelha-Passo Fundo, teve por missão conservar 180 km; e prosseguiu nos serviços de revestimento, o que executou em 67 km, em tipo estabilização simples natural.

A Comissão Especial de Obras n.º 5, na construção da rodovia Lorena-Itajubá, dada a exigüidade dos recursos que lhe foi possível conferir em 1949, preocupou-se, sobretudo, em manter em condições de tráfego a parte já construída.

Na Mensagem do ano anterior foi-me dado o ensejo de inteirar-vos sobre as diretrizes gerais da política rodoviária adotada pelo Governo a partir da criação do Fundo Rodoviário Nacional.

Fundo Rodoviário Nacional

Nesta Mensagem, à semelhança da precedente, desejo dar-vos conta da distribuição dos 60% devidos aos Estados, Municípios e Territórios, apresentando-vos o quadro abaixo, pelo qual podeis acompanhar o movimento dos recursos provenientes do Fundo em apêço.

De 1948 para 1949, embora a arrecadação não tenha correspondido às estimativas, houve um pequeno aumento de Cr\$ 38.695.804,44, cabendo àquelas entidades a apreciável parcela de Cr\$ 724.224.104,70, enquanto no ano anterior fôra de Cr\$.. 685.528.300,26.

Ao DNER, em 1949, coube a parcela de cerca de Cr\$ 450.000.000,00. O total do movimento do Fundo Rodoviário Nacional ascendeu, pois, a Cr\$ 1.174.224.104,70.

DISTRIBUIÇÃO DE 60% DO FUNDO RODoviÁRIO NACIONAL
ENTRE OS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, NO ANO DE 1970

274

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1.º TRIMESTRE Cr\$	2.º TRIMESTRE Cr\$	3.º TRIMESTRE Cr\$	4.º TRIMESTRE Cr\$
Goiatuba.....	108.077,10	200.310,00	228.060,00	201.271,10
Acry.....	131.380,30	148.025,50	180.535,40	171.245,40
Amazonas.....	7.324.219,80	7.374.701,40	8.008.780,00	9.481.749,20
Rio Branco.....	151.587,80	171.606,00	181.585,40	217.778,00
Para.....	6.874.330,00	7.346.067,60	7.717.397,10	9.010.410,20
Alameda.....	112.907,50	120.237,00	120.281,10	140.294,00
Maranhão.....	2.740.184,70	2.814.372,00	2.851.735,50	3.050.860,00
Piauí.....	1.034.474,00	1.058.747,60	1.100.501,00	1.480.422,30
Ceará.....	4.581.335,00	4.453.470,10	4.581.591,00	5.470.831,20
Rio Grande do Norte.....	1.840.304,70	1.801.072,20	1.845.391,30	1.918.719,40
Pernambuco.....	2.930.011,00	2.080.570,00	2.792.849,40	3.401.338,00
Pernambuco.....	7.200.112,00	7.087.061,00	6.051.265,30	8.402.332,00
Alagoas.....	1.111.384,00	1.497.027,00	1.433.110,10	1.700.071,80
Pernambuco da Normal.....	782,00	100,00	211,00	305,00
Berço.....	802.335,20	853.858,10	1.018.600,20	1.148.377,00
Bahia.....	8.200.500,00	8.815.708,10	9.294.000,30	10.872.213,00
Minas Gerais.....	14.338.780,00	14.871.181,00	17.749.035,60	20.904.174,70
Esprito Santo.....	1.385.181,00	1.430.110,00	1.500.807,00	2.078.082,00
Rio de Janeiro.....	6.878.488,70	7.301.307,50	7.070.064,00	8.285.071,90
Distrito Federal.....	13.662.007,70	15.812.052,00	17.014.203,10	19.186.190,10
Rio Paulo.....	41.618.017,10	43.465.090,00	41.448.288,70	60.704.612,40
Pernambuco.....	5.630.124,30	6.301.460,30	6.030.217,40	6.232.000,30
Pernambuco.....	3.516.051,70	3.801.050,70	3.018.073,40	3.831.130,30
Rio Grande do Sul.....	19.833.213,70	18.803.841,40	15.209.018,40	16.407.787,30
Santa Catarina.....	5.490.720,70	6.168.115,10	6.652.234,70	7.700.034,20
Paraná.....	3.018.030,30	3.872.408,70	4.418.087,70	5.172.010,70
Paraná.....	12.013,80	18.300,00	14.037,00	17.201,40
Paraná.....	91.000,70	97.000,00	100.000,70	124.415,90
TOTAL.....	101.391.623,00	108.201.011,10	121.621.005,00	213.513.681,10

Obs.: Ao DNCR, em 1970, couberam cerca de Cr\$ 150.000.000,00.

Com as conhecidas repercussões e conseqüências no mundo dos negócios, especialmente no comércio internacional, a última guerra atuou de modo decisivo, dadas as restrições cambiais impostas às nossas importações, nos transportes marítimos da linha americana do Lóide Brasileiro.

Já do ponto de vista interno, e no que diz respeito à sua economia, o encarecimento dos materiais e combustíveis, aliado aos sucessivos aumentos de salários — sem que se majorassem as taxas na mesma proporção —, concorreu por seu turno para agravar nos últimos anos o problema financeiro da empresa.

O Governo, a despeito de tôdas essas dificuldades, tem-se empenhado, todavia, em dar ao Lóide Brasileiro as condições de operação exigidas pela sua posição em nossa Marinha Mercante.

Assim, por conta da nova frota, composta de 36 navios, sendo 20 cargueiros de longo curso e 16 de cabotagem, o Brasil já pagou, até outubro de 1949, a importância de Cr\$ 866.224.960,80, como parte do custo total de Cr\$ 1.450.711.904,60, devendo ser paga, até 1960, a restante quantia, inclusive os juros (Cr\$ 794.782.230,90).

O Lóide transportou em 1949 cêrca de 2.035.000 toneladas, obtendo uma renda bruta de Cr\$ 762.200.000,00, distribuída por suas linhas, como se segue :

<i>Linhas</i>	<i>Toneladas</i>	<i>Receita Cr\$</i>
Cabotagem	1.275.048	373.458.600,00
Americana	456.948	229.807.968,00
Européia	302.436	158.936.976,00

Não fôra a necessidade de acautelar os nossos interesses, mediante restrições cambiais e segundo o sistema de licença prévia, a linha americana maiores lucros teria proporcionado à Empresa, a despeito da pesada concorrência que lhe cumpre enfrentar nos transportes de cargas de importação e de exportação.

Sendo o frete elemento importante na balança de pagamentos, através do qual se processa enorme evasão de divisas, — foi o Lóide levado a desenvolver, por isto mesmo, firme campanha junto aos exportadores e importadores nacionais, procurando demonstrar-lhes quanto redundará em benefício para a nossa economia a preferência pelos navios brasileiros, mercê das possibilidades de ampliação que se oferecem à nossa Marinha Mercante. Colheram-se

alguns frutos nessa campanha, podendo afirmar-se que, em 1949, as classes conservadoras do país compreenderam melhor os interesses em jogo, já que asseguraram ao Lóide uma preferência que servirá de base, se nela perseverarem, à renovação continuada de sua frota.

Por outro lado, a presença do próprio Lóide Brasileiro nas conferências internacionais de frete tem sido proveitosa, não se permitindo que se firam de morte, através do frete, tanto a indústria nacional como os mercados conquistados. (O que se há feito em relação ao óleo de mamona pode servir de exemplo significativo em referência ao que venho de asseverar.)

É de navios de passageiros a deficiência de que mais se ressentem o Lóide e toda a Marinha Mercante brasileira. Para remediar parcialmente tão grande lacuna, o Governo, através do plano administrativo que vos apresentei, se propôs adquirir três dessas embarcações, destinadas à cabotagem, e três outras, mistas, para as linhas de longo curso, com instalações especiais para imigrantes.

Graças a esse programa mínimo de aquisição e de reformas que visam à ampliação da frota existente, espera-se que as nossas condições de transportes marítimos venham a melhorar.

Serviço de
Navegação
da Amazônia
e de Administração do
Porto do Pará
(SNAAPP)

O Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, à conta de recursos próprios e dos provenientes de subvenção federal, realizou obras e serviços de alta importância para o reaparelhamento e renovação de sua frota.

Cumprе destacar de modo particular reparos e motorização de navios e alvarengas, mediante recursos concedidos pela União (Cr\$ 20.000.000,00), em virtude dos dispositivos constitucionais que estabeleceram o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Entre as obras executadas, registre-se a reconstrução do cais do Boulevard Castilhos França. Essa obra, cuja extensão é de 600 metros, já tem construídos 115, estando o seu custo orçado em Cr\$ 1.222.902,90.

O SNAAPP, em 1949, construiu ainda o seguinte: — residências para funcionários, em Miramar (Cr\$ 939.095,00); — prédio para a Escola Santo Amaro, com capacidade para 200 alunos (Cr\$ 619.059,00); — depósitos para instalação da Oficina Mecânica da Superintendência (Cr\$ 218.511,00); — prédio para a Oficina de Motores da Superintendência de Diques e Oficinas (Cr\$.. 202.251,00).

Além dessas atividades, o SNAAPP manteve a frota em tráfego regular, realizando 196 viagens, transportando 118.000 passageiros e carga com um volume superior a 54.000 toneladas.

O Serviço de Navegação da Bacia do Prata também manteve em tráfego regular toda a sua frota, realizando, entre serviços e obras principais, os dos reparos nos navios *Paraguai* (Cr\$ 238.440,00), *Argentina* (Cr\$ 385.870,00), na chata T-4 (Cr\$ 350.400,00), na chata *Parecis* (Cr\$ 289.000,00), bem como serviços outros em execução em diversos navios, os quais ascendem à despesa total de Cr\$ 2.507.030,00.

Serviço de
Navegação
da Bacia do
Prata

Pretende o Serviço ampliar em 1950 suas linhas de navegação, graças à entrega de dezenove unidades novas encomendadas à Holanda, Inglaterra e estaleiros da Ilha do Viana, o que, contudo, não descurará os trabalhos de reconstrução da frota.

Órgão administrador das subvenções concedidas pelo Governo às empresas de navegação, a Comissão de Marinha Mercante, não somente com os dispositivos inscritos no Orçamento, mas também por conta de sua receita especial, distribuiu os seguintes auxílios:

Comissão de
Marinha
Mercante

- ao Lóide Brasileiro, para adaptação do *Lestelóide*, Cr\$ 1.900.000,00;
- ao Departamento de Portos, Rios e Canais, para dragagem no porto de Aracaju, Sergipe, Cr\$ 3.000.000,00;
- à Corporação dos Práticos do Estado do Espírito Santo, para a aquisição de uma lancha, Cr\$ 250.000,00;
- ao Território Federal do Rio Branco, para aquisição de material flutuante, Cr\$ 3.000.000,00;
- ao Lóide Brasileiro, como empréstimo, para pagamento de salários a seus servidores, Cr\$ 5.000.000,00.

Não limita, porém, sua atividade a esses encargos: desincumbe-se ainda de atribuições de grande importância para a economia nacional. Mencionem-se, por exemplo: — o estudo já feito das dificuldades da navegação interior, bem como das medidas corretivas propostas, que vos foram encaminhadas em Mensagem; — o exame das possibilidades de aumento de frete, para que as despesas com a majoração de salários possam vir a ser cobertas pelas empresas; e — o estudo das condições de compra de novas unidades de navegação para as várias empresas, como se verifica da Mensagem que também vos foi endereçada, estabelecendo no respectivo projeto de lei depender toda aquisição de prévia autori-

zação da Comissão, a fim de que não se malbaratem os nossos fundos financeiros com embarcações obsoletas.

Administra-
ção do Porto
do Rio de
Janeiro

A situação geral da Administração do Porto do Rio de Janeiro, em 1949, foi de apreciável equilíbrio. O movimento dos navios aqui aportados exigiu, porém, que se trabalhasse dia e noite.

A Administração do Porto venceu no ano passado, brilhantemente, obstáculos de natureza grave, logrando manter os serviços em nível de satisfatória eficiência.

Do ponto de vista financeiro, a situação da Administração do Porto do Rio de Janeiro é boa, não obstante o vulto das obras que se propôs realizar, e o pesado encargo decorrente do aumento de salários dos portuários, autorizado em 1948.

Prosseguiram em 1949 tôdas as obras de ampliação e melhoramentos do porto e do cais. Inaugurou-se a infra-estrutura do Cais do Caju em 29 de outubro, achando-se em andamento as obras de dois armazéns, com as quais se despendeu até agora a quantia de Cr\$ 93.030.292,00. No Cais de São Cristóvão, construiu-se um armazém com 18 pontes rolantes e 6 helicoidais, o que importou em Cr\$ 14.934.524,00, inclusive a pavimentação, as linhas férreas e respectivo muro. No Cais da Gamboa, registram-se: — a construção da Estação de Expurgo e de paióis para material de estiva; — a adaptação de armazéns para carga aérea; — a construção do edifício para a 2.^a Inspetoria; e do novo andar para o Escritório Central, e edifícios auxiliares, despendendo-se a importância de Cr\$ 69.558.212,00. O *pier* da Praça Mauá foi iniciado a 7 de abril, achando-se as respectivas obras em andamento, o que exigiu durante o ano cerca de Cr\$ 11.960.000,00. A *Vila Portuária Presidente Dutra*, iniciada a 6 de abril, já consumiu Cr\$ 6.969.515,00, achando-se prontos os dois primeiros blocos residenciais com 109 apartamentos, cuja inauguração se realizou em janeiro de 1950.

Além dessas obras, a APRJ adquiriu os seguintes equipamentos, no valor de Cr\$ 34.737.934,00: — 27 guindastes elétricos de portal; — 2 locomotivas a vapor; — 7 carregadeiras; — 2 tornos mecânicos de alta precisão; e 1 prensa para colocação de aros.

OBRAS
PORTUÁRIAS
EM RIOS E
CANAIS E
FIXAÇÃO DE
DUNAS

Relativamente a obras portuárias, desobstrução de rios e canais, fixação de dunas e serviços de dragagem, acham-se os trabalhos, como não o desconheceis, na dependência das dotações previstas pelo plano administrativo que submeti à vossa deliberação.

Visava-se e visa-se, neste particular, ao gradativo reequipamento de nossos portos, que não será tão completo quanto o desejáramos, mas, pelo menos, em conformidade com os recursos financeiros disponíveis.

Ainda assim, o que se vem realizando no setor do reaparelhamento de portos, por exemplo, deve ser registrado com satisfação não pequena. Os programas preliminarmente estabelecidos estão sendo cumpridos, com arrimo nos recursos provenientes da *taxa de emergência*, instituída pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, pôsto em execução no primeiro ano do atual Governo.

Assim, adquiriram-se e vêm sendo montadas instalações idênticas às recentemente inauguradas no Rio de Janeiro e em Santos, que beneficiam os portos do Recife, Maceió, Salvador, Paranaguá, Rio Grande e Porto Alegre.

Outro aspecto importante dessas atividades governamentais, e que muito estão a contribuir para a melhoria dos serviços portuários existentes, é o da fiscalização exercida sobre a exploração comercial dos portos concedidos aos Estados e a particulares, bem como sobre a exploração direta dos portos de Natal e Laguna, onde se desenvolveram apreciáveis esforços no sentido de facilitar o comércio importador e exportador.

Nos diversos Estados da União, à conta de recursos incluídos no Orçamento de 1949, cumpre salientar os seguintes trabalhos, levados a efeito pelo Governo federal :

Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais

No Amazonas e Territórios do Acre, Rio Branco e Guaporé: — foram continuados os serviços de desobstrução dos paranás e igarapés que cortam a região agropecuária e juteira dos Autazes, Janauacá e Manaquiris, visando à melhoria das condições de navegabilidade; — iniciaram-se inspeções nos rios Acre e Rio Branco, destinadas à mesma finalidade, encetando-se, outrossim, a construção de cais acostáveis nas cidades de Rio Branco e Caracará. Já se acham também em andamento obras semelhantes em Porto Velho, executadas pelo Governo do Território, com recursos da União, e em colaboração com o Departamento especializado do Governo federal.

No Pará, Goiás e Território do Amapá destacam-se: — os estudos e melhoramentos do rio Tocantins, no trecho compreendido entre Porto Nacional e Pedro Afonso; — os estudos e melhora-

mentos dos rios da Ilha de Marajó; — a construção de uma barragem eclusada em Cachoeira, no rio Arari; — as obras de cais acostáveis e de defesa em Cametá e Santarém; — e os estudos para a construção do porto de Macapá.

No Maranhão e Piauí prosseguiram : — os serviços de melhoramento da navegabilidade dos rios Mearim, Itapecuru e Grajaú; — os de melhoramento do porto de Peri-Mirim, havendo sido iniciadas as instalações do cais acostável de Barro Vermelho; — as obras relativas ao porto de Sagração, e as da região dunosa de Ponta d'Areia; — a limpeza do rio Parnaíba e obras do cais de Teresina; — a construção da sede e oficinas da Residência do DNPRC, em Parnaíba.

No Ceará e Rio Grande do Norte tiveram andamento normal, dentro dos recursos orçamentários : — as obras relativas ao porto de Mucuripe e à praia de Iracema; — as de fixação de dunas em Camocim, Aracati e barra do rio Jaguaribe; — os estudos destinados aos portos de Cunhaú, Macaú e Areia Branca. Foram concluídas as obras do armazém frigorífico do porto de Natal.

Na Paraíba e Pernambuco salientam-se : — a conclusão do cais acostável de João Pessoa, no rio Sanhauá; — as obras de defesa das praias de Camalaú e Formosa; — a conservação do canal de Goiânia; — a reparação do material flutuante de propriedade da União, especialmente a reconstrução da draga *Olinda*, e estudos relativos ao porto do Recife.

Em Alagoas e Sergipe deu-se prosseguimento aos serviços de desobstrução dos rios Camaragibe e Coruripe, e das lagoas Manguba e Mundaú; iniciaram-se o reaparelhamento do porto de Maceió e a dragagem preliminar do porto de Aracaju, bem como a limpeza do rio Japarutuba e canal de Pomonga, e a construção do cais de Propriá.

Na Bahia e Espírito Santo são de acentuar : — as obras e serviços realizados no rio São Francisco (em 1949 ainda entregues ao DNPRC); — as de desobstrução dos rios Paraguaçu, Ubu, Parão, Jequitinhonha e Salsa; — as relativas aos portos de Ituberá, Porto Seguro, Canavieiras, Valença e Taperoá; — as de reaparelhamento do porto de Salvador; — os estudos hidrográficos do porto de Vitória; — e as obras do cais de Conceição da Barra, assim como melhoramentos nos rios Itapemirim e São Mateus.

No tocante ao Rio de Janeiro e a São Paulo cumpre mencionar : — os estudos hidrográficos da enseada de Jacuacanga para

a construção de estaleiro naval; — os melhoramentos da barra do rio Paraíba do Sul; — as obras de construção do laboratório de hidráulica e do almoxarifado do DNPRC; — as relativas aos portos do Rio de Janeiro e Santos, às quais já tive oportunidade de reportar-me.

No Paraná e Santa Catarina convém assinalar: — os estudos destinados à construção do porto de Foz do Iguaçu; — os melhoramentos de rios, especialmente do rio Iguaçu, trecho entre Porto Amazonas e São Mateus; — a fiscalização das obras relativas ao porto de São Francisco; — e as que se efetuaram no porto de Laguna.

No Rio Grande do Sul e Mato Grosso tiveram andamento: — os estudos hidrográficos relativos aos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre; — as obras do porto de Santa Vitória do Palmar e estradas de acesso; — os melhoramentos dos rios Jacuí e Jaguarão; — a dragagem do canal de Sangradouro; — e as obras de construção do porto de Corumbá.

De acôrdo com a Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948, que reformou as tarifas de correios e telégrafos, concedendo ao Departamento recursos oriundos de uma dotação anual destinada à execução do Plano Postal-Telegráfico, transformou-se a Comissão Executiva do Plano Telegráfico Nacional em Comissão Executiva do Plano Postal-Telegráfico, tendo sido baixado o seu novo regimento pela portaria ministerial n.º 796-49.

COMUNICA-
ÇÕES POSTAIS-
TELEGRÁFICAS

Departa-
mento dos
Correios e
Telégrafos

Graças à nova organização, logrou a Comissão maior amplitude de autoridade no setor do planejamento técnico, definindo-se mais rigorosamente as suas atribuições, do mesmo passo que se transferia a execução dos trabalhos aos órgãos próprios do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Instalada a 1.º de setembro de 1949, a nova Comissão encetou imediatamente os seus trabalhos, providenciando logo a concorrência pública para a execução da primeira etapa do plano telegráfico, que corresponde à construção das linhas Rio-São Paulo, com ramal para Santos, em sistema múltiplo de telegrafia em áudio-freqüência, de alto rendimento.

A Comissão providenciou também, em todos os Estados, a abertura de concorrência para a construção de cento e oitenta edifícios destinados a agências postais-telegráficas, o que importará em uma despesa de Cr\$ 60.000.000,00. Está em fase adiantada a

construção de grande número desses edifícios. Por outro lado, tiveram prosseguimento normal, em 1949, as obras relativas às linhas de dutos em Belém, Recife, São Paulo e Rio Grande, perfazendo uma extensão de 9.865,25 m, assim como a relativa ao Túnel Coelho Cintra, nesta Capital.

No que tange às relações postais internacionais, pode-se afirmar que, em 1949, o tráfego postal foi restabelecido, embora o Brasil ainda não tenha alcançado renovar com todos os países europeus os serviços de *colis-postaux*. De um modo geral, porém, os programas estabelecidos em 1948 foram cumpridos em 1949, havendo o Departamento reiniciado os serviços de várias linhas de expedição e feito a revisão de muitas das existentes no período de antes da guerra.

No dia 1.º de julho de 1948 entraram em vigor, no Brasil, os atos firmados em Paris pelos representantes de nosso país no XII Congresso da União Postal Universal, havendo os mesmos sido ratificados pelos seguintes países: Holanda, Grã-Bretanha, Irlanda do Norte, China, União das Repúblicas Soviéticas Socialistas, Estados Unidos da América, Ucrânia, Albânia, Espanha, Marrocos, conjunto de colônias espanholas, Birmânia, Israel, Ceilão, Paquistão e Japão.

Em todos os setores o Departamento dos Correios e Telégrafos não poupou esforços, em 1949, no sentido de melhorar sua organização, a fim de que os serviços de vales postais, de reembolso, transmissão de cartas e encomendas, transmissão e entrega de telegramas e rádios ganhassem presteza, ainda que com as limitações determinadas pelo parco material e pessoal disponíveis.

Como é do vosso conhecimento, o Departamento em apêço está necessitando de reforma substancial, sendo esta, aliás, uma das incumbências principais da Comissão Executiva do Plano Postal-Telegráfico, a qual deverá apresentar anteprojeto de reorganização administrativa e técnica, de maneira a permitir que esse órgão preste os serviços a seu cargo em condições melhores.

TRANSPORTES AÉREOS

O transporte aéreo encontra em nosso país condições excepcionais de desenvolvimento. Superando obstáculos naturais, às vezes economicamente irremovíveis, o avião consegue suprir a reconhecida deficiência de nosso sistema de comunicações.

Cidades e povoações que viviam praticamente isoladas do resto do país, e que os mapas situavam como verdadeiros arquipé-

lagos, são hoje, em sua maioria, pontos de escala regular de aviões comerciais.

Vem sendo política do Governo incentivar as ligações regionais sob a forma de subvenções ou auxílios, proporcionando facilidades outras às linhas deficitárias. Daí o apreciável número de transportadores que vêm ampliando serviços e abrindo novas perspectivas a regiões e locais afastados, mediante o emprego de aviões mistos, de acomodações mais simples e maior número de lugares, o que lhes tornou possível reduzir as tarifas em vigor, contribuindo para estender a locais menos favorecidos a utilização desse meio de transporte.

Para que se tenha idéia do progresso alcançado pelo Brasil em matéria de *percurso quilométrico de linhas domésticas*, basta assinalar que, no ano passado, ele veio a ocupar o *segundo lugar no mundo*.

Isto demonstra o vulto da expansão do transporte aéreo entre nós, permitindo que, em um só ano, se criem quinze linhas novas, beneficiando nove cidades, a saber: Varginha; Forquilha (Paulo Afonso); Guararapes; São Lourenço; Campinas; Campanha (Cambuquira); Botucatu; Patrocínio e Santa Cruz do Rio Branco.

Até outubro de 1949, o movimento da aviação comercial no país, comparado com igual período em 1948, foi o seguinte :

— Percurso quilométrico de empresas nacionais: 45.823.000 quilômetros (+ 21%);

— Percurso quilométrico de empresas estrangeiras: 8.110.000 quilômetros (— 5%).

Têm-se, pois, como resultados finais :

— Percurso quilométrico: 53.933.000 km (+ 16%).

— Horas de voo: 193.000 contra 173.000 em 1948 (+ 12%).

— Passageiros: 940.000 contra 769.320 (+ 22%).

— Correio (kg): 800.000 contra 606.600 (+ 31%).

— Bagagem (kg): 8.670.000 contra 8.200.000 (+ 6%).

— Carga (kg): 22.300.000 contra 14.900.000 (+ 49%).

Por outro lado, e já em relação com o Departamento dos Correios e Telégrafos, o Correio Aéreo Nacional, mantido pela FAB, vem prestando ao país inestimáveis serviços, conduzindo malas postais, sem quaisquer sobretaxas, para tôdas as localidades de suas rotas. A esse respeito, convém salientar que a Comissão do Correio Aéreo vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar as

condições de transporte da correspondência, sugerindo medidas para o aperfeiçoamento do material usado nos serviços de malas postais aéreas, tudo de acordo com o que ficou estabelecido na Convenção da União Postal Universal, em vigor desde 1.º de julho de 1948.

CONSIDERA- ÇÕES FINAIS

Como se vê, no setor de comunicações e transportes, o Governo, em 1949, deu cumprimento a todos os programas estabelecidos, mantendo a execução dos serviços e obras em nível até a presente data insuperado, não obstante a política de compressão de despesas, firmada em relação aos empreendimentos adiáveis, ou cujos objetivos não se enquadravam na linha geral do planejamento admitido para o exercício.

Comércio exterior

A análise das dificuldades cambiais que encontramos em 1946, oriundas de adaptação necessária às condições criadas pelo fim da guerra, deve ser conduzida à vista de noção, elementar, é verdade, mas de alta importância, qual seja a de que o equilíbrio da balança de pagamentos está condicionado aos saldos da balança mercantil. Na verdade, sendo as exportações praticamente a única fonte de receita, em suas relações financeiras com o Exterior, cumpre que o país satisfaça por seu intermédio os mais vultosos compromissos, além dos que provêm da importação.

O reajustamento do comércio externo no após-guerra processou-se, como não poderia deixar de acontecer, de maneira desordenada, quicá tumultuária. De fato, as solicitações dos mercados compradores orientaram em grande proporções as nossas vendas para as áreas de moeda fraca, enquanto as necessidades de reequipamento, por exemplo, dirigiam as importações para as zonas de moedas fortes. Originou-se desse movimento mercantil externo um quadro de indistigável gravidade: o aumento dos saldos em moedas inconvertíveis e a progressiva redução dos saldos em moedas convertíveis acumulados durante o conflito mundial.

O fenômeno foi comum a todas as nações, e a maneira de corrigi-lo, como não podia deixar de ser, impôs-se igualmente a todas, através do controle do comércio exterior. A celebração de acordos bilaterais com países onde existissem saldos inconvertíveis tornou-se também outra medida óbvia, a fim de que se tornassem possíveis, a um só tempo, sua utilização e o afastamento da eventualidade de formação de novos saldos de difícil negociação.

O Brasil, como a grande maioria dos países, foi levado a disciplinar seu comércio externo, o que fez graças à Lei n.º 262, de

23 de fevereiro de 1948, resultante de Mensagem que nesse sentido vos dirigi.

Faz-se mister salientar, neste momento, que só a conjugação dos esforços dos Poderes Executivo e Legislativo tem permitido a aplicação de política segura como essa que visa ao objetivo comum que é o equilíbrio da balança de pagamentos.

Prorrogando o regime de licença prévia e autorizando o Executivo a exercer sobre o comércio exterior o necessário controle, compreendeu o Congresso, com perfeita nitidez, a conjuntura econômica defrontada.

Devo ainda observar que esse controle, pela primeira vez levado a efeito no segundo semestre do ano passado, e pôsto em execução através de aparelhamento administrativo ainda não adaptado a tal fim, deveria passar, como de fato passou, por período de transição que procuramos tornar o mais breve possível, mas durante o qual a experiência indicou os verdadeiros métodos a seguir, para alcançar os objetivos colimados.

Não desprezou o Governo nesse terreno, como em tantos outros, as críticas construtivas que se levantaram, procurando utilizá-las sempre que possível, para que se tornasse mais justo, rápido e eficiente o processo de concessão da licença prévia. Hoje, se não nos é lícito qualificar de perfeito o funcionamento administrativo do controle do comércio exterior, — porque, dificilmente e em qualquer país, trabalho de tal complexidade poderá ser perfeito, — não será temerário afirmar que ele se processa em condições satisfatórias, resguardados os interesses do país e dos particulares, uns e outros atentamente considerados na aplicação de tal medida.

O comércio externo do ano de 1949 caracterizou-se por flutuações bastante acentuadas, ainda decorrentes da conjuntura econômica peculiar ao pós-guerra.

EXPORTAÇÃO

Do ponto de vista comercial, o café acusou, em 1949, índices altamente favoráveis, de vez que foram batidos, na exportação, novos records de volume e valor.

Café

Nossa exportação cafeeira atingiu, no ano passado, 19.368.468 sacas de 60 kg, volume que somente pode ser bem apreciado se considerarmos ter sido de 15.929.813 a média, no triênio posterior à guerra (1946-1948), e que, no quinquênio anterior ao conflito (1935-1939), havia sido de 15.095.180 sacas. Mesmo em comparação com o ano anterior, 1948, que já havia assinalado um

record com a exportação de 17.492.313 sacas, houve o ganho de 1.876.155 sacas.

O país foi favorecido, ademais, não apenas com o volume exportado, mas muito especialmente com o valor da mercadoria vendida, pois a exportação cafeeira para o Exterior nos rendeu, em 1949, Cr\$ 11.610.425.504,60, contra Cr\$ 9.018.548.304,60, em 1948, convindo registrar que, entre 1930 e a guerra, o máximo que nos dera o café, na balança comercial com o estrangeiro, fôra Cr\$ 2.347.079.354,00, em 1931, quando exportamos 17.850.872 sacas, em virtude de negócios antecipados, por se haver resolvido fazer a majoração da taxa de exportação, então vigorante, de 10 para 15 xelins. O ganho, em 1949, em comparação com 1948, foi de Cr\$ 2.591.877.200,00. É que as cotações do produto, — que já se vinham elevando, progressivamente, desde os fins do conflito armado (quando se aboliram os chamados *preços-teto*, no mercado americano, principal consumidor do nosso produto), — foram beneficiadas, no ano que passou, por uma alta como poucas vezes se verificam em um século. Sirva de base para confronto a cotação por libra-pêso, no disponível de New York, do tipo Santos 4, cuja média mensal se elevou de 24,99 cents, em dezembro de 1948, para 44,35 cents, em dezembro de 1949. A média de cotações, ali, durante o ano findo, foi de 27,38 cents, contra 22,63 cents, em 1948. O que representam estas cotações pode ser calculado em se considerando que a média desse tipo, em 1940, havia sido de 7 cents e que o *preço-teto* para o mesmo, durante a guerra, fôra de 13,37 cents.

Esse desenvolvimento somente foi possível graças à iniciativa, tomada pelo Governo federal, de aproveitar a situação do mercado, no começo do ano, para liquidar os estoques de propriedade do Departamento Nacional do Café, que serviam de garantia ao empréstimo *Coffee Realisation* tomado em 1930. A simples existência daqueles cafés constituía elemento psicológico desfavorável, a deprimir permanentemente as cotações. A oportunidade de uma safra pequena, como a do ano passado, permitiu a alienação daqueles estoques, o que se fez com tôdas as precauções que em tais casos aconselha a técnica comercial. Ultimada a operação, ressaltava evidente o equilíbrio estatístico do produto, objetivo colimado persistentemente pelo Governo brasileiro, desde 1930, e somente agora atingido.

A liquidação do Departamento Nacional do Café, determinada no meu Governo — em atenção aos reclamos dos cafeicultores — encontra-se, atualmente, em fase final.

Fator que também não deve ser esquecido, no restabelecimento daquele equilíbrio entre a produção e o consumo, na economia cafeeira do mundo, foi o aumento do consumo nos Estados Unidos da América, isto é, o mercado que nos fornece a maior parte dos dólares de que necessitamos para cobrir também a maior parte de nossa importação. Esse país, que importou, em média, no quinquênio que precedeu a guerra (1935-1939), apenas 13.899.784 sacas de 60 kg, por ano, comprou em 1949, segundo os dados do Departamento de Comércio, 22.105.324 sacas, das quais 12.763.683 do Brasil, contra 20.969.023, em 1948, das quais 11.567.817 do nosso país. Se atentarmos em que, naquele quinquênio de antes do conflito, a média de nossas exportações para a República Norte-Americana fôra de 8.330.832 sacas, teremos de constatar desenvolvimento sobremodo favorável.

Esse aumento no consumo do café deve-se, entre outros fatores, à propaganda sistemática que ali vem sendo feita através do Bureau Pan-Americano do Café, de que o Brasil faz parte, ao lado de nove outros países produtores do Continente.

Nunca em nossa história, como em 1949, concorreu o café com parcela tão elevada para o fortalecimento da balança comercial do país.

Não favoreceram aos demais produtos, que figuram com relêvo na pauta de nossa exportação, circunstâncias tão excepcionais como as que se verificaram em favor do café. Observe-se, porém, que a desproporção existente se originou, antes de tudo, do vulto tomado pelo nosso principal produto exportável, e não de regressão dos demais. Há, sem dúvida, exceções a assinalar, tais como o algodão em rama, o pinho, os tecidos de algodão e as peles e couros, cujas exportações acusaram acentuados decréscimos em relação ao ano anterior. Já me foi dado salientar, porém, na Mensagem ânua que vos dirigi ao ensejo da abertura da sessão legislativa ordinária de 1949, que tais vicissitudes provêm de causas de ordem internacional ou refletem o reajustamento das quantidades exportáveis a níveis normais. Torna-se difícil, muitas vezes, ao Governo, intervir com proveito, em tais casos; contudo, através do aparelhamento administrativo de que dispõe, não tem poupado esforços para que os produtores possam resistir a crises sucessivas, provocadas quase sempre pela restauração da concorrência ordinária nos mercados mundiais.

Cabe-me ainda advertir, como anteriormente já o fiz, que os produtores ou exportadores de artigos, que atravessam situação

afletiva, devem orientar seus esforços no sentido da racionalização de seus métodos de trabalho e do barateamento de seu custo de produção, de modo a poder enfrentar a concorrência internacional. Seria contraproducente o auxílio do Governo nos momentos de crise, se os produtores não procurassem anular, no âmbito que lhes compete, os motivos que a determinam.

Entre os produtos cuja exportação no último ano deu sinais de recuperação devem ser assinalados o cacau, o fumo, a cêra de carnaúba, que atravessara séria crise em 1948.

Apesar dos níveis excepcionais da exportação do café, o movimento global das vendas brasileiras para o Exterior foi menor em 1949 do que no ano anterior. Como já acentuei, êsse resultado decorre parcialmente de desajustamentos que se prendem a condições novas no comércio internacional e que se geraram no após-guerra. Nossos produtos, porém, vêm reagindo gradativamente, de maneira a recuperar posições vantajosas.

A exportação brasileira continuou a orientar-se, expressivamente, em uma proporção de 62%, para o continente americano; a Europa absorveu 33%, distribuindo-se o restante pelos demais continentes. No ano de 1949, a exportação ascendeu a 3.744.053 toneladas, no valor de Cr\$ 20.153.084.000,00.

IMPORTAÇÃO

A partir do segundo semestre de 1949, a adoção de restrições mais severas à importação permitiu que, não obstante o decréscimo da exportação, ficasse muitíssimo reduzido o *deficit* comercial previsto.

A sensatez da orientação que se imprimiu ao movimento importador do país é claramente demonstrada no aumento das compras de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios, manufaturas de ferro e aço, e combustíveis, a par de decréscimo nas compras dos produtos não essenciais, supérfluos ou de luxo.

O grupo das máquinas e aparelhos continua a preponderar na importação nacional com participação superior a 25% do valor total. Verificou-se em tal grupo um aumento de 16% sobre o volume comprado no ano anterior, o que invalida certas críticas tendenciosas que afirmam estar a licença prévia impedindo a entrada, no país, de equipamentos imprescindíveis. Licenças dessa natureza só se negam nos casos em que haja produção nacional em condições equivalentes de qualidade ou de preço.

Devo assinalar também o incremento imoderado das compras de gasolina, que aumentaram de 25% do volume importado no ano anterior, o que forçou o país a despendar na importação desse combustível quantia superior a Cr\$ 1.000.000.000,00. O pesado ônus que representa para a Nação a compra de combustíveis líquidos, — principalmente se atentarmos no fato de serem eles adquiridos na área do dólar, — seria suficiente para justificar a constante preocupação do Governo em tornar realidade a produção desses combustíveis, de maneira a atender plenamente aos interesses nacionais.

Registre-se, também, que o aumento da importação do trigo é outra causa perturbadora do equilíbrio de nossa balança de pagamentos, já que absorve cerca de Cr\$ 2.000.000.000,00. A citação dessa cifra demonstra de maneira irrefutável a necessidade de incentivarmos, sempre e cada vez mais, a produção nacional. Convém ressaltar, porém, que o volume das nossas compras no Exterior, em relação aos anos anteriores de importação e consumo normais, já acusa apreciável decréscimo, oriundo, sem dúvida, da entrada no mercado, em maiores proporções, da produção nacional, cujos resultados foram devidamente analisados em outro capítulo desta Mensagem.

As correntes da importação nacional ainda se orientam decisivamente para o Continente americano, representando 66% do valor total comprado ao exterior. Manifestam, no entanto, tendência ao equilíbrio, por isto que houve sensível incremento nas compras Europa, que participou com 32% do total. No Continente europeu, observa-se que o aumento das importações se concentra em países possuidores de grandes parques industriais: Grã-Bretanha, Benelux e Suécia.

O total da importação brasileira, em 1949, elevou-se a ... 179.149 toneladas, no valor de Cr\$ 20.648.081,00.

O primeiro semestre de cada ano sempre se caracteriza, no Brasil, por exportações fracas, o que provoca desequilíbrio, quando as importações se mantêm em níveis elevados, somente compensado no fim do ano comercial pelas vendas do segundo semestre.

Embora estivesse o Governo investido, no transcurso de 1949, da faculdade de disciplinar o comércio exterior, — a necessidade de atender não somente a importações essenciais ao país, mas também a solicitações porventura menos urgentes, mas

BALANÇA
COMERCIAL

igualmente úteis à economia nacional, — fizeram com que, ao fim do mês de outubro, o *deficit* da balança comercial tivesse atingido a elevada cifra de Cr\$ 1.600.000.000,00.

Já então tomara o Governo as providências que se faziam mister, e a que me refiro em outra parte desta Mensagem, a fim de que o balanço final do ano viesse a registrar menor *desequilíbrio*.

Estando nos Estados Unidos da América o maior mercado fornecedor do Brasil, e sendo o dólar a moeda cujo *deficit* se fazia sentir mais agudamente, — a compressão das importações oriundas daquele país tornou-se uma das preocupações dos responsáveis pelo controle do comércio externo. A observância dessa política se espelha nas cifras, decrescentes, das importações, precisamente a partir de outubro. Assim, tendo sido de US\$ 35.000.000,00 as compras efetuadas naquele mercado no mês de setembro, caíram para US\$ 24.000.000,00, em outubro, e sucessivamente, para US\$ 22.000.000,00 e US\$ 19.000.000,00 em novembro e dezembro. Sobrevindo, paralelamente, a alta do café pôde o Brasil encerrar o ano com o registro de apreciável saldo positivo na balança comercial com os Estados Unidos.

Já com a Grã-Bretanha, que continua sendo o segundo mercado para o nosso país, o fenômeno foi diverso, por isto que não houve praticamente excedentes exportáveis de açúcar e arroz em atenção ao inesperado aumento do consumo interno. São esses artigos de grande peso na exportação para aquele país de forma que declinaram o volume e o valor desta última enquanto se mantinha elevado o da importação, suscitando mesmo em determinada época do ano, certa escassez de libras livres — balança comercial desfavorável.

Cumpra ainda ressaltar, de passagem, que, embora seja elevada a importação brasileira das Antilhas Holandesas, em virtude dos seus grandes fornecimentos de combustíveis líquidos, é praticamente nula a exportação para esse mercado, acarretando sempre nossas transações mercantis *deficits* elevados.

Analizados os fatores gerais que presidem ao nosso comércio exterior, são de louvar os esforços envidados para equilibrar a balança comercial do país, logrando-se atenuar para Cr\$ 494.997.000,00 o *deficit* previsto em 1949.

Política
cambial

A política seguida pelo Brasil, em 1949, em matéria cambial caracterizou-se por um esforço pertinaz, a fim de atenuar ou anular

consequências de desajustamentos econômicos, ocorridos em todo o mundo, depois da cessação das hostilidades.

A acumulação dos *deficits* verificados na balança de pagamentos do Brasil com os Estados Unidos da América, desde 1947, até ao primeiro semestre de 1949, e o escoamento de divisas através de mercados ilegais de câmbio, tornaram imprescindível a adoção de medidas com o propósito confessado de impedir o crescimento dos *atrasados comerciais*. Dentre elas, convém ressaltar a centralização da compra de câmbio e da distribuição de coberturas; a limitação das concessões de câmbio a fins estritamente indispensáveis às necessidades do país; e, sobretudo, a nivelção das importações e dos pagamentos no Exterior ao montante das disponibilidades cambiais previstas.

Originou-se dessa última providência a elaboração de um orçamento de divisas, que foi pôsto em execução, a partir do segundo semestre. Não será mais possível, destarte, que se formem novos *atrasados comerciais*, por isto que ficarão adstritos a quantitativos estimados naquele orçamento os valores de quaisquer transferências de câmbio para o Exterior, inclusive os de licença de importação.

A balança de pagamentos do país, de acôrdo com os cálculos feitos para os primeiros nove meses de 1949, acusa elevado *deficit*, o que, mais uma vez, vem demonstrar a necessidade de o Brasil reequilibrar sua balança comercial ou torná-la favorável, procurando atrair capitais para investimentos na produção.

BALANÇA DE
PAGAMENTOS

O saldo negativo final, apurado até setembro, não exprime nem antecipa, contudo, o final do exercício, por isto que, precisamente a partir de outubro, começaram a manifestar-se os efeitos das mais importantes medidas restritivas que se adotaram. Ademais, também só no último trimestre, conforme já vos esclareci, apresentou significação ponderável a melhoria em nossa balança comercial, em virtude dos compensadores saldos proporcionados pela exportação do café.

Pela discriminação das despesas dos serviços governamentais, comprova-se a magnitude dos compromissos a que o país deu cumprimento no curso de 1949, nos quais ainda se inclui o resgate de prestações no valor de US\$ 60.000.000,00 do chamado Empréstimo de Estabilização — contraído nos Estados Unidos da América em 1947, na importância de US\$ 80.000.000,00 — e cuja primeira prestação, no valor de US\$ 20.000.000,00, já fôra paga em 1948:

**ATRASADOS
COMERCIAIS**

Levantou o Banco do Brasil, a 31 de outubro do ano passado, a estatística dos pedidos de câmbio, registrados na fiscalização bancária e relativos a mercadorias já entradas no país. Tais contas comerciais a pagar elevavam-se então a US\$ 226.066.510,28. Graças às medidas saneadoras que se adotaram e notadamente à elevação das disponibilidades em dólares, conseqüente à majoração do preço do café, esses compromissos comerciais em atraso estavam reduzidos, ao terminar o ano de 1949, a US\$ 120.000.000,00, total que abrange não somente créditos americanos, mas também portugueses e suíços, inclusive pedidos de câmbio, no montante de US\$ 24.073.061,45, já registrados durante o mês de dezembro. Em 31 de janeiro do corrente, tinham decrescido tais atrasados para US\$ 89.641.111,85. A média mensal de pagamento de atrasados, a partir de outubro de 1949, vem sendo, pois, de US\$ 47.000.000,00.

À vista do que venho de expor e da política severa posta em execução, é lícito considerar, neste momento, virtualmente regularizada a questão dos chamados *atrasados comerciais*.

**ENCARGOS E
SERVIÇOS GO-
VERNAMENTAIS NO
EXTERIOR**

Cumpre notar, porém, que se efetuaram essas operações, a despeito do vulto dos pagamentos externos realizados pelo Governo e referentes a transações financeiras a que o obrigavam compromissos de outra natureza. Os encargos e serviços governamentais no Exterior elevaram-se, de fato, até setembro de 1949, ao equivalente a Cr\$ 3.098.547.644,70, discriminados na tabela anexa.

**SERVIÇOS E ENCARGOS GOVERNAMENTAIS, NO EXTERIOR, DE
JANEIRO A SETEMBRO DE 1949**

	Cr\$
<i>Dívida externa da União e dos Estados</i>	
(Juros, amortizações, resgates e comissões)	1.744.677.750,70
<i>Delegacia do Tesouro em New York</i>	
(Diplomacia, dívida externa, etc.)	256.409.496,30
<i>Rendas consulares, diplomacia e missões especiais</i>	9.880.171,90
<i>Amortizações de empréstimos e arrendamentos</i>	
(<i>Lend & Lease</i>)	93.680.000,00
<i>Aquisição de excedentes de guerra</i>	20.930.091,60
<i>Fundo Monetário Internacional</i>	
(Venda futura já registrada, para efeito de devolução)	277.500.000,00
<i>Conselho Nacional do Petróleo</i>	26.026.691,20
<i>Departamento Nacional de Estradas de Rodagem</i>	3.236.262,40
<i>Empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional</i>	
(Transferência efetuada para uma conta especial destinada a ocorrer ao pagamento da <i>State of</i>	

<i>Bahia South Western Railway</i> , valor pago em Londres à Leopoldina Railway como adiantamento por conta do preço do seu almoxarifado; pagamento efetuado pela compra realizada em fevereiro de 1944 da Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná e outras despesas de pequeno porte)	170.635.776,30
<i>Instituições nacionais de controle de comércio e produção</i> (Resgate do empréstimo <i>Coffee Realisation Loan</i> e outras despesas)	342.656.932,80
<i>Previdência e assistência sociais</i> (Operações dos institutos e caixas e serviços correlatos, como SESI, SESC, SENAI, etc.)	447.465,80
<i>Sociedades de economia mista</i> (Transferência efetuada para ocorrer ao resgate de promissórias da Cia. Siderúrgica Nacional e outras despesas)	32.678.213,70
<i>Serviços não especificados</i>	19.868.742,00
Total	3.098.547.644,70

No Fundo Monetário Internacional, levantamos a quantia de US\$ 37.500.000,00, que corresponde ao valor do ouro entregue em pagamento de 25% da cota de US\$ 150.000.000,00, subscrita pelo Brasil no capital daquele estabelecimento. A 5 de março de 1949, integralizamos igualmente os 75% restantes da nossa subscrição de capital, mediante depósito, em moeda nacional, no montante de Cr\$ 2.081.250.000,00, à ordem do Fundo e em nome da Superintendência da Moeda e do Crédito, na qualidade de seu depositário.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Não há a assinalar, em 1949, a realização de operações diretas entre o Governo ou o Banco do Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, mantendo-se neste o depósito de US\$ 2.100.000,00 e à sua ordem o depósito, em moeda nacional, de Cr\$ 349.650.000,00, correspondentes às cotas do capital realizado durante 1946 e 1947. Prosseguem, todavia, as negociações com essa entidade para o financiamento das obras da usina da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A 31 de dezembro de 1949, as disponibilidades brasileiras em divisas no Exterior ascendiam ao equivalente a Cr\$ 6.308.780.087,10, quantia inferior à de que dispúnhamos à mesma data do ano anterior, que era de Cr\$ 6.473.791.648,00.

DISPONIBILIDADES NO EXTERIOR

A despeito dessa diminuição, verifica-se acentuada melhoria qualitativa, por isto que as diretrizes fixadas pelo Governo através do controle do comércio externo, bem como outras medidas complementares, permitiram primeiramente o aumento das disponibilidades em moedas arbitráveis e, em segundo lugar, o decréscimo das moedas compensadas ou bloqueadas. Assim, comparando-se as disponibilidades existentes em 31 de dezembro de 1949 com as do ano anterior na mesma data, verifica-se que em 1948 as disponibilidades em moedas arbitráveis equivaliam a Cr\$ 1.152.783.581,30, enquanto no ano passado tinham sido elevadas para Cr\$ 2.257.676.856,50, o que significa um aumento de 95%.

O saldo em moedas compensadas, ao contrário, decresceu do equivalente a Cr\$ 2.035.239.492,40 para Cr\$ 814.431.223,20, o que se deve particularmente à utilização parcial dos saldos acumulados em libras, francos franceses, francos belgas, coroas tchecas e dólares sobre-a-Argentina (conforme o extinto convênio). Em moedas bloqueadas, também ficaram reduzidas as disponibilidades em Cr\$ 608.358.253,90, à vista de pagamentos efetuados com libras congeladas.

DESVALORIZA-
ÇÃO DE
MOEDAS

Em setembro de 1949, anunciou a Grã-Bretanha a desvalorização da libra esterlina, medida acompanhada pelos seguintes países em relação às respectivas moedas: Austrália, Bélgica e Congo Belga, Canadá, Dinamarca, Egito, Finlândia, França e território do ultramar, Grécia, Holanda, Índia, Iraque, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Portugal e União Sùl-Africana.

Em virtude das condições de reajustamento asseguradas pelo Acôrdio Anglo-Brasileiro de 1948, nossos saldos em libras bloqueadas, em depósito, na data de 31 de março de 1947, no Banco de Inglaterra, foram reajustados, não tendo havido senão vantagem para os interesses brasileiros.

Ainda nos termos desse acôrdio, mereceram reajustamento os saldos credores líquidos em libras, de nossas contas n.º 1 nos bancos ingleses, dependendo a efetivação da medida apenas de ato governamental britânico.

Revalorizaram-se igualmente, por força de garantias de cláusulas de reajustamento, insertas em acôrdos firmados com o nosso país, os saldos de que dispúnhamos em francos franceses, coroas dinamarquesas, coroas suecas e francos belgas.

Quanto à desvalorização das demais moedas, não nos atingiu o fato, por não possuírmos saldos nos respectivos países.

Dada a magnitude de nossos saldos e ainda o volume do intercâmbio em libras, a desvalorização dessa moeda alcançou grande repercussão em nosso país. Surgiram, em consequência, sugestões e até reclamos no sentido da desvalorização do cruzeiro. Examinada detidamente a questão, ficou evidenciada a inconveniência de tal medida, que acarretaria, antes de tudo, aumento no preço das matérias-primas e produtos de importação, com encarecimento dos custos de produção e inevitável elevação do preço das utilidades no país. Ademais, implicaria também em diminuição no valor de nossas exportações, 75% das quais se destinam à zona de moeda forte, avolumando-se, portanto, nossos compromissos externos.

Firmou o Governo, inspirado por esses argumentos, a orientação de manter o valor par do cruzeiro na base de Cr\$ 18,50 por dólar, oficialmente declarado, em julho de 1948, ao Fundo Monetário Internacional.

Ainda sob o fundamento de antecipar a perda de mercados estrangeiros, onde os nossos produtos sofrem a concorrência de similares procedentes de países que desvalorizaram as respectivas moedas, surgiram também os defensores da desvalorização do cruzeiro em relação apenas a determinadas moedas, fixando-se câmbios diferentes para certos produtos de exportação e de importação. Tais sugestões foram igualmente estudadas, mas abandonadas, ante a evidência de que desvalorizações parciais dão margem a especulações, e de que taxas diferenciais atuam sobre a paridade cambial no sentido de sua depressão.

Graças à celebração de novos acórdos comerciais e de pagamento e à prorrogação e modificação dos já firmados, tem o Brasil procurado normalizar seu intercâmbio com os países de moedas inconvertíveis e aplinar dificuldades surgidas no comércio internacional.

ACÓRDOS COMERCIAIS E DE PAGAMENTOS

O Acôrdo com a Argentina, pôsto em vigor em novembro de 1948, proporcionou ponderável volume de transações no correr de 1949. Do extinto Convênio Brasil-Argentina subsistia, em 31 de dezembro de 1949, saldo a nosso favor no montante de US\$ 6.525.319,51, ou sejam Cr\$ 120.718.410,80, cuja utilização se vem processando nos termos previstos em o novo Acôrdo.

Segundo as negociações concluídas na Inglaterra em abril de 1949, pela Missão para esse fim especialmente enviada, a utiliza-

ção dos nossos saldos em libras bloqueadas, — os quais atingiam, em 1.º de janeiro de 1949, o total de £ 38.383.080, — processou-se no correr do ano da seguinte forma :

— Compra de títulos da dívida externa	£	140.778
— Resgate de títulos do <i>Coffee Realisation Loan</i>	£	1.414.680
— Compra do prédio destinado à sede da Embaixada e Chancelaria do Brasil em Londres	£	250.000
— Transferência para a conta disponível	£	5.000.000
— Custo do almoxarifado da Leopoldina Railway	£	500.000
— Compra da <i>State of Bahia South Western Railway</i>	£	555.000 (*)

Desde a conclusão das referidas negociações, ficaram reservadas importâncias de £ 10.000.000, £ 3.670.000 e £ 555.000 para o pagamento do preço da encampação, respectivamente, da *Leopoldina Railway Company Ltd.*, *Great Western of Brazil Railway Company Ltd.* e *State of Bahia South Western Railway*. A 31 de dezembro de 1949, os nossos saldos congelados expressavam-se por £ 40.439.184, já computada a parcela que nos foi creditada a título de revalorização.

O Acôrdo Franco-Brasileiro, prorrogado a 8 de março de 1948 pelo prazo de dois anos, estabeleceu a liquidação em dólares do saldo credor do Brasil excedente ao contra-valor, em francos franceses, de US\$ 25.000.000,00.

Todavia, com a celebração pelo Governo brasileiro, através do Conselho Nacional do Petróleo e do Ministério da Viação e Obras Públicas, de contratos com empresas francesas para compra de uma refinaria de petróleo com capacidade de beneficiamento de 45.000 barris diários, e mais de 90 locomotivas a vapor, tudo nos valores, estimados em dólares, respectivamente, pelos totais de US\$ 10.500.000,00 e US\$ 10.384.625,00, — ao pagamento desse material encomendado ficaram destinados os fundos de que dispomos na França e que em 31 de dezembro de 1949 se elevavam a fr. 1.894.520.454,40.

Com referência ao Acôrdo com a Tcheco-Eslováquia, continuou a processar-se em 1949 a reabsorção de nossos saldos credores. Ao valor das importações procedentes daquele país correspondem exportações brasileiras apenas na proporção de 50%, sendo os restantes 50% pagos com os saldos brasileiros lá existentes. Dessa

(*) Pagamento ainda não efetuado, embora já lançado.

maneira, tais saldos passaram de 620.000.000 coroas tchecas para 284.000.000.

Na utilização dos saldos em moedas compensadas, mantidos pelo nosso país, acha-se previsto o pagamento de uma frota de petroleiros, cuja aquisição foi confiada a uma comissão brasileira, devendo ser empregadas nesse fim coroas suecas, coroas dinamarquesas e libras esterlinas.

Finalmente, encontram-se em fase de negociação e conclusão novos convênios comerciais e de pagamento entre o Brasil e a Austrália, Bélgica, Finlândia, Holanda, Iugoslávia, Itália, Noruega, Polónia e Tcheco-Eslováquia.

Como se vê, com reservas em ouro e divisas no montante de quase Cr\$ 13.000.000.000,00, em posição fortemente credora em relação à Inglaterra, França, Finlândia, Tcheco-Eslováquia, Bélgica, Argentina, Paraguai, Suécia, Dinamarca, e outros países, — o Brasil situa-se, internacionalmente, em posição financeira assaz favorável.

Os pequenos embaraços, experimentados nos pagamentos em dólares, decorrem da suspensão, conseqüente à guerra, do arbitramento das moedas, o que nos tem impedido de utilizar vultosos saldos credores, em divisas estrangeiras, na liquidação de deficit com a área do dólar. A solução definitiva de nossas dificuldades cambiais depende, pois, da normalização monetária e do intercâmbio comercial.

Os frutos alcançados com a política cambial, posta em execução no transcurso de 1949, certamente nos induzem à manutenção e ao aperfeiçoamento das medidas de controle adotadas, de modo a atingir, no mais curto prazo, o indispensável e desejado equilíbrio financeiro em nossos meios de pagamentos no Exterior. Logrado esse resultado, poderemos estudar as possibilidades de uma atenuação dos atuais controles cambiais, cuja eficiência vem sendo depurada com ingentes sacrifícios, convindo, por isto mesmo, não sejam abandonados ante os primeiros sucessos obtidos, mas tão-somente após definitiva consolidação de nossa situação econômica.

A reserva ouro mantida pelo Banco do Brasil em nome do Tesouro Nacional não sofreu alteração durante o ano de 1949. Continua representada por 281.569.564 gramas de ouro fino, no

Moeda
RESERVAS
EM OURO

valor de Cr\$ 6.402.933.669,00. Ao iniciar-se o atual exercício possuía também o Banco do Brasil um estoque de 465.575.580 gramas de ouro fino no valor de Cr\$ 9.692.167,40, proveniente da compra obrigatória de 20% da produção nacional.

MEIO
CIRCULANTE

Houve, em 1949, um acréscimo de Cr\$ 2.349.000.000,00 no montante do papel-moeda em circulação, o qual passou de Cr\$ 21.696.000.000,00 em 31 de dezembro de 1948 para Cr\$ 24.045.000.000,00 em 31 de dezembro de 1949.

A alteração derivou de um aumento de Cr\$ 2.400.000.000,00, provenientes de requisições da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e de uma diminuição de 51.000.000,00, relativa a cédulas recolhidas em pagamento de moedas divisionárias postas em circulação.

MEIOS DE
PAGAMENTO

Registrou-se uma expansão de Cr\$ 6.572.000.000,00 (12%) nos meios de pagamento do país, que ascenderam de Cr\$ 53.920.000.000,00 em 31 de dezembro de 1948 para Cr\$ 60.492.000.000,00 em 31 de dezembro de 1949.

Esta última parcela pode ser demonstrada como se segue :

		Cr\$ 1.000.000,00
<i>Moeda em circulação</i>		24.045
<i>Moeda escritural :</i>		
Depósitos à vista em todos os bancos	46.392	
Depósitos bancários no Banco do Brasil	5.261	
	41.131	
Caixa em moeda corrente em poder dos bancos	4.684	36.447
<i>Meios de pagamento</i>		60.492

Bancos

Os negócios bancários foram particularmente ativos no último ano, não deixando de ser prestada assistência financeira às classes produtoras, sempre que se tratou de garantir o prosseguimento de atividades ou empreendimentos reconhecidamente significativos para a vida econômica do país.

Tornou-se frísante, em 1949, a confiança que o público voltou a depositar nos estabelecimentos de crédito nacionais. Conforme atestam os registros da Superintendência da Moeda e do Crédito, a rede bancária expandiu-se apreciavelmente no setor nacional, não se computando, como poderéis verificar no quadro abaixo, nenhum acréscimo no número de agências de bancos estrangeiros entre nós:

	1948	1949	Varição
Bancos nacionais (inclusive agências, escritórios e correspondentes especiais)	2.534	2.699	+ 165
Bancos estrangeiros (agências)	41	41	—
Casas bancárias (inclusive agências e escritórios)	216	203	— 13
Total	2.791	2.943	152

Por outro lado, a evolução dos empréstimos e depósitos de todos os bancos do país, relativa ao biênio 1948-1949, confirma o equilíbrio que vimos alcançando neste setor da vida financeira, como se depreende do quadro a seguir:

	Empréstimos			Depósitos		
	Milhões de cruzeiros					
	1948	1949	Varição	1948	1949	Varição
Banco do Brasil	16.234	21.592	+ 33,0%	19.140	20.193	+ 5,5%
Demais bancos .	35.075	41.030	+ 16,9%	38.078	44.131	+ 15,8%
Total . . .	51.309	62.622	+ 22,0%	57.218	64.324	+ 12,4%

Os dados acima põem em relêvo a posição do Banco do Brasil no conjunto das operações bancárias realizadas, vendo-se que ao nosso principal estabelecimento de crédito toca cerca de 1/3 do total dos empréstimos e dos depósitos.

Revelam, ainda, que, enquanto os demais bancos tiveram seus depósitos aumentados de Cr\$ 6.000.000.000,00 e elevaram os empréstimos de Cr\$ 5.900.000.000,00, — o Banco do Brasil, com um crescimento de depósitos de apenas Cr\$ 1.000.000.000,00, expandiu suas aplicações em nada menos de Cr\$ 5.300.000.000,00.

Também com referência ao fomento das economias populares foi bastante auspicioso o ano de 1949. Consequência direta das medidas tomadas pelo Governo, desde 1946, dentre as quais ressalta a instalação de novas Caixas Econômicas, bem como de Agências Econômicas Postais, criadas pelo Decreto-lei n.º 25.733, de 29 de outubro de 1948, — os depósitos populares alcançavam,

em dezembro último, Cr\$ 8.871.766.582,90, contra Cr\$ 5.305.795.910,00 em princípios de 1946.

Como contrapartida, se em 1946 os empréstimos concedidos pelos mencionados institutos somavam Cr\$ 2.679.399.586,00, — em fins de 1949 atingiam a Cr\$ 6.892.900.379,80, — ou seja, um aumento de 157 % sobre o montante de 1945. Tais aplicações destinaram-se, na maioria dos casos, a vultosos benefícios aos Estados e Municípios, pois se multiplicaram os investimentos em obras públicas, como sejam água, luz, esgotos e calçamento; em milhares de construções para casa própria e em numerosos auxílios a instituições de ensino, educação e de assistência social.

APOIO GOVERNAMENTAL AO
CRÉDITO
BANCÁRIO

Ao iniciar-se o atual Governo, era das mais delicadas a situação de vários bancos nacionais, que tinham seus ativos imobilizados em inversões de liquidação demorada.

Foi, de fato, uma fase difícil, por isto que não só os pequenos bancos, mas também alguns de maior projeção, estiveram ameaçados de instabilidade financeira, em virtude da crise então reinante.

No intuito de conter a inflação de crédito, foi o Governo compelido a enfrentar problemas de delicada complexidade, qual o de promover o saneamento das transações bancárias, eliminando gradativamente as aplicações duvidosas e assegurando, por outro lado, meios adequados de proteção aos depósitos de particulares.

Diante dessa situação de indisfarçável gravidade, coube à Caixa de Mobilização Bancária e à Carteira de Redescontos a importante tarefa de remover as dificuldades existentes.

A primeira, sobretudo, foi atribuído saliente papel na ocasião, uma vez que, — enquanto a Carteira de Redescontos atendia aos bancos em suas necessidades comuns, negociando títulos a curto prazo, — aquela foi chamada a intervir quando, em face de anormais retiradas de depósitos e conseqüente desnível substancial de encaixe, os estabelecimentos bancários se expunham ao perigo da desconfiança do público.

Obtendo dos bancos, como garantia, imóveis, títulos comerciais e públicos e, quando necessário, o aval dos respectivos diretores, — mobilizou a Caixa os investimentos dos mesmos a prazo longo, procurando restabelecer seus níveis normais de encaixe.

No desempenho dessa importante missão, a Caixa de Mobilização Bancária aumentou seus empréstimos (aplicações líquidas anuais) na seguinte escala:

31-12-1945 — saldo	Cr\$	164.000.000,00
1946	Cr\$	448.000.000,00
1947	Cr\$	876.000.000,00
1948	Cr\$	690.000.000,00

Já em 1949 pôde a Caixa limitar-se a operações esparsas, que elevaram seus investimentos a apenas Cr\$ 137.000.000,00.

Em 31 de dezembro de 1949, totalizavam esses empréstimos Cr\$ 2.315.000.000,00, cobertos por garantias avaliadas em Cr\$ 4.127.000.000,00.

O acerto dessa oportuna e decidida orientação está comprovado pela normalidade hoje reinante nos negócios bancários, que se desenvolvem entre nós num clima de confiança, solidez e crescente prosperidade.

Um dos aspectos capitais por que se apresenta a política financeira do Governo tem sido proceder à liquidação gradativa de nossos débitos no Exterior. Convém encarecer, no entanto, como reiteradamente o tenho feito, talvez com insistência, os grandes esforços despendidos para chegarmos a resultados deveras animadores, dado que essas dívidas, desde o Império, se vinham acumulando e onerando nossos orçamentos, ao mesmo tempo que exigiam pesadíssimos serviços de juros, amortizações e consolidações. A esses inconvenientes, que já se tinham tornado o ponto crítico de nossa política financeira, cumpre adicionar as dificuldades oriundas da participação do país na última Grande Guerra, que avolumaram substancialmente nossos compromissos de origem interna.

Dívida
pública

No exercício de 1949, a dívida interna fundada se elevou de Cr\$ 10.416.532.879,80 a Cr\$ 10.437.932.379,80, com um acréscimo de Cr\$ 21.399.500,00, correspondente às seguintes operações efetuadas no decurso do ano:

	Cr\$
Emissão	21.403.100,00
Resgate	3.600,00
	21.399.500,00

DÍVIDA
INTERNA

A situação da dívida interna, no biênio 1948-1949, está exposta nos seguintes algarismos :

	1948	1949	Para + ou -- em 1949
Apólices .	4.901.451.900,00	4.903.589.900,00	+ 2.138.000,00
Obrigações	5.515.080.979,80	5.534.342.479,80	+ 19.261.500,00
	<u>10.416.532.879,80</u>	<u>10.437.932.379,80</u>	+ <u>21.399.500,00</u>

Do total de títulos em circulação, as apólices e obrigações participam com 47% e 53%, respectivamente.

Na circulação das obrigações, aos bônus de guerra cabe a percentagem de 60%, equivalendo a 32% da dívida interna consolidada. Tais percentagens bem demonstram quanto se agravou a situação financeira do país, em consequência da segunda conflagração mundial.

Cumprir destacar ainda, no tocante à dívida interna flutuante, as letras do Tesouro, que apresentavam, em fins de 1948 e 1949, os saldos de Cr\$ 1.614.567.000,00 e Cr\$ 1.254.747.000,00, concorrendo com a maior parcela a emissão efetuada em virtude do disposto no Decreto-lei n.º 9.524, de 26 de julho de 1946, nos termos do qual 20% do produto da venda de letras de exportação são aplicados na aquisição desses títulos do Tesouro.

DÍVIDA EXTERNA

Embora premido por graves dificuldades, fez o Governo, desde 1946, ponto básico de sua política não apelar para qualquer modalidade de crédito alienígena, desde que não se tratasse de empréstimo reprodutivo e, portanto, auto-amortizável. Pusemos, destarte, um paradeiro à longa série de empréstimos que nos oneravam desde a Independência, exigindo consolidações que ainda mais nos comprometiam o crédito e a prosperidade. Não bastava, porém, cessar as operações de crédito fictícias. Cumpria trazer rigorosamente pagos nossos compromissos externos, procurando oportunidade para resgatá-los com proveito.

Honra-me sobremaneira poder afirmar que essa atuação permite que se coloque o atual Governo ao lado das três únicas presidências que, durante o período republicano, não realizaram empréstimos ou outras operações de que resultasse aumento anti-econômico de nossos débitos no exterior: Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), Marechal Floriano Peixoto (1892-1894) e Delfim Moreira (1919).

Valho-me ainda da oportunidade para lembrar-vos que apenas oito Chefes de Estado, dentre os 15 que já presidiram aos destinos da República, conseguiram efetuar resgates dos mencionados débitos, conforme se depreende da tabela anexa, em que se enumeram os dados referentes ao serviço da nossa dívida externa durante os 60 anos de regime republicano.

O referido quadro demonstra também que as maiores baixas observadas na circulação dos títulos da dívida externa do Brasil se verificaram na fase mais recente da vida republicana. Convertidos a libras os valores ali relacionados, podereis aquilatar da eficiência de nossa política neste setor, pois, na verdade, se durante o transcurso de 15 anos (1930-1945), o Governo anterior conseguiu uma diminuição global de £ 29.374.377, — o atual Governo, no prazo de quatro anos (1946-1949), além de não haver aumentado os compromissos externos com novos empréstimos, ajustes ou *fundings*, efetivou a maior redução até agora registrada na história de nossa dívida exterior, ou sejam, £ 37.342.108, total em que — devo frisar — não se incluem os resgates da dívida francesa (cêrca de 80% de 272.908.462 frs. papel e 229.185.500 frs. ouro), de que vos darei conta mais adiante.

**A DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO E OS PERÍODOS
PRESIDENCIAIS — 1889/1949**

PERÍODOS	PRESIDENTES	MOEDAS	SALDOS ANTERIORES	DIMINUIÇÃO	AUMENTO
1889 - 1891	Deodoro da Fonseca	Libras	30.351.500	505.300	—
1892 - 1894	Floriano Peixoto	Libras	29.843.200	1.180.400	—
1895 - 1898	Prudente de Moraes	Libras	25.656.800	—	7.074.489
1899 - 1902	Campes Sales	Libras	35.731.289	—	6.692.528
1903 - 1906	Rodrigues Alves	Libras	42.423.817	—	27.397.240
1907 - 1908	Afonso Pena	Libras	69.821.657	—	3.122.900
		Frs. Papel	—	—	50.000.000
1909 - 1910	Nilo Peçanha	Libras	72.943.057	—	4.387.783
		Frs. Papel	50.000.000	—	50.000.000
		Frs. Ouro	—	—	140.000.000
1911 - 1914	Hermes da Fonseca	Libras	77.331.719	—	13.287.780
		Frs. Papel	100.000.000	1.215.000	—
		Frs. Ouro	140.000.000	—	58.464.500
1915 - 1918	Venceslau Brás	Libras	90.599.529	—	12.942.773
		Frs. Papel	98.785.000	—	—
		Frs. Ouro	198.464.500	—	25.000.000
1919	Delfim Moreira	Libras	103.542.293	150.260	—
		Frs. Papel	98.785.000	—	—
		Frs. Ouro	223.464.500	—	—
1920 - 1922	Epitácio Pessoa	Libras	103.392.033	—	5.440.300
		Dólares	—	—	70.493.833
		Frs. Papel	98.785.000	—	—
		Frs. Ouro	223.464.500	—	—
1923 - 1926	Artur Bernardes	Libras	111.832.333	9.401.314	—
		Dólares	70.491.833	—	49.892.001
		Frs. Papel	98.785.000	—	—
		Frs. Ouro	223.464.500	—	14.240.000
1927 - 1930	Washington Luís	Libras	102.430.819	779.926	—
		Dólares	120.383.834	—	25.807.799
		Frs. Papel	98.785.000	3.127.496	—
		Frs. Ouro	237.704.500	4.498.250	—
1930 - 1945	Getúlio Vargas	Libras	101.650.893	23.278.474	—
		Dólares	140.191.633	27.811.348	—
		Frs. Papel	96.657.504	—	121.722.758
		Frs. Ouro	233.206.250	4.020.750	58
1946 - 1949	Eurico G. Dutra	Libras	78.372.419	28.651.994	—
		Dólares	118.390.285	24.332.320	—
		Frs. Papel	272.908.462	—	—
		Frs. Ouro	229.185.500	—	—

Nos termos da legislação em vigor, o Governo federal, através de vários órgãos específicos, controla e fiscaliza, sistematicamente, não apenas os empréstimos externos da União, mas também os dos Estados e Municípios, Banco do Estado de São Paulo e Instituto do Café do Estado de São Paulo.

O cuidado que o Governo tem dispensado a esse importante setor de nossa vida financeira permitiu se estabelecesse, com sólidos alicerces, a salvaguarda dos interesses e do crédito brasileiros no Exterior. Dêse modo, assumiram em 1949 relêvo especial, na movimentação da dívida externa brasileira, os saldos conseguidos em relação aos empréstimos da União, Estados e Municípios. Assim, em 31 de dezembro último, os saldos dos empréstimos federais, estaduais e municipais, alcançaram, no plano "A", £ 45.426.834 e US\$ 91.357.645 e, no plano "B", £ 27.046.232 e US\$ 72.696.870, totalizando £ 72.473.066 e US\$ 164.054.515.

Quanto ao serviço anual de juros e amortizações destinaram-se, em 1949, a esses pagamentos e respectivas comissões e despesas, as quantias de £ 6.630.470 e US\$ 21.795.555, nelas se incluindo as parcelas de £ 2.277.986 e US\$ 10.413.505, destinadas ao resgate do *Coffee Realisation Loan*.

A aplicação dos planos baixados com o Decreto-lei n.º 6.019 assumiu significativa expressão nestes últimos anos; estabelecido confronto entre a circulação inscrita em 1.º de janeiro de 1944, no citado instrumento legal, e a última apurada, verifica-se a expressiva redução de £ 65.687.070 e US\$ 122.011.130.

A esses totais se devem somar, ainda, os dos empréstimos do Grau VIII, cujos títulos foram objeto de liquidação, na base de 12% do valor nominal. Esta operação já se encontra virtualmente efetuada, por terem sido colocados à disposição dos respectivos portadores os fundos necessários ao seu resgate.

Dêses empréstimos, que figuravam no Decreto-lei n.º 6.019 com os saldos de £ 8.660.233 e US\$ 1.980.000, já se retiraram da circulação títulos no valor de £ 6.569.434 e US\$ 1.732.500, ou sejam 75,9% e 87,5%, respectivamente.

Quero ainda, como o fiz ao ensejo da Mensagem que vos dirigi no início da última legislatura, referir-me à liquidação do *Coffee Realisation Loan*, que constituiu acertada providência a inscrever-se na história da dívida externa brasileira.

Com o resgate total desse empréstimo, que possibilitou ainda a utilização de parte dos saldos do Brasil em esterlinos, congelados em Londres desde longa data, retiraram-se da circulação títulos no valor de £ 2.229.680 e US\$ 10.234.800, acrescentando a circunstância auspiciosa de se haver liberado a garantia do empréstimo, representada pelo penhor de elevado volume de café.

DÍVIDA EXTERNA DO BRASIL

Plano de Ajuste do Decreto-lei nº 5.019, de 23 de novembro de 1943

Situação dos empréstimos em dólares em 31 de dezembro de 1949

Série	EMISSÃO	CIRCULAÇÃO em 1.º de NOVEMBRO de 1943	TÍTULOS DO PLANO "B"			TÍTULOS DO PLANO "A"			PLANO "A" TÍTULOS NÃO CANJADOS em CIRCULAÇÃO
			TÍTULOS NOVOS em 3-3-45	TÍTULOS RETIRADOS DA CIRCULAÇÃO	TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO	TÍTULOS CANJADOS	TÍTULOS RETIRADOS DA CIRCULAÇÃO	TÍTULOS CANJADOS EM CIRCULAÇÃO	
1	E. G. do Brasil.... 851-1021	20.050.000	13.328.400	4.074.500	9.153.900	9.011.000	1.243.500	7.997.500	1.122.000
2	E. G. do Brasil.... 751-1022	14.087.800	6.319.400	2.622.000	4.335.800	2.830.900	1.213.500	4.000.300	274.500
3	E. G. do Brasil.... 651-1020	48.844.000	22.802.800	7.351.500	18.801.400	18.412.300	3.602.500	14.717.000	1.813.000
4	E. G. do Brasil.... 551-1027	33.308.000	15.319.800	4.020.800	10.392.500	10.069.500	2.310.000	10.373.500	1.070.000
5	E. G. do Brasil.... 451-1031	15.977.143	8.214.400	2.744.200	6.014.200	6.014.200	1.430.000	4.604.200	1.119.945
6	E. G. do Brasil.... 351-1030	23.107.000	3.881.600	3.031.600	—	8.433.500	—	—	—
7	E. G. do Brasil.... 251-1023	2.414.000	—	130.000	749.000	1.070.500	154.500	1.081.000	183.500
8	E. G. do Brasil.... 151-1024	10.209.500	2.822.000	672.700	1.820.300	4.444.000	681.000	2.773.000	810.000
9	E. G. do Brasil.... 51-1026	4.205.000	1.010.700	209.500	740.200	2.063.500	231.000	1.772.000	232.500
10	E. G. do Brasil.... 01-1028	8.000.500	2.008.000	593.400	1.307.000	4.000.500	394.000	2.502.500	431.000
11	E. G. do Brasil.... 01-1031	4.098.000	1.414.000	447.000	931.000	1.430.500	429.000	1.001.500	281.000
12	E. G. do Brasil.... 71-1020	4.581.000	1.722.500	539.100	1.183.000	1.000.000	824.000	1.076.000	437.000
13	E. G. do Brasil.... 01-1029	1.007.500	625.250	192.700	432.500	620.300	140.100	474.500	90.500
14	E. G. do Brasil.... 01-1025	10.221.500	2.000.500	907.500	2.082.700	2.340.500	1.012.000	2.535.000	694.000
15	E. G. do Brasil.... 01-1023	2.701.500	1.814.000	623.200	1.218.700	1.702.000	399.500	3.391.500	221.000
16	E. G. do Brasil.... 01-1020	3.657.000	1.788.200	544.200	1.191.000	1.725.000	429.000	1.506.000	238.000
17	E. G. do Brasil.... 71-1028	3.683.000	692.200	142.200	806.000	722.500	215.500	607.000	81.000
18	E. G. do Brasil.... 01-1027	4.808.000	1.419.200	437.700	1.019.500	1.307.000	272.500	1.794.500	424.200
19	E. G. do Brasil.... 01-1023	5.243.000	1.762.000	698.000	1.144.000	1.323.000	348.000	1.177.000	314.000
20	E. G. do Brasil.... 71-1028	2.304.000	653.000	207.500	445.500	703.500	185.000	518.500	112.000
21	E. G. do Brasil.... 01-1021	2.041.000	830.000	271.500	558.500	2.220.000	410.000	1.809.500	576.000
22	E. G. do Brasil.... 01-1021	7.215.000	2.801.750	716.200	2.085.500	4.020.500	1.310.000	2.710.500	1.256.000
23	E. G. do Brasil.... 01-1024	21.010.000	7.091.700	138.700	334.200	102.500	75.000	261.000	311.000
24	E. G. do Brasil.... 01-1019	6.400.000	1.991.000	590.700	809.000	2.223.000	1.411.000	281.000	236.000
25	E. G. do Brasil.... 01-1022	3.135.500	825.500	280.700	544.700	1.181.000	477.000	604.000	312.500
26	E. G. do Brasil.... 01-1027	6.102.000	1.287.000	435.000	802.000	2.102.000	1.325.500	1.076.500	625.000
27	E. G. do Brasil.... 01-1022	2.509.500	623.200	208.500	414.500	703.500	153.000	550.500	132.000
28	E. G. do Brasil.... 71-1020	7.011.500	2.022.000	382.500	608.000	702.500	137.500	570.500	123.500
29	E. G. do Brasil.... 71-1028	1.500.000	480.200	104.500	315.700	431.200	67.500	343.700	108.000
30	E. G. do Brasil.... 71-1028	—	—	—	—	—	—	—	—
		284.500.648	108.010.500	30.807.700	71.608.810	127.200.500	30.900.500	76.388.900	13.697.745

PLANO "B"

Títulos emitidos até 30-6-46.....	\$108,016,600
Títulos resgatados até 31-12-49.....	\$ 36,507,790

TÍTULOS DO PLANO "B" EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-49.....	\$ 71,508,810
---	---------------

PLANO "A"

Títulos carimbados até 31-12-49.....	\$107,396,500
Títulos resgatados até 31-12-49.....	\$ 30,906,600

Títulos do Plano "A" — carimbados, em circulação.....	\$ 76,289,900
---	---------------

Idem do Plano "A" — não carimbados, em circulação.....	\$ 13,897,745
--	---------------

TÍTULOS DO PLANO "A" EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-49.....	\$ 90,287,645
---	---------------

Circulação em 1-11-43.....	\$284,560,625
----------------------------	---------------

Circulação em 31-12-49:

Plano "A".....	\$ 90,287,645
----------------	---------------

Plano "B".....	\$ 71,508,810	\$161,796,455
----------------	---------------	---------------

Retirados da circulação até 31-12-49.....	\$122,764,190
---	---------------

ou seja 43,06% de resgate sobre a dívida externa no período de cerca de seis anos, isto é, de 1-11-43 a 31-12-49.

A quantia de \$122,764,190,00 de títulos retirados da circulação provém do seguinte:

a) Pelos fundos de amortização:

no Plano "A".....	\$ 30,906,600	
no Plano "B".....	\$ 36,507,790	\$ 67,414,390

b) Por efeito de aceite do Plano "B":

Títulos primitivos depositados.....	\$163,366,100
-------------------------------------	---------------

Títulos novos emitidos para o Plano "B".....	\$108,016,600
--	---------------

Retirados por efeito de aceite do Plano "B".....	\$ 55,349,800	\$ 55,349,800
--	---------------	---------------

Total retirado da circulação até 31-12-49.....	\$122,764,190
--	---------------

Ainda em 1949 foi de todo expressiva a movimentação de nossos compromissos em francos. O acordo do resgate assinado entre os governos do Brasil e da França, em 8 de março de 1946 e revigorado em 31 de março de 1948, abrangia a liquidação de 31 empréstimos brasileiros emitidos em francos, — nêles se enquadrando empréstimos externos e obrigações de diversas estradas de ferro, — mediante o pagamento de soma equivalente a US\$ 19.320.000. Esta importância, nos termos do referido acordo, seria retirada do produto das exportações brasileiras para a zona franco, constituindo um fundo de liquidação da dívida brasileira na França.

Integralizado o fundo de US\$ 19.320.000, pelo Governo, foram iniciadas as aquisições, que se elevam, no momento, a 80% dos títulos em circulação. O montante da dívida correspondia a 2.000.000 de títulos, dos quais 1.600.000 já foram resgatados, aguardando apenas a devida conferência e incineração, em Paris.

Quanto aos nossos compromissos externos em florins, de responsabilidade exclusiva do Estado de São Paulo, e cujo saldo atual em circulação é de 6.428.100 florins — não teve ainda seus serviços retomados tal como preceitua o Decreto-lei n.º 6.019, dada a dependência de estudos especiais ainda em elaboração. Paralelamente, todavia, o Governo federal cogita, no momento, de assentar as bases de um ajuste para a sua integral liquidação.

As Constituições estaduais do passado, feitas à imagem da de 1891, outorgando aos Estados e Municípios ampla faculdade para levantar empréstimos no Exterior, criaram condições propícias a que as unidades da Federação contraissem vultosos compromissos em países estrangeiros, a cujos serviços de juros muitas vezes não podiam ocorrer, comprometendo, assim, gravemente, o próprio crédito do país.

EMPRÉSTIMO
INTERNO DE
CONVERSÃO

Em 1943, a situação de tal modo se agravou que o Governo federal, para acautelar o prestígio de nosso crédito nos mercados internacionais, se viu na contingência de adiantar, em nome dos Estados e Municípios, os fundos necessários para atender aos pagamentos mais imediatos. Tal foi a origem do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, que fixou normas definitivas para o pagamento dos serviços dos empréstimos externos realizados em libras e dólares para a União, os Estados e os Municípios, estabelecendo que o reembolso das despesas da União seria efetuado em parcelas de 1% cumulativo e juros anuais de 5%.

Em face da responsabilidade assumida perante os portadores de títulos, quando dos entendimentos que culminaram com a assinatura do aludido decreto-lei, prontificou-se o Governo federal a envidar todos os esforços no sentido de manter rigorosamente em dia nossos pagamentos no Exterior.

Razões de vários matizes, no entanto, não permitiram a determinados Estados e Municípios recolher ao Banco do Brasil os cruzeiros equivalentes às remessas efetuadas desde 1944, para os serviços normais da dívida externa, o que obrigou o Governo federal a fazer adiantamentos, a fim de continuar na posição de defensor do crédito externo nacional.

Três Unidades da Federação (Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul) estão em atraso, há mais de dois anos, com os depósitos para atender aos vencimentos de compromissos externos.

Desde agosto de 1946, solicitado o depósito das parcelas entregues para o fundo de amortizações do plano "A", sobre os títulos não optados até 31 de dezembro de 1945, o Estado de Minas Gerais não pôde efetuar os recolhimentos normais ao Banco do Brasil para os serviços de seus empréstimos externos, com exceção do empréstimo de 1913, em libras.

Para fazer face aos adiantamentos da União, propôs o Governo estadual o pagamento das parcelas de Cr\$ 500.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, em 1949 e 1950, respectivamente, ficando o restante para ser resgatado em dez prestações iguais, a partir de 1951, quando seriam retomados os serviços normais da dívida externa.

A Comissão incumbida de apreciar essa proposta de indenização sugeriu o pagamento de Cr\$ 3.000.000,00, em 1949, e Cr\$ 5.000.000,00, em 1950, o que já foi aprovado pelo Governo federal.

No entanto, até a presente data, não foi ultimado o depósito da parcela de Cr\$ 3.000.000,00 nem recolhidos os fundos para o serviço da dívida externa, havendo os adiantamentos realizados pela União atingido as cifras de £ 117.129 e US\$ 1.275.180, equivalentes a Cr\$ 32.706.221,70.

O Estado de São Paulo deixou de efetuar os depósitos para os referidos serviços, a partir de dezembro de 1947, de forma que, a partir dessa data, vem o Governo federal adiantando os fundos necessários aos pagamentos normais dos seus empréstimos.

Em 29 de abril de 1949, o Governo daquele Estado, por intermédio do Secretário da Fazenda, comprometeu-se a saldar os aludidos débitos, que então atingiam Cr\$ 46.059.345,30, num prazo máximo de quatro meses, a principiar em maio do mesmo ano. Até a presente data, no entanto, não satisfaz o Governo do Estado os compromissos daquela época e os posteriores, o que elevou suas obrigações para Cr\$ 86.884.937,60, equivalentes a £ 763.162 e US\$ 1.993.160.

Também o Estado do Rio Grande do Sul, a partir de dezembro de 1946, deixou de efetuar os depósitos dos cruzeiros equivalentes aos adiantamentos feitos pela União para atender, não só às dívidas de seus Municípios, mas também às do próprio Estado, totalizando seu débito, atualmente, Cr\$ 40.719.400,80.

Como podereis avaliar pelo quadro anexo, ascendem hoje a Cr\$ 234.785.819,10 os recursos despendidos pelo Governo da União para ocorrer aos serviços das dívidas externas contraídas pelas Unidades da Federação, e que, até o presente momento, não foram recolhidos ao Banco do Brasil.

Diante de circunstâncias tão imperiosas para o sobrecarregado Tesouro Nacional, estuda o Governo federal o problema e prepara bases para um acôrdo de regularização dos débitos estaduais em atraso, com o objetivo de — mediante contribuições razoáveis — estabelecer as providências a tomar para o reembolso de tão vultosas quantias despendidas pela União, em nome e para satisfazer obrigações dos Estados.

DÍVIDA EXTERNA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Decreto-lei no. 6.019, de 23-11-43, e 7.253, de 18-1-45

IMPORTÂNCIAS ADIANTADAS PELO GOVERNO FEDERAL E AINDA NÃO RECOLHIDAS AO

BANCO DO BRASIL PELOS DEVEDORES

312

ENTIDADES DEVEDORAS	IMPORTÂNCIAS EM LÍQUIDO		IMPORTÂNCIAS EM DÉBITO		IMPORTÂNCIAS EM DÉBITO		TOTAL EM CRÉDITO
	Vencimento mais antigo	Soma das parcelas em atraso	Vencimento mais antigo	Soma das parcelas em atraso	Vencimento mais antigo	Soma das parcelas em atraso	
Estado do Rio Grande do Sul	Jan. 1948	763.102	Dez. 1947	1.033.160	1948	10.169.770	96.994.713,00
do Rio Grande do Sul	Set. 1948	117.120	Agosto 1949	1.275.180	1949	6.640.821	37.232.412,00
do Pernambuco	Julho 1949	2.370	Dez. 1948	1.281.070	1947	3.080.410	43.064.760,70
do Bahia	Maio 1949	47.400	Set. 1949	75.830	1949	440.070	1.078.217,00
do Rio de Janeiro	Abril 1949	38.130	Dez. 1948	135.250	1949	1.789.075	8.288.210,40
do Maranhão	—	—	Julho 1948	108.450	1947	345.000	4.030.289,80
do Ceará	—	—	—	—	1948	3.247.380	3.247.380,80
Instituto do Café	Julho 1949	143.260	—	—	1949	231.284	231.284,00
Distrito Federal	Nov. 1948	10.100	—	—	1949	3.750.839	13.783.207,00
Município de Brasília	Dez. 1948	90.120	—	—	—	—	1.054.000,40
do P. Alegre	Dez. 1947	13.810	Junho 1947	336.109	1948	2.300.380	9.403.050,70
do Minas	Junho 1944	40.775	—	—	1948	258.356	3.708.846,80
do Bahia	—	—	—	—	1948	632.533	632.533,00
do Recife	—	—	—	—	1949	4.185.870	4.185.870,00
do B. Horizonte	—	—	—	—	1947	44.300	44.300,00
		1.233.801		6.033.480		40.003.223	234.785.819,10

OBSERVAÇÕES:

- 1) As dívidas dos Municípios de Pelotas e de Belo Horizonte, por terem sido garantidas por empréstimos, estão sob a responsabilidade dos Estados do Rio Grande do Sul e do Minas Gerais, respectivamente.
- 2) Os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e o Município de Pôrto Alegre fizeram, em 1944, com o Governo Federal no sentido de satisfazerem, mediante aumento do prazo, os adiantamentos que até então lhes haviam sido feitos. Esse acordo, entretanto, não foi cumprido até esta data pelos citados devedores.
- 3) A dívida do Estado do Maranhão está sendo estudada em processo repetido no Ministério da Fazenda.

No discurso com que saudei os meus compatriotas à entrada do ano, tive a sinceridade de capitular a questão do Orçamento federal entre os aspectos negativos do Governo. Assinalei então, com a maior franqueza, que era esse um setor em que vínhamos perdendo terreno, não obstante as severas medidas adotadas pelo Executivo relativamente à compressão das despesas públicas e às providências tomadas para que obtivéssemos, em cada exercício, receitas superiores às estimadas ou lográssemos acomodar os gastos aos recursos disponíveis.

É que o *problema orçamentário*, como certamente o sabeis, transcende medidas de natureza imediata e exige, no momento político e econômico que vivemos, ação conjunta dos poderes do Governo, a fim de que seja alterado o próprio mecanismo da elaboração orçamentária, tanto na sua fase preliminar, que é de responsabilidade do Executivo, como na subsequente, em que entra a cooperação do Legislativo. Assim, urge que, nessa primeira fase, repouse o orçamento sobre elementos de convicção administrativa, sobre um *saber de experiência feito*, que só o trato com as necessidades públicas confere a quem o organiza. Urge, também, por isto mesmo, que, na fase legislativa, a despeito do intuito generoso que preside a milhares de emendas oferecidas no plenário do Congresso, não se perca de vista o fato elementar de que o Orçamento deve ser uma estrutura coerente em suas partes e não um mosaico de iniciativas subsidiárias.

Não basta, portanto, que se computem no Orçamento necessidades inadiáveis. É indispensável que, nesse cômputo, especialmente em países como o nosso, se proceda em obediência a princípios da mais estrita hierarquização e do mais equilibrado proporcionamento entre as necessidades consideradas, a fim de que não se verifiquem excessos ou deficiências e não seja afetada a equitativa distribuição dos meios financeiros.

Sei que não é fácil lograr-se semelhante ponderação de valores. O número e a complexidade dos problemas a atacar dificultam, com efeito, a serena seleção dos mais prementes.

Não foi por outra razão, todavia, que me senti no dever de formular o apêlo que se contém naquela Mensagem de Ano Bom. Se há um imperativo patriótico neste ano de eleições, é precisamente o de que "seja observada uma política que resguarde a própria estrutura da economia nacional". Na verdade, conforme fiz então sentir à Nação, viu-se o Governo na contingência de recorrer novamente a emissões, dado o vulto do *deficit* registrado

no exercício. E essa política, adotada a contragosto, ainda mais longe nos levaria, se não se apresentassem ponderáveis as reduções de despesas conseguidas na execução do Orçamento, graças às medidas que determinei se pusessem em prática e que tão amiúde são maliciosamente interpretadas.

Ainda nessa Mensagem — e é oportuno repeti-lo aqui — afirmei que em nenhuma outra administração federal, como na de agora, maior fôra a colaboração com os outros níveis de Governo — o estadual e o municipal. Acentuei também que “essa colaboração ter-se-á de fazer ordenadamente, visando à descentralização da execução, mas conservando a unidade de planejamento dos trabalhos a realizar”, e sempre ou exclusivamente nos casos em que os problemas a atacar ultrapassem de fato a capacidade financeira desses níveis de governo. Se nos esquivarmos, porém, a essa regra ou a esse critério, os recursos federais se dispersarão em finalidades secundárias, muitas das dotações passando a servir finalidades inteiramente estranhas aos deveres da União. E não resultariam esses os menores males, porque a dispersão em aprêço concorre fundamentalmente para que os empreendimentos de maior vulto sejam retardados em sua execução, decorrendo daí prejuízos que exorbitam da esfera financeira para repercutir no campo econômico, propriamente dito.

Assim, só esses aspectos negativos e a imperiosa necessidade de coibi-los é que levaram o Executivo a optar pelos denominados *planos de obras*, que se alicerçam na preocupação de acomodar o que está previsto no Orçamento: 1.º) à capacidade financeira real do Tesouro Nacional; 2.º) à capacidade de realização dos órgãos executivos competentes; 3.º) às efetivas disponibilidades de mão-de-obra e de material; 4.º) às condições do mercado, no que tange à aquisição de grandes equipamentos, e, finalmente, à urgência e à finalidade dos serviços reclamados.

Criticos menos avisados poderão alegar que o Executivo dispõe do *poder de vetar*, sendo este, talvez, o único recurso de que se deveria valer para limitar a despesa às condições acima apontadas.

A Lei do Orçamento, todavia, corresponde a documento de tal envergadura, e o decêndio, por sua vez, em casos como esse, é prazo tão curto para a acurada análise de seu conteúdo, que em sã consciência ninguém poderá sustentar não traduzam os estudos promovidos *a posteriori*, para a elaboração dos ditos planos, o ho-

neste propósito do Governo de acolher e executar tudo o que, na lei orçamentária, completa, amplia ou melhora o seu próprio programa de trabalho inicialmente apresentado.

Estou certo, Senhores Membros do Congresso, de que o veto ao Orçamento teria efeitos altamente nocivos, servindo apenas para reacender incompreensões, com as quais se regozijariam os inimigos do regime. Especialmente em fases políticas como a que iniciamos e atravessamos, vivendo sob a preocupação absorvente de que se restaurem as instituições democráticas e dispostos a defendê-las, até mesmo contra as nossas imperícias, — o veto ao Orçamento, em fases como esta, repito, poderia servir de poderoso instrumento à agitação política de natureza destrutiva. Valendo-me, todavia, do bom-senso, foi-me possível adotar processo mais amadurecido, por isto que os chamados *planos de obras ou de execução* decorrem de um critério seletivo dos serviços a realizar durante o exercício, que é de natureza administrativa, não intervindo na sua feitura motivos de ordem política.

A esse aspecto, é com a consciência tranqüila que me dirijo a todos vós, uma vez que nela não pesa a mais leve crítica de me haver socorrido do Orçamento para aplicar em quaisquer circunstâncias sanções de natureza pontica. A depuração dos gastos públicos tem corrido, exclusivamente, à conta das disponibilidades do Tesouro e da capacidade de execução dos órgãos competentes.

O Orçamento, destarte, embora eivado de defeitos e necessitando de reformas substanciais, vem sendo executado, dentro do possível, à semelhança de um *plano de trabalho*.

Vale consignar — e o Governo não o oculta, antes o ressalta, — que esses resultados se obtiveram a despeito de obstáculos de toda sorte, devendo destacar-se dentre esses os que provêm de deficiências do nosso Código de Contabilidade, sem cuja reforma talvez nenhuma administração obtenha dos serviços públicos maiores rendimentos que os que vimos conseguindo.

Se insisto nessa ordem de idéias, valendo-me da oportunidade de registrá-las entre as de primacial importância para a boa gestão das coisas públicas e o aperfeiçoamento técnico do aparelhamento administrativo, é porque ao Governo, na pessoa do Chefe do Executivo, não cabe, evidentemente, a responsabilidade total de tantas deficiências. Há nos erros da administração uma responsabilidade solidária do Executivo e do Legislativo, a que homens de espírito público não podem fugir.

Deveis estar lembrados de que, por mais de uma vez e em documentos diversos, o Governo vem concitando a atenção do Congresso para *os malefícios de uma elaboração orçamentária defeituosa* e, bem assim, para os demais aspectos do *processo orçamentário em nosso país*, incluindo-se, entre esses, o da apresentação formal do documento orçamentário e o das leis que regem a sua execução.

E' imprescindível que esses problemas sejam resolvidos, guardando-se, primeiramente, as linhas mestras de nossa experiência administrativa, e, em segundo lugar, atentando, sempre que possível, nas técnicas de bem administrar, já depuradas e postas à prova em outros países, as quais, pela semelhança das instituições de governo com as nossas, oferecem diretrizes, normas e métodos suscetíveis de adaptação.

Não é possível, porém, continuar, em matéria orçamentária e financeira, a valer-nos de instrumentos de trabalho antiquados, se ao mesmo tempo clamamos pela execução de empreendimentos dependente da adequação daqueles às novas condições de vida do país e da própria administração.

Asseguro-vos que interessa vivamente ao Governo a promoção das medidas indispensáveis ao reaparelhamento da Administração federal no setor orçamentário, já que a aplicação de novos métodos de trabalho — implícita ou explicitamente previstos nas leis de reforma de órgãos e serviços, promulgadas neste último decênio, — somente será conseguida mediante o aperfeiçoamento do sistema orçamentário, em qualquer que seja a sua fase — elaboração; discussão e votação; execução ou fiscalização.

A EXECUÇÃO
ORÇAMEN-
TÁRIA

Conforme verificareis através dos elementos que submeto a seguir à vossa apreciação, o Governo tudo fez para conseguir um máximo de equilíbrio nas finanças públicas federais, a partir de 1946.

Não preciso recordar-vos as condições em que assumi o Governo e, muito menos, as dificuldades de natureza econômico-financeira com que o país se defrontava. São inúmeros os documentos públicos em que analisei essas condições e dificuldades, inteirando-vos e à Nação do que mais importava assinalar.

Se considerarmos os últimos Orçamentos federais e os compararmos com os de outros períodos, logo verificaremos como

foram profundas as alterações, especialmente quanto à distribuição da *receita pública*, não apenas em virtude de dispositivos constitucionais, que determinaram a vinculação de boa parte dessa receita a regiões e serviços especiais (Amazônia, Polígono das Sêcas, região do São Francisco, Municípios e educação), senão também pela intervenção do Congresso na feitura do Orçamento, imprimindo-lhe diretrizes muitas vezes divergentes das que se adotaram na elaboração da proposta.

Esses dois fatores — é preciso que o não esqueçamos — modificaram profundamente o rumo da política orçamentária federal, gerando efeitos de difícil solução imediata. Houve necessidade, por isto mesmo, de se baixarem atos diversos sobre a prestação e andamento dos serviços públicos, sobre a elaboração e execução do Orçamento, de maneira a evitar dúvidas, desperdícios e retardamentos, e a fim de habilitar o Governo a obter a indispensável redução das despesas públicas, sem que daí resultassem prejuízos para a política econômica e financeira, prescrita pelo Congresso através da Lei de Meios.

Para que tenhais uma idéia, ainda que imprecisa, do que representam esses esforços disciplinadores, e avaleis os frutos colhidos em favor do equilíbrio orçamentário, passo a expor-vos a situação financeira com que nos vimos defrontando, desde o início de meu período governamental.

O balanço de 1945 acusou um *deficit* de Cr\$
3.218.746.881,90, discriminado como se segue:

	Cr\$
<i>Deficit</i> de operações ordinárias	997.820.956,80
<i>Deficit</i> de operações de guerra	2.024.577.674,50
<i>Deficit</i> do Plano de Obras e Equipamentos	196.348.250,60
Total	3.218.746.881,90

Ao iniciar-se 1946, portanto, o Governo arcava com a responsabilidade desse vultoso encargo, acrescido de um *deficit* presumível, no próprio exercício, de Cr\$ 3.123.149.639,70, assim evidenciado:

Exercício
de 1946

	Cr\$
Receita estimada	11.010.148.000,00
Despesa fixada	14.133.297.639,70
<i>Deficit</i> previsto	3.123.149.639,70

Apesar disso, orçamentariamente, o resultado da execução foi favorável, obtendo-se um *superavit* de Cr\$ 160.924.455,10, pois que a receita arrecadada foi de Cr\$ 11.569.575.689,20 e a despesa realizada de Cr\$ 11.408.651.234,10.

No exercício de 1946, contudo, as despesas extraorçamentárias ascenderam a um montante de Cr\$ 2.793.892.720,60, dando, como resultado final do exercício, o *deficit* de Cr\$ 2.632.968.265,50, menor em Cr\$ 490.181.374,20 do que o presumível.

Exercício
de 1947

Em 1947, não obstante o *deficit* orçamentário previsto ter sido de Cr\$ 727.679.108,80 (incluindo-se Cr\$ 132.943.394,80, de créditos suplementares autorizados) e a despesa ter sido elevada para Cr\$ 14.220.908.674,40, em virtude dos créditos especiais e extraordinários abertos, — conseguiu-se, ao encerrar o exercício, um *superavit* de Cr\$ 460.237.958,60, porque sobre a receita estimada houve maior arrecadação (+ Cr\$ 1.849.816.518,80) e na despesa autorizada obtivemos uma economia de Cr\$ 1 047.490.973,40.

Exercício
de 1948

Em 1948, o próprio Orçamento previa um pequeno *superavit* de Cr\$ 1.278.956,00, pois que a despesa fora fixada em Cr\$ 14.596.041.044,00 e a receita estimada em Cr\$ 14.597.320.000,00.

Durante o exercício foram dadas autorizações de natureza especial e extraordinária, havendo o Governo conseguido, mediante economias (Cr\$ 973.649.800,80) e maior arrecadação (+ Cr\$ 1.101.651.246,30), um *superavit* equivalente a Cr\$ 3.380.651,90, o qual, — não obstante ter sido pequeno, mas ainda assim maior que o previsto, — traduziu todo o esforço por nós desenvolvido em favor do desejado equilíbrio financeiro.

Exercício
de 1949

O exercício de 1949 foi iniciado com a previsão de um *deficit* de Cr\$ 1.141.365.769,00. Este *deficit* ficou posteriormente reduzido para Cr\$ 1.126.065.769,00, visto que houve anulações orçamentárias no valor de Cr\$ 15.300.000,00.

Por outro lado, em virtude de decisão do Tribunal de Contas, as dotações do Ministério da Viação e Obras Públicas foram

acrescidas da quantia de Cr\$ 26.058.472,00, resultando daí a seguinte situação:

	Cr\$
Receita estimada	18.228.650.000,00
Despesa fixada (com as retificações)	19.380.774.241,00
<i>Deficit</i>	<u>1.152.124.241,00</u>

Do exercício anterior foram transferidos créditos no valor de Cr\$ 607.603.252,60 (Cr\$ 583.085.409,60, de especiais e Cr\$ 24.517.843,00 de extraordinários), e, no decorrer de 1949, foram abertos os seguintes:

	Cr\$
Suplementares	237.033.733,20
Especiais	2.701.692.847,20
Extraordinários	12.820.000,00
Total	<u>2.951.546.580,50</u>

A autorização total alcançou, pois, a quantia de Cr\$ 22.939.924.074,10. Dessas autorizações foram transferidos saldos para o exercício de 1950, na importância de Cr\$ 1.655.094.639,10, que reduziram as autorizações do exercício passado para Cr\$ 21.284.829.435,00. O *deficit* presumível do exercício foi, assim, de Cr\$ 3.056.179.435,00, conforme a demonstração abaixo:

	Cr\$
Receita estimada	18.228.650.000,00
Despesa total autorizada	21.284.829.435,00
<i>Deficit</i> presumível	<u>3.056.179.435,00</u>

Ao encerrar-se o exercício, o *deficit* apurado foi de Cr\$ 2.860.898.933,00, de acordo com a demonstração abaixo, onde se compara o total da despesa realizada com o da receita arrecadada:

	Cr\$
Receita arrecadada	17.916.540.414,60
Despesa realizada	20.726.712.544,40
<i>Deficit</i>	<u>2.810.172.129,80</u>

A despesa acima citada correu à conta das seguintes autorizações :

	Cr\$
Orçamento e suplementações	18.759.985.132,20
Créditos especiais e extraordinários abertos e transferidos	1.602.583.933,20
De exercícios anteriores	750.468,30
Despesas pendentes de regularização ulterior ..	363.393.010,70
Total	20.726.712.544,40

Esse total distribui-se pelos diversos órgãos conforme discriminação abaixo :

	Cr\$
Congresso Nacional	169.043.393,60
Tribunal de Contas	7.452.098,60
Presidência da República	1.242.025.741,00
Departamento Administrativo do Serviço Público	20.552.730,00
Estado Maior das Forças Armadas	1.102.250,10
Comissão de Reparações de Guerra	435.445,00
Conselho Federal do Comércio Exterior	2.939.285,10
Conselho de Imigração e Colonização	1.102.917,30
Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	2.211.984,70
Conselho Nacional do Petróleo	459.566.505,20
Conselho de Segurança Nacional	852.543,20
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	58.095.100,00
Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	2.788.758,80
Ministério da Aeronáutica	1.573.574.488,10
Ministério da Agricultura	942.539.883,60
Ministério da Educação e Saúde	2.041.425.773,00
Ministério da Fazenda	4.641.850.925,60
Ministério da Guerra	2.872.604.559,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	907.705.093,40
Ministério da Marinha	1.423.666.300,00
Ministério das Relações Exteriores	186.362.145,20
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	724.014.409,20
Ministério da Viação e Obras Públicas	3.261.757.537,40
Poder Judiciário	183.042.155,60
Total	20.726.712.544,40

Pelos elementos até agora fornecidos, verificamos então que a receita arrecadada ficou aquém da estimada em Cr\$ 312.109.585,40, e que a despesa autorizada (Cr\$ 22.939.924.074,10), foi realizada até a quantia de Cr\$

20.726.712.544,40, conforme o demonstrado, acusando, assim, o exercício de 1949, o déficit de Cr\$ 2.810.172.129,80, menor que o presumível.

O resultado desfavorável que vos apresento não deve, todavia, ser encarado na frieza de suas cifras. Há que considerar fatores somente perceptíveis a quem se detém num minucioso exame da despesa pública. Inversões de capital, amortizações de dívidas, assim como a realização de despesas produtivas, muito influíram para o déficit apurado. Na verdade, não distinguindo, o documento orçamentário, como até certo ponto não lhe cabe distinguir, as despesas com a administração propriamente dita daquelas que constituem movimento de capitais, — difícil é, para quem o examina circunstancialmente, verificar de plano as que contribuíram para aumentar o Ativo e diminuir o Passivo. Cabe ao balanço, que oportunamente vos será endereçado, esmerilhar a questão.

Considerando que a esse respeito devem ser mencionados alguns exemplos para vosso maior esclarecimento, enumero a seguir algumas operações que se traduzem por aumento do Ativo ou redução do Passivo, e que foram realizadas em 1949:

<i>Que aumentaram o Ativo:</i>	Cr\$
— pagamento da 2. ^a e 3. ^a cotas do capital da Fábrica Nacional de Motores (subscrição do Governo)	111.578.000,00
— aquisição de material de guerra	40.910.091,00
— idem de acôrdo com a Lei de Empréstimo e Arrendamentos (1. ^a e 2. ^a prestações do acôrdo firmado entre os Governos do Brasil e Estados Unidos da América)	187.200.000,00
— aquisição de prédio para a Embaixada do Brasil em Londres	18.860.400,00
— importância correspondente à 4. ^a parte do capital subscrito pela União, para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco	30.000.000,00
— ações de aumento do capital da Companhia do Vale do Rio Doce, tomadas pelo Governo	124.000.000,00
<i>Que reduziram o Passivo:</i>	
— amortização da dívida externa, em libras	134.600.634,40
— amortização da dívida externa, em dólares	71.329.755,90

Acrescentem-se a essas operações tôdas as relativas à aquisição de material permanente e as concernentes à execução de obras públicas, cujo montante, em nosso Orçamento, ascende a valor apreciável.

Convém notar, outrossim, que o *deficit* apurado em 1949 antes decorre das autorizações concedidas em créditos especiais e extraordinários, assim como de créditos transferidos e despesas pendentes de regularização ulterior, do que das despesas propriamente ditas do exercício, isto é, das autorizadas pelo Orçamento, suas alterações e suplementações. Se tivermos em vista somente estas (cujo valor é de Cr\$ 18.759.985.132,20), o *deficit* apurado passará a ser de Cr\$ 834.444.717,60, inferior ao previsto no Orçamento da União para 1949, o que exprime, em relação a esse Orçamento, o considerável esforço desenvolvido pelo Governo no sentido de comprimir a despesa pública.

TRIBUTAÇÃO

No campo da tributação, registraram-se, na arrecadação de algumas rendas, aumentos apreciáveis, que ultrapassaram as estimativas, embora fôsse menor do que se antecipara o produto dos impostos de importação e de consumo.

Explica-se esse quadro fiscal pela política de restrições à importação de mercadorias, que mantinham os altos níveis de arrecadação em nossas Alfândegas. O incremento nos impostos de renda e de consumo, conquanto neste último caso não correspondesse à expectativa, pois era talvez injustificada, mostra que a indústria nacional, em grande parte, o propiciou tanto nos impostos de incidência direta, quanto nos de imposição indireta.

Por outro lado, algumas modificações introduzidas na legislação fiscal, especialmente no que se refere às tarifas de determinados tributos, facilitaram o aumento das coletas. Exemplo significativo deste fato é o de crescimento do imposto de consumo sobre fumo e bebidas. Em 1945, proporcionaram, respectivamente, Cr\$ 658.472.375,20 e Cr\$ 513.609.756,80, elevando-se essas importâncias, em 1949, para Cr\$ 1.612.734.809,80 e Cr\$ 876.543.164,20.

O imposto de renda também apresentou evolução satisfatória, por isto que passou de um total arrecadado em 1945 de Cr\$ 2.349.783.586,60 para o de Cr\$ 4.784.808.933,30 em 1949, acusando, assim, um aumento de Cr\$ 2.435.025.352,70, ou seja de mais de 100 %.

Maior teria sido a diferença acima se o produto do imposto adicional de renda, no exercício de 1947, não houvesse suscitado interpretações sobre sua legalidade, afinal consagrada em recente decisão do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

O imposto do selo, por sua vez, apresenta índices de constante crescimento. Convém assinalar que foi intensificada a fiscalização desse tributo nos centros de maior atividade bancária, resultando desta medida produto compensador para o Tesouro.

Para que mais completo seja o vosso esclarecimento a respeito da evolução conseguida no período 46-49, em matéria de tributação, forneço-vos o quadro abaixo, no qual podereis apreciar a questão em conjunto:

Rendas tributárias	ARRECADAÇÃO			
	1946 Cr\$	N.º índice	1947 Cr\$	N.º índice
Importação	1.404.033.178	100	1.876.436.470	134
Consumo	4.008.862.341	100	4.462.971.067	111
Renda	2.751.220.734	100	3.901.807.973	142
Selo	1.194.443.865	100	1.423.883.266	119
Territórios	8.319.695	100	2.374.931	29
Total	9.366.872.813	100	11.667.478.707	125

Rendas tributárias	ARRECADAÇÃO			
	1948 Cr\$	N.º índice	1949 Cr\$	N.º índice
Importação	1.650.271.512	118	1.700.531.801	121
Consumo	4.854.257.244	121	5.639.156.904	141
Renda	4.194.996.604	152	4.784.808.933	174
Selo	1.448.358.152	121	1.589.130.711	133
Territórios	2.326.672	28	2.732.925	33
Total	12.150.220.184	130	13.716.361.274	146

DEFESA NACIONAL

Decorridos quase cinco anos após o término da última conflagração, ainda perduram bem vivos seus efeitos no ambiente internacional. As crises que se vêm registrando, quer de natureza política, quer de caráter social, estimulam a incompreensão entre os povos e agravam em muitos o desejo incontido de domínio.

Em tal situação de incerteza e intranquilidade, as nações pacíficas são, precisamente, as que maiores dificuldades encontram para preservar sua soberania, pois levam os ambiciosos à crença de que não se decidirão à luta se forem ameaçadas. O Brasil, conquanto sempre se tenha esforçado por manter fraternal convivência com seus vizinhos e cordiais relações com os outros povos, dando um exemplo sem paralelo, talvez, na história política, de haver dirimido todos os casos litigiosos de fronteira por meio de arbitramento, — exemplo internacional de que nos desvanecemos com razão, — o Brasil não pôde, e talvez não possa, fugir à precariedade dessas contingências internacionais. Participou da guerra porque foi atacado, suprimindo os responsáveis por seus destinos ao preparo da tropa e organização técnica da defesa, com dedicação e interesse cada vez mais acentuados, já que, infelizmente, condições econômicas e financeiras não lhe tinham facultado, até então, adestramento e aparelhagem bélicos compatíveis com a grandeza de seu território.

As Forças Armadas Brasileiras, côncias de sua alta responsabilidade e dispostas a continuar a bem merecer da Nação, vêm aguardando, todavia, através de vicissitudes várias e desde o fim das hostilidades que o reerguimento econômico nacional se consolide, para que a política de restrição dos recursos que lhes têm sido consignados nos últimos orçamentos, venha a sofrer alteração de monta, permitindo-lhes tratamento especial capaz de prover à completa satisfação de suas necessidades.

Impedidas, pois, de encetar grandes realizações materiais, entregaram-se com afincio à resolução teórica de problemas atinentes

à defesa nacional, não descurando questões de organização e instrução, deveras indispensáveis à eficiência técnica e profissional.

**Conselho de
Segurança
Nacional**

O Conselho de Segurança Nacional e seus órgãos complementares, chamados a tratar, freqüentemente, de casos de alto interesse, apresentaram sugestões valiosas, as mais das vezes adotadas, com o inteiro consenso da opinião pública do país. Vale referir a questão da localização na região de Santos da refinaria com capacidade de beneficiamento de 45.000 barris diários e a relativa à fixação da política governamental face à iniciativa particular no problema da indústria petrolífera. Cumpre não esquecer também a colaboração desses órgãos no exame de diversas proposições legislativas, considerando-as não isoladamente, como algumas se apresentaram, mas sim no conjunto dos interesses nacionais, e estabelecendo, assim, elogiável uniformidade na solução dos problemas vinculados com a defesa da Nação. Essa colaboração do Conselho de Segurança só se tornou possível, é certo, graças à reorganização que anos atrás sofreram seus órgãos complementares; no entanto, os encargos que últimamente lhe são cometidos têm crescido tão sensivelmente que já se impõe nova reestruturação, capaz de o habilitar a proceder a uma coordenação perfeita dos diferentes elementos que devem participar do problema da defesa nacional.

**Estado-Maior
das Forças
Armadas**

Igual necessidade de reestruturação foi sentida pelo Estado-Maior das Forças Armadas, organismo superior de direção, que a vem promovendo, tendo em vista atender a questões de caráter especificamente militar, porventura articuladas com as de natureza civil.

Dentre essas questões, cite-se o problema do combustível líquido, de evidente importância militar, mas para cuja solução importa congregar esforços de que participem todas as classes que concorrem para o progresso do país.

Foi ainda por essa razão que o Estado-Maior das Forças Armadas promoveu estudos sobre o aproveitamento de nossas jazidas de xisto betuminoso, no intuito de provar se era econômica a sua exploração e se podia contribuir para o estabelecimento da indústria petrolífera entre nós.

Semelhantemente, também se esforçou por completar estudos a que se entregara desde a sua criação, relativamente à educação e instrução técnica e cívica de brasileiros em idade militar, mas

que excedessem as necessidades das Forças Armadas. O anteprojeto da Lei do Serviço Nacional, ora ultimado, permite essa integração produtiva do indivíduo na vida social. Urge pôr em prática seus preceitos, pois o país com eles se beneficiará.

Não menos importantes foram os trabalhos de caráter exclusivamente militar. Responsável pela unificação do comando e direção das forças militares, o Estado-Maior das Forças Armadas vem estudando o emprêgo dos Grandes Comandos Combinados sem se descuidar de imprimir organização eficaz aos Teatros de Operações, facilitando assim a mobilização e o equipamento do território, a preparação da defesa territorial, o planejamento das operações conjuntas e os encargos de natureza comum às Forças que o integram. Dentre as medidas que visam à uniformização no seio das corporações militares, convém lembrar a adoção de bases gerais para o ensino militar e de normas para os Serviços de Saúde do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Sob sua supervisão, funcionou, pela primeira vez, a Escola Superior de Guerra, instituto nacional de altos estudos, que tem como propósito desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou de planejamento da segurança nacional. Acorreram à Escola Superior oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às Forças Armadas do país, e civis de competência e atuação salientes na formulação ou execução da política nacional, notadamente a exterior.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Versaram os problemas estudados principalmente sobre o desenvolvimento do potencial econômico nacional; sobre a coordenação de nossa política exterior com as necessidades de segurança e, finalmente, sobre o emprêgo combinado das Forças Armadas. Desejo deixar aqui registrado o êxito do trabalho de civis e militares, porfiando por esclarecer, no desejo de bem servir à Pátria, questões econômicas, políticas e sociais.

O Exército procurou imprimir às suas atividades ritmo bastante acelerado, a despeito da política de compressão de despesas, que não lhe arrefeceu o entusiasmo nem o empenho de colaborar, dentro de suas possibilidades, para o progresso da Pátria.

Exército

Seus departamentos, diretorias e órgãos diversos conformaram-se com a parcimoniosa distribuição de crédito e desincumbiram-se de suas missões sem maiores ônus para o Orçamento da

República. As obras militares, a aquisição de material, e equipamento, as viagens de instrução, a movimentação do pessoal, os engagements, etc., foram reduzidos ao mínimo indispensável, mas não se pouparam esforços para a solução dos problemas básicos.

O vulto dos empreendimentos promovidos por êsses diferentes órgãos, que estruturam administrativamente as forças terrestres, pode ser avaliado pelo exame das respectivas atividades em 1949, de que ofereço a seguir breve retrospecto.

ATIVIDADES
DAS DIRETO-
RIAS E DE
OUTROS ÓR-
GÃOS DO
EXÉRCITO

A Diretoria de Motomecanização conservou e manteve es-
torçadamente o material existente, utilizando-se para isso de pessoal
especializado, que vem gradativamente preparando.

A Diretoria de Remonta e Veterinária prosseguiu no seu pro-
grama de distribuição de reprodutores aos criadores nacionais. Seus
produtos se apresentaram com sucesso em exposições agropecuárias,
recebendo prêmios a título de estímulo.

A Diretoria de Saúde, não obstante a grande falta de mé-
dicos e aliando o exercício da medicina preventiva ao tratamento
de doentes e feridos, continuou suas atividades de preparo do pes-
soal, e de fabricação, aquisição, suprimento, conservação, reparação
e reunião, em depósitos, do material sanitário necessário ao de-
sempenho de suas funções. É oportuno assinalar aqui a notável
equipe de médicos com que conta o Exército, dotados de sadia com-
preensão do dever militar e da nobre função que exercem, o que
concorre, sem dúvida, para atenuar a falta de pessoal. Os esta-
belecimentos hospitalares subordinados à Diretoria, além do tra-
tamento do pessoal do Ministério da Guerra, assistem às respec-
tivas famílias, avultando nesse setor o que se observa na ma-
ternidade do Hospital Central do Exército e em trabalhos congê-
neros nas guarnições do Recife, Natal, Salvador, Curitiba, São
Paulo e Porto Alegre.

A Diretoria de Intendência prosseguiu na construção de sua
futura sede, cumprindo assim o plano que traçou, do qual faz parte
a conclusão das instalações do Estabelecimento de Subsistência da
7.^a Região Militar e da sucursal do Estabelecimento Comercial de
Niterói.

A Diretoria do Material Bélico estudou a possibilidade de
melhor localização dos depósitos e paicis, atualmente em Deodoro,
mas que, sendo região muito habitada, não oferece condições mí-
nimas de segurança. Além de ter reconstruído praticamente todos

os edifícios atingidos pelo sinistro de abril de 1948, adquiriu a Diretoria o material que era exigido para a ampliação das Fábricas de Piquê e de Realengo.

A Diretoria de Transmissões forneceu telefones, centrais, cabos, projetores de cinema e outros materiais num montante de Cr\$.. \$, 199.279,00.

O Estado-Maior do Exército realizou trabalhos importantes que, por vêzes, excederam as atividades especificamente militares. Seus oficiais e as seções em que se desdobra participaram dos trabalhos do Conselho Rodoviário Nacional, da Comissão de Padronização do Material Ferroviário, do Congresso Pan-Americano de Instrução, estreitando desse modo suas relações com os demais órgãos da Administração Pública, especialmente o Estado-Maior das Forças Armadas e os Estados-Maiores da Armada e da Aeronáutica.

O Serviço Geográfico continuou enriquecendo a cartografia com novas folhas topográficas da Carta Normal e da Carta de Comunicações. A instalação da Diretoria do Serviço no histórico Palácio dos Arcebispos do Rio de Janeiro e o reaparecimento do *Anuário*, velha aspiração dos geógrafos militares, virão contribuir para o maior desenvolvimento de nossa produção cartográfica.

Não menos profícuo foi o trabalho dos diferentes escalões de Comando distribuídos por todo o território nacional.

A necessidade de incorporar às fileiras do Exército os jovens mais fortes e capazes, em condições, portanto, de exercerem as funções exigidas pela guerra moderna, fez com que, em tôdas as Regiões Militares, fôssem os convocados submetidos a minuciosas provas de seleção. Encaminharam-se os julgados aptos em exames de saúde à comissão de seleção intelectual e profissional, a fim de serem entrevistados, submetidos a testes e, por fim, após a comprovação de sua normalidade, distribuídos pelos diferentes corpos de tropa, onde o trabalho de seleção foi completado em todos os detalhes.

O maior índice de incapacidade registrado em 1949 foi, ainda mais uma vez, a fraqueza orgânica, fruto de subnutrição ou de alimentação inadequada.

O médico que examina sem meios semiológicos adequados não pode, na maioria das vêzes, verificar a rigor a tuberculose e outros males, preferindo julgar incapazes todos os casos duvidosos.

SERVIÇO
MILITAR

Apesar disso, muitos casos de incapacidade têm surgido na inspeção dos convocados já incorporados. Como contingência imperiosa, impõe-se a obrigatoriedade de submeter-se à abreugrafia todos os convocados antes de serem inspecionados. Essa medida, que virá facilitar o trabalho dos médicos, permitindo-lhes julgar com maior segurança, terá grande alcance social e será fator de incontestável importância na campanha antituberculosa. O Serviço Nacional de Tuberculose e os seus correspondentes estaduais, com a adoção dessas providências, terão oportunidade de localizar os tuberculosos e, conseqüentemente, todos os que com eles convivem. Graças à colaboração dos Serviços de Tuberculose, tanto o nacional, como o dos Estados, esse trabalho poderá ser iniciado no corrente ano, em várias guarnições.

No tocante ao número de incorporados, é interessante mostrar quão falsa é a noção de que o Exército é um dos principais responsáveis pelo êxodo da população rural, incorporando na sua maioria agricultores e lavradores. A não ser na 3.^a e 9.^a Regiões Militares, respectivamente, nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, onde o número de conscritos é insuficiente para prover às necessidades dos corpos de tropa e estabelecimentos, em todas as demais Regiões tem-se observado o critério de deixar nas zonas de produção os que trabalham na agricultura e pecuária. Mesmo na 1.^a Região Militar, onde estacionam muitas unidades do Exército e da Aeronáutica, o número de lavradores apresentados e julgados aptos foi de 2.279, diminuto em relação aos alistados nos Municípios tributários (72.915), correspondendo a 3,12 % ou seja 0,05 % da população do território da Região. Mesmo assim, esse número sofreu redução, pois foram apenas incorporados 200 lavradores, ou seja 0,006 % da população regional, enquanto os 2.269 agricultores e pecuaristas foram incluídos no excesso de contingente e, como reservistas de 3.^a categoria, continuaram entregues à lavoura ou à pecuária.

ENSINO E
INSTRUÇÃO

Outro assunto que mereceu toda a atenção de nossos chefes militares foi o atinente ao ensino e à instrução da tropa.

Inúmeras escolas tiveram seus regulamentos modificados, obedecendo a ensinamentos que a experiência colhera.

As instruções para as matrículas nos diversos cursos foram revistas, no sentido de melhor ajustá-las às reais necessidades do Exército, o que determinou um critério econômico para todos os estabelecimentos escolares.

Essa remodelação geral estendeu-se à própria Diretoria de Ensino, facilitando o desempenho de seus encargos administrativos, assim como a resolução das questões técnicas que lhe estão afetas.

O ensino militar procurou, dêste modo, libertar-se das práticas antiquadas, contornando-se os últimos obstáculos que tolhiam seu desenvolvimento pela adoção dos princípios da psicologia aplicada, num primeiro ensaio psicotécnico de seleção e orientação vocacionais.

Professores, instrutores e técnicos submeteram-se a um estágio de técnica do ensino, nessa base de psicologia e estatística aplicadas, e de metodologia e administração.

Além disso, elaborou a Diretoria de Ensino o anteprojeto do Estatuto do Ensino Militar a ser apresentado ao Congresso Nacional, em substituição à lei que ora se acha em vigor, a qual já não corresponde às condições atuais do Exército. Iniciaram-se também por essa Diretoria os necessários estudos referentes à elaboração do Regulamento Geral do Ensino do Exército e à adaptação dos regulamentos de todos os estabelecimentos de ensino aos novos princípios do anteprojeto do Estatuto do Ensino Militar.

O emprêgo desses métodos modernos justifica o elevado conceito que nossos institutos têm granjeado nos centros intelectuais do país e mesmo nos do Exterior. Nossas escolas de formação e de aperfeiçoamento familiarizam os oficiais com as doutrinas, princípios e processos técnicos da guerra moderna; a Escola Técnica continua produzindo os engenheiros que irão movimentar nosso parque industrial bélico; as escolas de especialização procuram difundir os conhecimentos exigidos por um Exército forte e eficiente.

Este aprimoramento dos quadros não poderia deixar de refletir-se na instrução da tropa. Os resultados colhidos foram satisfatórios.

Não fôra a exigüidade dos recursos orçamentários, maior teria sido o rendimento dessas atividades especificamente militares.

Inúmeras obras precisavam ser atacadas para que escolas e corpos de tropa fossem dotados de instalações condizentes com suas necessidades e funções.

Aplicaram-se os Cr\$ 40.000.000,00 consignados no Orçamento, em sua quase totalidade, na manutenção ou término de obras de pequeno vulto. Encetar outras de grande porte, exigiria, aproximadamente, Cr\$ 300.000.000,00, quantia de que não era possível dispor, já que o país procura restaurar-se financeiramente.

OBRAS

De qualquer forma, em tôdas as Regiões Militares construiu-se com alto sentido de seleção das finalidades a que essas obras se destinavam.

A Diretoria de Obras e Fortificações, que aplicou 97% das verbas destinadas às obras, concluiu uma série de reformas, adaptações, reparos, instalações elétricas e sanitárias, construção de quartéis, de casas para oficiais e graduados, investindo de Cr\$ 1.000.000,00 a Cr\$ 2.000.000,00 em cada uma das 1.^a, 6.^a e 8.^a Regiões; de Cr\$ 2.000.000,00 a Cr\$ 3.500.000,00 em cada uma das 4.^a, 5.^a, 9.^a e 10.^a Regiões; de Cr\$ 4.000.000,00 a Cr\$ 5.500.000,00 em cada uma das 2.^a, 3.^a e 7.^a Regiões. Dentre essas obras podem ser citadas por seu vulto as seguintes:

Na 1.^a Região Militar — Quartel do Núcleo de Recompimento de Unidades-Escola, entregue ao Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo para instalação do Centro de Instrução Especializada; — 18 blocos residenciais (108 apartamentos) para oficiais-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; — edifício de apartamentos para sargentos na Fortaleza de São João; — construção de pavilhão no Posto de Assistência da Vila Militar; — construção, no Hospital Central do Exército, de um pavilhão-enfermaria para sargentos e respectivas famílias.

Na 2.^a Região Militar — Prosseguimento das obras de Defesa do Porto de Santos; — quartel do III/4.^o RI em São Vicente; — quartel do 1.^o Batalhão de Carros de Combate Leves; — adaptação de dependências do Hospital Militar de São Paulo para a instalação da Maternidade destinada às famílias de sargentos.

Na 3.^a Região Militar — Conclusão de pavilhões no 1.^o G.A.Cav. 75 em São Borja; no Hospital Militar de Livramento de Porto Alegre; — conclusão de quartéis do 3.^o BCCL, em Santa Maria, do 3.^o R.C. Mot., em Bagé.

Na 4.^a Região Militar — Conclusão da nova barragem da Usina de Bicas; — intensificação das obras do novo quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva em Belo Horizonte.

Na 5.^a Região Militar — Conclusão do quartel do 5.^o BE em Porto União e construção do rancho do 13.^o RI em Ponta Grossa.

Na 6.^a Região Militar — Construção do pavilhão sanitário, revisão e limpeza das muralhas do Estabelecimento de Fundos Regional.

Na 7.ª Região Militar — Intensificação das obras das novas instalações do Estabelecimento de Subsistência Militar do Recife.

Na 8.ª Região Militar — Construção de casas para oficiais e sargentos nas sedes dos Destacamentos de Fronteira.

Na 9.ª Região Militar — Enfermaria do 17.º BC em Corumbá; — abastecimento d'água para o quartel do 10.º Regimento de Cavalaria.

Na 10.ª Região Militar — Construção de um grupo conjugado de casas para subtenentes e sargentos; — conclusão parcial da enfermaria do 25.º BC em Teresina.

O Departamento Técnico e de Produção do Exército, a quem couberam 3% das verbas consignadas às obras, empregou tudo o que lhe fôra destinado, Cr\$ 1.200.000,00, no prosseguimento das Obras do Polígono de Tiro de Marambaia.

Ainda sob a orientação da Diretoria de Obras e Fortificações, as Comissões de Estrada de Rodagem, a Comissão Especial de Obras e os Batalhões Rodoviários e Ferroviários, com verbas especiais, trabalharam intensamente, concluindo serviços de terraplenagem; obras de arte corrente e especiais; pontilhões super-estruturas, etc., nas seguintes ligações: Ponta Grossa-Foz de Iguaçu; São Simão-São José do Rio Preto; Aquidauana-Pôrto Murtinho; Cuiabá-Pôrto Velho; Piquê-Itajubá; Vacaria-Lagoa Vermelha-Passo Fundo; Lajes-Rio Negro; Santiago-Cerro Azul; Santa Maria-Pelotas e Rio Negro-Bento Gonçalves.

Sob a supervisão do Departamento Técnico e de Produção, a indústria bélica continuou a expandir-se. Seu desenvolvimento concorreu para incentivar a indústria civil nacional, aproveitando desta produtos e subprodutos semimanufaturados; e encomendando-lhe peças, maquinaria e até mesmo o fabrico de algum armamento.

INDÚSTRIA
MILITAR

Esta cooperação não é somente material. O Departamento, adotando nas fábricas militares o serviço de seleção e orientação profissional, procura melhorar o recrutamento dos candidatos a emprêgo; e, quando o número ultrapassa as necessidades do Exército, encaminha os excedentes à indústria civil. Da mesma forma, as escolas profissionais das Fábricas de Andaraí e Bonsucesso, assim como a de Presidente Vargas, têm apresentado contribuição ponderável para essa formação de pessoal especializado.

O Instituto Militar de Tecnologia, órgão novo do Departamento Técnico e de Produção, vem-se valendo dos recursos e instalações da Escola Técnica do Exército, a fim de atender às inúmeras solicitações feitas por órgãos do Exército e da indústria civil. As finalidades desse Instituto, que se ressentia da falta de meios para sua instalação adequada e de pessoal especializado, foram, apesar de tudo, atingidas.

As Seções de Metrologia e Física Nuclear ainda não foram organizadas por falta de recursos e, conquanto a aparelhagem da Divisão de Química e as de Material de Construção, de Material Metálico e de Material Elétrico deixem muito a desejar, é de esperar que o Instituto continue sem esmorecimento a preencher suas funções.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os bons resultados obtidos na indústria militar encontram, em parte, explicação no carinhoso programa de assistência social, traçado e executado pelos órgãos competentes.

Todos os estabelecimentos subordinados ao Departamento de Produção dispõem de serviço hospitalar, ambulatório, assistência domiciliar, farmacêutica e odontológica. Fábricas há que já organizaram serviços de maternidade e de higiene prenatal, como as Fábricas de Bonsucesso e Piquête, que atendem às operárias gestantes e fornecem enxoval completo aos recém-nascidos.

Na parte referente ao ensino, os estabelecimentos fabris do Exército dispõem de cursos primários e de alfabetização, sendo de notar que alguns diretores têm proporcionado meios para que os jovens que mais se distinguem nos estudos prossigam no curso secundário.

No ano findo, quatro moços, filhos de servidores de fábricas militares, foram encaminhados à matrícula na Escola Militar, o que vem comprovar a inexistência de barreiras sociais no seio das classes armadas.

No campo da higiene, o Departamento Técnico não se descuidou dos problemas de abastecimento de água, da construção de esgotos e de depósitos de incineração. Promoveu, ainda, entendimento com as organizações especializadas para a construção de casas para funcionários e operários, ao mesmo tempo que, por intermédio da Seção de Segurança Industrial, vem observando os vários dispositivos exigidos pelas leis trabalhistas, quanto à

proteção do homem contra a máquina e os perigos de incêndio e explosivos.

O trabalhador assim assistido produz mais, e sua atividade laboriosa repercute benéficamente em proveito do Exército e do país.

Outras realizações poderiam ser enumeradas, mas as referidas no presente retrospecto são suficientes para mostrar o desenvolvimento harmônico das múltiplas tarefas que ao Exército foram confiadas.

Em atenção às dificuldades naturais para o seu desenvolvimento, dentre as quais avulta a quase impossibilidade de construir-se um cais de desembarque, o Território Federal de Fernando de Noronha tem tido seu progresso praticamente paralisado, desde que diminuiu a importância que adquiriu como elemento de segurança, no decurso da segunda Grande Guerra.

TERRITÓRIO
FEDERAL DE
FERNANDO
DE NORONHA

Não descuida, porém, o Governo federal, dos problemas relativos a esse Território. Assim, de acordo com a precariedade dos meios financeiros, que lhe pode destinar, vem procurando dotá-lo dos elementos que lhe permitam desempenhar com eficiência seu papel estratégico, ao mesmo tempo que se esforça por tornar mais toleráveis as condições de vida de sua população.

Prosseguindo em sua missão de zelar pela integridade das extensas orlas litorâneas brasileiras, nossa Marinha de Guerra, apesar do material flutuante de que dispõe, deficiente e insuficiente, esforçou-se por desempenhar a contento suas obrigações.

Marinha

As linhas de comunicações por mar foram mantidas, na medida do possível, sob constante observação e, assim, cumpridos os compromissos assumidos de cooperação na defesa do hemisfério ocidental.

Atualmente, esses compromissos têm-se tornado bastante pesados em relação às possibilidades da nossa Esquadra, porque, em verdade, a força naval que a Marinha possui necessita de urgente renovação e desenvolvimento.

Somente um razoável e perseverante programa de construções e de aquisições poderá reerguer nosso poder marítimo à altura das necessidades do país. Sua concretização, porém, talvez não se acomode aos recursos orçamentários normais, por isto que exorbitaria, embora modesto, as possibilidades financeiras da União.

Faz-se mister, portanto, fixar uma fórmula, suficientemente flexível, e conforme aos dispositivos constitucionais que regem o Orçamento federal, capaz de assegurar com regularidade e sem soluções de continuidade a consecução dos meios de que necessita a Armada para o seu reaparelhamento, dentro de um plano a longo prazo, e melhoria de nossos portos e bases navais.

Enquanto não forem tomadas certas medidas, porventura radicais, a defesa da Pátria, em caso de agressão, estará comprometida. Por maiores que sejam o treinamento, a habilidade, o preparo técnico, a bravura, o devotamento, o entusiasmo e o sentimento de patriotismo de nossa gente do mar, não é lícito esperar que lhe seja possível desempenhar a magna tarefa de guardião do nosso litoral, sem que existam os elementos materiais indispensáveis.

BASES NAVAIS

No momento, apesar da crítica situação que vem atravessando nossa Marinha, suas atividades não paralisaram. Assim, na Base de Val-de-Cãs, no Estado do Pará, continuaram os trabalhos de construção do dique seco, com capacidade para docar navios até 10.000 toneladas, enquanto, na Bahia e em Mato Grosso, novo impulso foi dado às obras das bases locais, isto é, Base Naval de Aratu e Base Fluvial de Ladário, respectivamente. A Vila Naval da Base de Natal foi concluída e a de Ladário teve a sua construção iniciada.

Essas atividades encontram sua justificativa no fato de que a Esquadra necessita do apoio das referidas bases.

ESQUADRA

No ano que findou, esse apoio foi exigido em larga escala, porque nossos navios, em cumprimento ao programa de exercícios, estiveram presentes em todas as regiões do país. Foram viagens que tiveram como objetivo, além do adestramento elementar, estabelecer melhor contato do pessoal da Marinha com as populações litorâneas.

Participaram desses cruzeiros os quatro novos contratorpedeiros, classe A, — Amazonas, Araguaia, Acre e Apa, — todos ultimamente construídos no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, por operários nacionais e sob a direção de nossos engenheiros navais.

ENSINO NAVAL

Finalmente, no tocante ao ensino naval, o preparo técnico do pessoal da Marinha constituiu atividade das que maiores atenções absorveram.

Desde a Escola de Guerra Naval até os Centros de Instrução, não se pouparam esforços para o preparo condigno de oficiais e pessoal subalterno, procurando suprir com essa eficiência técnica e profissional as más condições do material flutuante.

O navio-escola *Almirante Saldanha* concluiu a sua viagem iniciada em 1948, tendo percorrido cerca de 26.000 milhas, sem nenhum acidente digno de registro, e com reais proveitos para o pessoal e para o país.

Durante o ano, esse navio e o novo navio-escola *Guanabara* realizaram diversas viagens de cruzeiro pela costa brasileira, com turmas de aspirantes, de grumetes, e, também, com uma turma de alunos da Escola de Marinha Mercante.

O Centro de Instrução *Almirante Wandenkolk* está em pleno funcionamento, preparando o pessoal subalterno nas múltiplas especialidades exigidas pelos modernos navios de guerra.

Para melhor atender ao preparo técnico do pessoal, sem congestionar o Centro de Instrução *Almirante Wandenkolk* no Rio, — foi pôsto em funcionamento o Centro de Instrução *Almirante Tamandaré*, no Rio Grande do Norte, no qual deverão funcionar cinco a seis cursos de especialistas, cursos de atualização e cursos de aperfeiçoamento.

Se forem sanadas progressivamente as deficiências materiais, que há cerca de 40 anos limitam sua produtividade, a Marinha de Guerra brasileira ficará em condições de cumprir totalmente as funções que lhe incumbem de defender os interesses nacionais.

Perfeitamente entrosada no conjunto de nossas forças militares, a Aeronáutica procurou executar com eficiência as missões que lhe foram confiadas, pondo-se, com seu instrumental aéreo, a serviço da Nação. Aeronáutica

Os trabalhos desenvolvidos e os empreendimentos realizados dentro das atuais possibilidades obedeceram a sadio patriotismo, permitindo manter-se a Força Aérea Brasileira em elevado grau de adestramento e em permanente vigilância, correspondendo, destarte, à confiança que o país nela deposita.

Devem-se as concretizações de todos os seus empreendimentos ao espírito de disciplina reinante na tropa, à compreensão nítida do dever, às vèzes árduo, nortearo a ação de cada qual no setor de suas atividades, e ao sentido de cooperação, tornando a Aeronáutica um todo homogêneo.

ENSINO E
INSTRUÇÃO

Relativamente ao ensino, as atividades da Aeronáutica foram intensas. Utilizando-se das suas Escolas, não apenas como centro de preparação, mas como verdadeiros modeladores de personalidades, procurou incutir nos futuros oficiais mentalidade assente em firme base moral e intelectual.

Nas várias modalidades e nos escalões, correu a contento a instrução dos quadros e da tropa.

Funcionaram, como no ano anterior, para instrução de oficiais: a Escola de Comando e Estado-Maior, a Escola de Tática Aérea, a Escola de Aeronáutica, o Curso Preparatório de Cadetes e a Escola de Especialistas de Aeronáutica (Oficiais Mecânicos); para instrução de graduados: a Escola de Especialistas de Aeronáutica e a Escola Técnica de Aviação.

Importante empreendimento de 1949 foi o início de funcionamento do Curso Preparatório de Cadetes do Ar, localizado na cidade de Barbacena, que veio substituir com vantagem o antigo Curso Prévio da Escola de Aeronáutica. É de crer que o cuidado com que se ministra a instrução nesse curso venha a concorrer para elevar o nível de preparo dos nossos oficiais.

Providência deveras importante foi a tomada recentemente, com relação à localização das Escolas de Especialistas e Técnica. Como sabeis, de há muito o Governo de São Paulo e o Ministério do Trabalho reclamavam a entrega das instalações da Hospedaria de Imigrantes, onde se encontra a nossa Escola Técnica de Aviação. Essa circunstância, aliada à carência de instalações para aviação comercial no Galeão (ilha do Governador), desativação da Base de Bacacheri (Curitiba) e promessa do Governo de sediar a Escola Técnica em Natal, determinou o seguinte plano, que gradativamente será pôsto em execução: em Guaratinguetá, em edifício cedido pelo Estado de São Paulo, instalar-se-ão a Escola de Especialistas de Aeronáutica (Galeão) e parte da Escola Técnica de Aviação; em Curitiba, ficará sediado o Curso de Oficial Mecânico; e, em Natal, parte da Escola Técnica, constante das especialidades que maior correlação apresentem com as indústrias do

Nordeste. Essas medidas, quando efetivadas, darão vacância à Hospedaria de Imigrantes e permitirão dotar a aviação comercial de instalações razoáveis.

A Comissão de Organização do Centro Técnico de Aeronáutica prosseguiu, em 1949, nos seus trabalhos, em São José dos Campos. Talvez não haja exagero em afirmar-se que o Centro Técnico de Aeronáutica seja, no gênero, a maior realização existente na América do Sul. Ideado, aprovado e desenvolvido o plano pelo atual Governo, espera-se que em 1950 possa o Instituto iniciar o seu funcionamento.

COCTA

As realizações materiais na Aeronáutica superam as dos outros setores da defesa nacional, porque a autonomia que lhe foi dada forçou a adoção de uma política de reaparelhamento mais completa e intensiva. As bases aéreas e os corpos de tropa exigiam instalações adaptadas às suas atividades; aliás, não fôra esse programa de obras, o rendimento do trabalho seria medíocre e desproporcionado com o adestramento do pessoal.

OBRAS

Efetuaram-se alargamentos de campos de pouso; ampliaram-se instalações elétricas; procedeu-se à conservação e restauração de quartéis; construíram-se vilas para oficiais, por todo o território nacional.

Salientam-se, dentre essas obras, o Depósito Central de Intendência, que se constrói em Marechal Hermes; o alojamento de praças, na Escola de Aeronáutica; os prédios residenciais para oficiais, sargentos e operários em Santa Cruz e no Galeão; a duplicação da ponte da ilha do Governador; a terminação da pista de Santarém; e as construções do Centro Técnico de Aeronáutica.

A renovação do material, no caso da Aeronáutica, é imperativo decorrente da rápida obsolescência a que o progresso bélico e tecnológico condena equipamentos muitas vezes de alto custo. Assim, cumpre estudar com cautela um programa de renovação à vista dos meios disponíveis, para, sob forma precisa e sem excessos, proceder à substituição do material que, adquirido em 1946, se vai tornando imprestável ou antiquado. Os Parques de Aviação constituem excelentes pontos de partida, em função dos quais terá de realizar-se essa projetada e necessária renovação,

RENOVAÇÃO
DO MATERIAL
AÉREO

mesmo que não cogitemos, no momento, de participar da fase experimental das novidades aeronáuticas, como a jato-propulsão. Pioneiros que somos da aviação, cumpre mantenharmos em condições razoáveis nosso poderio aéreo.

O poder terrestre, o poder naval e o poder aéreo, integrando o poder militar do Brasil, estão em condições de conjugar esforços e de resguardar, assim, mais eficientemente, os interesses nacionais.

**SENHORES MEMBROS
DO CONGRESSO NACIONAL :**

Acabo de prestar-vos conta minuciosa da situação do país, solicitando as providências reputadas necessárias, nesta como nas três Mensagens anteriores, que, juntas, constituem um todo orgânico, animado do mesmo espírito de amor às instituições democráticas e de fidelidade à República.

Agradeço, a todos vós e ao povo brasileiro, a cooperação que recebemos — eu, os meus colaboradores diretos e os servidores públicos em geral — no desempenho dos nossos deveres para com a Pátria.

Também aos que exercem os seus ofícios em cidades, campos e águas do Brasil, devotados ao superior objetivo de tornar realidade maior a nossa grandeza, é devida uma palavra de gratidão cívica. Dêles, que fazem do trabalho preocupação fundamental e inspiração de patriotismo construtivo, e dos humildes, com quem, muitas vezes, se confundem, não há descurado o meu Governo, inclusive pela realização desse anelo social — a habitação popular, condição de segurança da família brasileira.

Graças ao esforço comum dos nossos compatriotas, contamos no Exterior com uma situação excepcionalmente brilhante, e, no Interior, auferimos a paz que propicia labor fecundo e colheita segura de seus frutos.

As Fôrças Armadas exprimo, em nome do Brasil, o meu reconhecimento pela garantia permanente oferecida aos poderes constitucionais, na guarda da Lei e da Ordem.

É natural que me regozije e com todos me congratule pelo benefício da Ordem, que nos tem facultado a normalidade na vida constitucional, sem a necessidade de invocar o remédio legal do estado de sítio, e evitando apêlo ao instituto da intervenção nos negócios peculiares aos Estados.

Ao ter a honra de saudar-vos, nesta última oportunidade, — por ocasião da abertura da presente Sessão legislativa ordinária, — posso, com justificado orgulho, proclamar que tenho mantido, defendido e cumprido a Constituição da República.

Rio de Janeiro, D. F., em 15 de março de 1950.

EURICO G. DUTRA

INDICE

	Págs.
Introdução	5
Política interna	25
Legislação nova	27
Leis complementares	32
Poder Judiciário	34
Ministério Público	34
Organização, administração e governo dos Territórios federais	35
Administração do Território Federal do Acre.....	38
Administração do Território Federal do Guaporé	41
Administração do Território Federal do Rio Branco.....	44
Administração do Território Federal do Amapá..	47
Panorama da situação financeira dos Territórios federais....	51
Restabelecimento da autonomia municipal.....	61
As finanças municipais.....	62
Os municípios e os óbices da execução da reforma tributária..	63
A revitalização dos municípios rurais pela cota do imposto sobre a renda.....	65
Participação das vilas municipais nos benefícios de ordem rural a atender pela cota do imposto sobre a renda.....	66
A distribuição das cotas do imposto sobre a renda nos Muni- cípios do Interior	67
Assistência técnica nos municípios e controle das cotas do im- posto sobre a renda.....	74
Criação da Fundação dos Municípios e o 1.º Congresso Nacional de Municípios.....	75
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	75
Setor geográfico	75
Setor estatístico	77
Setor censitário	78

	Págs.
Política externa	81
Atuação do Brasil nos organismos internacionais.....	83
Nações Unidas	83
Organismos especializados	93
Organização dos Estados americanos.....	94
Relações internacionais	95
Reconhecimento de governos.....	96
Demarcação de fronteiras.....	96
A questão dos bens italianos.....	98
Declaração de amizade e cooperação entre o Brasil e a Itália	99
Relações com a Espanha.....	100
Relações com a Alemanha.....	100
Visita presidencial aos Estados Unidos da América.....	101
Cooperação econômica	102
Conferência Internacional do Trigo.....	102
Conferência de Amecy.....	103
Acórdos bilaterais	104
Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra.....	107
Intercâmbio cultural	107
Convênios culturais	107
Bolsas de estudos.....	108
Institutos brasileiros de cultura.....	109
Missão científica no Paraguai.....	109
Missão cultural ao Uruguai.....	110
Política social	111
Educação	113
Ensino primário	113
Campanha de educação de adultos.....	116
Ensino normal	119
Ensino secundário	120
Ensino superior	120
Ensino industrial	121
Ensino rural	122
Saúde	124
Organização sanitária	124

	Págs.
Assistência técnica regional.....	125
Profilaxia rural	127
Serviços assistenciais específicos.....	132
Rede hospitalar	138
Proteção à infância e adolescência.....	139
Assistência à infância.....	140
Assistência a menores.....	142
Previdência e assistência sociais.....	144
Revisão das condições de trabalho.....	144
Leis complementares de previdência e assistência sociais.....	145
Socialização do seguro de acidente do trabalho.....	146
Débito da União para com as instituições de previdência social	147
Realizações no campo da previdência e assistência sociais....	149
Trabalho	157
Higiene e segurança do trabalho.....	157
Sindicalismo	158
Salário mínimo	159
Imigração, migrações internas, naturalização e estrangeiros em geral	159
Síntese das atividades e realizações.....	159
Migrações internas	165
Considerações finais	166
Naturalização e estrangeiros em geral.....	167
Política econômico-financeira.....	169
Situação econômica do Brasil.....	171
Fomento à produção.....	174
Cooperação intergovernamental no setor da produção.....	175
Produção vegetal	176
Produção animal	188
Produção mineral	192
Energia elétrica	194
Petróleo	197
Industrialização do petróleo.....	197
Prospecções realizadas	198

	Págs.
Perfuração de poços	200
Produção obtida	200
Aproveitamento de gás natural.....	201
Atividades e realizações das empresas mistas.....	201
Companhia Siderúrgica Nacional.....	202
Companhia Vale do Rio Doce S.A.	206
Fábrica Nacional de Motores.....	210
Companhia Nacional de Alcalis.....	216
Sistema brasileiro de planejamento regional.....	220
Comissão do Vale do São Francisco.....	220
Companhia Hidrelétrica do São Francisco.....	224
Desenvolvimento do Nordeste.....	240
Valorização econômica da Amazônia.....	244
Transportes e comunicações.....	255
Estradas de ferro.....	258
Estradas de rodagem.....	268
Navegação marítima e fluvial.....	275
Obras portuárias em rios e canais e fixação de dunas.....	278
Comunicações postais-telegráficas.....	281
Transportes aéreos	282
Considerações finais	284
Comércio exterior	284
Exportação	285
Importação	288
Balança comercial	289
Política cambial	290
Balança de pagamentos.....	291
Atrasados comerciais	292
Encargos e serviços governamentais no Exterior.. ..	292
Fundo Monetário Internacional.....	293
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.....	293
Disponibilidades no Exterior.....	293
Desvalorização de moedas.....	294
Acórdos comerciais e de pagamentos.....	295
Moeda	297
Reservas em ouro.....	297

	Págs.
Meio circulante	298
Meios de pagamento.....	298
Bancos	298
Movimento bancário	299
Apoio governamental ao crédito bancário.....	300
Dívida pública	301
Dívida interna	301
Dívida externa	302
Empréstimo interno de conversão.....	309
Orçamento	313
A execução orçamentária.....	316
Tributação	322
Defesa nacional	325
Conselho de Segurança Nacional.....	328
Estado-Maior das Forças Armadas.....	328
Escola Superior de Guerra.....	329
Exército	329
Atividades das diretorias e de outros órgãos do Exército.....	330
Serviço militar	331
Ensino e instrução.....	332
Obras	333
Indústria militar	335
Assistência social	336
Território Federal de Fernando de Noronha.....	337
Marinha	337
Bases navais	338
Esquadra	338
Ensino naval	338
Aeronáutica	339
Ensino e instrução.....	340
COCTA	341
Obras	341
Renovação do material aéreo.....	341
Conclusão	343